

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS (*CAMPUS* SOROCABA)  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM EDUCAÇÃO – PPGEd-So

KEYLA PRISCILLA ROSADO PEREIRA

**Condição da mulher e educação feminina no Jornal *O Operário* (1909-1913):  
aproximações e distanciamentos entre positivismo e anarquismo**

SOROCABA/SP

2019

KEYLA PRISCILLA ROSADO PEREIRA

**Condição da mulher e educação feminina no Jornal *O Operário* (1909-1913):  
aproximações e distanciamentos entre positivismo e anarquismo**

Texto apresentado à Banca de Defesa como exigência do Mestrado em Educação do Programa e Pós-Graduação em Educação (PPGEd-So), Linha de Pesquisa 3 - Teorias e Fundamentos da Educação, da Universidade Federal de São Carlos (*Campus Sorocaba*), para a obtenção do título de mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Francisco Martins

Coorientadora: Profa. Dra. Luciana Cristina Salvatti  
Coutinho

SOROCABA/SP

2019

Pereira, Keyla Priscilla Rosado

Condição da mulher e educação feminina no Jornal O Operário  
(1909-1913): aproximações e distanciamentos entre positivismo e anarquismo  
/ Keyla Priscilla Rosado Pereira. -- 2019.

154 f. : 30 cm.

Dissertação (mestrado)-Universidade Federal de São Carlos, campus  
Sorocaba, Sorocaba

Orientador: Marcos Francisco Martins

Banca examinadora: Luciana Cristina Salvatti Coutinho, Adalberto  
Coutinho de Araújo Neto, Marcos Roberto Vieira Garcia

Bibliografia

1. História da educação. 2. Movimento operário. 3. Educação feminina.  
I. Orientador. II. Universidade Federal de São Carlos. III. Título.

Ficha catalográfica elaborada pelo Programa de Geração Automática da Secretaria Geral de Informática (SIn).

DADOS FORNECIDOS PELO(A) AUTOR(A)

Bibliotecário(a) Responsável: Maria Aparecida de Lourdes Mariano – CRB/8 6979



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Ciências Humanas e Biológicas  
Programa de Pós-Graduação em Educação

---

Folha de Aprovação

---

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Keyla Priscilla Rosado Pereira, realizada em 28/05/2019:

---

Prof. Dr. Marcos Francisco Martins  
UFSCar

---

Profa. Dra. Luciana Cristina Salvatti Coutinho  
UFSCar

---

Prof. Dr. Adalberto Coutinho de Araújo Neto  
IFSP

---

Prof. Dr. Marcos Roberto Vieira Garcia  
UFSCar

Dedico este trabalho a todas as mulheres esquecidas, a todas as mulheres ocultadas e a todas as mulheres que se ocultaram para protegerem a si, aos seus e as suas lutas.

A Zoraide Rosado, ex-operária, filha de operários, minha avó e, também, minha mãe. (*in memoriam*)

## **Agradecimentos**

Confesso que, de toda a pesquisa, considero os agradecimentos a parte mais difícil do processo: lembrar todas as referências, nomes e momentos... Quem me conhece sabe que não tenho a melhor das memórias, mas aproveito o espaço para estender minha mais profunda gratidão a todas e todos aqueles que, de alguma forma, colaboraram com a realização deste trabalho e forneceram o apoio necessário para “segurar essa barra” que é ser mulher e pesquisadora no Brasil.

Agradeço imensamente aos meus orientadores, Prof. Dr. Marcos Francisco Martins e Prof. Dra. Luciana Cristina Salvatti Coutinho, por toda atenção, carinho, pelas orientações, indicações e, principalmente, pelo apoio prestado e por acreditarem em minha pesquisa: muito obrigada!

Agradeço aos professores, pesquisadores e amigos Prof. Dr. Adalberto Coutinho de Araújo Neto e Prof. Dra. Jane Barros de Almeida pelas trocas, pelos debates, pelo acompanhamento e, principalmente, pela caminhada: muito obrigada!

Agradeço a Prof. Ms. Cássia Maria Baddini por haver me inspirado e estimulado a seguir a carreira de historiadora, professora e pesquisadora; a Prof. Dra. Paula Marcelino por haver me recebido de maneira extremamente atenciosa como aluna-especial em sua disciplina, no PPGS-USP, o que deu base à primeira ideia deste projeto; ao Prof. Dr. Cristiano Nunes Alves por haver carinhosamente recebido, lido e colaborado com o projeto inicial desta pesquisa, que resultou em meu ingresso no programa e, logo, na efetiva realização deste trabalho: muito obrigada!

Agradeço as minhas amigas e amigos pela presença e pelos momentos compartilhados, pelas conversas, pelas visitas e pelos projetos construídos em conjunto, especialmente: Bruno Camargo (parceria histórica, em todos os sentidos), Uma Reis Sorrequia (acolhimento profundo, para além de qualquer fronteira), Keilosa Leandro Gomes (compa acadêmica, de docência e de luta), Ivanzêra Godinho (pelos lanches, músicas e filmes compartilhados), à Laís, Lili, Marcola e Érico (punkêros/anarquêros/veganzêros), a Mandi Mandinga (pela mais amável recepção daquele CRUSP e por concordar com a máxima “macho escroto, faça no

bucho”!), aos colegas da APEOESP, especialmente aos profs. e compas do Coletivo APEOESP Na Escola e Na Luta: muito, muito, muito obrigada por tudo e por sempre!

Agradeço aos que estagiaram (no SESC e no PIBID) e estudaram (na graduação em Geo e na pós) comigo durante todo este processo, e que, principalmente, tiveram paciência com meus momentos de exaustão e de frustração: valeu!

Agradeço as professoras e professores, da graduação e da pós, pela compreensão e apoio durante esta dupla jornada acadêmica: vocês tinham razão, cursar graduação e mestrado juntos não é fácil, mas, obrigada por também terem razão em todas as vezes que me disseram que eu conseguiria, deu certo!

Agradeço, ainda, a todas as pessoas que tiveram contato comigo por um longo período de tempo durante a realização desta pesquisa, especialmente a Graciela Zapata, que me recebeu em Montevideú, as gurias que viveram comigo por lá e todos que lecionaram, estudaram e compartilharam suas vidas comigo durante meu intercâmbio no Uruguai: muchísimas gracias!

Finalmente, agradeço e dedico esta dissertação aos três principais pilares da minha existência: à minha família, ao meu melhor amigo e companheiro de vida (por longos anos) e de luta (pela eternidade) e, obviamente, aos meus cãezinhos. Obrigada, Zoraide, por me ensinar o valor da educação, da igualdade e meu lugar no mundo enquanto mulher (nunca “depende de homem nenhum”, estudar e lutar sempre); obrigada, Carlos, por me ensinar o valor do trabalho, de nunca desistir e de, antes de tudo, batalhar pelos seus; obrigada, Kátia, por me ensinar o valor das pequenas coisas, pelo amor aos animais e pelo desejo de um mundo melhor; obrigada, Fábio, pelo carinho, pela paciência, pela amizade, pelos conselhos, pelas broncas, por todo amor; obrigada, Bilo e Alesha, pelo amor incondicional, pela companhia constante, pelos olhares mais profundos e pelos imensos ensinamentos (nessa língua louca aí de vocês e que eu ainda não sei explicar): obrigada, obrigada, obrigada, amo vocês!

Esta pesquisa não contou com nenhum financiamento direto, mas sua realização foi permitida através de diversas políticas públicas e por um ensino de qualidade acessível: este trabalho só existe graças à escola pública que eu frequentei e aos professores que ali tive; graças ao Bolsa Família, que me permitiu concluir o Ensino Médio e cursar o Ensino Técnico, graças ao PROUNI e ao SISU, que me permitiram aceder ao ensino superior; graças à

expansão e interiorização da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e graças à implantação e inauguração do campus Sorocaba, que trouxe diversos cursos de graduação e de pós-graduação à cidade e possibilitou o desenvolvimento de milhares de pesquisas e o fortalecimento e difusão das ciências na região, no país e no mundo. Esta pesquisa só existe graças ao anseio pela superação das desigualdades, graças à luta pela acessibilidade e pela valorização da Educação e da pesquisa, graças a todas e todos que nunca desistiram de, continuamente, “nadar contra a corrente” e “contrariar as estatísticas”: gratidão!



Enquanto não souber pensar (a mulher) será instrumento passivo em favor das instituições do passado. E ela própria, inconsequente, trabalhará pela sua escravidão. (Maria Lacerda de Moura).

**Resumo:** esta dissertação tem como tema a questão da educação feminina na Primeira República, em Sorocaba/SP, a partir das publicações presentes no jornal *O Operário* (1909-1913), em especial, aquelas assinadas por mulheres. O problema que orientou a investigação questionava sobre os diferentes vieses presentes nas publicações feitas por elas. Para tanto, empregou-se a pesquisa qualitativa e de tipo bibliográfica e documental, tendo sido consultada a versão fac-símile do periódico. O *Operário* era um jornal bissemanal, que se voltava para a classe operária para lhe “dar voz”. Aberto à participação diversa, contou com publicações de homens e mulheres embasadas em diferentes paradigmas ético-políticos que, por vezes, trataram da questão da educação. Em uma Sorocaba que, por um lado, contava com uma elite excitada com a modernização da “Manchester Paulista” e, por outro lado, com uma classe operária formada majoritariamente por imigrantes sujeitos às mais diversas adversidades, O *Operário* abarcou vozes que olhavam para a educação tanto pelo viés racional-científico (positivista) quanto pelo racional-libertário (anarquista). Objetivou a pesquisa, portanto, analisar as aproximações e distanciamentos entre esses dois paradigmas, a partir de publicações presentes no jornal que dizem respeito à questão da educação feminina.

**Palavras-chave:** Educação feminina, Anarquismo, Positivismo, *O Operário*, Movimento operário.

**Abstract:** this dissertation has as theme the issue of female education at the First Republic, in Sorocaba/SP, based on the publications present in the newspaper O Operário (1909-1913), especially those that were signed by women. The problem that oriented this investigation questioned the different biases presents in this publications made by them. For this purpose, the qualitative and documental-bibliographical types of research were used, and the facsimile version of the newspaper was consulted. O Operário was a bi-weekly newspaper aimed at the working class to give them "a voice". Open to diverse participation, it counted with publications of men and women, some of them dealing with the issues of education and being based on distinct ethical-political paradigms. In a Sorocaba that, on the one hand, had an elite excited by the modernization of the "Manchester Paulista" and, on the other hand, with an working class formed mostly by immigrants, subject to the most diverse adversities, O Operário covered voices that looked at education, both by the rational-scientific (positivist) bias and by the rational-libertarian (anarchist) bias. Therefore, the aim of the research was to analyze the approximations and distances between these two paradigms, based on the publications present in the newspaper that concern the issue of female education.

**Keywords:** Female education, Anarchism, Positivism, O Operário, Labour movement.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 – Artigo de Ernestina Lesina no jornal O Operário	117
Ilustração 2 – Fotografia de Nelly Roussel	119
Ilustração 3 – Artigo de Nelly Roussel	121
Ilustração 4 – Excerto do artigo de Jeane Dubois	123
Ilustração 5 – Um dos artigos de Elvira no jornal	127
Ilustração 6 – Excerto do “Diário de Leonina”	130

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1: Identificação dos textos de mulheres localizados no Jornal O Operário	112
---	-----

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>16</b>
<b>2. CONTEXTUALIZAÇÃO.....</b>	<b>24</b>
2.1 Transição da Monarquia para a República: o café, a imigração e a industrialização.....	25
2.2 Formação e movimentos do proletariado urbano.....	36
2.3 Modelos pedagógicos do período.....	41
2.4 A questão da mulher no período.....	47
2.5 A Manchester Paulista e o jornal <i>O Operário</i> .....	51
<b>3. O ANARQUISMO E A EDUCAÇÃO DA MULHER.....</b>	<b>56</b>
3.1 O anarquismo e a educação.....	57
3.2 O anarquismo e a mulher.....	63
3.3 Mulheres anarquistas e a educação.....	69
<b>4. O POSITIVISMO E A EDUCAÇÃO DA MULHER.....</b>	<b>74</b>
4.1 O positivismo e a educação.....	77
4.2 O positivismo e a educação feminina.....	83
<b>5. O JORNAL <i>O Operário</i> E AS FALAS SOBRE A MULHER.....</b>	<b>92</b>
5.1 O jornal <i>O Operário</i> : origem histórica e caracterização da fonte.....	92
5.2 Publicações masculinas sobre a mulher no Jornal <i>O Operário</i> .....	97
5.3 Condição e educação das mulheres à luz do anarquismo e do positivismo no jornal <i>O Operário</i> .....	110
5.3.1 As vozes das mulheres anarquistas no Jornal <i>O Operário</i> .....	114
5.3.2 As publicações das mulheres positivistas no Jornal <i>O Operário</i> .....	128

5.3.3 A educação na voz das mulheres anarquistas e positivistas no Jornal <i>O Operário</i> .....	132
---	-----

<b>À GUIA DE CONCLUSÃO: aproximações e distanciamentos entre as concepções positivista e anarquista acerca da condição e da educação feminina no Jornal <i>O Operário</i>.....</b>	<b>139</b>
--	------------

<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>141</b>
-------------------------	------------

## 1. INTRODUÇÃO

Mais do que nunca a história é atualmente revista ou inventada por gente que não deseja o passado real, mas somente um passado que sirva a seus objetivos. Estamos hoje na grande época da mitologia histórica. A defesa da história por seus profissionais é hoje mais urgente na política do nunca. Somos necessários. (HOBSBAWM, 2002, p. 326)

A origem dessa pesquisa teve lugar em diferentes questionamentos e o seu desenvolvimento se deu em distintas e numerosas etapas. Pode-se dizer que o questionamento central do nosso objeto data de, aproximadamente, oito anos atrás, durante minha primeira graduação, e que passou a consolidar-se nos últimos três anos, durante minha segunda graduação e meu efetivo ingresso no Mestrado em Educação.

Como historiadora formada na cidade de Sorocaba e na instituição de ensino onde a organização do fac-similar do jornal teve casa (por haver sido idealizado e realizado por um professor desta instituição, a UNISO – Universidade de Sorocaba), o contato com O Operário, que nesta época soava como um “item místico inacessível” (devido à dificuldade em acessá-lo no Gabinete de Leitura Sorocabano e à deterioração ao qual estava submetido), se deu através da leitura de outras análises sobre o jornal, que questionavam, principalmente, a relação entre as suas publicações com as lutas operárias da época, em uma cidade que passava por um processo de modernização, baseado na dicotomia espacial e na exclusão. Ao final desta graduação (licenciatura em História), analisei a dinâmica de outro processo de exclusão e de modernização de Sorocaba (este em um momento atual), atentando-me às questões do território e às dinâmicas de bairros de uma cidade que se pretendia “educadora”, mas que, incessantemente, promovia o afastamento da população mais pobre das condições mais básicas e necessárias à existência: habitação, saúde e educação.

A análise da intencionalidade por detrás da inacessibilidade da população através deste “tripé” (habitação, saúde e educação), mantenedor do *status quo*, trouxe à tona, posteriormente, os seguintes questionamentos: primeiro, como o não-acesso à educação mantém o modo de produção capitalista; segundo, quais outras faltas de acesso serviriam a este fim; e, por fim, ao ter contato com a edição fac-similar,urgia saber quais inacessibilidades apresentadas no jornal poderiam dizer respeito à esta teoria pessoal acerca das inacessibilidades, no que tange à história da cidade de Sorocaba. Essas perguntas surgiram, mas ficaram inexploradas por quase cinco anos.



Quatro anos depois, cursando minha segunda graduação, em Geografia, e completando meu quarto ano como trabalhadora da educação pública, estive defronte a três questões, que reavivaram estes questionamentos: a) a necessidade de desenvolver um artigo, o que me permitiu retornar ao objeto de minha monografia e, assim, a estas perguntas; b) a participação em uma longa greve de minha categoria, seguida do apoio às ocupações das escolas estaduais pelos estudantes secundaristas (eventos que ocorreram sequencialmente no mesmo ano), que me aproximaram a diferentes frentes e realidades, relativas à luta pela educação pública; c) uma maior articulação e aproximação aos grupos e bases sindicais devido às manifestações anteriormente expostas.

Este ano, 2015, legou para o próximo o desejo de analisar as mobilizações pela educação, relacionando as questões de gênero, de trabalho e as teorias de organização, trazendo também à cena a fonte principal a ser utilizada (pois, mesmo após quase oito anos do lançamento da edição fac-similar do *O Operário*, apenas neste ano que tive pela primeira vez contato com ela): naquele momento a pesquisa tem seu primeiro suspiro.

No ano seguinte, fui aceita como aluna especial da Pós-Graduação em Sociologia da FFLCH-USP. Cursei a disciplina “Teoria da Ação Sindical”<sup>1</sup> e, ali, tive maior contato com algumas ideias e produções do filósofo Antonio Gramsci. Considerei, então, analisar as publicações femininas do jornal à luz do pensamento gramsciano, levando em consideração a identificação histórica do jornal como um periódico vinculado ao paradigma anarquista. Todavia, durante a pesquisa exploratória, foi possível identificar publicações no periódico que não se afinavam com o ideário ácrata, sendo uma, em especial, aproximável ao positivismo.

Apresentou-se, assim, a necessidade de um maior aprofundamento acerca de quais textos seriam efetivamente próximos ao pensamento libertário e quais não, assim como o porquê, em diversos momentos, estas publicações foram identificadas quase que em sua totalidade como textos de cunho anarquista. Outra questão se referia a quais publicações poderiam ser de fato creditadas à mulheres, uma vez que algumas colaborações anteriormente catalogadas como escritas femininas pertenciam, na verdade, à articulistas homens e outras não entraram no processo de catalogação.

---

<sup>1</sup> Disciplina da Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade de São Paulo, ministrada no primeiro semestre de 2016 pela Prof. Dra. Paula Marcelino, com o objetivo de suscitar a análise das teorias da ação sindical, assim como questionar o surgimento, as modalidades e as potencialidades do sindicalismo.

Destarte, a presente pesquisa tem como cerne estes diferentes vieses sobre a questão da educação feminina na Primeira República, em Sorocaba, a partir das publicações presentes no jornal *O Operário* (1909-1913), em especial as femininas que se refiram aos paradigmas anarquista e positivista. O periódico, que era impresso em quatro páginas e contava com participações e conteúdo diversificados, se constituía em uma importante ferramenta para que ecoassem as reivindicações da classe operária da época, que não encontravam espaço em outros periódicos locais, em particular no jornal *Cruzeiro do Sul*, reduto da elite republicana local. O impresso, que se apresentava como “*Orgam de defesa da Classe Operaria e Noticioso*”, deixa claro, logo em sua primeira tiragem/número: “*As columnas do O Operário é franca á todos os opprimidos*”.

O jornal teve, relativamente, longa duração, o que demonstra a resiliência da classe trabalhadora ante a dominação dos industriais locais. Denúncias de maus tratos, de formação de monopólios comerciais, chamamentos à mobilização da classe pela busca de melhores condições de trabalho e, principalmente, pela educação (criação de escolas para os trabalhadores e seus filhos), são constantes nos editoriais. No que tange às publicações femininas, encontramos escritos sobre a emancipação da mulher, tratando questões como o direito ao divórcio, a educação feminina, denúncias sobre perseguições dentro das fábricas (tanto no sentido sexista quanto no classista), assim como sobre a situação dos trabalhadores e trabalhadoras e sobre a necessidade de união da classe operária na busca pelo avanço em direção a uma sociedade mais justa.

A historiografia sorocabana<sup>2</sup> produziu trabalhos sobre *O Operário* ao longo dos anos, porém, a má conservação dos documentos, a dificuldade de acesso aos mesmos e a impossibilidade de contato com todos os números do editorial, ocasionaram limitações às pesquisas produzidas até então, uma vez que esses historiadores/pesquisadores se encontravam restritos ao escasso material disponível. Com o lançamento do Fac-similar do jornal, em 2007, organizado pelo historiador sorocabano Rogério Lopes Pinheiro de Carvalho, que resgatou e compilou quase todas as edições d’*O Operário* (apenas quatro foram perdidas), há então a possibilidade da retomada da fonte para que novas análises e projetos sejam desenvolvidos sobre ele.

---

<sup>2</sup> Podemos citar como exemplos de documentos produzidos sobre o *O Operário*, que datam de antes do lançamento da edição fac-similar do jornal, o trabalho do historiador Adalberto Coutinho de Araújo Neto, “*Sorocaba Operária*”, de 2005, e os artigos de Luiz Carlos Barreira, “Entre o profano e o sagrado: imagens da mulher nas páginas do jornal sorocabano O OPERÁRIO (1909-1913)”, de 2004, e “Teares parados tecem a escola do amanhã: a luta dos tecelões sorocabanos, no início do século XX, pelo direito à educação”, de 2003.

Mas porque retomarmos a um objeto já trabalhado por tantas pesquisas locais e que, para alguns vieses, pode até mesmo ser considerado como um campo de análise já “superado”? Para pensarmos a validade desse movimento de retorno, evocamos o pensamento de Dermeval Saviani que, durante uma mesa sobre fontes para a História da Educação, ao analisar as definições da palavra em si, conceitua-a historiograficamente ao mesmo tempo em que a compara como uma “fonte” (mina) de água, afirmando que:

[...] o caráter de inesgotabilidade das minas de água se transpõe analogicamente para a historiografia expressando-se no sentimento amplamente generalizado entre os historiadores quanto à inesgotabilidade das fontes históricas: sempre que a elas retornamos tendemos a descobrir novos elementos, novos significados, novas informações que nos tinham escapado por ocasião das incursões anteriores. (SAVIANI, 2006, p. 30)

Além do caráter de inesgotabilidade apontado por Saviani, o historiador Arnaldo Pinto Jr. (2003, p. 11) também comenta a imprescindibilidade deste retorno e a importância da retomada da análise histórica da Sorocaba da Primeira República, uma vez que a grande maioria da historiografia sobre a cidade se concentrou, por muitos anos, na análise das feiras de muare e nos desdobramentos desta, destacando-lhe a importância para o desenvolvimento urbano do município entre os séculos XVIII e XIX, o que deixa, assim, uma lacuna considerável no que tange aos acontecimentos a partir da Proclamação da República.

Acordando com os autores e pensamentos citados, vemos a necessidade de discorrermos sobre o interesse em trabalharmos com o supracitado objeto, voltando nossos olhos de historiadores do século XXI para um passado “não tão distante” em diversos sentidos. No momento contemporâneo a esta pesquisa encontra-se fortemente suscitado o debate acerca do ensino de questões relacionadas a gênero e sexualidade na educação básica, tendo, por um lado, o entendimento dessa abordagem como propiciadora de uma educação integral e promotora da igualdade e, por outro lado, de vozes que se elevam em desaprovação a tal aproximação, considerando-a uma “doutrinação ideológica” e nomeando-a como uma espécie de “ideologia de gênero”.

Olhando para a história e buscando a determinação dos espaços sociais definidos e compreendidos como femininos e masculinos, podemos identificar, como menciona Ismério

(1995), a criação de arquétipos<sup>3</sup>, e, pensando nestes, podemos lembrar do conceito de “tradição inventada”, que Hobsbawm define como:

Um conjunto de práticas normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas, tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade com relação ao passado. (HOBSBAWN, 1984, p. 9)

Sendo assim, o costume não impediria as transformações, mas sim as validaria através de justificativas calcadas num passado que é, frequentemente, forjado e fixado. A invenção das tradições ocorre quando uma transformação da sociedade se dá de maneira muito rápida e acaba por debilitar ou destruir os padrões sob os quais as velhas tradições estão erigidas. Esse momento de câmbio, que dará abertura à construção das novas bases de entendimento e de identificações sociais, especialmente no que tange às questões de gênero e educação, um dos pontos-chave deste trabalho, ocorrerá no período da transição do Império para a República e cujos pilares, constituídos a partir do pensamento positivista, se solidificarão. Dessa forma, entendemos a importância desta pesquisa e da retomada das fontes, no caso, do jornal *O Operário*, não somente para a compreensão do pensamento que permeia a educação feminina e operária da Primeira República, mas também para que, com tal análise, possamos tentar compreender como tais ideias sustentam até os dias atuais modelos sociais, comportamentais e educacionais.

Na pesquisa exploratória, a partir da análise do Fac-similar do jornal (objeto principal desta pesquisa), identificamos que, no que tange à educação, os discursos presentes n’*O Operário* tendiam, majoritariamente, para as concepções de cunho racional-científico (positivista), por um lado, e, racional-libertário (anarquista), por outro. Em vista disso, investigaremos a possibilidade de apontarmos a existência de aproximações e distanciamentos entre esses dois paradigmas a partir das publicações presentes no jornal, em especial, àquelas assinadas por mulheres (ou que possuam uma identificação feminina) e àquelas que digam respeito à questão da educação feminina.

Nesse sentido, se constituem como problemas principais desta pesquisa os questionamentos:

---

<sup>3</sup> “Os arquétipos não são uma projeção de um trauma condicionado, mas são partes importantes que formam o inconsciente coletivo ou o também chamado imaginário popular, pois as imagens herdadas fazem parte de uma mentalidade universal que foi se acumulando ao longa da História através de mitos e símbolos, sendo resgatadas com o passar do tempo. Seu significado vai se adaptar conforme as necessidades do discurso imposto a um determinado período histórico” (ISMÉRIO, 1995, p. 12).

- 1) quais eram as publicações identificáveis como femininas?
- 2) a quais paradigmas essas publicações estavam alinhadas (entre o anarquista e o positivista)?
- 3) o que estes textos teriam a dizer sobre a condição da mulher no período?
- 4) quais textos falavam da questão da educação e o que diziam?
- 5) quais citavam a instrução feminina e a partir de qual viés o faziam?

A investigação realizada foi a de tipo bibliográfica e documental. Trabalhando as fontes a partir de uma perspectiva qualitativa, o trabalho pautou-se nas pesquisas e reflexões de autores que tratam tanto da condição operária (formação e movimento nacional e internacional) quanto da discussão das tendências educativas no Brasil e na Europa durante o período da Primeira República (em especial, as de cunho positivista e anarquista, que são o foco desta pesquisa).

A reflexão sobre as publicações do jornal acerca das disputas entre as elites republicanas locais e a classe trabalhadora e, especialmente, dos vieses educacionais do período e das classes que ali constam, exige que busquemos e façamos uso de métodos da história. Nesse sentido, ressaltamos que a referência teórico-metodológica desta dissertação é o materialismo histórico-dialético.

Tendo como base os métodos de pesquisa e de exposição conforme postula Marx, organizamos a exposição desta pesquisa segundo a lógica dedutiva, do geral para o particular, ou seja, partimos da análise macro do contexto brasileiro (observamos algumas de suas mediações no que se refere ao pensamento político-social tanto da burguesia quanto da classe operária), até chegarmos à Sorocaba deste mesmo contexto, para analisarmos como estes debates estavam expressos no jornal *O Operário*. Segundo José Paulo Netto:

[...] o que é da ordem da realidade, do objeto, do que é da ordem do pensamento (o conhecimento operado pelo sujeito): começa-se “pelo real e pelo concreto”, que aparecem como dados, pela análise, um e outro elementos são abstraídos, e progressivamente, com avanço da análise, chega-se aos conceitos, a abstrações que remetam a determinações mais simples. (NETTO, 2011, p. 42)

Destarte, para termos o conhecimento efetivo e concreto do objeto é preciso, primeiramente, que conheçamos as múltiplas determinações<sup>4</sup> deste e, quanto mais

---

<sup>4</sup> Nas palavras de José Paulo Netto, determinações seriam “um momento especial constitutivo do objeto” (NETTO, 2011, p. 45).

determinações conhecermos, melhor será o conhecimento e a compreensão histórica acerca deste objeto. Para chegarmos a essas múltiplas determinações do objeto desta pesquisa, que são as vozes femininas no jornal *O Operário* e suas ideias, trabalharemos, inicialmente, o contexto nacional, para partirmos para as concepções mais populares no campo da luta de classe, o contexto das mulheres na Primeira República, o contexto da cidade Sorocaba para, finalmente, chegarmos à busca pela compreensão das falas das articulistas e suas visões de mundo, referências e luta político-social.

Para a apresentação dos resultados obtidos a partir dessa investigação, o presente trabalho está estruturado e se desenvolve em cinco capítulos. A partir da Introdução, esboçamos no primeiro capítulo um panorama inicial, contextualizando o leitor acerca dos principais acontecimentos e pensamentos que se desenrolaram durante a Primeira República sobre questões diversas, as quais norteiam essa pesquisa.

Embasados em uma historiografia crítica variada, analisamos o advento da República, sob quais bases e interesses ele se deu e quais desdobramentos sobre a população, em especial, à classe trabalhadora (ex-escravos, imigrantes, assalariados) ele teve. Na primeira parte desse capítulo, o contexto brasileiro é retratado. Na segunda parte, comentamos a organização do proletariado urbano, assim como as concepções de educação dentro dos movimentos de um operariado ainda em formação, seguida da apresentação dos modelos pedagógicos do período e da maneira como a educação feminina e a mulher eram entendidas na sociedade do período e dentro desses grupos de trabalhadores. Finalizamos o capítulo com a apresentação do contexto sorocabano do período analisado e com uma breve apresentação do periódico, que é a fonte principal desta pesquisa.

Nos capítulos terceiro e quarto expomos, em um, o ideário ácrata e suas concepções acerca do ensino, da mulher e da emancipação social e, no outro, as visões positivistas sobre a educação, a sociedade e a presença feminina nessas esferas. São expostas as principais ideias referentes a essas linhas de pensamento no período analisado (Primeira República), bem como a maneira como elas reverberaram nas distintas classes sociais, a partir de quais alicerces se desenvolveram e com quais finalidades se propagaram.

No quinto capítulo apresentamos o jornal *O Operário*, contando um pouco de sua história e das publicações ali presentes, mantendo um enfoque especial nas publicações masculinas e sobre o que estas falavam acerca da questão da educação do período, no que

tange à classe operária, e, em especial, à questão feminina e à educação da mulher. Analisaremos as publicações femininas (ou identificadas como femininas) presentes no jornal, enfatizando aquelas cujo núcleo/assunto convergem com o propósito desta pesquisa, ou seja, àquelas que dizem respeito ao debate sobre a educação operária do período, particularmente sobre a inclusão da mulher como estudante (educação feminina). Como era entendida a instrução feminina e para quais propósitos ela miraria são também assuntos de interesse desse capítulo.

Na parte final desta dissertação, à guisa de conclusão, propomos o exercício de encontrarmos as aproximações e distanciamentos entre as concepções positivista e anarquista acerca da educação feminina e, sendo isso possível, discutiremos quais as bases dos pontos em comum e o que promove essa proximidade entre eles, assim como daqueles em incomum e o que gera sua separação.

## 2. CONTEXTUALIZAÇÃO

O passado legitima. O passado fornece um pano de fundo mais glorioso a um presente que não tem muito o que comemorar. (HOBSBAWM, 2002, p. 17)

Quando pensamos em uma pesquisa historiográfica faz-se necessário que tenhamos em mente que, como bem pondera Hobsbawm (Op. cit., p. 19), o abuso ideológico mais comum da história baseia-se antes em anacronismo<sup>5</sup> que em mentiras, ou seja, o conhecimento histórico pode, por vezes, basear-se em modelos de escrita pertinentes a uma narrativa construída de modo a atender às demandas do presente. A essas demandas, que produzem e são sustentadas pelo historicismo<sup>6</sup>, podemos atribuir, por exemplo, a produção e a manutenção de arquétipos, a afirmação do Estado e a preservação do *status quo*. Tendo em vista o postulado recém-criado, entendemos que a contextualização, ou seja, as compreensões da realidade territorial e econômica, do desenvolvimento científico, das demandas sociais e

---

<sup>5</sup> Se entende por anacronismo atribuir sentimentos, pensamentos e comportamentos à sujeitos pertencentes a períodos históricos distintos, ou seja, alegar que algo existiu em um momento em que, na realidade, não pôde existir (como, por exemplo, atribuir o uso da pólvora aos povos celtas, fato historicamente impossível). Lucien Febvre (1942) designa o anacronismo como o "pecado dos pecados" do historiador uma vez que este representa a tendência de projetar formas sociais do presente no passado, o que é também chamado de *anacronismo histórico*. Ademais, para o ofício do historiador, há o problema das implicações e usos políticos vinculados ao uso do anacronismo. Jürgen Habermas (1998) adverte sobre o problema dos usos do passado como forma de legitimar o presente, o que, como postula Hobsbawm (1998), faz parte da história cívica de toda nação. Em seu *Sobre História*, o historiador inglês sustenta que ler os desejos do presente no passado é a técnica mais comum e conveniente de criar uma história que satisfaça as necessidades das chamadas "comunidades imaginadas". Ele cita Ernest Renan ao lembrar que "esquecer, ou mesmo interpretar mal a história, é um fator essencial na formação de uma nação, motivo pelo qual o progresso dos estudos históricos muitas vezes é um risco para a nacionalidade", e declara que "as nações são entidades historicamente novas fingindo terem existido durante muito tempo", dessa forma "é inevitável que a versão nacionalista de sua história consista de anacronismo, omissão, descontextualização e, em casos extremos, mentiras" (p. 244). Também, para Rancière (1996), o anacronismo é um "conceito-emblema", uma vez que emblematiza um conceito e um uso do tempo e, embora este advirta que a compreensão do conceito de anacronismo como uma simples questão de cronologia defeituosa seja a-histórico e, dessa forma, para a História, ele não exista, afirma que: "[...] existem modos de conexão que podemos chamar positivamente de anacronias: acontecimentos, noções, significações que tomam o tempo de frente para trás, que fazem circular sentido de uma maneira que escapa a toda contemporaneidade, a toda identidade do tempo com "ele mesmo". Uma anacronia é uma palavra, um acontecimento, uma sequência significativa saídos do "seu" tempo, dotados da capacidade de definir direcionamentos temporais inéditos, de garantir o salto ou a conexão de uma linha de temporalidade com uma outra. E é através desses direcionamentos, desses saltos, dessas conexões que existe um poder de "fazer" a história" (Id., ibidem, p. 68). Desse modo, o que está em jogo para ciência da História no que tange ao conceito de anacronismo é o fato de que este garante uma postulação de (pseudo) verdades a um discurso.

<sup>6</sup> O entendimento de historicismo aqui utilizado baseia-se na colocação de Hobsbawm (1998, p. 31), em *Sobre História*, que, ao conceber o passado como uma ferramenta para lidar com a mudança constante, conceitua historicismo como uma extrapolação de tendências passadas para o futuro, como uma forma conveniente e popular de previsão. Nesse sentido, compreende a produção e a concepção historicista como previsionista e produtora de utopias que, em grande medida, confluem com a ideia de história fabricada (Id., ibidem, p. 28), conceito este vinculado à tentativa de reconstrução do (ou de um) passado. Ambas as formulações problematizam a questão do que pode legitimar e/ou explicar o presente a partir do discurso.



das concepções ideológicas dos sujeitos nos e dos períodos estudados permitem que, tanto o historiador quando o leitor, não produzam entendimentos historicistas. Como defende Le Goff (1990, p. 477), o historiador deve trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens. Tentaremos neste capítulo colaborar com este ideal.

## **2.1 Transição da Monarquia para a República: o café, a imigração e a industrialização**

Para chegarmos à Sorocaba da primeira década do século XX, compreendermos o contexto local e, posteriormente, analisar as publicações do jornal *O Operário*, precisamos, primeiramente, ter em vista um plano maior, observar e assimilar qual a conjuntura nacional, assim como a regional (província paulista), daquele período. Somente com este panorama bem delineado e esmiuçado é que poderemos, com alguma certeza, vislumbrar/traçar qualquer imagem/noção acerca das ideias, imaginários e grupos sorocabanos contemporâneos à Primeira República.

Foram muitos os elementos que, conjuntamente, deram cabo ao período monárquico e ajudaram a abrir caminho à Proclamação da República. Portanto, faz-se necessário que inicialmente analisemos esse momento de transição e como ele se deu. Para isso, consideraremos os pressupostos principais apresentados pela historiografia tradicional sobre o período e, com base nos pensamentos de Viotti da Costa (2010) e Cruz Costa (1974), os exploraremos. Ponderemos, então, os quatro fatores principais comumente relacionados ao "advento da República", que são: a questão econômica, a questão militar, a formação de uma classe média urbana e a chamada *questão religiosa*. Sobre todos esses aspectos vale ressaltar, em especial, a influência do pensamento positivista<sup>7</sup>, que chega ao Brasil por volta de meados do século XIX e passa a difundir-se nas escolas militares desde 1870.

---

<sup>7</sup> O Positivismo consiste em sistema de ideias criado por Auguste Comte (1798-1857), cujo núcleo filosófico radica-se na ideia de que a humanidade e, logo, a sociedade só podem ser convenientemente reorganizadas a partir de uma completa reforma intelectual e moral do ser humano. Assim, os descobrimentos científicos seriam compreendidos como os propulsores da caminhada humana em direção às "luzes da razão". O sistema comteano se estruturou em três pilares principais: a filosofia da história, responsável por mostrar as razões pelas quais se dá uma certa maneira de pensar (filosofia positiva); uma fundamentação e uma classificação das ciências, baseadas na filosofia positiva; e uma sociologia, que determinaria a base e os processos de modificação da sociedade e de suas instituições. Posteriormente, ao pensamento comteano agregar-se-ia a esfera religiosa, analisada a partir dos estados teológico, metafísico e filosófico (filosofia positiva). Segundo Comte, a metafísica sobrepor-se-ia à teologia, ao passo que não compreende a subordinação da natureza e do homem ao sobrenatural, enquanto que para a filosofia positiva, ao contrário dos estados teológico e metafísico, seria impossível a redução dos

Sobre a questão econômica, podemos mencionar o descontentamento dos proprietários de fazendas. Segundo Viotti da Costa (1994), a abolição desagradou àqueles que empregavam a mão de obra escrava nas lavouras de café e que não foram indenizados após o fim da escravidão, ainda que a abolição não tenha sido nada a mais que o “golpe de misericórdia” num regime vigente que fora erigido sobre uma estrutura colonial que se encontrava corroída desde o advento da lei de 1850, que proibia oficialmente o tráfico negreiro no Brasil e que abarcava latifundiários que sofriam com a baixa produtividade originada nas mudanças da estrutura econômica, nas novas formas de produção e na industrialização, as quais esses produtores não foram capazes de acompanhar<sup>8</sup>. Foi essa classe a principal afetada pelo fim da escravatura e que, em represália a ela, aderiu ao movimento republicano<sup>9</sup>.

No que tange à questão militar, temos como ponto-chave o fato de o Exército passar a ganhar coesão interna a partir da Guerra com o Paraguai e, em razão da insatisfação das tropas com o desprestígio da carreira, os salários baixos e a forma como eram tratados pela Coroa,

---

fenômenos naturais a um só princípio, contrapondo-se, assim, aos estados anteriores. O Positivismo exerceu grande influência sobre os intelectuais brasileiros a partir de fins do século XIX, quando o movimento republicano emergiu, apoiado em ideias positivistas para desenvolver sua ideologia referente às noções de ordem e progresso. Essa presença se deu graças, principalmente, à atuação de Ruy Barbosa e de Benjamin Constant e à participação deste último na criação da Sociedade Positivista do Brasil, em 1876.

<sup>8</sup> Faz-se necessário mencionarmos aqui que mesmo antes e durante o processo de Abolição houveram diversas revoltas e movimentos de resistência por parte da população negra. A mais importante delas foi a Revolta Praieira, ocorrida em Recife em 1848, onde, considerada a última grande rebelião liberal-social do Segundo Império, reivindicava contra o excessivo poder central e pela ampliação dos direitos dos cidadãos, especialmente pela criação de empregos, e possuiu grande participação de escravos e ex-escravos. O foco da revolta baseava-se na luta pelo sufrágio universal, pelo fim imediato da escravidão e pela distribuição das terras às famílias pobres. Ela se estendeu por quatro anos, tendo fim em 1852, sob forte repressão (KONDER, 2010, p. 28-29). A Revolta Praieira é, inclusive, citada pelo historiador Eric Hobsbawm como uma insurreição de grande importância por simbolizar uma repercussão da Primavera dos Povos europeia (HOBSBAWM, 2017, p. 33). A participação da população negra neste período também teve lugar na Revolta da Chibata, esta ocorrida no Rio de Janeiro, em 1910, que reclamava acerca dos maus tratos sofridos pelos marinheiros.

<sup>9</sup> Ainda que aqui a apontemos de maneira quase que generalizante, as elites proprietárias de terras e escravos não podem ser tratadas como homogêneas. A questão das diferentes elites existentes no período e a maneira como se relacionaram com a Abolição serão tratadas a seguir, com base nos trabalhos de Jacob Gorender e Décio Saes. Com relação à postura dos fazendeiros frente aos eventos que levaram à concretização da República, podemos, no que diz respeito à Abolição, citar a prerrogativa de Martins (1979), que aponta que: “Diversos fazendeiros adotaram uma posição em favor da abolição da escravatura porque teriam compreendido que o trabalho escravo impunha dificuldades ao cálculo da rentabilidade do capital, ao mesmo tempo em que o escravo representava uma imobilização de capital na pessoa do trabalhador, como renda capitalizada, sem que funcionasse como capital propriamente dito, colocado entre parênteses no processo de produção da riqueza. Em consequência, a abolição da escravatura não somente tornou possível o uso racional da força de trabalho, mas liberou o fazendeiro, ao mesmo tempo, da imobilização de capital na compra de escravos” (MARTINS, 1979, p. 268-69). Dessa forma, o autor esclarece que, nestes termos, foi o fazendeiro quem se libertou do escravo, e não o escravo quem se libertou do fazendeiro, uma vez que o objetivo da Abolição não era de remir o cativo, mas sim de dele libertar o capital (Id., *ibidem.*, p. 271). Todavia, faz-se necessário apontar que mesmo a alcunha “fazendeiro” não pode ser compreendida de maneira homogeneizante, uma vez que, até meados do século XIX, “fazendeiro” era aquele que administrava o cabedal, mesmo que o cabedal alheio. Como exemplo disso, cita o caso dos “padres-fazendeiros”, monges administradores das fazendas da Ordem de São Bento. Assim sendo, aclara que de modo algum o conceito de fazendeiro se restringia ou mesmo se confundia com o de dono da grande propriedade agrícola ou pecuária, apesar de este ter se tornado, posteriormente, seu significado (Id., *ibidem.*, p. 272).

fomentarem o golpe que provocou a queda da Monarquia. Além desses fatores, devemos considerar que, nesse período, é dentro das forças armadas que as ideias comtianas passam a pulular de maneira efervescente, sendo um reflexo disso a adesão à causa abolicionista e à ideologia republicana, que incomodava a Coroa e que, por sua vez, acarretou a proibição da manifestação de pensamentos pelos militares. Tal postura não foi bem recebida nos quartéis, enfraquecendo ainda mais a relação entre o Exército e o Império. A participação militar na República pode ser mensurada, de maneira simples e rápida, lembrando que o período baixo (inicial) republicano é também conhecido como “República da Espada” exatamente devido a forte presença militar, que era considerado o “[...] setor mais forte e homogêneo” da sociedade e que, “[...] além disso, dispunha de armas” (RIO, 2009, p. 45).

Também devemos levar em conta a formação de uma classe média nos grandes centros urbanos, composta, majoritariamente, por funcionários públicos, comerciantes, profissionais liberais, jornalistas e estudantes, que desejavam um papel de maior participação nos assuntos da nação. Essa classe média cristalizava-se em torno de uma nova força, e essa nova força seria o Exército (COSTA C., 1972, p. 38). Sobre essa questão, Cruz Costa aponta que:

A nova camada social que se avoluma nos anos de ocaso da monarquia, traz consigo um destino, um imperativo vital, que se levanta contra as formas obsoletas da sociedade que a contém. Indústrias e comerciantes – a classe média civil – ligados ao Exército nacional – a classe média militar – podem ter entre si discrepâncias de ideias, antagonismos, mas estão ligados pelo mesmo imperativo de alteração dos quadros vigentes, e por isso geram e executam a República (COSTA C., 1972, p. 38-39).

Ainda precisamos considerar que, neste contexto, o Exército, que era considerado subalterno, mas que, ao mesmo tempo, assegurava o trono, embasou-se na estrutura do positivismo também como uma forma de oposição ao catolicismo da monarquia (COSTA C., 1972, p. 38).

Por fim, como um dos elementos principais do esfacelamento monárquico, podemos citar a chamada Questão Religiosa, ou *querela dos bispos e da maçonaria*. O fato de haverem padres ligados à maçonaria – algo relativamente comum desde a Independência – que, pode-se dizer, estava em franco fortalecimento no período devido às maiores aproximações de parte da população (classe média e Exército) às ideias positivistas e aos ideais republicanos, provocou o descontentamento da Igreja, cujo bispado passou a suspender padres que fizessem discursos maçônicos. Essa questão tornou-se uma verdadeira disputa que envolveu bispos, a maçonaria e o governo brasileiro. Apesar de a querela não ter o peso evocado pela literatura

tradicional, que, por muitas vezes, a tratou como fator central e único/individual, a *Questão* foi um fator que facilitou que o alto clero se tornasse, se não antimonárquico, indiferente à sorte do regime e aceitasse, facilmente – e até com regozijo – a República (COSTA C., 1972, p. 17).

Mas se, por um lado, a República era tida, pelas classes citadas, como a redenção moral, econômica e social da nação, por outro, na realidade, ela não provocou grandes mudanças no cenário nacional, particularmente nas instituições políticas. Viotti da Costa afirma que "[...] o ano de 1889 não significou uma ruptura do processo histórico brasileiro" (DA COSTA, 1994, p. 490), pois não houve alterações nas condições de vida dos trabalhadores rurais, assim como caráter colonial de produção e de economia permaneceram os mesmos. Segundo a autora, "[...] a debilidade das classes médias e do proletariado urbano propiciou a preponderância das oligarquias rurais até 1930" (DA COSTA, 1994, p. 490).

Todavia, temos de levar em conta algumas considerações sobre o que a historiografia oficial diz a esse respeito em comparação a outras teorias desenvolvidas por pesquisadores(as) ao longo dos anos sobre o assunto. Por exemplo, sobre a Abolição, podemos pensar na concepção de Jacob Gorender, que afirma que a extinção das relações de produção escravistas foi um evento revolucionário, ao passo que permitiu o desenvolvimento do modo de produção capitalista e a afirmação da burguesia como nova classe dominante (GORENDER, 1981, p. 17-19). Para o autor, não havia no Brasil escravista nenhum obstáculo de tipo feudal a esse desenvolvimento sendo, apenas, a escravidão em si o entrave presente. Gorender (1981) também aponta dois motivos para a intocabilidade dos latifúndios após a abolição: 1) a inexistência de um movimento camponês organizado e capaz de lutar pela reforma agrária, e, 2) o fato de a mobilização escrava estar mais vinculada à fuga das fazendas que à disputa dessas terras.

Para refletirmos a questão da fixidez do quadro socioeconômico nacional, ainda que tenha havido mudanças no modo de produção, evocamos também o pensamento de Décio Saes (1985, p. 181) acerca da formação do Estado burguês brasileiro. O autor afirma que "[...] certos fatos históricos, geralmente encarados como transformações das relações de produção ou da forma de Estado, são igualmente etapas do processo de transformação do tipo (natureza de classe) do Estado". Para Saes (1985), os episódios intrinsecamente conectados ao “advento da República” nada mais foram que etapas para a consolidação da formação do Estado burocrático burguês. Nas palavras do autor:

A revolução antiescravista brasileira de 1889-1891, transformou o Estado escravista moderno em Estado burguês, sem que tenha se estabelecido previamente a dominância de relações de produção capitalistas. Na verdade, tal revolução criou as condições jurídico-políticas necessárias – porém, não suficientes – ao estabelecimento da dominância, no Brasil, do modo de produção capitalista. A dominância do modo de produção capitalista no Brasil se estabeleceu, portanto, após a revolução política burguesa de 1881-1898; porém, não imediatamente após (isto é, durante os anos ou décadas seguintes a) essa revolução (SAES, 1985, p. 183).

Pautado no conceito de Estado Geral<sup>10</sup>, Saes relaciona o Estado burguês às relações de produção capitalistas, afirmando que ele é criador e sustentáculo das relações entre o produtor direto e o proprietário dos meios de produção. Criador, pois, através da ideologia, permite e mantém que tais relações ocorram e se repitam, e sustentáculo, pois, uma vez que não há transformação do Estado sem antes haver a transformação das relações de produção, necessita que estas se mantenham e faz com que isso ocorra: “[...] só o Estado burguês torna possível a reprodução das relações de produção capitalistas” (SAES, 1985, p. 22). A ideologia burguesa, que advoga uma noção ilusória de igualdade entre os produtores diretos e os proprietários dos meios de produção, necessita, assim, da renovação dessa ilusão. Essa renovação ocorre na esfera do direito, no caso, o direito burguês.

É o direito burguês que possibilita a repetição das relações de produção capitalistas através da criação de uma ilusão de igualdade entre os produtores diretos e os proprietários dos meios de produção. Dentro dessa ilusão, como o direito burguês permite o contrato de troca/venda da força de trabalho, que se trata de falsos equivalentes, e ele é composto não apenas pela lei, em si, mas também pelo processo de aplicação da lei, ou seja, o Poder Judiciário, seria, então, essa estrutura jurídica particular a criadora das condições ideológicas para a reprodução das relações de produção capitalistas. Neste conjunto, cabe ao Estado mediar e organizar a relação entre os produtores e os proprietários. Essa organização se pautaria em: a) individualizar o produtor, que, frente a uma suposta capacidade jurídica igualitária, possibilita a troca desigual regida pelo contrato de trabalho; b) neutralizar o produtor, que, individualizado, não cria um movimento coletivo opositor aos proprietários dos meios de produção. O conceito de “povo-nação”, que trabalha a noção de igualdade através de

---

<sup>10</sup> O conceito de *Estado Geral* ou de *Estado em geral*, citado e trabalhado na obra "*Estado e Democracia - ensaios teóricos*" (1998), baseiam-se no conceito de Estado esboçado nas obras históricas de Marx, Engels e Lênin, que entendem que o Estado (no caso, àquele presente em todas as sociedades divididas em classes, sejam elas de tipo escravista, feudal ou capitalista) seria a organização especializada na função de moderar a luta entre as classes antagônicas, garantindo, por esse modo, a conservação da dominação de classe, ou “o conjunto das instituições (mais ou menos diferenciadas, mais ou menos especializadas) que conservam a dominação de uma classe por outra.” (SAES, 1998, p. 19).

fatores de caráter comum, como o território nacional (“somos todos iguais, filhos da mesma nação”), agiria como um agente dessa neutralização do produtor direto<sup>11</sup>.

Destarte, é o burocratismo burguês<sup>12</sup> que pode unificar os agentes da produção no conceito de “povo-nação”, ligando a noção de igualdade a fatores de caráter comum, no caso, o territorialismo/nacionalismo, assim como a ideia de que todos são iguais e podem participar das tarefas do Estado. Para o contexto estudado, pensando os elementos fundamentais do conceito de Estado burguês – um direito<sup>13</sup> que iguale agentes da produção antagônicos<sup>14</sup>, atribuindo à todos a condição de sujeitos de direitos; e um aparelho de Estado<sup>15</sup> organizado segundo os princípios formalizados da não-proibição de acesso (às tarefas do Estado) de membros da classe explorada<sup>16</sup> e da hierarquização das tarefas do Estado segundo a competência<sup>17</sup> – temos que, para Saes, os episódios ocorridos entre 1888 e 1891<sup>18</sup>, são os que determinam a formação do direito burguês e a reorganização do aparelho de Estado segundo os princípios do burocratismo (SAES, 1985, p. 185).

Pautados nessas ideias, podemos conceber que o processo de transição para a República e a consolidação desta tem como base primordial a estruturação de um Estado condizente com os interesses e com as novas formas de acumulação referentes a uma nova classe que passa a se estabelecer como dominante. As ideias de povo, nação e a concepção da necessidade de se criar uma identidade nacional, assim como os ideais que alicerçaram os

---

<sup>11</sup> “[...] o decreto nº (16-11-1889) do governo provisório confirmou nos seus postos os antigos quadros administrativos e funcionários da justiça; e que, mesmo após 1889, certos ramos do aparelho de Estado conservaram ainda, durante certo tempo, algumas características pré-burguesas: por exemplo, a confusão entre recursos materiais do Estado e recursos materiais do funcionário (juiz), no ramo judiciário. Todavia, o fundamental, nesse terreno de análise, é lembrar que, conseqüentemente à extinção legal da escravidão (1888), caíram em 1889 todos os decretos de posturas imperiais que proibiam o acesso dos membros da classe explorada fundamental (escravos) às tarefas do Estado. Pode-se, portanto, dizer que o aparelho de Estado brasileiro se organizou, a partir de 1889, segundo a norma fundamental do burocratismo burguês: a não-proibição do acesso às tarefas do estado de membros da classe explorada” (SAES, 1985, p. 191).

<sup>12</sup> A concepção de burocratismo de Décio Saes é inspirada pelas ideias de dois autores: Weber (menor influência) e Poulantzas (influência principal). Primeiramente, entre estes dois pensadores, encontramos duas formas de concepção de Estado capitalista: a marxista/marxiana, para a qual o Estado seria uma instituição em si ou um conjunto de instituições com uma função característica e constante, e a weberiana, para a qual o Estado estaria vinculado à dominação e ao monopólio pela força. A premissa de Saes estaria, entre estes dois, mais próxima à concepção marxiana. Dentro deste conjunto de ideias, o burocratismo seria o modo pelo qual este Estado se caracterizaria em sua forma de “organização interna”, ou seja, o modo de sistematização do aparelho em si e de suas instituições. Para Poulantzas, assim como para Saes, a característica principal de organização do Estado capitalista, ou seja, do burocratismo burguês, seria a permissão à classe subalternizada às tarefas do Estado, ou seja, à representação popular.

<sup>13</sup> Normas e organizações materiais que façam cumprir com as normas.

<sup>14</sup> Proprietários dos meios de produção e produtores diretos não-proprietários.

<sup>15</sup> Burocracia.

<sup>16</sup> Produtores diretos.

<sup>17</sup> Burocratismo.

<sup>18</sup> Abolição, Proclamação da República e Assembleia Constituinte.

modelos (padrões), sejam os educacionais ou para a criação de arquétipos (como, por exemplo, o de “mulher ideal”) do período são, então, aspectos centrais e intrinsecamente conectados à revolução da burguesia brasileira e à afirmação desta como dominante.

Ademais, levando em consideração o momento imediatamente antes e após a Abolição (tendo em mente cerca de duas décadas para cada), é necessário recordar que quando falamos em classe dominante não nos referimos a uma única classe homogênea, mas sim de diversas classes dominantes, escravistas e não escravistas: no século XIX, os proprietários de escravos, por exemplo, não constituíam uma classe social e sim uma categoria policlassista, havendo grandes ou médios fazendeiros escravistas, mercadores escravistas, industriais escravistas e proprietários urbanos de escravos de ganho, assim como havia latifundiários não-escravistas, industriais não-escravistas e capitalistas mercantis (comissários, banqueiros, exportadores, importadores) (SAES, 1985, p. 194). Todavia, são todas essas classes que podemos, após a Proclamação, entender como “[...] a burguesia brasileira”, a quem a instauração e desenvolvimento do Estado burocrático responde.

No que tange à questão da industrialização, entre meados do século XIX e os primeiros anos do século XX, o Brasil estava passando por um momento importante de sua industrialização, fase denominada por alguns historiadores como de implantação<sup>19</sup>. É certo que desde o período colonial havia a presença de maquinarias “sutis”, como as presentes nos engenhos de cana-de-açúcar e já apontadas no item anterior, mas os passos iniciais para a introdução de empresas e maquinários fabris *per se* ocorreram, em especial, nos últimos decênios do século XIX. Em sua pesquisa sobre a industrialização de São Paulo, o historiador Dean Warren (1969, p. 12) aponta aquelas que seriam as primeiras fábricas presentes na província de São Paulo: a Fundação de Ipanema (ou Real Fábrica de Ferro São João do Ipanema, localizada na região de Sorocaba, atualmente sob os limites do município de Iperó), fundada em 1810 com subsídios reais; o primeiro moinho têxtil, construído em 1811; uma refinaria de açúcar (a primeira movida a vapor), que passou a funcionar em Santos a partir de

---

<sup>19</sup> A historiografia oficial (ou positivista) divide a industrialização brasileira em períodos ou fases. O primeiro deles seria o período conhecido como de Proibição, uma vez que não estava permitida à Colônia a inserção e manutenção de manufaturas, proibição esta reforçada com a assinatura do Alvará de 5 de janeiro de 1785, pelo qual se proibem nas capitanias do Brasil as manufaturas têxteis. A partir da chegada da família real, entre o período que compreende 1808 até 1930, ficou conhecida a fase chamada de Implantação, onde, finalmente, o País passou a ter abertura para instalações de tipo industrial. Todavia, há outras maneiras e temporalidades utilizadas para definir tais períodos, havendo historiadores que, por exemplo, chamam de Implantação o período que corresponde os anos subsequentes à candidatura de Juscelino Kubitschek e aos seus Programas de Metas, que promoveram uma dinamização da industrialização brasileira. Aqui, porém, utilizamos o termo referindo-nos ao período nominado conforme exposto inicialmente.

1836. Um relatório provincial oficial, apresentado em 1852, mencionava apenas cinco fábricas: um moinho de algodão em Sorocaba, uma planta de potassa em Bananal, uma fundição, uma fábrica de vidros (em declínio) e uma fábrica de velas.

Foot Hardman e Victor Leonardi (1982, p. 14) apontam que as primeiras fábricas surgiram no Brasil nas décadas iniciais do século XIX, porém, eram estabelecimentos de pequeno porte e que, em geral, tiveram uma existência efêmera. Somente a partir de 1870 é que começam a aumentar, em número e importância, as fábricas brasileiras. Baseado em um relatório oficial de 1866, Gorender (1981) destaca que, neste ano, havia nove fábricas de tecido de algodão funcionando em todo o País, sendo cinco na Bahia, duas no Rio de Janeiro, uma em Alagoas e uma em Minas Gerais, somando um total de 768 operários. Neste momento, o mercado das primeiras fábricas têxteis estava restrito à produção de roupas para escravos e para a população pobre e de sacaria para os produtos agrícolas.

Até 1907, a indústria somava apenas um quinto do valor líquido do produto nacional, é com lucros provenientes da produção e venda do café que a industrialização será financiada e, efetivamente, passará a se desenvolver. A relação com a produção e o escoamento dos grãos, assim como com a mão de obra empregada na função, que passaria a ser massivamente a mão de obra do imigrante, impulsionaram o processo. Também a maneira como a oficina cafeeira era compreendida passou por mudanças, o que corroborou com os incentivos financeiros da burguesia cafeeira no financiamento da industrialização, no que tange, especialmente, à província de São Paulo, nos entornos do vale do Paraíba e em boa parte do interior.

A compreensão da relação entre a tríade café – burguesia cafeeira – industrialização paulista permite analisar como, em conjunto, estas se retroalimentavam e ascendiam, num processo que teve sua gênese com as primeiras plantações de café presentes no Rio de Janeiro e que, depois de 1850, cruzaram o Vale do Paraíba e chegaram a São Paulo. Warren (1969, p. 5) aponta três circunstâncias que aceleraram o crescimento do mercado do e para o café paulista: 1) uma peste que assolou as plantações do Ceilão, principal adversário de mercado na época; 2) a abolição da escravidão no Brasil, que abriu caminho para o emprego de mão de obra imigrante europeia, considerada tecnicamente superior à escrava e mais barata; e, 3) a descentralização política e econômica da República, o que teria permitido a retenção dos lucros na província de São Paulo e, assim, oportunizando e impulsionando sua industrialização.



Porém, ainda que em plena expansão, as fazendas de café tanto foram as principais propulsoras do desenvolvimento capitalista brasileiro como, da forma como se encontravam antes da Abolição, representavam um atraso para tal. Boris Fausto (1977, p. 15-16), em seu *Trabalho urbano e conflito social*, aponta que as velhas fazendas de café não se distinguiam fundamentalmente do latifúndio açucareiro como núcleo gerador do desenvolvimento capitalista<sup>20</sup> uma vez que apenas a produção para exportar era mercantil e as necessidades de consumo satisfaziam-se no interior da própria empresa. Além disso, nesse momento inicial, entre a metade a dois terços da mão de obra (escrava) empregada nas fazendas do Vale do Paraíba não se dedicavam à lavoura do café, cabendo-lhes plantar gêneros alimentícios, cuidar do gado e outros animais de corte, construir casa, canalizar a água e abrir caminhos. Este pensamento advoga que, antes da introdução do café, as fazendas, mesmo as de grandes proporções, eram basicamente dedicadas à agricultura de subsistência, sendo, assim, o café apontado como a base e o propulsor do crescimento industrial doméstico.

Porém, Fernando H. Cardoso (1960a e 1960b) critica a noção de que foi a exportação cafeeira, única e exclusivamente, que impulsionou a industrialização paulista, apontando que quando São Paulo passou pelo chamado "primeiro surto industrial", nos últimos anos do século XIX, Campinas já era conhecida como a cidade do café<sup>21</sup>. Do mesmo modo, a contínua expansão de sua exportação e a desvalorizações do mil réis, visando facilitar a exportação do café para o mercado internacional<sup>22</sup>, favoreceram o desenvolvimento da indústria em vários

---

<sup>20</sup> Cardoso (1960a, p. 34-35) cita que tanto o café do Vale do Paraíba como o açúcar do Nordeste eram explorados nos moldes dos latifúndios escravocratas típicos do Brasil e, devido a alguns dos seus aspectos, e principalmente pelo fato de produzirem lucros, ambos têm sido considerados por muitos autores como formas capitalistas de exploração, ainda que possuíssem muitas características que impediam o desenvolvimento de formas propriamente capitalistas de produção.

<sup>21</sup> Sobre essa questão, José de Souza Martins, em *O cativo da terra* (1979), desenvolve uma extensa problematização da concepção que de foi o café que, enquanto economia exportadora, impulsionou a industrialização de São Paulo, apontando que na região oeste da província o café foi antecedido por um ciclo da cana-de-açúcar, que se estendeu à região norte-litorânea de São Paulo. Lá o café teve penetração "já na fase de substituição do escravo pelo colono e na fase de surgimento da indústria" e "muitos fazendeiros de cana-de-açúcar tornaram-se fazendeiros de café". Para ilustrar o momento de mudança, relembra o caso da família Silva Prado, citando que "seu fundador, o Barão de Iguape, fez fortuna como arrematador da cobrança de direitos sobre a passagem de tropas de muare e rebanhos de gado pelo registro de Sorocaba e tornou-se depois grande produtor de cana e de açúcar no século XVIII e em boa parte do século XIX. A família veio a ser, em seguida, uma das maiores produtoras de café do mundo" (p. 256). O autor também questiona a desconsideração da cultura do algodão no território paulista, estimulada no período da Guerra de Secessão e cujo surto econômico coincidiu com a transição do predomínio da cana-de-açúcar para o predomínio do café na agricultura paulista de exportação, assim como, posteriormente, o declínio do surto algodoeiro coincide com o surgimento de várias fábricas têxteis na província. Destarte, atesta o autor que havia economia exportadora em São Paulo desde o século XVIII.

<sup>22</sup> A desvalorização da moeda nacional fazia parte dos acordos de valorização do café, que surgiram a partir de 1890, quando a produção cafeeira de São Paulo cresceu em demasia e gerou problemas para a renda da cafeicultura. Segundo Boris Fausto (1994), esses problemas tinham duas fontes básicas: a grande oferta do produto fazia o preço baixar no mercado internacional, enquanto a valorização da moeda brasileira, a partir do

pontos do país, não servindo, portanto, como explicação suficiente para o impulso da industrialização da cidade de São Paulo em particular, ainda que esta, de longe, tenha sido muito mais beneficiada que outras regiões do Brasil<sup>23</sup>. Martins (1979, p. 274) afirma que é só depois do Encilhamento, crise especulativa de 1890-1891, que as indústrias passaram a se concentrar na capital e nuns poucos municípios importantes do interior, o que completou um processo iniciado com a expansão das ferrovias, que facilitaram a concentração industrial. Dessa maneira, situa a interpretação de Warren acerca dos fatores da industrialização paulista, classificando-a como a passagem do artesanato para a manufatura e para a grande indústria. Ademais, Toledo (2003) lembra que nesse período (décadas de 1980-90) já se encontravam atividades industriais em várias cidades interioranas como Americana, Sorocaba, Jundiaí, Itu, Salto, São Bernardo, Taubaté, entre algumas outras.

Destarte, Cardoso (1960a) observa que os esquemas usualmente utilizados para explicar a expansão industrial em São Paulo apenas consideram as condições econômicas e naturais que demandam o processo de industrialização, omitindo, assim, as condições sociais da industrialização, condições essas que “[...] permitiram a industrialização de uma área subdesenvolvida cuja economia se assentava na agricultura de produtos de importação” (CARDOSO, 1960a, p. 39). Seriam parte das condições sociais da industrialização a diversificação do emprego do capital e o desenvolvimento de núcleos urbanos, a intensificação da divisão social do trabalho e generalização de relações mercantis. Baseado na ideia da existência de um “[...] complexo cafeeiro capitalista paulista”, Cano (1975, p. 68) defende que, ademais da atividade produtora do café, que seria a principal, a agricultura produtora de alimentos e matérias-primas, a atividade industrial, a implantação e o

---

governo Campos Sales, impedia a compensação da queda de preços internacionais por haver uma receita maior em moeda nacional. Em 1906, firmou-se o Convênio de Taubaté, um acordo que previa a negociação de um empréstimo em libras esterlinas para custear a intervenção estatal no mercado, por meio da compra do produto por um valor conveniente aos produtores e a criação de um mecanismo para estabilizar o câmbio. Esse mecanismo era o que impedia a valorização da moeda brasileira, uma vez que aumentar o câmbio significava reduzir a diferença entre as moedas e quanto mais se pudesse comprar em café para, posteriormente, se revender a um preço mais favorável e lucrativo. Nas palavras do autor, “por meio desse mecanismo, ocorreu o que o economista Celso Furtado chamou de “socialização das perdas”, ou seja, desvalorizando a moeda nacional para favorecer a cafeicultura exportadora, o governo encarecia as importações que deveriam ser pagas pelo conjunto da população. Desse modo, as perdas do setor cafeeiro seriam socializadas, isto é, divididas por toda a sociedade”.

<sup>23</sup> Um dos principais motivos para isso foi o fato de que, com o deslocamento do café (da região carioca do Vale do Paraíba para o oeste da província paulista), a criação da São Paulo Railway, em 1866, e o novo eixo econômico do Estado demandando o Porto de Santos, toda a atividade comercial passava pela cidade São Paulo. Também, com a Abolição e a liberação de capitais para um emprego mais rentável, muitos fazendeiros (fazendeiros-capitalistas, e não os “velhos senhores-do-café” [CARDOSO, 1960a, p. 39]) mudaram-se para a cidade, o que foi favorecido pelo transporte ferroviário. Assim, São Paulo acabou ficando no meio do caminho entre as fazendas e o porto de Santos.

desenvolvimento do sistema ferroviário, a expansão do sistema bancário, a atividade do comércio de exportação e de importação, o desenvolvimento de atividades criadoras de infraestrutura (como portos, armazéns, transportes urbanos e comunicações) e a atividade do Estado, seriam parte componente deste complexo, que seria uma explicação para o desenvolvimento da indústria paulista. Dessa maneira, aponta que “[...] o capital que anteriormente se podia chamar de ‘cafeeiro’ vai, por destino, adquirindo outras denominações: ‘bancário’, ‘industrial’, ‘comercial’, etc.” (CANO, 1975, p. 68).

Neste sentido, entendemos que haveria uma inversão na compreensão do que seria o principal propulsor da industrialização brasileira e, em especial, da paulista: não é a exportação cafeeira que vai abrir espaço para a industrialização e o capitalismo, mas um capitalismo pré-existente abrirá espaço para essa indústria. Ou seja, o café faz parte, mas não é o único fator neste processo. Para Cardoso:

O processo de industrialização em qualquer região supõe, como pré-requisito, a existência de certo grau de desenvolvimento capitalista, e, mais especificamente, supõe a preexistência de uma economia mercantil e, correlatamente, implica num grau relativamente desenvolvido da divisão social do trabalho. (CARDOSO, 1995, p. 33)

Observa-se, então, que o salto histórico e econômico pelo qual a sociedade brasileira passou com a abolição da escravatura representou a emergência de uma mentalidade capitalista centrada na lógica própria do capital. Com o fim do sistema escravista, as relações mercantis, então, consolidaram-se como pré-requisito ao desenvolvimento capitalista e São Paulo tornou-se gradativamente o grande mercado distribuidor de produtos e de mão de obra, e essa também sofreu mudanças. Cardoso (1960a, p. 35) afirma que a existência de trabalhadores livres é um fator essencial para o desenvolvimento capitalista, uma vez que, sem a presença destes, não se criavam mercados, nem a renda gerada pelas empresas podia dividir-se em lucros e salário. Em virtude disso, os fazendeiros do oeste paulista passaram, então, a importar mão de obra livre, demarcando, assim, o momento principal da transição para formas capitalistas de produção e de novas formas de exploração do trabalho. Tem início a imigração e, com ela, os fazendeiros perdem a condição de senhores e tornam-se empresários capitalistas.

Dessa forma, infere-se que, como aponta Fausto (1976), a primeira etapa de formação da classe operária brasileira tem início nos últimos anos do século XIX, ligada ao processo de transformações cujo cerne foi o avanço da economia capitalista de exportação, que criou condições para a contratação de mão de obra estrangeira e para a constituição de um núcleo

de trabalhadores. Assim, surge o proletariado fabril, ainda que reduzido e concentrado em apenas poucas cidades. Também não podemos esquecer que, por um lado, a imigração constituiu parte da busca pelo desenvolvimento de um projeto de nação e para o branqueamento da mesma. A posição dessa classe proletária em formação e sua conceituação como um “território” de conflitos e disputas será analisada a seguir.

## **2.2 Formação e movimentos do proletariado urbano**

No Rio de Janeiro, em São Paulo e em várias cidades do interior da província paulista começaram a surgir diversas sociedades operárias, de natureza variada, a partir de fins da década de 1880 e início da década de 1890. Apesar de se haver em pauta um projeto de nação que previa a necessidade de um embranquecimento da população, Batalha (2003, p. 164), em seu trabalho sobre a classe operária na Primeira República, assevera que a imagem do operário imigrante e branco, que permeia o imaginário popular ao pensarmos no proletariado do período, pode ser uma visão correta somente ao que diz respeito aos estados do Sul e de São Paulo. Da mesma forma, para Batalha (2003), relacionar a imigração à formação da classe operária produz equívocos comparáveis como, por exemplo, ver em todo imigrante um anarquista ou alguém que imigrou em busca do enriquecimento (BATALHA, 2003, p. 169-170 *apud*. RIO, 2009, p. 61).

A partir da segunda metade do século XIX, trabalhadores urbanos livres passaram a se organizar em sociedades de socorro mútuo que ficaram conhecidas como sociedades mutualistas. Como a Constituição de 1824 impedia qualquer forma de organização sindical, o mutualismo foi uma das primeiras formas desse proletariado nascente se organizar. Na última década do século XIX e o início do século XX, com a constituição republicana, surgiram os primeiros sindicatos, voltados principalmente para a ação econômica (busca de melhores salários e condições de trabalho).

É neste mesmo período (fins do século XIX) que o Brasil começa a assistir o surgimento de uma vasta gama de grupos socialistas, cujas ideologias professavam um socialismo eclético, marcado pelo forte viés cientificista e positivista que caracterizavam o socialismo da Segunda Internacional (BATALHA, 2000, p. 22). Em 12 de dezembro de 1889, os socialistas elaboraram seu programa, intitulado “Manifesto Socialista ao Povo Brasileiro”, escrito por Silvério Fontes; no mesmo ano foi fundado o Círculo Socialista em Santos e, no

ano seguinte, foi criado o Partido Socialista Operário. O PSO teve uma importante atuação na articulação e coordenação de diversos círculos, participação que resultou na realização do II Congresso dos Socialistas<sup>24</sup>, em 29 de maio de 1902, em São Paulo. No Brasil, o anarquismo começou a se difundir também a partir dos anos 1890, especialmente através de grupos de propaganda e de periódicos operários.

A história do proletariado brasileiro é marcada por casos de repressão, violência extrema e perseguições. Prisões injustificadas, expulsões de estrangeiros (imigrantes) sem processos legais regulares, violência física, invasão e fechamento de jornais, encarceramento em regiões inóspitas da Amazônia, maus tratos e mortes foram algumas das atitudes adotadas pelo Estado contra o operariado (BATALHA, 2000, p. 13). A visão da República como possibilidade de emancipação da classe trabalhadora, o que nunca aconteceu e, pelo contrário, agravou sua situação, acabou por gerar uma grande decepção nos trabalhadores, que se dividiram em três tendências diferentes nesse período: 1) aqueles que se fundamentaram no positivismo e passaram a buscar direitos sociais sem questionar o sistema vigente (sindicalismo reformista); 2) aqueles que se pautavam na proposta de conquista de direitos sociais articulados a direitos políticos pela via político-eleitoral (socialistas e reformistas politizados); 3) e aqueles que negavam a política institucional e tinham como base a ação direta (sindicalistas revolucionários e anarquistas).

A repressão republicana aos movimentos de trabalhadores tem início já em 1890, com a determinação de Floriano Peixoto de expulsão de operários estrangeiros que fossem acusados de anarquismo. Os anos subsequentes a este foram de tomada de consciência acerca da nova ordem vigente e da intensificação da organização operária, em suas devidas proporções (recordemo-nos que estamos falando de um proletariado ainda em formação e de um movimento gestacional). Entre os anos de 1905 e 1907, foram muitas as mobilizações de trabalhadores, chamando à atenção as greves dos anos 1906 e 1907. Tal movimentação acautelou o Estado, que em 1907 aprovou a Lei Adolfo Gordo (que leva o nome do deputado que a propôs) sob a qual não haveria chances legais de defesa aos operários acusados de levante. Com base nessa lei somente no ano de 1907 foram expulsos 132 estrangeiros, e entre 1907 e 1921, houve um total de 556 expulsões (BATALHA, 2000, p. 43). Devido a tais medidas restritivas, a partir de 1908 há uma acentuada queda nas mobilizações operárias e no

---

<sup>24</sup> Os Congressos Operários que compreendem o período abarcado por esta pesquisa são: os congressos socialistas, de 1892 e de 1902, o Congresso Operário Brasileiro, de 1906, e o 4º Congresso Operário Brasileiro, realizado em 1912.

número de greves, essas mobilizações só passam a ser retomadas a partir de 1912, com a realização do 4º Congresso Operário Brasileiro e das agitações contra as leis de expulsão, que geraram campanhas em Portugal, Espanha e Itália visando desestimular a emigração para o Brasil (BATALHA, 2000, p. 47).

Tendo em vista que, ao pensarmos no movimento operário da época, que diz respeito a esta pesquisa, devemos lembrar que este se consistiu em uma multiplicidade de experiências e de expressões. Assim, uma questão principal, que englobará outras duas e que, de certa forma, se alinhavam à essa pluralidade operária, seriam: a concepção de povo (ou da falta de um "povo" brasileiro e a necessidade da "criação" de um) e, logo, a justaposição e a influência desta na imigração e na educação do trabalhador assalariado do período. Em pesquisa sobre como se manteve a coesão do território brasileiro após a Independência, Richard Graham (1973) aponta que a sensação de pertencimento não localizada, ou seja, não mais simplesmente provincial, mas sim nacional, teve início com a elite cafeeira carioca e, posteriormente, disseminou-se para outros grupos que passaram a figurar como dominantes. Nesse sentido, “[...] o grupo que durante o século XIX começou a pensar-se como brasileiro pertencia, sem dúvidas, a uma elite reduzida em cada província” (GRAHAM, 1973, p. 630 - tradução nossa<sup>25</sup>).

Mas, então, como era entendido o restante da população por estes que, agora, se consideravam brasileiros? Naxara (1991, p. 39), que trabalha as representações do trabalhador no período, aponta que o Brasil era entendido como um país despossuído de povo e de identidade, uma vez que era formado por uma população mestiça, heterogênea e sem características próprias. Seria então um país sem face nem identidade, onde a grande maioria da população não formava um corpo social e a elite não se identificava com as tradições populares, procurando distinguir-se dessas e não se reconhecer como pertencente a ela. Como indicado por Graham, será o clientelismo<sup>26</sup> quem permitirá às elites se compreenderem como parte de uma nação uma vez que, pertencer a um mundo político e obter benefícios tinha

---

<sup>25</sup> “[...] El grupo que durante el siglo XIX quizá empezó a pensarse brasileño pertenecía, sin duda, a una élite reducida en cada provincia”.

<sup>26</sup> O conceito de clientelismo, que passou a ser utilizado por cientistas políticos a partir dos anos 1950-60, tornou-se de uso comum para a explicação de “desajustes” entre o desenvolvimento econômico-social e a desestabilidade das instituições políticas. O clientelismo teria como função a troca de benefícios, mas, também, a de estabelecer a solidariedade em sociedades onde existe uma relação de confiança fragilizada. O “clientelismo eleitoral”, termo largamente empregado no estudo da história eleitoral brasileira, teria correlação com a definição de quem controla o fluxo de benefícios, sendo este dependente diretamente dos resultados das eleições, ou seja, onde o cliente/eleitor possa escolher entre diferentes patronos, ainda que esta escolha esteja “determinada” pelos interesses do beneficiário (e pela escolha/postura que o mesmo se comprometeu a manter).

relação com a existência de um Estado. Por assim dizer, o nacionalismo então vai se constituir a partir das intencionalidades e da busca pela obtenção e manutenção de cada vez mais poder pelas elites. Essa desqualificação da população pobre brasileira também refletiu na desqualificação do trabalhador pobre, o que, segundo Naxara, também pode ser compreendido como uma das justificativas para a imigração<sup>27</sup>.

É neste contexto que emergem conceitos pedagógicos advindos do movimento operário, tanto que confluem, em partes, com as propostas educacionais vigentes (como a necessidade do acesso à educação, mesmo que este seja proporcionado e gerido pelo Estado), quanto que divergem totalmente destas e ressaltam a imprescindibilidade de uma educação que forme o sujeito de acordo com as necessidades reais da comunidade (como os anarquistas italianos<sup>28</sup>) e que negam uma “educação opressora” condicionadas aos interesses das elites.

A concepção de que a emancipação do proletariado só poderia ser possível a partir da apropriação do conhecimento (afinal, além dos meios de produção, as elites se apropriavam também do conhecimento, dividindo-o, basicamente, entre um tipo de ensino diferenciado para aquele que irá trabalhar/servir e aquele que irá conduzir/ser servido) toma força. Assim, o movimento socialista<sup>29</sup> apontou para a nítida vinculação entre educação e política: pela

---

<sup>27</sup> “A desqualificação do homem livre pobre brasileiro – branco ou não – remonta às origens mesmas da história do Brasil. No período colonial ela constituiu base de legitimação e justificativa da permanência da escravidão, uma vez que o escravo foi escolhido e eleito como o elemento de trabalho por excelência, permanecendo a população livre despossuída marginalizada na sociedade que aqui se criou e desenvolveu ao longo de três séculos. A partir do momento em que, no século XIX, tornou-se efetiva a transição do trabalho escravo para o livre, tal desqualificação passou a servir para justificar a adoção de uma política voltada para a importação de braços europeus (ao menos no estado de São Paulo), buscando-se as formas adequadas para a criação e manutenção de um mercado de trabalho livre, do qual grandes parcelas da população brasileira, acrescida dos escravos, permaneceram marginalizados. [...] A questão do trabalho foi então colocada em pauta como elemento do progresso no Brasil, no momento em que se encaminha a transição de uma sociedade baseada no trabalho escravo para o trabalho livre, trazendo à tona a temática e as discussões ligadas á forma adequada para a promoção dessa transição e impondo, de certa forma, aos contemporâneos o pensar sobre a realidade brasileira e a população nacional livre e pobre, virtualmente disponível” (NAXARA, 1998, p. 45-46).

<sup>28</sup> Como exposto, Batalha critica o fato de, no estudo da formação da classe operária brasileira, muitos pesquisadores acabarem por “ver necessariamente em todo imigrante um anarquista”. Porém, especialmente em São Paulo, o maior número de operários vinculados à grupos reconhecidos como anarquistas ou sindicalistas revolucionários eram imigrantes de origem italiana. Aqui, cabe também apontarmos uma ressalva no que tange às diferenças entre o movimento anarquista e o sindicalismo revolucionário, ainda que fosse comum confundí-los, uma vez apresentavam objetivos comuns, apesar de divergirem bastante em questões estratégicas. Segundo Toledo (2004, p. 45-46), para alguns, sindicalismo revolucionário e anarquismo eram dois movimentos distintos, sendo o sindicalismo revolucionário visto como uma ruptura tanto com o anarquismo como com o socialismo. Para outros, o sindicalismo revolucionário era o anarquismo operário, ou seja, anarquistas engajados no movimento sindical pautados em um anarquismo “realista e concreto”. Para os anarquistas, “o sindicato era então condenado não mais pela inutilidade, mas pelo reformismo, que faria perdurar a sociedade capitalista”. Nesse sentido, os militantes sindicais interpretavam o sindicalismo revolucionário de maneira distinta.

<sup>29</sup> O “socialismo utópico” foi bastante comum entre os trabalhadores brasileiros desse período, tendo como nomes principais Saint-Simon, Charles Fourier e Robert Owen, que estavam mais alinhados ao cientificismo e a elementos republicanos. Ainda que seja relacionado com darwinismo social, o filósofo Hebert Spencer e o naturalista Jean-Baptiste de Lamarck, são largamente referidos em jornais da imprensa operária, como *O Livre*

primeira vez na história do país a questão da educação das massas era vista como uma tarefa de instrumentalização política do operariado na luta social. Destarte, a educação surgia como parte integrante da luta dos trabalhadores pela direção da sociedade e os programas dos diversos partidos socialistas da época ressaltavam a necessidade de um “ensino gratuito, laico e técnico-profissional”, o que marcou a fundação de diversas “escolas operárias” e bibliotecas populares voltadas para a educação do proletariado.

Se por um lado a organização dos socialistas e sua busca por um ensino emancipatório para a classe trabalhadora esteve principalmente vinculada aos partidos, por outro os anarquistas viam-se majoritariamente organizados em sindicatos (os anarco-sindicalistas<sup>30</sup>) ou em grupos que procuraram desenvolver experiências educacionais baseadas nos ideários ácratas, especialmente na pedagogia racionalista de Francisco Ferrer y Guardia<sup>31</sup>. A negação da educação e das escolas oferecidas pelo Estado e permeadas pelas instruções de base clerical levou à criação de diversas Escolas Modernas<sup>32</sup>, principalmente no interior e na

---

*Pensador e O Amigo do Povo*. Já August Comte acaba mais associado às elites, através de nomes como Rui Barbosa e Benjamin Constant, e também pela sua influência no exército brasileiro. Como é possível perceber, uma miríade de ideias dentro de diferentes tipos de “socialismo” figuraram nas publicações e no pensamento operário do período. Segundo Edgar Rodrigues, sobre o Primeiro Congresso Brasileiro: “Foi, portanto, em meio a um ambiente hostil que o trabalhador estrangeiro pregou suas ideias, [...] suas doutrinas provinham de várias escolas. A princípio, as que melhor frutificaram no Brasil foram as ideias de Robert Owens, Charles Fourier, Peter Kropotkine, Miguel Bakunine, Malatesta, Rossi, Reclus e Sebastião Faure – expoentes das lutas sociais, que nos Congressos da Europa, ganhavam projeção, a partir da ‘Primeira Internacional dos Trabalhadores’ (A.I.T.), chegando ao Brasil sob a denominação de ‘Sindicalismo Revolucionário’, ou ‘Anarco-sindicalismo’, como muitos preferiam chamar-lhe” (O Primeiro Congresso Operário Brasileiro *apud* RODRIGUES, 1979, p. 96).

<sup>30</sup> George Woodcock (1963) apresenta quatro linhas ideológicas do anarquismo: mutualismo proudhoniano, anarco-coletivismo, anarco-comunismo e o anarco-sindicalismo. Para uma melhor compreensão das linhas aqui citadas, ler as notas anteriores.

<sup>31</sup> Francisco Ferrer y Guardia nasceu em 1859, em Alella, uma cidade costeira perto de Barcelona. Oriundo de uma família relativamente rica, dona de vinhedos, conservadora e católica, Ferrer vive em um período caracterizado pela questão social e um movimento trabalhista dinâmico. Desde a juventude esteve relacionado a um ambiente de inspirações anti-monarquistas, maçons, republicanos, mas também com livres-pensadores e anarquistas. Após o fracassado motim republicano de 1886, Ferrer se exila em Paris, onde passa a trabalhar como professor. Após 15 anos de exílio em Paris, retorna à Catalunha para fundar a Escola Moderna (nome que também carrega o livro de compilação de seus textos sobre o ensino editado após sua morte), em 8 de setembro de 1901. As concepções educacionais de Ferrer se pautavam em oito pontos fundamentais: caráter ambivalente do processo educativo, racionalismo (laicização e cientificismo), antiautoritarismo e antiestatismo, igualitarismo, idealismo, respeito à personalidade do aluno, superação da divisão entre trabalho intelectual e manual e formação integral (PAULA, 2012, p. 131). Em 13 de outubro de 1909, Ferrer foi executado na prisão pelo governo espanhol sob a acusação de ter liderado a chamada revolta da Semana Trágica, ocorrida entre 26 de julho e 2 de agosto de 1909 em Catalunha e Barcelona. A Semana Trágica teve início com uma greve geral promovida pelo movimento operário após a morte de quatro trabalhadores como resultado de um ataque de Kabyles, resultado das disputas iniciadas com o decreto do governo de Antonio Maura para enviar tropas de reserva para as possessões espanholas no Marrocos.

<sup>32</sup> Na proposta educacional de Ferrer, a escola é concebida como um palco livre de hierarquias, onde o professor é um parceiro e as práticas verticalizadas, religiosas e dogmáticas são banidas do ambiente escolar e das tarefas educativas. Para Ferrer uma educação libertadora seria aquela em que a escola contemple um “ensino racional e científico” e onde “[...] as crianças possam se tornar pessoas educadas, verdadeiras, justas e livres de



capital de São Paulo. Universidades populares e liceus (centros de estudos sociais) voltados para a educação dos adultos também eram mantidos e dirigidos pelos libertários.

Passa a figurar, então, um crescimento na disputa de distintos grupos pela educação operária, sendo possível se observar rivalidades, por exemplo, entre militantes anarquistas e integrantes do clero católico pela filiação de trabalhadores às suas ideias pedagógicas. Assim, assomado ao pensamento positivista, a doutrina social da Igreja também disputava as mentes operárias. Batalha (2000, p. 28) destaca as três principais ordens de ensino operárias e católicas que existiram durante a Primeira República, que seriam: o Centro dos Operários Católicos, fundado em 1889, em São Paulo, transformado mais tarde em Centro Operário Católico Metropolitano, em 1907; a Federação Operária Cristã, atuante na década de 1910 em Pernambuco, e a Confederação Católica do Trabalho, fundada em 1919, em Belo Horizonte. Bilhão (2015, p. 151) aponta que, ademais das aproximações com parcelas do ideário positivista, apesar de “percorrerem” caminhos distintos, em determinadas ocasiões são perceptíveis convergências, por exemplo, entre as perspectivas católicas e anarquistas de educação. O fato de ambos os grupos apontarem os vícios como motivos de ruína do operariado e a necessidade dos trabalhadores darem bons exemplos aos filhos são exemplares dessa aproximação.

Importante ferramenta na organização dos trabalhadores e em sua busca por direitos e educação no período foi, sem dúvidas, a imprensa operária. Expressão de diversas correntes político-ideológicas (anarquistas, socialistas, comunistas, católicos, etc.), eram instrumentos de propaganda e debate e que, apesar de terem vida efêmera, em sua grande maioria, são fontes primorosas para a análise da cultura operária, de suas mobilizações e aspirações. O proletariado brasileiro, ainda disperso e em germinação, promoverá, especialmente nos grandes centros, movimentações diversas e constantes nesta disputa pelo direito e pelo controle do (ou pela participação direta no) ensino das classes operárias.

### **2.3 Modelos pedagógicos do período**

Para Cambi (1999, p. 487), no que tange à educação, o século XIX foi o "século da pedagogia": a emergência de uma sociedade de massa e a industrialização trouxe a necessidade de se conformarem novos modelos comportamentais para as novas classes que

---

preconceitos”. A ideia pedagógica de Ferrer e de sua Escola Moderna serão trabalhadas em maior profundidade no terceiro capítulo desta pesquisa.

surgiam. Esses modelos, porém, poderiam ser realizáveis apenas através da educação, mas não de uma educação qualquer, e sim de uma educação nova, uma educação projetada de maneira a organizar essa nova sociedade sem que, todavia, fossem abaladas as estruturas que estabeleciam a hegemonia social, ou seja, a relação dominante-dominado. Conduzida pela demanda de um “povo projetado”, essa nova sociedade se vê encarregada de um projeto educativo que se disseminasse junto às diversas instituições e assumisse um aspecto cada vez mais articulado e complexo para completar a formação do homem-cidadão.

Na Europa, os modelos pedagógicos oitocentistas visavam à pacificação da população devido às transformações no modo de produção e de exploração do trabalho (reformulação produtiva para modelo capitalista). Nessas novas pedagogias, a formação tem uma espessura política concreta e um vínculo forte com as ideologias dominantes do século. À centralidade social da educação será delegada a repacificação entre classes e grupos, adaptando-os a modelos de valores e comportamentos que sejam uniformes e comuns. Em Pestalozzi, por exemplo, é possível perceber o vínculo entre educação e sociedade através da concepção de disciplina e trabalho, vinculados à noção da formação do homem como um exercício de liberdade e de participação social. É nessa ideia de liberdade que se identifica a função ideológica da educação: emancipar de maneira integradora, tornando o sujeito um "cidadão", partícipe e responsável pela nova sociedade industrial e liberal (CAMBI, 1999, p. 409).

No Brasil, o desenvolvimento das forças produtivas e as alterações no âmbito da organização das relações de produção e de troca acabaram por sacudir o panorama cultural da Primeira República e, dentro dele, a discussão referente aos assuntos educacionais e pedagógicos do período. O processo de imigração, formação e organização do proletariado urbano (principalmente o paulista e o carioca) corroborou para a fomentação de novas perspectivas e experiências pedagógicas neste íterim, mas não devemos ignorar ou perder a atenção às concepções pedagógicas que, com o fim do Império, ascendiam no seio das elites republicanas, onde são apresentados os movimentos do “entusiasmo pela educação”<sup>33</sup> e do

---

<sup>33</sup> O "entusiasmo pela educação" foi um movimento característico do início do século XX e da década de 1920, marcado pela disseminação de programas voltados para a busca da diminuição do analfabetismo. A formação de professores da educação básica também era parte das preocupações desse movimento. A luta pela alfabetização partia da ideia de eliminação da "peste moral dos povos" (o analfabetismo), que seria um impedimento para o progresso da nação. A educação, então, é vista como instrumento de ascensão social e desenvolvimento político e econômico do país, onde a escola, capaz de criar o “cidadão votante” (uma vez que na Constituição de 1891 o voto do analfabeto é restringido) era entendida com uma função explicitamente política (SAVIANI, 2000).

“otimismo pedagógico”<sup>34</sup>, assim como o adentramento do escolanovismo<sup>35</sup> e a aproximação das elites para com este ideário.

Com o fim do Império e a queda do Poder Moderador, junto com o entusiasmo da classe média em ter uma maior participação política, emerge um “fervor ideológico” suscitado tanto pelas ideias de democracia, federação e educação (entendidas, então, como soluções indispensáveis para a efetiva modernização da nação), quanto pela iminência da I Guerra Mundial. Com o foco na modernização, os intelectuais ligados às elites passaram a buscar e propor “fórmulas” que pudessem acabar com o analfabetismo, considerado a “peste moral dos povos”. Pautados no pensamento liberal/positivista, no campo do ensino os ideais de “ordem e progresso” eram, basicamente, o mesmo que “educação e produção”.

A organização do trabalho, ainda no início da década de 1910, já aparecia de forma estruturada, hierarquizada e vigiada, permitindo uma severa exploração da força de trabalho. O uso da mão de obra feminina e infantil passou por largo crescimento à medida que as máquinas eram substituídas por modelos novos, que necessitavam de mãos e tratamento mais “ágeis e delicados”, sendo seu emprego majoritário nas indústrias têxteis já antes do início da década de 20. Tais elementos propiciavam a opressão máxima ao trabalhador, especialmente

---

<sup>34</sup> Com o adentramento dos ideais do escolanovismo no Brasil, mudou-se a preocupação em sistematizar a escola como um instrumento de participação política para um plano técnico-pedagógico, ou seja, um movimento que considerava mais relevante à reestruturação interna das escolas e a mudança dos conteúdos e métodos pedagógicos. Segundo Saviani (2000), essa mudança se dá pelo fato de que, com o entusiasmo pela educação, esperava-se criar na população uma consciência de voto que fosse correspondente aos interesses da burguesia. Uma vez que a população se conscientiza da necessidade de buscar votar em candidatos cujos ideais e propostas fossem mais condizentes com suas necessidades, ou seja, os “menos piores” e não vinculados diretamente às demandas das elites, o problema deixa de ser entendido com parte da instrução, mas sim da qualidade do ensino. Neste sentido, o otimismo pedagógico surge para “direcionar” esse ensino de volta para os desejos das elites, comprometendo, assim, a educação popular.

<sup>35</sup> O movimento de crítica e de forma da pedagogia tradicional, que teve início no final do século XIX, ficou conhecido sob o nome de Pedagogia Nova, Escola Nova ou de “escolanovismo”. Esta teoria baseava-se na crença do poder da escola enquanto equalizadora social. Esta pedagogia advoga a necessidade de abertura no espaço escolar para a descoberta das diferenças individuais, partindo, assim, de uma espécie de bio-psicologização da sociedade, da educação, e da escola. Baseada na ideia de que cada indivíduo é único, despenderá uma mirada para a questão da marginalização, afirmando que as diferenças são normais e intrínsecas à existência humana e que, assim, não haveriam de haver indivíduos discriminados, sendo papel da educação ajustar e adaptar os indivíduos à sociedade, promovendo neles o sentimento de aceitação dos demais e pelos demais. (SAVIANI, 1983, p. 9.). Neste sentido, a educação seria um instrumento de correção da marginalidade ao passo que contribui para a construção de uma sociedade na qual as diferenças deixam de ser motivos para a segregação. Porém, apesar de possuir este olhar para a busca da superação das diferenças, a Escola Nova acabou por agravá-las, uma vez que, pautada na questão da “qualidade do ensino”, deslocou o eixo de preocupação do âmbito político (ou seja, que diz respeito à sociedade e ao seu conjunto) para o âmbito técnico-pedagógico (que se refere ao interior da escola), promovendo, assim, uma expansão da escola que estivesse dentro dos limites de interesse das elites e que estivesse adequado à manutenção da dominação destes. Dessa forma, a “Escola Nova” aprimorou a qualidade do ensino destinado às elites, mas não obteve resultados no que tange à educação das camadas mais baixas, uma vez que não era, todavia, acessível a estas. O escolanovismo foi largamente disseminado na Europa e principalmente nos Estados Unidos entre finais do século XIX e início do XX, e chegou ao Brasil nas décadas iniciais do século XX.

às mulheres e crianças, efervescendo, assim, as reivindicações da classe operária que, organizada, realizou as Greves de 1905 e 1907.

É nessa conjuntura que a questão das mobilizações sociais acabou gerando um novo discurso para as elites, que se dizia “preocupada com a questão social” quando, na verdade, buscava reprimir da forma mais violenta possível o movimento operário. Naxara (1998) bem coloca que àqueles que recusassem a disciplina desse novo mundo do trabalho ficou reservado, primeiramente, a repressão e, depois desta, a educação, ambas vistas como recursos para a obtenção da disciplina. Por outro lado, o crescimento do proletariado urbano e, assim, a multiplicação de ações reivindicatórias, coloca a educação como uma possível resposta-contenção proletária, uma vez que esta passa a ser compreendida como outro tipo de meio e/ou direito do qual os trabalhadores se encontram aliados.

É também por volta dos anos de 1910, que os ideais da Pedagogia Nova<sup>36</sup> passam a ser introduzidos no Brasil, ressaltando ainda mais a necessidade de democratização do acesso à escola. Essa década seria caracterizada pelo “entusiasmo pela educação”, com preocupações de ordem quantitativa, enquanto a década de 1920 seria marcada pelo “otimismo pedagógico”, baseado em preocupações pedagógicas de ordem qualitativa. De um modo geral, é possível dizer que tais ideias educacionais e pedagógicas fizeram parte de uma plataforma que não só buscava uma reforma na educação em si, mas que pudesse responder aos trabalhadores ora de forma repressiva, ora de forma “sedutora”, baseada na cooptação do operariado, se mostrando, assim, como um nítido esboço de projeto de nação.

O projeto de nação baseava-se no ideal de uma identidade nacional, conforme apresentado nos capítulos anteriores, cujo processo civilizador deveria superar as mazelas do colonialismo e da escravidão, fazendo com que o passado fosse esquecido e uma nova sociedade, comparável aos padrões urbanos e sociais dos países industrializados, pudesse ser desenvolvida. Segundo Pinto Jr. (2003), uma das dificuldades apontadas pelas elites brasileiras para a criação dessa “nova nação” era o próprio “povo”, ou seja, a concepção de uma população pobre, mestiça e destituída de identidade era tida como um obstáculo ao ideário nacional. Nesta conjuntura, a educação será tida como peça-chave para a solução deste “problema”, uma vez que as elites republicanas difundiam a ideia de que somente uma sociedade educada seria capaz de trazer o progresso para o país. Assim, uma educação que

---

<sup>36</sup> Pedagogia Nova: baseada nos escritos de Dewey, Kilpatrick e outros, ganham força no Brasil a partir dos anos 1920.

instrumentalizasse o povo, mas que fosse segura e visasse a atender aos interesses das elites permitiu a implantação de projetos pedagógicos pelos estados brasileiros.

José Murilo de Carvalho, tendo como base o livro *A educação nacional*, de José Veríssimo, aponta que:

Talvez por no existir acuerdo sobre la identidad de la nación, hubo en el inicio de la republica una mayor preocupación por la construcción nacional a través de la educación y, especialmente, de la educación primaria. El ya citado libro de José Veríssimo, publicado después de la proclamación de la República, era una apasionada llamada en favor de la introducción de lo que llamaba educación nacional, esto es, una educación pública destinada a la formación del ciudadano, hacia la promoción del patriotismo. Después de mostrar la total ausencia de ese tipo de educación, la ausencia del Brasil en la escuela primaria y también en la secundaria, Veríssimo propuso una reforma profunda en la enseñanza de la historia, de la geografía y de la educación femenina y la introducción de la educación física. Siguiendo el ejemplo de otros países, como Alemania, Francia, los Estados Unidos, propugnaba una educación formadora de ciudadanos. (CARVALHO, 2003, p. 518)

Para Veríssimo, a colonização gerou uma degeneração racial<sup>37</sup> e uma série de “Brasis” regionalizados, que apenas a educação poderia superar; assim, para ele, a educação pública representava uma maneira estratégica de inserir o País na “ordem moderna” ou, em outras palavras, em uma civilização. Essa concepção de civilização significava, basicamente, a ideia de um projeto de nação. Ao comentar sobre o Estados Unidos recém-independente, o autor cita que a questão popular foi posta em voga no processo de independência estadunidense e que foi esta conquista do elemento popular o princípio fecundo que permitiu a efetivação da democracia norte-americana. Neste sentido, cita as transformações ocorridas nos Estados Unidos não como um modelo a ser piamente copiado, mas a ser tido como inspiração para as reformas que deveriam ser impostas e efetivadas no Brasil. Em suas palavras, ressalta que, nas reformas republicanas, haveria de visar-se formar “brazileiros (sic!) e não yankees”.

Baseado nas ideias republicanas francesas – para a qual o desenvolvimento da democracia só é possível na medida em que a instrução estiver ao alcance de todos e propiciando o progresso da razão – e dos romantismos rousseauiano e herderiano – para os quais seria a pátria, ou seja, a nação e sua história as quais constituem os indivíduos enquanto seres humanos e os permitem se tornarem cidadãos – Veríssimo advogava a ideia de que a

---

<sup>37</sup> Veríssimo aponta diversos fatores que poderiam influenciar negativamente a população brasileira. Ainda que a questão racial seja tida como o fundo principal destes problemas, o contexto ambiental (determinismo geográfico) e o modo produtivo aos quais os indivíduos se encontram inseridos também seriam determinantes em suas debilidades: “Molle (sic passim) pelo clima, molle pela raça, molle por esta precocidade disfuncções (sic!) genéticas, molle pela falta de todo trabalho, de qualquer atividade (sic!), o sangue pobre, o character nullo (sic) ou irritadiço e por isso mesmo inconsequente, os sentimentos deflorados e pervertidos, amimado, indisciplinado, mal criado em todo o rigor da palavra - eis como de regra começa o jovem brasileiro (sic!) a vida” (1889, p. 36).

nação brasileira se constituiria ao passo que a cultura e a história do país fossem produzidas. Destarte, aponta a importância do ensino de História, uma vez que compreende esta como não apenas uma disciplina, mas uma ferramenta basilar na construção do patriotismo e do sentimento nacional.

Percebe-se, a partir da análise das visões veríssimianas acerca da República e da instrução pública, que a concepção de educação do período estava fortemente vinculada à noção de uma educação cívica, ou seja, que suscitasse um sentimento patriótico e de identificação nacional. Assim, a instrução pública era considerada pedra angular da República e, logo, este ensino não poderia basear-se em uma metodologia pedagógica débil e que não estivesse orientada para o civismo. Segundo Veríssimo, “[...] amontoar matérias não ligadas entre si por nenhuma idéia (*sic!*) moral superior, e ensiná-las bem ou mal, não é educar ou, segundo o conceito de Spencer, preparar o homem para a vida completa, como membro da família, da pátria e da humanidade” (1889, p. 2).

Incorporado ao discurso patriótico estava a ideia de cidadania, está baseada no conceito de participação social a partir do conhecimento das leis e das obrigações, que imporiam os deveres assim como garantiriam os direitos. Nesse sentido, a educação nacionalista ou cívica também seria responsável por ensinar um tipo de solidariedade nacional que seria, inicialmente, provocada por uma solidariedade escolar, sendo esta alicerçada pela disciplina. A noção de participação social, cidadania, direitos e deveres se encontrava, então, vinculada ao advento eleitoral<sup>38</sup>, derivado da implementação da República e que, apesar de restringir a participação (voto) de mulheres e analfabetos, passou a permitir à população a escolha de seus mandatários, de maneira que, por um lado, a educação passou a ser reconhecida como uma forma de instruir o povo de forma a tornar este apto a fazer uma “melhor escolha de seus representantes” (ou seja, daqueles que melhor condissessem aos interesses das elites e que não oferecessem risco às estruturas sociais hegemônicas), porém, por outro lado, a educação tornou-se identificada pelas “classes baixas e iletradas” como uma forma de aceder ao direito de poder participar efetivamente da sociedade republicana e de também poder eleger os representantes que lhes apetecessem (CAMBI, 1999, p. 408).

Assim, como postula Cambi (1999, p. 408), se para as elites a educação passa a ser entendida como uma via para perpetuar o domínio técnico e sócio-político através da

---

<sup>38</sup> Veríssimo também comenta este fato em sua obra, ao relatar que, nos últimos dois anos (ou seja, antes da Proclamação da República) havia “[...] apenas de pouco mais de 200 mil eleitores, em uma população de cerca de 15 milhões de habitantes” (1889, p. 38).

formação de um "espírito burguês", do desejo de ordem e de um progresso baseado na índole produtiva e nacionalista, para o povo ela seria uma ferramenta que propiciaria operar a emancipação das classes inferiores a partir da libertação da mente e da consciência para que, assim, fosse possível chegar à libertação política.

#### **2.4 A questão da mulher no período**

A busca pelo que era concebido como civilizado e moderno durante a República também permitiu uma grande movimentação no que tange às ideias e modelos relativos aos sujeitos, aos corpos e, assim, à condição das mulheres na sociedade da época. Obviamente que essas transformações se abateram de maneiras distintas nos diferentes estratos sociais e que, nas devidas proporções contextuais, significaram tanto, por um lado, passos iniciais e superficiais para a busca da emancipação feminina como, por outro lado, uma continuidade da sujeição do feminino, ainda que sob novos moldes e lógicas. A industrialização e a demanda por uma nova urbanização que abrigasse a nova dinâmica produtiva nas cidades permitiram novas formas de participação e de uso do espaço público, em especial pelas mulheres, que passaram a transitar por ele seja para atividades sociais burguesas, como por aquelas pertencentes às elites, ou para dirigirem-se ao trabalho, às fábricas, ou para atos e festas operárias.<sup>39</sup> Todavia, devido à mentalidade machista e conservadora, influenciada pela vertente religiosa lusa e pelo positivismo comtiano, a mulher na via pública continuava vista como um ser alóctone e/ou tida como prostituta. Por esse motivo, novos padrões de comportamento, que correspondessem ao ideal da nova sociedade que se visava construir, precisavam ser empregados na busca de controlar a mulher neste espaço.

No que diz respeito à consideração da mulher no período da Primeira República, com relação aos documentos oficiais, podemos referenciar, de início, o fato de que na Constituinte Republicana de 1891 figuras como Nilo Peçanha, Epitácio Pessoa e Hermes da Fonseca defenderam o direito ao voto feminino, ainda que, na prática, a mulher em si não tenha sido citada no texto original da Constituinte. Pinto (2003, p. 15-16) evidencia que, para o senso comum da época, era natural a mulher não existir na cabeça dos constituintes como um indivíduo dotado de direitos, o que explicaria sua exclusão do documento. Porém, a atuação

---

<sup>39</sup> Vale ressaltar que, no período, o espaço doméstico estava restrito à mulher burguesa: as lavadeiras, prostitutas e, em geral, as mulheres de classes inferiores/subalternizadas nunca tiveram suas atividades vinculadas exclusivamente ao lar.

feminina no que tange a questões políticas não data apenas do período republicano e esteve longe de estar restrita à participação puramente eleitoral. Fonseca-Silva (2012), em seu trabalho sobre a memória política da mulher no Brasil, faz um longo levantamento e exposição de figuras femininas que estiveram presentes em diversos episódios da história político-social brasileira, em especial no primeiro *decalustro*<sup>40</sup> do século XIX<sup>41</sup>.

Como a educação superior só foi autorizada ao público feminino brasileiro no ano de 1879, muitas mulheres pertencentes às elites continuaram seus estudos no exterior e, ao retornarem ao país, passaram a mobilizar-se por questões relativas ao direito ao acesso à educação e ao voto pelas mulheres. Nos Estados Unidos e na Inglaterra, a discussão sobre o sufrágio feminino já pululava desde o início do século XIX<sup>42</sup> e, em meados deste, o movimento sufragista feminino tomou o palco das lutas políticas na Europa<sup>43</sup>. No Brasil, é a partir das três primeiras décadas do século XX que este movimento terá maior força, tendo à sua frente figuras como Bertha Maria Julia Lutz e Leolinda de Figueiredo Daltro.

Em 1910, é fundado, no Rio de Janeiro, o Partido Republicano Feminino, presidido por Leolinda, sendo ele registrado oficialmente apenas no ano seguinte. Uma das primeiras atividades políticas conhecidas de Leolinda foi sua atuação em apoio à candidatura de Hermes da Fonseca, em 1909, através da congregação de outras mulheres no grupo conhecido como “Junta Feminil Pró-Hermes”. As campanhas de Ruy Barbosa (de 1909 e também de 1919), apesar de serem reconhecidas como de viés liberal e que postulassem a igualdade entre todos os sujeitos, visando uma mudança na mentalidade da época, não chegaram a citar, em nenhum momento, a incorporação da mulher por meio do voto. Foi fundado então, em 1910, o PRF,

---

<sup>40</sup> Período que corresponde a meio século, ou seja, 50 anos (palavra de origem hispânica).

<sup>41</sup> Dentre as personagens apontadas pela autora, podemos referenciar Bárbara Pereira de Alencar, participante da revolução republicana no Ceará; Ana Lins; pela participação na revolta conhecida como Confederação do Equador; Maria Quitéria, conhecida por participar nas batalhas pela Independência; Maria Felipa, que, na Bahia, liderou 40 mulheres que invadiram e atacaram um acampamento português na busca pela independência da província; Nísia Floresta, professora e escritora, conhecida como a primeira educadora feminista do Brasil, responsável por fundar e gerir uma escola para meninas, por sua luta abolicionista, sua adesão ao movimento republicano e pela publicação de seu livro “*Direitos das mulheres e injustiça dos homens*”, escrito aos 22 anos.

<sup>42</sup> Mary Wollstonecraft, uma escritora inglesa, é considerada uma das pioneiras na defesa do sufrágio feminino, tendo publicado livros e diversos manifestos sobre o assunto desde 1792.

<sup>43</sup> A discussão sobre o acesso ao voto (sufrágio universal), compreendido historicamente como um direito destinado a poucos, em especial à homens possuidores de bens, passou a tomar forma a partir dos eventos de 1848, em especial na França, quando a exigência monetária para ser considerado um eleitor deixou de vigorar e a concepção dos homens em igualdade de direitos foi levantada como garantidora do direito a participação das eleições. A questão da igualdade universal trouxe à tona a problemática da separação política entre homens e mulheres e ao direito de acesso destas ao sufrágio, debate que se acirrou na Europa especialmente a partir da década de 1890. O Brasil foi um dos países pioneiros na discussão acerca das possibilidades de extensão do voto às mulheres e na aprovação deste, apesar de o voto feminino haver sido concedido apenas em 1932.



partido que ficou conhecido por ser composto unicamente por mulheres, possuindo um estatuto que proibia a participação masculina.

Entretanto, Mendes (2010, p. 169) aponta que, por pautar-se nos preceitos liberais de igualdade entre todos os indivíduos, o movimento sufragista acabou por endossar o “novo ideal de mulher” (baseado no pensamento comtiano, discurso simbólico da República) uma vez que, ainda que pregasse a igualdade, compreendia homens e mulheres em posições opostas na sociedade. Assim, dentro das propostas de educação feminina que reivindicavam, defendiam que as mulheres deveriam receber ensinamentos que incluíssem a educação moral e as tarefas domésticas, reforçando o papel social feminino como mãe, dona de casa, educadora da prole e do homem e transmissora de valores sociais e exemplos morais<sup>44</sup>.

Dentre as concepções de educação feminina que concernem ao período, podemos citar aquelas defendidas por José Veríssimo, que, ao referir-se à “modernidade” e à República, que permitiriam a verdadeira “civilização” do povo brasileiro, aponta a necessidade de se “produzir um typo (*sic!*) de mulher capaz de ser a digna educadora do homem” (1889, p. 141). Para o autor, a mulher é o primeiro indivíduo com o qual o homem tem contato e do qual recebe as primeiras instruções como sujeito e cidadão, dessa forma, Veríssimo aponta a importância da educação feminina, mas não como um direito desta em vias de sua emancipação, mas sim devido à compreensão desta como educadora do homem<sup>45</sup>. Baseado nas concepções positivistas da época, que consideravam a mulher um ser inferior ao homem por ser “emocional” e “histórico”, Veríssimo alega que são exatamente essas características que permitem ao gênero feminino ser menos conservador que o masculino, uma vez que “sendo ella (*sic!*) de natureza mais nervosa, de uma sensibilidade mais aguda, como parece, até scientificamente (*sic!*), provado, é por isso mesmo menos consistente, e mais volúvel” (1889, p. 150). Assim, a mulher passa a ser compreendida como uma ferramenta-chave para os novos moldes sociais, sendo ela mesma “moldável” e, logo, aquela que educaria e que “moldaria” o homem da nova sociedade, gestando-a.

---

<sup>44</sup> A visão do positivismo sobre a mulher ideal colocava-a como “rainha do lar” e “anjo tutelar”, possuidora de conduta elevada e, assim, guardiã da moral. Essa definição justificava a permanência feminina no lar e tais modelos foram disseminados e impostos principalmente através da educação. A discussão acerca da educação positivista e como ela recaiu sobre as mulheres, especialmente no Brasil republicano, será desenvolvida no capítulo 4 desta dissertação.

<sup>45</sup> “Não se trata de fazer dellas physicas e chimicas, nem zoologistas ou botânicas, si não dar-lhes, de cada uma destas sciencias, ou antes dos fenômenos do seu domínio, as noções positivas, exactas, claras, mais necessárias á comprehensão do mundo e da vida e das leis do universo, conhecimentos a que por via de regra são as mulheres inteiramente alheias, e no entanto indispensáveis á sua tarefa de primeiras e principaes educadoras do homem” (VERÍSSIMO, 1889, p. 166).

Destarte, a educação doméstica passou a ser concebida como basilar e pilar principal da educação masculina, sendo defendida como motivo do “sucesso” político, econômico e social das nações livres e que se constituíam enquanto potências, como a Alemanha e os Estados Unidos (sendo o último um dos países mais extensamente citados por Veríssimo em seu trabalho sobre a Educação Nacional). Uma vez estabelecida essa relação, a ausência feminina no lar passa então a ser desaprovada e o trabalho externo para a mulher a ser reconhecido como gestor da desordem moral e social (ISMÉRIO, 1995, p. 24). Assim, a educação feminina também fazia parte de uma questão de classe, onde o ensino delegado às mulheres da elite possuía como um de seus enfoques, apesar das diversas restrições já citadas, o fato de almejar não as tornar “sabichonas letradas”, mas sim distingui-las da “[...] vulgaridade e incorreção das suas cosinheiras (*sic!*)” (VERÍSSIMO, 1889, p. 165).

Já dentro do movimento operário, a presença feminina já era de grande expressão no período, sendo elas participantes de mobilizações referentes à questões laborais (melhoria de salários, de condições e de jornada de trabalho) e educacionais, na luta por escolas noturnas, que pudessem atender aos trabalhadores e seus filhos em seus períodos livres. Rago (2007, p. 19) destaca que nas circulares do CIFTSP (Centro dos Industriais de Fiação e Tecelagem de São Paulo), entre 1910 e 1920 era grande o número de mulheres citadas como “indesejáveis” por estarem vinculadas a roubos de peças, sabotagens e agitação política.

Nessa disputa, a imprensa foi um dos principais palcos da atuação feminina, tanto no jornalismo “burguês” quanto no operário. No período em questão ter uma opinião formada a partir do conhecimento objetivo dos fatos, ou demonstrá-lo, significava, por exemplo, o direito ao voto. Cita Pinto (2003, p. 29) que “[...] as exclusões do direito de votar derivavam da ideia de dependência econômica e da não liberdade de formar uma opinião”. As mulheres eram consideradas dependentes nos dois sentidos, sendo este um dos motivos para a formação de tantos jornais operários e, no que tange à questão feminina, da grande participação de mulheres neles.

Dentre os jornais geridos e publicados por mulheres nos anos iniciais da República podemos citar como exemplo o *A Família*, jornal de elite cuja responsável era a jornalista e sufragista Josefina Álvares de Azevedo, que circulou entre 1888 e 1898 e que apresentava o desagrado referente às condições educacionais do Brasil no período; a revista *Anima e Vitta*, fundado em 1905 por Ernestina Lesina, famosa por sua militância anarquista e considerada uma das primeiras estrangeiras a fundar um jornal operário no país; e o jornal *A Terra Livre*,

que apresentou diversas publicações femininas e manifestos de operárias sobre questões relativas à jornada de trabalho e à necessidade do proletariado em ter tempo livre para estudar.

Muitas são as produções da imprensa operária que, no período que diz respeito a esta pesquisa, tiveram forte participação feminina. Em Sorocaba, será o jornal *O Operário* um dos maiores detentores e fonte de referência sobre tal participação na cidade. A apresentação e análise dessa atividade serão desenvolvidas no decorrer deste trabalho.

## **2.5 A Manchester Paulista e o jornal *O Operário***

Para pensarmos a Sorocaba republicana de inícios do século XX, precisamos, antes de tudo, recorrer ao ponto crucial do seu ápice econômico, imediato ao período, e que, além de ser base principal ao financiamento da industrialização sorocabana, é parte essencial da história econômica da cidade: a feira de muares.<sup>46</sup> Segundo a historiadora Nanci Chiovitti (2003, p. 6), a região de Sorocaba já era conhecida desde fins do século XVI, devido às expedições bandeirantes, e, em 1810, a vila já apresentava um total de 9.576 habitantes, sendo 7.696 livres e 1.880 escravos. É só a partir do século XIX que a cidade terá um maior desenvolvimento devido ao tropeirismo<sup>47</sup> e, junto com ele, à feira de muares. Possuindo uma ponte, considerada estratégica para o controle do trânsito de tropas e para a cobrança por cabeça de gado (BADDINI, 2000, p. 33), Sorocaba passou a ter um Registro de Cobrança, que foi criado em 1750 e extinto somente em 1881, após a fundação da Estrada de Ferro Sorocabana. O historiador Adolfo Frioli (1983), que vê o tropeirismo como a chave do desenvolvimento sorocabano, aponta a abertura de novas ruas a partir da necessidade de facilitar o tráfego das tropas de muares, o que, conseqüentemente, contribuiu com a expansão do perímetro urbano.

Apesar de não ser grande produtora, Sorocaba, segundo Bacellar (1994), beneficiou-se por estar na área limítrofe à zona do açúcar e, em especial, na década de 1850, momento do ápice do café e quando foram grandes a demanda e o trânsito de animais de carga. Ademais, a

---

<sup>46</sup> Segundo Adolfo Frioli, o ciclo do luar nasceu com a abertura da estrada do Rio Grande do Sul a São Paulo, em 1724, passando por Sorocaba um número formidável e inimaginável de muares, o que atestava a “importância fora do comum desse ciclo que esteve relegado, como subsidiário, aos ciclos do ouro durante o setecentismo, e ao do café, durante o oitocentismo”.

<sup>47</sup> Para Taunay (1944), o tropeiro seria o sucessor do bandeirante, uma vez que o tropeiro era considerado, também, um homem do sertão. Advindo de famílias de grande presença econômica, o tropeiro era um importante negociante de animais de carga. Nesse sentido, o tropeirismo seria o movimento ou atividade do tropeiro na condução e negociação das tropas (animais) em si.

economia regional da época era considerada doméstica, ou seja, voltada para a demanda nacional, o que colocava Sorocaba de fora do modelo agroexportador do período<sup>48</sup>. Destarte, a feira fazia da cidade um centro importante para a economia local e, tendo em vista sua importância e centralidade na economia sorocabana, podemos considerar que o comércio de muares foi a base do acúmulo de capitais que permitiram a industrialização da cidade, que ocorreu a partir da segunda metade do século XIX. No início do século XX, Sorocaba ainda estava passando por um processo de recuperação econômica após as epidemias de febre amarela que se abateram sobre a cidade no final do século XIX, que desaceleraram temporariamente o crescimento urbano e se tornaram um empecilho sanitário para a atração da mão-de-obra imigrante.

Em ocasião das epidemias, muitos capitalistas locais aproveitaram o descontentamento de parte da população com a presença de animais na cidade, compreendidos como agentes ocasionadores dos surtos, para defender seus projetos de viés industrial em detrimento do comércio de muares, que sofreu uma maior desvalorização. É neste período que a feira, que vinha se enfraquecendo nos últimos anos, teve efetivamente seu fim<sup>49</sup>. Segundo Alfredo Elis Júnior (1950), "[...] o ciclo do luar nasceu com o ouro, na madrugada do século XVII, e, depois de uma vigência de mais de século e meio, morreu em 1875, mais ou menos, com o advento da ferrovia" (ELIS JUNIOR, 1950, p. 75).

Tem início então a construção da imagem da Manchester Paulista, ou seja, a "invenção" da cidade industrial, saneada, repleta de oportunidades e adequada ao avanço da modernidade capitalista (PINTO JR., 2003, p. 61). Tal construção passa a ser desenvolvida pelas elites, autoridades ligadas aos grupos econômicos mais fortes, grandes proprietários de terras ou de imóveis urbanos, e cuja atitude de busca de "renovação" da imagem sorocabana, também reflete sua relação com os grupos não dominantes locais, no caso, os trabalhadores. Em seu trabalho, Chivotti apresenta que os periódicos sorocabanos refletiam o discurso liberal, que se tornava cada vez mais presente nos círculos intelectuais brasileiros. Jornais como *O Araçoiaba*, *O Sorocabano* e *O Ypanema*, que circularam entre 1866 e 1871, incorporavam as novas propostas de "civilização" e "progresso". Segundo a historiadora, a

---

<sup>48</sup> “Sorocaba não era um município que se enquadrava no modelo agrário exportador brasileiro. Sem contar com produtos de exportação de grande valor no mercado internacional, principalmente o café, os latifundiários da região desenvolviam atividades econômicas voltadas para o mercado interno. Excetuando o cultivo de algodão que por alguns anos foi exportado para a Europa com boa lucratividade (SILVA, 2000, p. 49-61), a economia regional era considerada doméstica, isto é, voltada para a demanda nacional” (PINTO JR., 2003, p. 49).

<sup>49</sup> Segundo dados da historiografia local, a última feira de burros possivelmente aconteceu em 1897, ano em que eclodiu uma violenta epidemia de febre amarela.

partir da leitura dos jornais da época é possível perceber a fala sobre a necessidade de melhoramentos urbanos, que estava atrelada ao discurso de moralização da sociedade e que condenava determinadas práticas culturais. (CHIVOTTI, 2003, p. 16).

Dentre responsáveis pelos discursos liberais enunciados em tais jornais estavam Manoel Lopes de Oliveira, José Ferreira Braga e Luiz Matheus Mailasky, sendo os dois últimos republicanos relacionados à produção algodoeira da cidade. Devido a Guerra de Secessão (1861-1865), que ocorria nos Estados Unidos e que obrigou a Inglaterra a incentivar o cultivo de algodão em várias partes do mundo, a partir da década de 1860, Sorocaba presenciou um aumento da cultura de algodão. No período, Mailasky, comerciante, associado à loja maçônica Perseverança III e um dos responsáveis pela fundação do Gabinete de Leitura Sorocabano, redigiu diversas matérias sobre a produção algodoeira e a necessidade de implantação de uma fábrica têxtil na cidade.

Frente às transformações socioculturais que Sorocaba estava passando no período, especialmente a partir da década de 1870, as elites locais passaram a tentar projetar uma nova imagem da cidade, ressaltando sua urbanização e buscando superar as referências à feira de muares<sup>50</sup>. Dessa forma, embasados pelo discurso positivista e pelos ideais liberais, procurou-se construir a imagem de uma cidade industrial, moderna e compatível com o discurso da modernidade capitalista, presentes em São Paulo e nos países mais industrializados<sup>51</sup>. Alimentando a ideia de progresso defendido pelas elites republicanas, Sorocaba observou um rápido crescimento demográfico a partir da década de 1890 e o surgimento de novas indústrias, consideradas de grande porte para o período. Dentre elas, e as quais podemos citar

---

<sup>50</sup> Nas palavras de Chiovitti, as mudanças no uso do espaço público de Sorocaba trouxeram consigo a ideia de que a feira de muares era um obstáculo à modernização. Partindo de concepções como a de que o homem é produto do meio em que vive, a cidade passa a ocupar lugar de destaque, e deve estar livre de doenças, dos maus odores e de tudo aquilo que seja considerado feio e imoral. Neste sentido, a indústria, a ferrovia, o trabalho assalariado e a educação seriam elementos que permitiram chegar à "perfectividade social" (CHIVOTTI, 2003, p. 107).

<sup>51</sup> "Chegou enfim o dia em que os habitantes de Sorocaba vêm-se obrigados a reunir todas as suas forças e todos os seus elementos para combater aquella pesada rotina que lhes legaram os tempos passados, com o fim de chamar em seu auxilio aquella collectividade de forças, que espalham, há meio século, progresso e a riqueza no mundo inteiro. É mais do que tempo de desaparecerem aquelles carros dos tempos primitivos e barbaros, que puchados por 5 ou 6 juntas de bois, coduzem um peso insignificante. [...] Se cada um destes proprietários empregassem em açoes de uma boa Cia. o importe do custeio e dos prejuizos que uma tropa lhe da anualmente, eles podiam ter uma linha ferrea, que, passando pelas suas propriedades, transportaria em um dia, e muito mais em conta, maior quantidade de generos que elles transportam em 15 actualmente, e sem que o ruido incommodativo dos carros, e as nuvens de poeira que elles levantam, viessem servir de modelo para dar uma ideia aproximada da decrepita antiguidade; [...] e assim, a cidade de Sorocaba, desembarcada destes trambolhos e destas caravanas, com as ruas bem niveladas e bem conservadas, já principiaria a ostentar o aspecto que apresentam as cidades modernas" ("Sorocaba e seu futuro". Diário de Sorocaba, anno XI, n. 2706, 01/02/1893, p. 01 *apud* CHIOVITTI, 2003, p. 106).

como atrativas da mão de obra imigrante, estavam a Fábrica Nossa Senhora da Ponte (também conhecida como Fábrica Fonseca), inaugurada em 1882, a Fábrica de Chitas de Votorantim, de 1885, as Fábricas Santa Rosália e Santa Maria, ambas datando de 1896, a Fábrica São Paulo, uma estamperia que começou a funcionar em 1909 e a Fábrica Santo Antônio, inaugurada em 1913 (DESSOTTI, 2017).

O deputado Dr. Joaquim Marques Ferreira Braga, também conhecido (e citado como, até mesmo pelos próprios operários, Dr. Braguinha) passa, então, a apresentar projetos de lei e emendas visando facilitar a entrada de imigrantes na província de São Paulo. Dessotti (2017) aponta que, no ano de 1887, o jornal *O Diário de Sorocaba* anuncia animadamente a chegada de 760 imigrantes à São Paulo. Nas palavras do historiador Arnaldo Pinto Jr. (2003):

Tanto a construção da estrada de ferro como a instalação das indústrias têxteis em Sorocaba, atraíram novos trabalhadores. Num período em que o país recebia um grande número de imigrantes a cada ano e as tensões no campo transferiam mão-de-obra para os centros urbanos, uma cidade que apresentasse alguma oportunidade de emprego era um ponto de atração para trabalhadores e suas famílias. (PINTO JR., 2003, p. 50)

Dessa forma, segundo Araújo Neto (2005, p. 27), podemos considerar a formação do operariado sorocabano a partir do início da construção da ferrovia, em 1872, e logo do estabelecimento das primeiras fábricas, acima citadas. O proletariado sorocabano teve origem semelhante a dos operários da capital paulista, sendo parte do operariado a própria população da cidade, migrantes do campo e de outras regiões do país e imigrantes estrangeiros. Outra semelhança que podemos apontar entre a classe operária paulista e a sorocabana é com relação à forma como a qual se encontrava no período: vivendo e trabalhando de maneira deplorável. As exaustivas jornadas de trabalho em situação de insalubridade, o emprego de mão de obra infantil e os abusos cometidos por patrões dentro das fábricas ou dos bairros operários foram extensamente denunciados, principalmente, em jornais criados, geridos e muitas vezes mantidos (financeiramente) pelos próprios trabalhadores. Em Sorocaba, essa ferramenta de denúncia será *O Operário*.

Além das questões relacionadas ao trabalho e a moradia, a educação era um tema de grande importância aos trabalhadores do período, que apinharam a imprensa operária com reclamos por escolas e de tempo livre para poderem estudar. Araújo Neto destaca que, nesse período, eram poucas as escolas noturnas em Sorocaba e que havia apenas duas escolas operárias noturnas, uma em Votorantim e outra dentro da propriedade da fábrica Santa Rosália. Todavia, o proletariado sorocabano podia contar com outras escolas menores, ainda

que escassas, que eram mantidas por instituições filantrópicas e, inclusive, pela maçonaria (Loja Perseverança III) (ARAÚJO NETO, 2005, p. 41).

É neste cenário de mudanças e disputas entre um proletariado ainda em formação e uma elite já consagrada que o jornal *O Operário* figurará e registrará as mazelas, contestações e vitórias operárias em Sorocaba. As denúncias e passagens presentes no periódico podem ser, em muitos aspectos, relacionadas ao contexto dos trabalhadores assalariados a nível nacional, sendo especialmente próximas ao operariado paulista.

O jornal *O Operário* circulou na cidade de Sorocaba entre os anos de 1909 e 1913 e, durante estes anos, pode ser considerado o principal meio impresso a divulgar as denúncias, movimentos e ideias do operariado desse período. O periódico contava com 4 a 3 páginas<sup>52</sup> e, apesar de contar com participações e não apenas de operários, e conteúdos diversificados, se constituiu em uma importante ferramenta para que ecoassem as reivindicações da classe trabalhadora da época. O impresso, que teve longa duração, se comparado com a maioria dos periódicos da época da Primeira República, se afirmava enquanto "Orgam de defesa da Classe Operaria" e declarava que "As columnas do O Operário [eram] franca[s] á todos os opprimidos" (PEREIRA; TARDELLI FILHO *apud* MARTINS, 2018, p. 39).

Durante os anos de sua existência, disseminou denúncias sobre maus tratos nas fábricas, greves e mobilizações por melhores condições e jornadas de trabalho, assim como poemas, contos e ensaios que buscavam difundir ideias no que tange as questões da necessidade de instrução para o operariado, a partir da criação de escolas para os trabalhadores e seus filhos, e da emancipação da mulher, tratando questões como o direito ao divórcio, a maternidade compulsória e importância da educação feminina. O jornal *O Operário* é caracterizado, principalmente, como uma fonte histórica vinculada ao operariado sorocabano em sua busca por uma sociedade mais justa. Neste trabalho, nosso foco se manterá nas publicações femininas e naquelas que falem sobre a mulher e sobre a educação feminina no período.

---

<sup>52</sup> O jornal teve variações em seu número de páginas, contendo, inicialmente, 4 páginas, e, posteriormente, com a exclusão dos anúncios comerciais, passou a ter 3 páginas.

### 3. O ANARQUISMO E A EDUCAÇÃO DA MULHER

O futuro há de brotar da escola. Tudo que for edificado sobre outra base está construído sobre areia. Mas, por desgraça, a escola pode tanto servir de cimento para os baluartes da tirania quanto para os alcazares da liberdade. Deste ponto de partida podemos arrancar tanto a barbárie quanto a civilização. (FERRER I GUÀRDIA, 1912, p. 22)

Se, ao pensarmos nas mobilizações operárias da República Velha, nos acordamos, primeiramente, de questões que tangem à reivindicação por melhores jornadas e condições de trabalho, de discussões sobre a necessidade de melhores salários e, em especial, sobre a exploração dos assalariados a partir da alienação de seu trabalho e da produção da mais-valia, não podemos, porém, esquecermos que, intrínseco a estas, o tema da educação e da condição feminina estavam, igualmente, postos em foco nestas disputas, tanto, por um lado, a partir do olhar e dos interesses da classe trabalhadora quanto, por outro lado, pelo olhar e interesses da classe não produtora, ou seja, das elites.

Uma vez entendida como processo para viabilizar a transformação dos sujeitos nos “novos homens” da nova sociedade (urbana e industrial) que surge, a educação será campo de desenvolvimento de diversos métodos e experiências pedagógicas que visam a “construção” deste homem totalmente emancipado. Em uma realidade desigual e permeada de mazelas, o ensino não será entendido apenas como a porta para a humanização máxima dos indivíduos a partir e para a manutenção de seus acessos, privilégios e de seu poder, mas também como uma via de libertação para aqueles que se encontrassem suprimidos e subalternizados pela dicotomia socioeconômica vigente: entre as décadas finais do século XIX e as iniciais do século XX, a educação será, especialmente, reflexo da luta de classes e se encontrará, como nunca antes, “entre a pena e a baioneta”<sup>53</sup>.

Neste capítulo apresentaremos quais as bases filosóficas que sustentam a pedagogia racionalista de viés libertário, também nomeada e identificada como pedagogia anarquista, assim como quais foram seus principais pensadores e idealizadores de experiências pedagógicas libertárias ao longo da história. Manteremos foco especial naqueles que tenham influenciado diretamente os trabalhadores brasileiros do período aqui analisado, a Primeira

---

<sup>53</sup> Em referência ao título da tese de Samantha Lodi-Corrêa, "Entre a pena e a baioneta: Louise Michel e Nadezhda Krupskaja, educadoras em contextos revolucionários", que apresenta e analisa a trajetória das educadoras, anarquista e comunista, em questão.



República. Também procuraremos demonstrar quais as referências anarquistas que analisam a questão da mulher, dando enfoque principal ao que diz respeito à discussão acerca da educação feminina. Pensadoras anarquistas que discutem os devidos temas (mulher e anarquismo e educação feminina libertária), em particular, pensadoras brasileiras e estrangeiras que tenham tais influências, serão brevemente apresentadas no item final desta parte.

### 3.1 O anarquismo e a educação

Por muito tempo, nas palavras e no entendimento de diversos pesquisadores, o anarquismo foi compreendido como uma ideologia pequeno burguesa devido ao fato de seu cerne manter o foco na importância da individualidade no desenvolvimento dos sujeitos como seres sociais, uma vez que essa individualidade, para a concepção anarquista, relaciona-se com a liberdade, ponto-chave do ideário ácrata e de suas críticas ao Estado e ao capitalismo. Partindo das discussões de filósofos liberais, como John Locke e Jean-Jacques Rousseau, os pensadores Pierre-Joseph Proudhon e Mikhail Bakunin instituirão as bases do anarquismo no que tange à liberdade e, com elas, as premissas que nortearão as concepções pedagógicas libertárias.<sup>54</sup>

---

<sup>54</sup> Em seu “*Pedagogia do Risco*”, Gallo inicia a apresentação da pedagogia anarquista pela discussão referente à concepção de liberdade que norteia tanto os pensadores liberais quanto aqueles de base socialista, cujos pensamentos serão, posteriormente, identificados como pedras fundamentais da ideologia ácrata. Segundo Gallo, o conceito de liberdade liberal, que posteriormente será desenvolvido pelo viés anarquista de liberdade (por seus filósofos), tem origem na discussão de Locke acerca da distinção do homem natural do homem civilizado através da ordem social burguesa. A liberdade, então entendida como um fenômeno natural, tem seu direito compreendido como um tipo de direito também natural, este que seria regente da sociedade medieval e que deveria, então, ser substituído por um pacto ou um contrato social. Assim, a superação da sociedade medieval se daria pela instituição deste pacto que regeria a “nova sociedade” (burguesa) e que retiraria dos indivíduos parte de sua liberdade em nome da segurança e da defesa de interesses que a comunidade, então, lhe proporcionaria (GALLO, 1995, p. 18). Já para Rousseau, a função do contrato social deveria ser o de garantir a liberdade e, através dela, os demais direitos humanos. Neste sentido, a sociedade, em sua nova estruturação, não deveria suprimir a liberdade natural, mas sim substituí-la por uma liberdade convencional que não fosse menos abrangente que a anterior. Em suas palavras “renunciar à liberdade é renunciar à qualidade de homem, aos direitos da humanidade, e até aos próprios deveres. Não há recompensa possível para quem a tudo renuncia” (ROUSSEAU *apud* GALLO, 1995, p. 21). A partir dessas ideias, temos o desenvolvimento dado a elas pelos filósofos libertários, Proudhon e Bakunin. Para Proudhon não existe liberdade individual, pois esta só ocorre quando todos os indivíduos de uma sociedade se encontram, também, livres. Ou seja, a liberdade só existe, se completa e se retroalimenta a partir da vida em comunidade e da liberdade comunitária, não havendo, então, possibilidade de o homem se ver livre em uma sociedade baseada nas desigualdades, mas apenas e somente em uma que permita a realização do homem completo, livre e senhor de suas habilidades. Baseando-se na premissa proudhoniana, Bakunin apresentará uma concepção materialista de liberdade, conceituando-a como um produto sociocultural e não um fato natural. Dessa forma, enquanto o homem produz a cultura, ou seja, se produz, também produz, assim, sua liberdade, sendo uma construção do outro: “quanto mais o homem se “humaniza”, mais livre ele fica, e quanto mais livre, mais humano” (GALLO, 1995, p. 25). Logo, a conquista máxima da

Analisando a gênese da pedagogia anarquista, Gallo (1992) apontará que esta seria o resultado da confluência da nova tendência da educação burguesa do período em que surge, norteadas pela afirmação da liberdade. Destarte, a pedagogia libertária traria consigo a crítica social baseada na proposta da construção de "um novo mundo e de um novo homem", realidades compreendidas como indissociáveis e possuidoras de uma construção simultânea, uma vez que se baseia na perspectiva dialética libertária (GALLO, 1992, p. 12). Ou seja, enquanto a pedagogia burguesa, pautada na figura do “Emílio” de Rousseau, teria como enfoque o conhecimento como libertador do novo homem, apto a desenvolver e exercer seu *individualismo*, a pedagogia libertária entende o conhecimento como uma via de criação do novo homem e de sua *individualidade*. *Emílio*, ou *Da Educação* (1762), é uma obra rousseuniana sobre a natureza humana e o conceito de cidadania. Segundo Aníbal Ponce (1981, p. 132), a figura do personagem Emílio, para a burguesia, remetia à noção de um novo tipo de ser humano, liberado e pleno, sendo, assim, considerado a síntese da ascensão ao individualismo burguês a partir do ensino.

Como influências diretas e essenciais, o autor apontará o utopismo renascentista de Rabelais, no qual já apareciam os germes do que, posteriormente, os anarquistas chamariam de "educação integral", e as ideias de Fröebel e Pestalozzi. Rousseau é indicado como uma influência principal, devido ao reforço de sua ideia acerca da necessidade da construção de um novo homem para, assim, ser possível a construção de uma nova sociedade. Ainda que este esteja diametralmente oposto à ideia anarquista, por defender uma ideia de liberdade baseada no individualismo burguês, a premissa rousseuniana de liberdade será a mais proximamente abarcada pelos libertários, que transformam essas concepções de liberdade e individualidade em fatos sociais (GALLO, 1992, p. 15).

---

liberdade, dá-se com a conquista máxima de humanização, e vice-versa. Para Bakunin "apenas a liberdade dos outros me torna verdadeiramente livre, de forma que, quanto mais numerosos forem os homens livres que me cercam, e mais extensa e ampla for sua liberdade, maior e mais profunda se tornará minha liberdade. [...] Minha liberdade pessoal assim confirmada pela liberdade de todos se estende ao infinito" (BAKUNIN *apud* GALLO, 1995, p. 25). Em resumo: [...] a filosofia política liberal coloca a liberdade como uma característica da natureza, como parte da natureza humana; o advento da sociedade, que, segundo esses filósofos, dá-se através de um pacto ou de um contrato, traz uma limitação para a liberdade que se vivia no estado natural, pois o relacionamento entre os indivíduos causará um choque na liberdade. A liberdade então deverá ser minimizada em nome dos interesses comuns e da segurança dos indivíduos que vivem em comunidade. À essa ideia a filosofia política anarquista opõe a ideia de que a liberdade, longe de ser uma característica natural, é um produto da sociedade, e só é possível numa realidade social de inter-relacionamentos recíprocos, em que as diversas liberdades são afirmadas por todos (GALLO, 1995, p. 27). Neste trabalho, concebemos a ideia de liberdade e individualidade (no que tange ao pensamento ácrata) referentes às concepções proudhonianas, em segunda instância, e, principalmente, às bakuninistas.

Neste caminho, serão as premissas de Proudhon e, principalmente, a concepção bakuninista acerca da liberdade que balizarão a pedagogia anarquista. As ideias de que a liberdade é conquistada e construída de maneira comunitária e que as liberdades de cada sujeito são garantia umas das outras (em oposição à concepção burguesa de liberdade como característica natural do homem e entendida por um viés individualista) serão centrais. A liberdade é, então, compreendida como uma construção eminentemente social e possível somente em sociedade, ou seja, em conjunto. Assim, a conquista e a manutenção das liberdades individuais se dariam, unicamente, de forma coletiva.

Qual seria, então, o lugar da educação neste processo de construção social da liberdade? Gallo comenta que, segundo afirmação de Bakunin, seria através da educação que as pessoas entrariam em contato com toda a cultura produzida pela humanidade, desde os primórdios da civilização (GALLO, 1992, p. 17) e, dessa forma, o homem poderia construir-se, humanizar-se e, assim, libertar-se a si, ao passo que se humaniza, e, em conjunto a sua liberdade, passa a construir a liberdade do outro. Nesse sentido, a educação libertária teria como objetivo preparar o desenvolvimento de todas as faculdades dos indivíduos, para que estas possam desenvolver sua liberdade e sua autonomia, diferentemente da educação oferecida pelo Estado, que teria por objetivo moldar as pessoas, visando transformá-las em sujeitos que reproduzam cotidianamente e continuamente a ideologia que sustenta o próprio sistema e o Estado, ou seja, o *status quo* (GALLO, 1992, p. 18). Afirma Gallo:

[...] a educação tradicional educa para a normalização dos indivíduos, separados em duas camadas. Educa as pessoas para que sejam o que não são. [...] o objetivo da educação libertária: educar a pessoa para que ela seja o que ela realmente é. Consciente de si mesma, de suas singularidades, de suas diferenças e da importância de seu relacionamento com o grupo social para a construção coletiva da liberdade. (GALLO, 1995, p. 36)

Nesse sentido, educar seria dar condições a cada pessoa para que ela se descubra, como indivíduo livre e ser social. Ademais, sendo o saber um dos sustentáculos do poder, dominar o conhecimento seria, também, a base do domínio econômico e, logo, instrumento para a superação do capitalismo, do Estado e, assim, das desigualdades, expropriantes da liberdade.

Realizado em 1882, o “Programa Educacional do Comitê para o Ensino Anarquista” definiu alguns princípios para a educação libertária. Contando com nomes como os de Louise

Michel, Piotr Kropotkin e Élisée Reclus<sup>55</sup>, o documento definia que as práticas pedagógicas tradicionais contribuíam para a naturalização da mentira e da rivalidade, além de colaborar para a perda da originalidade e da iniciativa dos alunos (LUIZETTO, 1986, p. 24). A organização escolar e dos métodos pedagógicos baseados nos castigos, na competição entre os discentes (através das notas e resultados obtidos por estes nos exames) e a expulsão foram duramente criticadas pelos libertários, que defenderam a abolição das pedagogias tradicionais em lugar de uma educação realmente libertária, que permitisse o desenvolvimento do indivíduo a partir dos princípios do mutualismo<sup>56</sup>. O programa estabelecido pelo “Comitê para o Ensino Anarquista” definiu que o ensino deveria ser:

a) integral, isto é, favorecer ao desenvolvimento harmonioso de todo o indivíduo e fornecer um conjunto completo, coerente, sintético e paralelamente progressivo em todos os domínios do conhecimento intelectual, físico, manual e profissional, sendo as crianças exercitadas nesse sentido desde os primeiros anos;

b) racional, isto é, fundamentado na razão e conforme os princípios da ciência atual, e não na fé; no desenvolvimento da dignidade e da independência pessoal, e não na piedade e na obediência; na abolição da ficção divina, causa eterna e absoluta da servidão;

c) misto, isto é, favorecer a co-educação sexual numa comunhão constante, fraternal entre meninos e meninas. Essa co-educação, ao invés de constituir um perigo, afasta do pensamento da criança as curiosidades malsãs, e torna-se uma ocasião para sábias condições que preservam e asseguram uma alta moralidade;

d) libertário, isto é, numa palavra, consagrar em proveito da libertação o sacrifício progressivo da autoridade, uma vez que o objetivo final da educação é formar homens livres que respeitem e amem a liberdade alheia (KROPOTKIN *apud* LUIZETTO, 1986, p. 7).

---

<sup>55</sup> Louise Michel (1830 - 1905), educadora de origem francesa. Foi professora primária do ensino particular, recusando-se a trabalhar no ensino público enquanto tivesse que prestar juramento ao imperador Napoleão III. Em 1856, começou a lecionar em Paris em um colégio feminino. No cerco prussiano de 1870 na França, participou da União das Mulheres para Defesa de Paris e Auxílio aos Feridos. Esteve também presente nos acontecimentos da Comuna de Paris, participando da luta armada e apelo à resistência ao cerco de Versalhes. Recebeu o apelido de "A virgem vermelha" e faleceu em 10 de janeiro de 1905. Piotr Kropotkin (1842-1921), nasceu em Moscou, em uma família nobre e tradicional. Como oficial, servindo na Sibéria, começou a interessar-se na exploração e análise da geografia da região. Ao desligar-se do exército, ingressa na carreira de geógrafo e, posteriormente, aproxima-se das ideias anarquistas. Ingressou na Internacional em 1882, sendo preso seguidamente (em 1872 e em 1882) e liberto apenas em 1825. Passou 30 anos na Inglaterra escrevendo grande parte de suas obras mais importantes, tendo retornado à Rússia em 1917, em ocasião da revolução. Como anarco-comunista, trabalhou por muitos anos desenvolvendo ideias que pudessem demonstrar a conexão existente entre a filosofia moderna das ciências naturais e o anarquismo, assim como a concepção de que comunismo e anarquia seriam mutuamente possíveis e aceitáveis, uma vez que são “dois fatores de evolução que se complementam mutuamente”. Élisée Reclus (1830-1905), geógrafo anarquista e francês. Baseando seu pensamento geográfico na análise das relações entre a história social e a natureza, contrapõe-se à centralidade racionalista e cria um novo paradigma na geografia. O libertarismo geográfico, cerne de seu pensamento, afirma as diferenças e a transformação do status quo através da ação direta promovida no espaço geográfico.

<sup>56</sup> Citando a perspectiva proudhoniana de mutualismo, Tragtenberg (1987, p. 24-25) aponta que haveria uma relação mutualista onde “[...] todas as trocas de serviço seriam estritamente equivalentes”. Já segundo o *ABC do Anarquismo*, de Edgar Rodrigues (1976), o mutualismo referir-se-ia às entidades destinadas ao socorro mútuo, e, no que tange ao âmbito do trabalho, do operariado, seria a gênese das organizações sindicais, uma vez que visava a distribuição de ajuda às pessoas associadas quando estas se encontrassem inválidas, doentes e desempregadas.

Na perspectiva de Bakunin, a instrução integral deveria abarcar, ao lado do ensino teórico e científico, o ensino industrial e prático, uma vez que apenas assim seria possível formar o homem completo: "trabalhador que compreende e sabe" (BAKUNIN, 2003, p. 81): o ensino integral é entendido, então, como uma ideia de conjunto entre os conhecimentos científico e prático.

Paul Robin foi um dos primeiros pedagogos a conseguir trabalhar, efetivamente, as questões educacionais teóricas que vinham sendo discutidas nos meios socialistas e que constituíam o programa do Comitê para o Ensino Anarquista. Baseado nas teorias educacionais que partiam das concepções proudhonianas, Robin possuía grande preocupação com a educação integral, considerando-a peça chave da construção de uma nova sociedade. A noção da necessidade de formar sujeitos "integrais" a partir de uma educação pelo trabalho ultrapassou, em Robin, o desenvolvimento puramente físico e intelectual, apontando, a partir daí, a indispensabilidade de uma educação moral que estimulasse os sentidos de justiça social. Em sua experiência, no Orfanato de Cempius, Robin organizava passeios com os alunos, uma espécie de "trabalhos de campo", onde "[...] o aprendizado dava-se na vida, no campo, na cidade, e não apenas dentro de uma sala de aula" (GALLO, 1995, p. 88).

Outra referência entre as experiências pedagógicas libertárias foi o trabalho desenvolvido por Sébastien Faure com a escola La Ruche, "A Colmeia", em uma alusão direta à teoria de apoio mútuo, desenvolvida por Kropotkin e base do anarco-comunismo, "[...] corrente na qual Faure militava ativamente" (GALLO, 1995, p. 127). Além de fundamentar-se nas prerrogativas do ensino racional, Faure advogava a importância de a escola permitir que a criança "aprenda a aprender", permitindo a esta que, a partir de conhecimentos fundamentais, passe a buscar por conta própria os demais conhecimentos produzidos pela ciência de acordo com seus interesses e aptidões. Para além de deixar completamente livre e encarregar à criança sua autoaprendizagem, como em boa parte das pedagogias da Escola Nova ocorrem, esta postura pressupõe a participação docente no estímulo da criança através de um ensino prazeroso que desenvolva uma eterna busca pelo saber. Dessa forma, afirma, quando uma criança fizer uma pergunta, deve-se respondê-la e finalizar essa resposta com outra pergunta, a fim de instigá-la.

Porém, dentre todas as experiências consideradas libertárias, a que mais influenciou a classe operária brasileira foi, sem sombra de dúvidas, a da Escola Moderna, idealizada e fundada por Francisco Ferrer I Guàrdia, em Barcelona. Propondo uma educação fundada na

ciência, em especial nas ciências da natureza, Gallo aponta que uma das principais influências da pedagogia racional de Ferrer seria o positivismo comtiano, uma vez que, assim como este, compreende a razão como o caminho para o progresso e a redenção da humanidade. Nesse sentido, percebe-se o viés positivista de seu pensamento devido à confiança na libertação do homem pela ciência (GALLO, 1992, 19).

Todavia, Ferrer defendia que a ciência só poderia efetivamente ser o caminho para o progresso se esta estivesse devidamente distribuída por toda a sociedade, ou seja, não apenas para alguns poucos, enquanto a grande massa permanece na miséria: "[...] os avanços conseguidos com base na miséria não representam o verdadeiro progresso da humanidade" (GALLO, 1992, p. 19). Somente a oferta justa e igualitária da ciência, através de escolas laicas e libertárias, permitiria o progresso e a emancipação social.<sup>57</sup>

Bilhão (2016) aponta que, na Primeira República, foram vários os educadores e divulgadores do ensino racionalista no Brasil, entre eles Polydoro dos Santos, em Porto Alegre, João Pentead, em São Paulo e José Oiticica, no Rio de Janeiro, defendendo a necessidade de uma nova forma de ensino que rompesse com a visão de mundo advogado pelo pensamento católico (BILHÃO, 2016, p. 17). Após a morte de Ferrer, fuzilado em fins de 1909, duas Escolas Modernas foram fundadas em São Paulo, em 1912, fruto dos trabalhos do Comitê Pró-Escola Moderna. Essas Escolas foram fechadas em 1919, logo após a morte do diretor da Escola Moderna nº 3, São Caetano de Sul, vitimado por uma explosão ocorrida no Brás. O ocorrido serviu como justificativa para que Oscar Thompson, Diretor Geral de Instrução Pública do Estado de São Paulo, cassasse a licença de funcionamento das Escolas Modernas 1 e 2, afirmando serem estas difusoras do anarquismo no Brasil (AHAGON & SILVA *apud* PINHO, 2015, p. 14).

No que tange à esfera operária, diversos espaços eram utilizados para a propagação das ideias anarquistas, assim como metodologias da pedagogia libertária. Centros sociais, liceus, sindicatos e mesmo a imprensa operária eram instrumentos de disseminação de conhecimento, adquirido através da autoformação, prática comum entre os trabalhadores, impossibilitados de aceder à escola, ainda que pública, devido às jornadas de trabalho as quais

---

<sup>57</sup> “Se a classe trabalhadora se livrasse do prejuízo religioso e conservasse o da propriedade tal como hoje existe; se os operários acreditassem na profecia que afirma que sempre haverá pobres e ricos; se o ensino racionalista se limitasse a difundir conhecimentos higiênicos e científicos e preparasse só bons aprendizes, bom caixeiros, bons empregados e bons trabalhadores de todos os ofícios, poderíamos viver muito bem entre ateus mais ou menos sãos e robustos, sendo o escasso alimento que costumam permitir os minguados salários, mas não deixaríamos de continuar a ser escravos do capital” (FERRER I GUÀRDIA *apud* PINHO, 2015, p. 88).

eram submetidos e, também, ao caráter doutrinador destas (não era incomum encontrarmos, por exemplo, na imprensa operária do período, relatos de trabalhadores vociferando contra as escolas mantidas pelo Estado, mesmo quando estas fossem também, defendidas por trabalhadores que enxergavam nelas uma única possibilidade de acesso ao conhecimento). Se, para o anarquista, instruir-se não significava apenas o acúmulo puro e simples de conhecimentos, mas sim um meio de apropriar-se do conhecimento historicamente produzido e que possibilite a atuação e intervenção do sujeito no mundo, possibilitando a transformação de ambos, o autodidata ácrata não busca o conhecimento para tentar mudar de vida, através de titulações, mas sim para se autotransformar. Destarte, a criação de espaços educativos não-formais, ou seja, não apenas escolares, era algo de extrema importância para esses trabalhadores e onde a pedagogia racionalista também encontrou lugar.

Concluimos, assim, que a educação anarquista trata-se, como defende Gallo, de uma pedagogia social, pois compreende a educação como um fenômeno político-social que pode ou ser veículo para a mera reprodução do *status quo*, ou ser um espaço e oportunidade para a transformação radical da realidade social (GALLO, 1995, p. 163). No capítulo final desta dissertação, retornaremos à educação anarquista, visando a estabelecer quais as aproximações e os distanciamentos desta com relação à educação de cunho positivista, especialmente no que tange à educação feminina, cerne deste trabalho e questão que será tratada a seguir, a partir da concepção anarquista de educação.

### **3.2 O anarquismo e a mulher**

O ideário anarquista professa, fundamentalmente, a necessidade da emancipação dos indivíduos, a garantia de sua liberdade, para que seja possível a transformação do homem e, assim, sua humanização completa. Quando fala de um “novo homem”, evidentemente está referindo-se ao gênero humano, não excluindo a mulher e sua indubitável participação na formação da sociedade humana e, também, não suprimindo as crianças enquanto sujeitos sociais. Ou seja, leva em consideração a sociedade como um todo, incluindo todos aqueles que a compõem, independentemente qual seu de gênero ou idade. O foco do pensamento ácrata, porém, leva em consideração a distinção entre classes e as desigualdades geradas por estas no corpo social, logo, mantém como cerne a crítica a este tipo de sociedade, considerando que, além das mazelas que promove, impede a humanização real e total do ser humano, sendo necessária, então, sua superação.

Contudo, na história do pensamento anarquista (ou das concepções de filósofos e militantes entendidos historicamente como libertários)<sup>58</sup> nem sempre encontramos colocações que convirjam com as ideias de formação de um novo homem pela e para a emancipação dos indivíduos, de suas condições sociais subalternizadas, no que diz respeito ao sujeito feminino. Ou seja, ainda que sociedade dividida em classes e a preservação de diferentes formas de opressão, ferramentas de manutenção do Estado e do *status quo*, façam parte da crítica anarquista, por muito tempo e em muitos aspectos ela não apenas manteve-se desatenta à questão feminina como, por vezes, reforçou os “lugares sociais” das mulheres.

Em seu trabalho, que discute o anarquismo e a questão das mulheres, Penna (2017) apresenta algumas problemáticas presentes no discurso de Proudhon no que tange à condição feminina na sociedade. Na obra “A Pornocracia ou as mulheres nos tempos modernos” são encontradas diversas ideias que, embora o autor afirme que estas dignifiquem a mulher, não diferem dos estereótipos femininos de sua época, defendendo a inferioridade intelectual da mulher, a necessidade de sua manutenção no interior do lar e, assim, ressaltando as concepções que distinguem os gêneros feminino e masculino devido a seus "atributos naturais" (PENNA, 2017, p. 15). Declara Proudhon:

Eu nunca encontrei uma mulher que fosse capaz de acompanhar um raciocínio durante quinze minutos. Elas têm qualidades que nos faltam, qualidades de um encanto particular, inexprimível, mas em termos de razão, de lógica, de capacidade de articular ideias, encadear os princípios e as consequências e de perceber as relações entre eles, a mulher, mesmo a mais superior, raramente alcança o nível de um homem de capacidade medíocre. [...] Interroguem à frenologia<sup>59</sup>. Ela nos diz que o cérebro da mulher não é constituído da mesma forma que o do homem. (PROUDHON *apud* PENNA, 2017, p. 18-19)

A espantosa afirmação, além de desqualificar o gênero feminino, baseia-se em teorias que, durante muito tempo, serviram inclusive para justificar as possíveis diferenças existentes entre as raças (etnias), buscando defender uma suposta superioridade do homem branco

---

<sup>58</sup> Diversos pensadores hoje entendidos como anarquistas, ou cujas ideias formam a base do pensamento libertário, em nenhum momento de suas vidas se reivindicaram enquanto tal. Contextualizando seus conceitos, podemos relacionar muitos deles com várias outras correntes de pensamento, como a neomalthusiana, a evolucionista ou mesmo a positivista (especialmente os filósofos “clássicos” relacionados ao ideário ácrata).

<sup>59</sup> A frenologia foi desenvolvida por Franz Joseph Gall (1758-1828), um médico alemão, e, posteriormente, consolidada e difundida por Johann Spurzheim (1776-1832), também médico e alemão. Considerada uma pseudociência, trata-se de uma teoria que afirma que ser possível determinar diversas características pessoais através da leitura da cabeça, a partir de protuberâncias e a forma em geral do crânio (por isso passou a também ser conhecida como craniologia). Com ela, diversos pensadores da época fundamentaram teorias que, em geral, inferiorizavam negros, asiáticos e indígenas, procurando justificar a superioridade da raça caucasiana. Um dos usos mais famosos e recentes das premissas da frenologia ocorreu durante o período da Segunda Guerra Mundial, no Departamento de Higiene Racial do Ministério do Interior e no Escritório para o Esclarecimento da Política Populacional e Bem-Estar Racial, onde os médicos nazistas propuseram a classificação da população entre arianos e não-arianos tendo como base as medidas cranianas.



(caucasiano). Ainda que estas sejam as palavras de um “homem de seu tempo”, e não devemos perder de vista o contexto no qual locutor está inserido, elas deixam claro que, apesar da discussão acerca da superação das opressões geradas e mantidas pelo (e geradoras e mantenedoras do) capitalismo, a luta contra a opressão que recaía sobre as mulheres estava longe de ser um consenso no meio e no pensamento socialista e libertário.

A ideia da incapacidade feminina em lidar com situações e desempenhar funções que não tivessem a ver com o ambiente doméstico chegaram, inclusive, a figurar dentro de espaços de militância e, até mesmo, de resistência direita. Ackelsberg (2005) relembra a criação do grupo anarquista *Mujeres Libres*, organizado por mulheres combatentes durante a Guerra Civil Espanhola devido ao menosprezo e a secundarização que sofriam por parte dos companheiros homens. Para estes, a questão da subalternização da mulher na sociedade era questão secundária e um problema a ser resolvido depois que ocorresse a revolução de fato (ACKELSBURG, 2005, p. 38).

Neste sentido, e usando premissas mais atuais, Hogan (2007) aponta que embora o cerne do anarquismo tenha sempre se mantido na ênfase da abolição de todas as hierarquias de poder, suas raízes encontram-se na luta de classes, logo, o fim do sexismo não levaria necessariamente ao fim do capitalismo, assim como este não apenas precede o capitalismo como também formas mais antigas da sociedade de classes. A autora, evidentemente, ressalta este fato no intuito de problematizar qual o lugar da discussão da questão da mulher na história do pensamento anarquista, e não de justificar o fato de muitos libertários terem secundarizado a liberação feminina e por considerarem “[...] não tão importante nem tão fundamental como a luta de classes” (HOGAN, 2007, p. 7).

Todavia, este entendimento, de que a superação da sociedade de classes é imperativa e antecede à necessidade da emancipação feminina, também faz parte do pensamento e da compreensão de mundo de muitas mulheres anarquistas consistindo, inclusive, em um “debate interno” no que tange ao ideário ácrata e às concepções feministas de diferentes épocas. Para diversas teóricas feministas, o jugo feminino consistiria em parte da constituição e da manutenção da sociedade capitalista, enquanto que, para as libertárias, a emancipação total da mulher só seria possível a partir da libertação de toda humanidade do capitalismo e do Estado, concebendo, então, a opressão feminina como um reflexo destes dois.

Ainda que defendessem a necessidade da construção de um novo mundo juntamente com os homens, em pé de igualdade com estes, criticavam vieses feministas que se pautavam unicamente na busca da equidade entre homens e mulheres, sem, no entanto, levarem em consideração questões socioeconômicas ou de classe. Assim, se contrapuseram, por exemplo, às feministas sufragistas de fins do século XIX e início do XX, afirmando, como o fez Emma Goldman<sup>60</sup>, não serem feministas, mas sim anarquistas, ressaltando a entendida dicotomia entre os dois ideários no momento em questão. Segundo Goldman, a única forma possível de se alcançar a emancipação total da mulher seria a luta através da ação direta e não pelo voto, destacando que a mulher deveria lutar juntamente ao homem para que ambos fossem livres (GOLDMAN *apud* MENDES, 2010, p. 173).

No Brasil, percebemos essa discussão em diversas falas e textos de libertárias publicados na imprensa operária. Em ocasião da inauguração do Centro Feminino de Educação, em 1922, a anarquista Isabel Cerrutti proclamou:

A emancipação da mulher não está na igualdade desta perante o homem, nas prerrogativas políticas, de mando e de trabalho, mas sim na emancipação da Humanidade da tutela política e na igualdade econômica e social de todo gênero humano. [...] A mulher não é escrava do homem (salvo em casos anormais), mas sim escrava juntamente com o homem de mil preconceitos, e vítima, como ele, da exploração exercida pelos potentados de ambos os sexos, tanto sobre o homem como sobre a mulher. [...] Igualá-la aos homens é ficar onde estamos. Nós devemos é lutar ao seu lado e junto aos homens para que a emancipação da mulher seja um fato, não para a mulher, ou para o homem, mas para todas as pessoas (inclusive crianças e adolescentes) para a Humanidade, porque os dois sexos se integram e se completam. (CERRUTTI *apud* RODRIGUES, 2007, p. 95)

Dessa forma, a luta pela libertação da mulher seria, antes de tudo, uma luta pela destruição da sociedade capitalista, de sua tradição e valores, pois, somente assim, a mulher poderia libertar-se dos hábitos, práticas e concepções burguesas que recairiam sobre seu corpo e sua individualidade, inferiorizando-a e subjugando-a. Neste contexto, questões relacionadas ao amor livre (a liberdade de relacionar-se afetivamente sem a necessidade do laço

---

<sup>60</sup> Emma Goldman (1868-1940), anarquista russa, considerada pela imprensa norte-americana de seu tempo como "a mulher mais perigosa da América". Tornou-se operária aos 17 anos, emigrou para os Estados Unidos em 1886 e, em 1887, adere ao movimento anarquista. Oradora famosa e fundadora da importante revista libertária *Mother Earth*, foi presa diversas vezes. Em 1919 foi extraditada de volta para a Rússia, então União Soviética, mas não permaneceu no país por discordar do governo comunista. Chegou a participar da Guerra Civil Espanhola, indo para Barcelona em 1936, e ajudou a fundar um grupo de ajuda aos anarquistas espanhóis em Londres. Militante da causa operária, nunca deixou de fora de suas obras as questões referentes às mulheres, sendo conhecida por ser defensora da libertação dos corpos femininos e do amor livre. Deixou seus escritos espalhados por todo o mundo, dentre suas principais obras estão *Living My Life, Anarchism and Other Essays* e *Puritanismo e Outros Ensaios*. Faleceu em 14 de maio de 1940, no Canadá, mas foi sepultada em Chicago, junto aos militantes operários assassinados em 11 de novembro de 1887, fato que marcou a intensificação de sua militância e sua adesão à filosofia e ao movimento libertário.

matrimonial) e da maternidade consciente tinham papel fundamental no ideário ácrata que remete à mulher.

Construir o anarquismo, então, tratar-se-ia de refletir e buscar mudanças tanto no espaço externo à intimidade do lar, quanto no interno: a atuação política anarquista diz respeito tanto às questões sociais mais amplas, quando àquela que existe dentro de casa, e a postura frente à questão da maternidade seria um claro exemplo disso. Diversos pensadores e pensadoras libertários discorreram sobre os temas da maternidade e do aborto, colocando o direito da mulher sobre seu próprio corpo como uma forma de libertação, que a retirava do papel social de mãe e "reprodutora", ou confinado ao espaço doméstico. Sébastien Faure, pedagogo libertário, possui escritos<sup>61</sup> sobre a questão reprodutiva feminina, abordando os métodos de contracepção e o aborto como formas de se propiciar uma concepção planejada e consciente. Paul Robin<sup>62</sup>, outro pedagogo anarquista, afirma que o amor livre e o poder de decisão sobre o próprio corpo permitem à mulher a plenitude de seus desejos, colocando-a como igual em direitos aos homens. Em suas palavras:

As mulheres devem saber que a ciência lhes dá os meios eficazes e sem dor de apenas ter filhos quando quiserem, e elas certamente não o hão de querer, então, senão em tais condições que os seus filhos tenham todas as oportunidades de serem sãos, vigorosos, inteligentes e bons. (ROBIN In.: DOMMANGET, 1974 *apud* CASTRO, 2011, p. 12-13)

Outra via de superação dos estereótipos e das amarras que recaiam sobre os corpos femininos se daria na conquista do espaço público, considerado inadequado para a mulher, segundo a visão burguesa. Neste sentido, a mulher operária, *per se*, contrapor-se-ia a essas ideias como um todo, pois, estando na rua e no trabalho, deixava de ser compreendida pelos ideais de "anjo tutelar" e de "governadeira" da casa. Assim, o movimento operário e o libertário entenderão a necessidade de organizar essa mulher operária e de incorporá-la na luta revolucionária a fim de destruir a mulher "governadeira" cujo raciocínio e as decisões são alienados e dirigidos tão somente para os afazeres da casa (BARROS, 1979, p. 55).

---

<sup>61</sup> Faure escreveu alguns textos sobre a saúde da mulher, o parto e o aborto, sendo, talvez, um dos principais dele sobre tais assuntos o intitulado *Le problème de la population*.

<sup>62</sup> Em 1867, Paul Robin se expressa em um relatório sobre o lugar das mulheres na indústria, onde ele defende seu direito ao trabalho, uma fonte de independência, mas também seu interesse em federar para lutar, com homens, pela emancipação. Interessado em questões de nascimento e de população (aportando, também, a questão da "limitação voluntária", numa clara influência do pensamento neo-malthusiano), foi autor de vários livretos sobre o assunto, como o *La Question sexuelle*, publicado em 1878. Chegou a fundar, em 1896, o movimento "Liga da Regeneração Humana", à qual se dedicou até 1908 e onde defendia o uso de anticoncepcionais e a educação sexual.

Consequentemente, a propaganda anarquista feita através da imprensa operária continha, em grande quantidade, textos que se destinavam às mulheres, convidando sua associação aos grupos operários e libertários e, logo, à luta. Outra maneira de chegar e atingir as mulheres com o ideário ácrata foi através da educação, uma vez que a concepção libertária de educação já continha, em suas bases, a questão da coeducação dos sexos, ou seja, professava a necessidade do ensino tanto aos homens quanto às mulheres e, também, que estes deveriam compartilhar a mesma turma, a mesma sala de aula e as mesmas atividades educativas em conjunto, não gerando, assim, nenhuma distinção ou desigualdade entre os sexos no âmbito educativo.

No que diz respeito à questão do feminismo e do anarquismo, Penna ressalta que ambos, ainda que se tratem de fenômenos distintos, não se encontraram, necessariamente, sempre separados (PENNA, 2017, p. 16). Há, inclusive, uma vertente feminista do anarquismo, chamada de anarcofeminismo ou anarcafeminismo<sup>63</sup>, que se desenvolveu a partir da década de 1960, sendo difundido a partir da chamada “segunda onda” do movimento feminista. As chamadas “ondas” do movimento feminista são compreendidas como demarcadoras de períodos de produções e de ideias feministas. A primeira onda remeteria ao fim do século XIX até meados do século XX, e incluiria as feministas sufragistas, assim como as anarquistas e comunistas, como Kollontai, Luxemburgo e Goldman. A segunda onda compreenderia as manifestações de 1968 e estender-se-ia até a década de 1990, abarcando todo o período da crise do estado de bem-estar social e da ascensão do neoliberalismo, sendo um de seus grandes nomes a francesa Simone de Beauvoir. Neste momento, vemos uma escala crescente do movimento feminista negro e uma maior expressão do feminismo voltado ao público LBT (lésbicas, bissexuais e transexuais). A terceira onda incorporaria questões de gênero e de identidade, assim como questões descoloniais dentro do feminismo. As discussões realizadas por Audre Lorde, Bell Hooks e Judith Butler em suas obras são exemplos desta onda. Ainda que aqui as citemos, há diversas pesquisadoras e pesquisadores que divergem na classificação e na datação destas “ondas” e outros que até mesmo as

---

<sup>63</sup> Em críticas ao termo anarco-feminismo, encontramos que “anarca-feminismo” seria o termo que incorpora incorretamente o sufixo “a” no intuito de denotar feminilidade, uma vez que o prefixo “anarco”, de raiz grega, e não teria gênero. Alguns críticos sustentam que o uso de “anarca” sugeriria que o feminismo seria um movimento unicamente para as mulheres e não uma oposição à sociedade patriarcal em si. Outros comentam que a substituição do “o” pelo “a” também pudesse sugerir que todos os outros anarquismos que usam o prefixo “anarco” seriam masculinos. Para além das discussões em cima dos termos, ambos são largamente e igualmente utilizados, sendo o termo “anarca” geralmente empregado por anarquistas de origem latina (especialmente pelas *hispanohablantes*).

desconsideram. Há pesquisadores, também, que consideram a existência de uma quarta onda e outros que citam as "produções feministas pré-feminismo".

O que não podemos desconsiderar, quando tratamos do pensamento e do movimento anarquista desde sua gênese<sup>64</sup> até meados do século XX, é a presença do sujeito feminino, assim como a discussão acerca da emancipação deste, dentro da filosofia libertária, ainda que a esta, no período supracitado, possamos fazer ponderações e críticas.

### **3.3 Mulheres anarquistas e a educação**

Tendo em vista a concepção de que, para o anarquismo, a emancipação da mulher, assim a como dos outros indivíduos que compõem a sociedade, está relacionada com o acesso à produção cultural humana e à transformação que esta proporciona na conquista da liberdade e da humanização plena, a educação feminina também será um tema de extrema importância na teoria ácrata e nos meios anarquistas. Buscaremos apontar aqui algumas figuras femininas importantes na organização e difusão da pedagogia racional e libertária, especialmente daquelas que influenciaram ou se fizeram presentes no âmbito do movimento operário brasileiro.

Um dos principais nomes no que diz respeito à história da educação feminina e anarquista é, certamente, o de Louise Michel<sup>65</sup>, educadora francesa e uma das contribuições principais na formulação do “Programa Educacional do Comitê para o Ensino Anarquista”, realizado em 1822. Segundo a análise de Lodi-Corrêa (2016), nos textos de Louise Michel a questão da educação é extremamente frequente. Como professora, atuou em escolas livres durante a maior parte de sua vida, educando durante seu exílio e chegando a dirigir uma escola libertária em Londres. Não possuía uma prática restrita aos ambientes formais de ensino, ensinando, ademais do ambiente escola, em praças públicas, comitês e associações de trabalhadores, além de ter participação na escrita e divulgação de artigos através da imprensa (LODI-CORREA, 2016, p. 146).

---

<sup>64</sup> Ainda que sejam muitos os pensadores anarquistas que buscaram no passado antecedentes que creditassem ao anarquismo ideias e valores que remetessem, inclusive, à noção de um tipo de "natureza humana", Lucien Van Der Walt e Michael Schmidt (2009) demarcaram historicamente o anarquismo, apontando sua formação no final do século XIX, mais especificamente no final da década de 1860.

<sup>65</sup> Uma breve descrição de Louise Michel é encontrada no item 3.1 “O anarquismo e a educação”.

Com relação à prática pedagógica de Michel, Lodi-Corrêa aponta seu conceito de "ensino vivo", que se referiria ao ensino daquilo que se insere na sociedade, ou seja, que fosse um conhecimento significativo do ponto de vista social. Assim, os temas trabalhados em suas aulas inter-relacionavam-se com a atualidade, com a realidade de seus alunos e na maneira que se recairiam na ação coletiva. O "ensino vivo" também poderia ser entendido a partir do papel do professor enquanto aquele que não trabalha a partir da perspectiva tradicional e livresca do conhecimento, mas sim como aquele que pode ser diretamente aplicado na sociedade, enfocando-se na capacidade profissional dos alunos<sup>66</sup> (LODI-CORREA, 2016, p. 147). Podemos, com essas premissas, pensar em uma aproximação entre as posteriores concepções de Faure, em sua *La Ruche*, no que diz respeito à posição do professor, numa educação racional e libertária, frente a seus alunos.

Louise Michel pode ser considerada uma das influências da concepção anarquista de educação que chegou e se desenvolveu em solo brasileiro devido a sua importância e participação no “Comitê para o Ensino Anarquista”, que definiu as bases do ensino racional libertário e fundamentou, assim, outras ideias e experiências ácratas de ensino realizadas posteriormente, como a pedagogia de Ferrer e sua Escola Moderna, a principal referência de educação anarquista adota pelo operariado brasileiro afim da ideologia libertária. Outro nome de extrema importância a ser lembrado é o de Soledad Villa Franca, que, ao lado de Ferrer, tornou possível a existência da Escola Moderna de Barcelona e, também, desenvolveu textos e artigos que tiveram grande repercussão no operariado brasileiro<sup>67</sup>, sendo, inclusive, cogitada como uma possível coautora do manual da Escola Moderna, tradicionalmente creditado apenas à Ferrer<sup>68</sup>.

Em pesquisa sobre a participação feminina no movimento anarquista paulistano, Mendes (2010) aponta que as libertárias faziam larga utilização da imprensa operária para propagar as ideias anarquistas e também como meio de divulgar os principais métodos revolucionários considerados por elas como os mais eficazes na busca pela realização da revolução social, dentre eles, a educação (MENDES, 2010, p. 206). Segundo a autora:

---

<sup>66</sup> Neste sentido, Lodi-Corrêa comenta que a questão da profissionalização era outro tema de grande importância na educação na Comuna de Paris: “era importante capacitar-se profissionalmente, não para servir aos interesses do patrão, mas no sentido de que trabalho é uma realização humana que deveria conjugar-se ao ensino” (LODI-CORREA, 2016, p. 147).

<sup>67</sup> A partir de pesquisa e levantamento bibliográfico, observamos que a influência dos escritos de Soledad se deu, especialmente, no movimento operário rio-grandense, tendo seu nome aparecido em diversas edições do jornal *Operário*, de Porto Alegre.

<sup>68</sup> Tais informações sobre Soledad são apresentadas por Paulo Ghiraldelli, em seu “Educação e Movimento Operário”.

A ideia de que a emancipação intelectual da mulher era um dos passos fundamentais para a sua emancipação total, de que os valores da igualdade deveriam ser fixados ainda na sociedade atual, assim como o questionamento do machismo como fruto do próprio sistema capitalista (Estado e burguesia) estavam em pleno acordo com os ideais da educação libertária e ela seria o meio para construir uma sociedade livre, sem que, para isso, fossem necessários meios violentos. Por isso, foi grande a atuação das mulheres nas escolas libertárias fundadas em São Paulo, assim como era grande a preocupação das associações de mulheres anarquistas de fundarem grupos de estudos e escolas libertárias (como o Centro Feminino de Educação). (MENDES, 2010, p. 212-213)

Assim, diversas anarquistas participaram da fundação e organização de diversas escolas e espaços de ensino, sendo, inclusive, educadoras nestes espaços. Entre algumas delas, são lembradas pela autora: Teresa Maria Carimi, envolvida com a fundação da Escola Moderna da Água Branca, fundada pelos vidreiros da fábrica Santa Marina, e Angelina Soares<sup>69</sup>, que escrevia artigos em jornais anárquicos, palestrava, fazia parte do teatro anarquista, discursava em comícios e festas operárias e fundou grupos de cultura social, enquanto trabalhava como professora em escolas libertárias em São Paulo, desde 1914 (MENDES, 2010, p. 214).

Em seu “Mulheres e Anarquia”, Edgar Rodrigues aponta diversos nomes de mulheres anarquistas que participaram na propaganda, na educação e no teatro social libertário no país, especialmente entre São Paulo e Rio de Janeiro<sup>70</sup>. Segundo o autor, pelo menos desde 1903 é possível se identificar essas atuações. Uma recordação que chama atenção é a da colaboração da libertária Maria Rodriguez, que, em 1920, destacou-se “[...] pela coragem no transporte de

---

<sup>69</sup> Angelina era irmã de Florentino de Carvalho, anarquista muito ativo no movimento operário em São Paulo e em outras partes do país. Além de desenvolver textos para a imprensa e para o teatro operário, também lecionava nas escolas anarquistas, trabalhando ativamente para a fundação e organização destas durante as primeiras décadas da Primeira República (MENDES, 2010, p. 214).

<sup>70</sup> Ainda que consista em uma longa citação, consideramos importante anexarmos aqui os nomes lembrados pelo autor: Clotilde Duarte, Davina Praga, Carolina Barbosa, Maria Monteiro, Carmen Ferrer, Dolores Ribas, Francisca Moraes, as meninas Pillar Tata, Elvira Boni, Nair Matera, Homérica Matera, Matilde Soares, Maria da Luz Abrantes, Corina Licurgo, Elisa de Oliveira, Sra. Belarmino Fernandes, Maria Rezende, Amélia Garrido, Anita Figueiredo; em Santos Aurora Novoa, Luiza Novoa, as irmãs Odete e Isaura; em São Paulo Maria Antônia Soares, Angelina Soares, Maria Valverde, Olga Biasi, Carolina Boni, Maria Garcia e Angelina Valverde; e no sul, Maria Silva Franca, fazem parte de mais de uma centena de colaboradoras na propaganda libertária através do teatro social, destacando-se as duas primeiras - Clotilde Duarte e Davina Farga - que passaram de costureiras a atrizes profissionais e dos palcos toscos das associações operárias ao Teatro Nacional. [...] Usando a pena e a palavra, para falar ou divulgar o anarquismo Sofia Garrido, Maria Silva Franco, Angelina Soares, Maria Antônia Soares, Noêmia Lopes, Elvira Boni, Sônia Martins, Emma Ballerini, Mari Fabri, Tomasina Montsanto, Isabel Cerruti, Maria Lacerda de Moura, Teresa Maria Carini (Terezinha), Maria Valverde, Maria da Luz Abrantes, Anarquia de Caria, Esther Redes, Maria Iêda de Moraes, Isa Ruti, Carolina Peres, entre outras. Como resultado do trabalho feminino registramos: o Centro Feminino de Jovens Idealistas (São Paulo), tendo como secretária Maria Antônia Soares; Centro Feminino de Estudos Sociais (Pelotas/RS), com Elisa de Oliveira; a União das Costureiras e Classes Anexas (Rio de Janeiro), com Noêmia Lopes e Elvira Boni; Grupo pela Emancipação Feminina, com sede no Rio de Janeiro, à rua Senhor dos Passos, nº 8; a União das Costureiras de Sacos (São Paulo), com Tecla Fabri e Teresa Cori; Grupo Feminino de Estudos Sociais (Rio de Janeiro, 1920); Comitê Feminino Contra a Guerra (São Paulo), secretariado pela professora, escritora e jornalista Maria Lacerda de Moura e a Federação Internacional Feminina (São Paulo) (RODRIGUES, 2007, p. 93-94).

explosivos durante a greve nas Docas de Santos" (RODRIGUES, 2007, p. 94). Em outra obra, "História do Movimento Anarquista no Brasil", o autor, em homenagem àqueles que considera alguns dos principais nomes que tornaram possível a trajetória anarquista no Brasil, lembra das libertárias Isabel Cerrutti, Maria Lacerda de Moura, Angelina e Paula Soares, Maria Lopes, Maria Silva, Maria Rodrigues, Maria Valverde, Luisi Magrassi e Sofia Garrido (RODRIGUES, 2010, p. 16).

Maria Lacerda de Moura, ainda que atuante em um período distinto àquele que compreende ao de análise desta dissertação, é, talvez, uma das mais conhecidas mulheres anarquistas brasileiras, ainda que, ela mesma, nunca tenha se denominado anarquista, entendendo-se apenas como individualista, proximamente às ideias de Stirner<sup>71</sup>. Questionadora do papel da mulher no âmbito familiar e na sociedade e crítica da Igreja, considerada principal responsável pela fixação de um modelo feminino inferiorizado e obediente às figuras masculinas da família (pai, irmão e marido), atuou na divulgação de textos e ideias anticlericais em conferências e artigos na imprensa operária. Entendendo a educação como um meio transformador da sociedade e ferramenta para a emancipação das mulheres, participa de diversos projetos educacionais, defendendo a educação libertária e colaborando na fundação de bibliotecas sociais (MENDES, 2008, p. 7).

Obviamente que, trabalhando diretamente com a educação da mulher anarquista, não encontramos unicamente figuras femininas, e foram muitos os educadores anarquistas que trataram da questão da educação das mulheres e sobre sua importância à filosofia e à pretensão ácrata. No Brasil, destacamos a figura de Adelino de Pinho, que atuou nas Escolas Modernas paulistas, havendo sido diretor da Escola de nº 2. Em alguns de seus escritos ressaltará a necessidade da educação da mulher uma vez que é ela quem teria o maior contato com as crianças em casa e, assim, remete a esta o dever e o compromisso em educar esta criança que, posteriormente, se tornará o sujeito e militante ativo que, junto com seus pares, deverá lutar para a superação da sociedade desigual, de classes. Neste viés, atribui à mulher, também, características que lhes considera "naturais" e que muito recordam a visão dicotômica da existência de atributos naturalmente femininos e masculinos:

---

<sup>71</sup> Max Stirner (1806-1856) professava o anarquismo individual, afirmando que o objetivo de toda civilização superior não é fazer que todos os membros da comunidade se desenvolvam de modo normal, mas permitir a certos indivíduos melhor dotados "se desenvolverem plenamente", mesmo que a custo da felicidade e da própria existência da grande maioria dos seres humanos. Segundo Kropotkin, suas ideias tratar-se-iam de "uma volta ao individualismo mais vulgar" (KROPOTKIN *apud* TRAGTENBERG, 1987, p. 26-27).



[...] é à mãe que compete vigiar e dirigir a primeira educação das crianças, por estar mais em contato com ela e porque o seu natural é mais suave, mais terno, mais doce, mais próprio a tornar as crianças alegres, felizes, expansivas e amáveis, cumpre perguntar: estará a mulher habilitada a cumprir a missão de tal responsabilidade? Infelizmente não está. Há, pois, a necessidade de atrair a mulher à causa do progresso e do desenvolvimento, educá-la, orientá-la, fazê-la interessar-se por essa obra de civilização e de felicidade universal, cuja pedra angular, base, alicerce, e ponto de partida é, naturalmente, ela. (PINHO, 2015, p. 40-41)

Destarte, percebe-se neste discurso um enviesamento da educação feminina que muito se aproxima da ideia de lugar social da mulher defendida pela visão burguesa acerca do corpo feminino. Encaminha, assim, uma educação de base libertária e que pressupõe a superação dos indivíduos das amarras e estereótipos burgueses para, na verdade, uma educação que, em partes, propicia a manutenção dos mesmos. Nessa perspectiva, questionamos: até que ponto haveria proximidades entre as concepções e práticas da pedagogia anarquista com os vieses positivistas de educação no que diz respeito à educação destinada às mulheres? Faremos esta análise no capítulo final desta pesquisa, tendo como base escritas femininas, referentes ao tema (educação feminina), presentes no jornal sorocabano do período da Primeira República, *O Operário*, periódico este que será apresentado no capítulo cinco.

#### 4. O POSITIVISMO E A QUESTÃO DA MULHER

Neste capítulo apresentaremos a relação entre o positivismo e a questão da mulher, visando analisar qual o lugar social, que tipo de educação e quais finalidades lhe eram destinados na sociedade brasileira da Primeira República, quando a “busca por um novo homem” urgia, também, a necessidade da busca e da “construção” de “uma nova mulher”.

Antes de estabelecermos esta conexão, porém, necessitamos compreender quais ideias daquele período foram e são compreendidas como positivistas; tarefa esta nada fácil, uma vez que, na América Latina como um todo, diversos pensamentos, amalgamados entre os ideais clássicos do liberalismo, às ideias de base darwinista (evolucionismo) e mesmo os pensamentos de cunho religioso/católico, aparecem fundidos e categorizados dentro do grande “caldeirão” do positivismo. Como salienta José Veríssimo, em um artigo de 1895 sobre a influência do pensamento positivista no Brasil (cf. VERÍSSIMO, 1895), em um país onde nem o Estado, nem a Igreja e nem a academia estavam estruturados, não se pode dizer que houve alguma coisa organizada no que diz respeito às causas particulares das influências positivistas, uma vez que, tais instituições serviriam como barreiras à entrada de certos pensamentos e, neste caso, estando estas instituições desordenadas, encontravam-se “abertos os portões” para a intrusão de novas ideias. Assim, apresentaremos de maneira breve quais as origens e as definições de positivismo para que, posteriormente, possamos nos aprofundar naquelas ideias que, aqui, nos interessam, por nos brindarem com argumentações úteis à análise principal deste capítulo: o positivismo, a mulher e a educação feminina.

Com relação à sua gênese, encontramos em Löwy (2008, p. 39) que a origem do positivismo dataria do século XVIII, quando o enciclopedismo iluminista, especificamente o francês, propor-se-ia a pensar a sociedade a partir de um modelo científico-natural (ou orgânico), opondo-se às ideias clericais e ao regime absolutista e feudal. Logo, seria possível observar a presença ideológica de diferentes variantes do positivismo, desde o desdobramento de ideias presentes na Revolução Francesa, e, depois, mesmo no seio do "marxismo ortodoxo" e entre o ideário anarquista.

Como definição, encontramos nas afirmações de Glick (1989, p. 181) e Silva (2006, p. 8) que o positivismo, para além de um método científico ou de uma filosofia estrito senso, constitui-se como uma filosofia da história, pois se trata de um conjunto de ideias e princípios que servem a um grupo de indivíduos como validação de seus objetivos políticos, sendo estes

envoltos por uma doutrina religiosa e/ou por propósitos ideológicos intelectuais específicos (projetos de educação). Nesse sentido, aponta Alonso (2002, p. 89) que, no âmbito político, mais do que perspectivas teóricas ou doutrinárias, estaria em jogo a eficácia da ação destes princípios e do que estes ativavam a partir de sua execução enquanto uma ideia.

Pensando suas origens e sua definição, como aqui propostas, concebe-se que, ao final do século XIX, o liberalismo e as ideias compreendidas como positivistas se consolidariam, em geral<sup>72</sup> e em conjunto<sup>73</sup>, como uma concepção de mundo fundamentada em um posicionamento antimonárquico e anticlerical. Destarte, no Brasil, tal conjunto de ideias não se apresentaria de maneira diferente, confirmando-se como eixo ideológico do movimento republicano.

Em seus trabalhos sobre o movimento intelectual da geração de 1870, Alonso (2000, p. 39-40) aponta que haviam tendências e movimentos inspirados em diversas bases teóricas, entre elas o liberalismo, o darwinismo, o evolucionismo e o positivismo. Segundo Veríssimo (1895), as principais formas do "pensamento novo" introduzidas no Brasil foram o evolucionismo spenceriano, o monismo haeckeliano (ou germânico)<sup>74</sup> e o positivismo comtista, sendo que, posteriormente, Glick (2003, p. 181), citando o trabalho de Lopes (1997, p. 154) sobre a pesquisa científica no século XIX, apontará a assertiva de Veríssimo e Romero, que afirmaram que os dois primeiros conjuntos de ideias, em especial o spencerismo, substituiriam o positivismo de Comte, não suplantando-o, mas tomando maior lugar que este em diversos movimentos de ordem republicana e burguesa.

A conclusão acerca da justaposição entre os pensamentos evolucionista (no caso, spenceriano) e o positivismo comtiano adviria, justamente, das confusões estabelecidas entre as várias interpretações da ideia de evolução de Darwin. As concepções deterministas do

---

<sup>72</sup> Aqui chamamos a atenção para ressaltarmos que, ao usarmos o termo “em geral”, não estamos afirmando que as ideias positivistas (ou entendidas como tal) se caracterizariam como um todo da maneira como a colocamos no mesmo parágrafo, uma vez que, como explicitaremos a seguir, algumas ideias, como o comtismo, se aproximaram de concepções religiosas e mesmo de modelos de sociedade compreendidos como ideias pelo catolicismo. Isto ocorreu, de maneira particular, na América Latina e, em especial, no Brasil.

<sup>73</sup> Aqui também ressaltamos que, ao utilizarmos a expressão “em conjunto”, aludimos às origens do pensamento positivista segundo coloca Löwy, apresentando as proximidades históricas e geográficas do positivismo (ou do que este viria a ser) com as origens do próprio pensamento liberal.

<sup>74</sup> Interpretação do darwinismo segundo o pensador Ernest Haeckel, baseado na premissa do dualismo, na qual corpo e mente conformariam uma coisa só. Não deve ser confundido com o pensamento ultramonista, que, apesar de remontar à escola de missões religiosas características do século XVIII, também figurava, ainda, em alguns pensadores do período republicano brasileiro. Para melhor compreensão do ultramonismo, sugerimos a leitura da tese de Gustavo de Souza Oliveira. Sobre a permanência de aspectos relacionados ao ultramonismo na República, ver o artigo de Elomar Tambara.

positivismo<sup>75</sup> e a ideia de progresso social<sup>76</sup>, base do pensamento de Comte, seguidas das análises sociais relacionadas à ideia de evolução (um tipo de evolucionismo social, mais tarde entendido e alcunhado como **darwinismo social**), formaram as bases para o pensamento que, de maneira generalizada, entenderíamos como o ideário positivista da Primeira República.

A noção de "história evolutiva" encontrava-se presente na defesa de vários autores brasileiros<sup>77</sup> sobre suas concepções de "progresso", como, por exemplo, para Sylvio Romero, que acreditava na necessidade de se fazer uma genealogia da sociedade brasileira, a fim de chegar a uma "[...] explicação da marcha evolutiva desta sociedade" (ROMERO, 1949, p. 43). Pautado nesta ideia de evolução social, também era ele adepto da ideia de mestiçagem, afirmando que "o futuro da sociedade brasileira seria branca" (ROMERO, 1949, p. 43 *apud* DOMINGUES; In.: GLICK, 2003, p. 116), uma vez que, neste entendimento, o embranquecimento racial da nação estaria ligado ao seu avanço evolutivo (teoria da superioridade ariana, baseada na craniometria e na frenologia).

Todavia, tais ideias não se justapõem efetivamente, mantendo-se, na verdade, paralelas uma à outra<sup>78</sup>. Tal conclusão baseia-se nas máximas apresentadas por Veríssimo, acerca das diferenças entre o Comtismo e o Spencerismo<sup>79</sup>, e as colocações de Chacon (1977, p. 30)

---

<sup>75</sup> O determinismo presente no positivismo comtiano refere-se ao fato deste atribuir ao comportamento humano as mesmas relações invariáveis de causa e efeito que dizem respeito às leis da natureza. Nesse sentido, o ato humano não seria livre, pois estaria determinado por tais causas, como a raça (determinismo biológico), o meio (determinismo geográfico) e o momento (determinismo histórico). (ARANHA, 2006, p. 205).

<sup>76</sup> A ideia de progresso para Comte está relacionada ao seu pensamento social, baseado nas noções de estática e de dinâmica sociais. A fase da estática diria respeito àquilo que manteria os indivíduos e grupos unidos e, a dinâmica, àquilo que seria o "motor" das sociedades, ou seja, as mudanças sociais, assim como e para que estas se dariam. Assim, a organização da sociedade era parte central do pensamento comtiano, pois somente reorganizada a humanidade poderia progredir. Parte desta nova ordenação seria a separação total da Igreja e do Estado, assim como a instauração da "Religião da Humanidade", que visava a substituir o culto católico, uma vez que este "já se encontrava ineficiente" (ISMÉRIO, 2007, p. 1-2).

<sup>77</sup> Entre eles cabe citar Ladislau Netto (1838-1894), botânico partidário da ideia de "evolucionismo social", e Miranda Azevedo (1851-1907), médico que esteve na vanguarda da divulgação das ideias evolucionistas e que se pautava nos pressupostos do darwinismo haeckeliano, tais como a ideia de transmissão hereditária dos caracteres adquiridos e de aperfeiçoamento das raças. (DOMINGUES *et al.*, 2003, p. 116).

<sup>78</sup> Nesta afirmação, não nos baseamos na proposta de Sylvio Romero de que o spencerismo seria uma resposta-oposição ao comtismo. Sobre esta ideia segue, abaixo, as considerações de Veríssimo, que critica tal ideia de Romero.

<sup>79</sup> "O evolucionista ou spencerista póde (*sic*) ser em política republicano ou monarchista (*sic*), em religião pelo menos atheu (*sic*) ou deísta, em arte, idealista, realista, naturalista ou symbolista (*sic*), em sciencia (*sic*), ficar em Darwin ou ir até Haekel: pode ser pró ou contra o divórcio, favorável ou hostil ao livre cambio, ao presidencialismo ou ao parlamentarismo, ao café, ao álcool, às comidas apimentadas. O positivista, não: o mesmo dogma que lhe determina uma convicção scientifica (*sic*), dá-lhe um critério moral ou artístico e regulamenta lhe a família, a mesa, a actividade (*sic*) politica, econômica e até sexual. [...] Por isso os seus adeptos podem constituir-se em corporação, em igreja, e em virtude da lei da gravitação, verdadeira também no mundo moral, agir sobre as massas inconsistentes e desorganizadas que a rodeiam. [...] Portanto, só em sentido restrito póde (*sic*) o evolucionismo ser contraposto ao positivismo, como uma doutrina a outra doutrina. [...] Mas o que não é possível, o que não é razoável, é pretender substituir [...] a doutrina positivista, que abrange, como

sobre a “[...] atração exercida por Herbert Spencer à emergente burguesia brasileira”. Segundo Chacon, ao lado do positivismo ortodoxo, que se caracterizava “quase como uma religião comtista de Estado”, encontrava-se a noção de progresso spenceriana, que professava a ideia da existência de “fatores da evolução orgânica”, que, ao referenciar-se às “razões Naturais” do Desenvolvimento, muito agradava à esta burguesia industrial, que, à tal ideia, relacionava sua “natural” ascensão ao poder.<sup>80</sup>

Neste contexto, o autor conclui “ter-se difundido nacionalmente o spencerismo, de maneira paralela ao comtismo, embora a ele sempre se opondo, pelos motivos a pouco expostos” (CHACON, 1977, p. 34). É nesta premissa que nos basearemos para apresentar os critérios que permitirão relacionarmos as concepções positivistas, ou seja, comtianas e spencerianas, que dizem respeito à educação, ao que tange à construção e à manutenção do lugar social da mulher na República Velha.

#### 4.1 O positivismo e a educação

Desde sua gênese o positivismo permeou a pedagogia. De maneira implícita ou explícita, figurou, no decorrer das décadas e em diferentes concepções e métodos pedagógicos, como parte dos projetos políticos que, mormente, visavam garantir a ascensão, a estruturação e a manutenção da burguesia no poder. Dentre seus principais nomes, os pensadores cujo maior interesse se deu especialmente pela educação foram Auguste Comte, Herbert Spencer e Stuart Mill.

Comte (1798-1857), que tinha na ideia de Reforma Intelectual o ponto central de sua filosofia, afirmava que a reforma social só seria possível através da instrumentalização da população a partir das ciências, por ele hierarquicamente categorizadas.<sup>81</sup> Já Spencer (1820-

---

vimos, todas as relações humanas e determina regras de conducta (*sic*) para todas as manifestações da actividade (*sic*) humana, pelo evolucionismo, que é meramente um critério critico, um methodo scientifico (*sic*) e uma generalização philosophica (*sic*)” (VERÍSSIMO, 1895, p. 302-303).

<sup>80</sup> Analisando o gênese da Sociologia no Brasil, Chacon referenciara o spencerismo, no que tange ao pensamento sociológico, ao Darwinismo Social, ou seja, à “luta pela vida e a seleção das espécies traduzidas em termos históricos” (p. 29). Ao referenciar-se à influência dos pensamentos comtiano e spenceriano na burguesia, aponta que “já Cruz Costa tinha assinalado a atração exercida por Herbert Spencer também à emergente burguesia brasileira, adepta do Progresso, por ela identificada como sua própria ascensão ao poder” (p. 30). A opção desta pelo spencerismo em detrimento ao comtismo se daria pelo fato de que “Spencer dava-lhe maior segurança, ao apelar mais à Razão que à Fé, diferente de Auguste Comte” (p. 30).

<sup>81</sup> Comte teve como influências principais as ideias de Turgot (1727-1781), Condorcet (1666-1790) e Saint-Simon (1760-1852). A ideia de Condorcet, de que o desenvolvimento da sociedade seria balizado pelos novos descobrimentos e pelas novas tecnologias, e que tal processo levaria a uma organização social produto das “luzes

1903), baseado na premissa evolucionista de Darwin, concebia a educação a partir da ideia de progresso, porém, tendo como base a ideia de um processo evolutivo, segundo o qual as potencialidades dos indivíduos já estariam nestes, naturalmente, germinadas, sendo necessárias apenas as condições propícias para que elas fossem desencadeadas. Para ele, a biologia, a física e a química seriam, assim, as disciplinas mais importantes para a formação dos indivíduos e para o estímulo de suas potencialidades latentes (ARANHA, 2006, p. 206).

Mill (1806-1873), em contrapartida, ressaltava a importância das ciências humanas, como a história, o direito e a economia, atenuando o foco cientificista dos dois primeiros citados (ARANHA, 2006, p. 206-207). Seu olhar para a educação mantinha o enfoque na questão da cidadania, tendo como base o ideal de "proporcionar a felicidade ao maior número de pessoas"<sup>82</sup>. Tal objetivo estaria intrinsecamente ligado à questão do direito ao acesso à educação, uma vez que esta permitiria aos cidadãos compreenderem seu real papel em sociedade, suas reais necessidades, e, assim, o encontro com o "sentido de sua felicidade". Este enfoque liberal da cidadania o levou a rejeitar as diferenças entre homens e mulheres, destacando-se como um militante das causas femininas de sua época.<sup>83</sup>

---

da razão", é um dos pontos principais da filosofia comtiana. Ele defendia um tipo de "matemática social", afirmando que é necessário realizar um estudo numérico dos fenômenos sociais para, assim, ser possível a real compreensão e mudança da sociedade. Saint-Simon foi o primeiro a utilizar o termo positivo na ciência, relacionando-o ao raciocínio baseado nos fatos observados e discutidos. Comte compreendia e professava a importância do conhecimento científico para a transformação e a organização racional da sociedade. No pensamento comtiano a investigação acerca do homem e da sociedade, na busca por leis gerais e invariáveis como haviam na natureza, se daria tendo como base a Física Social: assim como a física lida com o universo natural, a física social lidaria com o universo humano e social. Comte acreditava que com estas investigações, baseadas na Física Social, seria possível produzir reformas na vida social, uma vez que esta nova ciência permitiria entender e indicar caminhos para superar os conflitos vigentes (MARTINS, 2017, p. 120-121) Essa discussão acerca das ciências levou Comte a classificá-las e identificá-las segundo seus fundamentos, tendo como base o que cada ciência lida e à qual outra ciência cada uma estaria "dependente" ou intimamente vinculada. Assim, de maneira hierárquica, as expôs da seguinte forma: matemática, astronomia, física, química, biologia e sociologia (posteriormente, Comte agregou a Moral a essa hierarquia classificatória das ciências, vindo depois da Física Social) (MARTINS, 2017, p. 120-121). Para uma maior compreensão do pensamento comtiano e de sua estrutura, sugerimos a leitura dos artigos de João Ribeiro Junior (2005) e de Jamil Ibrahim Iskandar e Maria Rute Leal (2002), além da obra de Marcos Francisco Martins (2017).

<sup>82</sup> Sobre o pensamento de John Stuart Mill e suas concepções sobre cidadania e educação, sugerimos a leitura do artigo de Carlos Camponez e Ana Tereza Peixinho (2010) e a dissertação de Eni de Paula (2006). A obra supracitada de Maria Lúcia de Arruda Aranha (2006) também apresenta as ideias de Mill no capítulo sobre *Positivismo e Educação*.

<sup>83</sup> Em sua dissertação sobre o pensamento de Stuart Mill, Eni de Paula comenta que em 20 de maio de 1867, Mill pronunciou um discurso no qual propunha que a palavra "homem" fosse substituída pelo termo "pessoa" nos textos oficiais, ressaltando a perspectiva de Mill acerca da igualdade entre os gêneros, numa crítica ao androcentrismo. Em sua obra "A sujeição da mulher", refere-se à mulher em dois sentidos: com relação à sua importância na administração do lar e na educação dos filhos, mas, também, no mercado de trabalho e na atuação efetiva e cidadã na sociedade. Ou seja, Mill, com suas palavras, acaba por negar a ideia de vocação feminina destinada ao trabalho restrito ambiente familiar. Segundo Eni, Mill "[...] defendia que a mulher deveria receber a mesma educação que o homem, para que houvesse igualdade de oportunidades no livre jogo da concorrência. Acreditava que a melhor qualificação da mulher para o trabalho e sua consequente autonomia reverteria em

A formação do espírito científico nos indivíduos seria, então, o cerne da educação positivista<sup>84</sup>, na busca da realização das atividades que tornariam possível a “vida civilizada” (LUCAS; MACHADO, 2002, p. 139). Baseando-se nessa premissa, Comte, Spencer e Mill chegaram à necessidade da adoção de um novo método para o ensino, onde os dois primeiros, em especial Spencer, apontaram que tal método deveria nortear o aprendizado a partir da observação e da experimentação, ou seja, de forma intuitiva.

Segundo Vera Teresa (1998), a organização geral do método intuitivo é muito antiga, podendo até mesmo tanger à Sócrates, porém, sua aplicação através da educação coletiva pode ser creditada à Pestalozzi. Em suas palavras, o “ensino intuitivo [foi] adotado na segunda metade do século XIX nas escolas europeias, americanas e brasileiras, circunscrevendo seu referencial teórico para além das formulações de Pestalozzi e Fröebel, autores apontados como influenciadores do referido método nos manuais didáticos e nos compêndios de Pedagogia” (VALDEMARIN, 1998, p. 65). À Froebel seria creditado, em especial, a introdução do canto, dos jogos, e da ginástica, em seus Jardins da Infância (VALDEMARIN, 1998, p. 74). O método intuitivo baseia-se na intuição a partir da observação, ou seja, corresponde ao método experimental, defendido como uma educação do tipo concreta, racional e ativa. Mill, em contrapartida, no que tange à suas análises econômicas e na adequação de sua metodologia geral de investigação da natureza à pesquisa das ações e valores sociais, chega ao desenvolvimento da investigação em estágios a partir tanto do método indutivo quanto do dedutivo.

---

melhor salário. Ou seja, para ele, só a educação elevaria a produtividade" (PAULA, 2006, p. 74). Em um excerto de sua obra, "*A sujeição das mulheres*", publicada na revista *Gênero*, encontramos nas palavras de Mill, que também eram as de sua esposa (uma vez que desenvolveram este trabalho de maneira conjunta), uma comparação entre a condição da mulher com a escravidão. É dito que: "A escravidão, antes simples questão de força entre senhor e escravo, foi regulamentada e se transformou em um acordo entre os senhores que, unindo-se para sua proteção comum, garantiam por sua força coletiva suas posses particulares, incluindo seus escravos. [...] Gradualmente tais pensadores apareceram e (com a ajuda do progresso geral da sociedade), a escravidão dos indivíduos do sexo masculino, pelo menos em todos os países da Europa cristã (embora, em um deles, somente nos últimos anos), foi finalmente abolida, e a dos indivíduos do sexo feminino foi gradualmente transformada numa forma mais branda de dependência" (MILL, 2006, p. 184).

<sup>84</sup> Estudando as estruturas e processos de permanência e transformação relativos à vida social, a Física Social permitiria a sociedade atingir uma harmonia, ou, segundo o lema positivista: "o Amor por princípio, e a Ordem por base; o Progresso por fim". Por isso a educação será tão importante para Comte, pois entendia que era a partir da educação dos sujeitos segundo a filosofia positiva, em conjunto com a reformulação das instituições, que esta sociedade harmônica poderia ser produzida. (MARTINS, 2017, 121-122). É neste sentido que, devido ao foco na disciplina (cara ao pensamento positivista, pois seria a ordem e obediência que permitiriam a efetividade do ensino positivo) e segundo a hierarquização das ciências, proposta por Comte, que, conseqüentemente, as ciências exatas terão maior peso no viés educativo positivista/comtiano: "O positivismo admite apenas o que é real, verdadeiro, inquestionável, aquilo que se fundamenta na experiência [...] a escola deve privilegiar a busca do que é prático, útil, objetivo, direto e claro. Os positivistas se empenharam em combater a escola humanista, religiosa, para favorecer a ascensão das ciências exatas" (ISKANDAR; LEAL, 2002, p. 3 *apud* MARTINS, 2017, 123-124).

Em geral, a premissa de Mill remonta à concepção empirista do indivíduo como uma tábula rasa e, no que diz respeito à educação, seu pensamento parte do viés utilitarista. Para um maior entendimento de como Mill concebeu cada método, sugerimos a leitura de sua obra "A lógica das ciências morais", assim como do artigo de Jordão Horta Nunes, intitulado "A Lógica das Ciências Morais de J. S. Mill: elementos para uma teoria da explicação dos fenômenos sociais". No processo educativo, os métodos dedutivos e indutivos corresponderiam, nesta ordem, aquele que parte da teoria para depois, na prática, verificar a veracidade teórica e aquele que parte das constatações práticas para, posteriormente, chegar às teorias explicativas (GALLO, 1995, p. 109).

Spencer afirma que não somente o foco nas ciências dentro do conteúdo escolar levaria a solução para a nova sociedade, mas sim o emprego de uma nova forma de se ensinar essas ciências, um método que corrigisse a "natureza defeituosa dos indivíduos"<sup>85</sup> e que agisse moralmente sobre seu caráter. Segundo ele, além do valor dessas ciências para o êxito da sociedade industrial e da busca pela formação de uma sociedade baseada na razão, o método empregado seria imbuído de um valor moral que auxiliaria na transformação social<sup>86</sup>.

Segundo Valdemarin, a própria ênfase dada ao ensino intuitivo, empregado por Spencer, visava um modelo social específico, voltado para o trabalho industrial e que se compunha de um modelo formativo que tinha na racionalidade e na produção de objetos (mercadorias) sua prioridade (VALDEMARIN, 1998, p. 100). Lucas e Machado, em seu artigo sobre o pensamento spenceriano, apontam que, para este, a ciência era necessária para o êxito das atividades industriais. Para confirmar tal ideia, Spencer teria apontado que:

[...] a Matemática preside todas as atividades industriais; o carpinteiro, o construtor de pontes, o agrimensor, o arquiteto, o pedreiro precisam da Geometria; da Mecânica depende o sucesso das manufaturas modernas; a Física ajuda a poupar combustível nas indústrias e aumentar a produção; a Química tem inúmeras aplicações; a Astronomia é necessária na navegação; a Biologia está ligada à indústria da alimentação; a Sociologia auxilia no conhecimento das leis que regulam as atividades comerciais (LUCAS; MACHADO, 2002, p. 141).

A obra *Primeiras lições de coisas*, de Norman Allison Calkins, é considerada um dos primeiros e principais marcos teóricos do ensino intuitivo a professar a necessidade de uma renovação metodológica, que aportasse as transformações pedagógicas em curso nos Estados

---

<sup>85</sup> "Spencer crê que o problema da sociedade está na natureza defeituosa dos indivíduos, que não conseguem se adaptar aos problemas enfrentados. [...] se o defeito está no homem, é preciso corrigi-lo agindo moralmente sobre o seu caráter. Concorde que a instituição escolar, responsável pela formação humana, e principalmente o conteúdo por ela veiculado, precisam, urgentemente ser repensados" (LUCAS; MACHADO, 2002, p. 143).

<sup>86</sup> "A ciência por si só não seria moralizante, mas um método que a ensinasse pautando-se na prática, sim" (LUCAS; MACHADO, 2002, p. 144).



Unidos e na Europa. Consoante com o discurso político de renovação social, no qual a escola e a intervenção em sala de aula passam a ser efetivamente assimiladas como parte do projeto político modernizador da nação, a noção da educação voltada para a "lição de coisas" estaria, então, diretamente vinculada à realização das transformações sociais, econômicas e políticas almejadas pelo governo republicano.<sup>87</sup> No Brasil, a alusão ao método intuitivo data dos anos de 1880, a partir da tradução da obra de Calkins feita por Rui Barbosa (1849-1923)<sup>88</sup>, em 1886<sup>89</sup>.

Este novo método, baseado na observação e na experimentação, pode ser também resumido como uma educação para observar e trabalhar, uma vez que observar significaria progredir do concreto para o abstrato, dos sentidos para a inteligência e, assim, para a criação de algo, enquanto que trabalhar seria a realização no concreto da observação, ou seja, a criação em si. Nesse sentido, a educação a partir do método intuitivo direcionaria os estudantes para a realização de atividades concretas, semelhantes às aquelas desenvolvidas na fase adulta: [...] “aliando observação e trabalho numa mesma atividade, o método intuitivo pretende direcionar o desenvolvimento da criança de modo que a observação gere o raciocínio e o trabalho prepare o futuro produtor, tornando indissociáveis pensar e construir” (VALDEMARIN, 1998, p. 69).

A questão da incorporação do proletariado era um tema recorrente entre os positivistas, pois reivindicavam, por exemplo, que através da educação os problemas sociais e relativos à produção e ao trabalho seriam superados, levando à renovação político-social. Assim, a compreensão da educação social como promotora do patriotismo, estava

---

<sup>87</sup> Hilsdorf, 1986; Gonçalves, 1994 e Souza, 1996; segundo Valdemarin, 1998.

<sup>88</sup> “O homem educado é projetado como um ser capaz de auto conduzir-se por meio de suas capacidades racionais desenvolvidas, cuidando da sobrevivência individual e coletiva” (GONÇALVES, 1994, s/n).

<sup>88</sup> Rui Barbosa foi deputado da província baiana entre os anos de 1878 e 1879 e, a partir de então, participou da vida pública nacional por cerca de 50 anos. Desenvolveu diversos trabalhos voltados, principalmente, para a área jurídica e educacional, tendo atuado em várias outras áreas também. Formado em Direito e poliglota, teve contato direto com as principais ideias que pululavam no Brasil e, especialmente, no exterior. Ao falecer, deixou um acervo de mais de 35 mil livros, hoje uma biblioteca mantida pela Fundação Casa de Rui Barbosa, no Rio de Janeiro. No que tange à educação, Rui Barbosa concebeu o ensino como o "motor do desenvolvimento da nação", discutindo questões relacionadas à pedagogia e aos métodos pedagógicos nas obras "*Reforma do Ensino Secundário e Superior*" (1882) e "*Reforma do Ensino Primário e várias Instituições Complementares da Instrução Pública*" (1883).

<sup>89</sup> Saviani (2013) comenta que a Reforma Leôncio de Carvalho apontava na direção do ensino intuitivo, fato explicitado no enunciado da disciplina "Prática do ensino intuitivo ou lições de coisas" (artigo 9º) do currículo da Escola Normal, bem como no componente disciplinar (noções de coisas) (artigo 4º) do currículo da escola primária (SAVIANI, 2013, p. 138). Este método, que parte de uma percepção do sensível, foi referência durante a Primeira República e, a partir de 1920, ganha corpo e movimento da Escola Nova, base de influência de várias reformas aplicadas na esfera da educação pública (Idem, ibidem, p. 140).

intimamente ligada à noção da constituição da cidadania e da capacitação do futuro profissional<sup>90</sup>. A questão da necessidade do emprego de um novo método também ressoará nesta questão, uma vez que a crítica ao aspecto metodológico era reafirmada pela falta de indivíduos letrados e racionais, uma demanda do trabalho industrial, relacionando-se, assim, a defasagem do desenvolvimento econômico com a educação escolar do período (VALDEMARIN, 1998, p. 68-69).

Neste contexto, percebemos que a importância dada à educação infantil a partir de novos padrões intelectuais cientificistas está intrinsecamente relacionada com a tentativa de dirigir a atividade educacional para a formação de indivíduos voltados para as atividades produtivas (industriais) em voga. A renovação do método, então, é aliada indissociável do processo econômico e propicia um tipo de formação ao qual a determinação social lhe é intrínseca (VALDEMARIN, 1998, p. 92) Dessa forma, a educação positivista, a partir da busca de uma reforma intelectual, constrói nos indivíduos/educandos padrões morais convenientes à "nova sociedade" pretendida, assim como imputa nela lugares sociais pré-determinados.<sup>91</sup> Baseando-se numa visão organicista, estes lugares sociais serviriam tanto para balizar esta sociedade transformada quanto para mantê-la.<sup>92</sup>

No ensino brasileiro, as ideias positivistas da educação e o método intuitivo também figuraram no sentido de direcionar o conteúdo escolar para a produção e o trabalho, objetivando o "progresso" e a "modernização" nacional; ou seja, o estabelecimento efetivo do modo de produção capitalista no Brasil. Dentre alguns pensadores nacionais que foram adeptos do pensamento positivista no que concerne a educação, podemos citar Rui Barbosa, cujo trabalho voltou-se para a reforma da educação primária e secundária, Benjamin Constant (1836-1891), cujos trabalhos e atuação dividiram-se entre escolas civis e militares<sup>93</sup>, Miguel

---

<sup>90</sup> Aqui nos referimos ao trabalhador "braçal", ao operário, e não a um profissional qualificado, uma vez que, neste momento, o foco se mantinha na educação primária, sendo a educação secundária, superior ou técnico-profissionalizante entendida como desnecessária (SILVA, 2006, p. 18).

<sup>91</sup> "[...] a ação pedagógica destinada a dirigir o processo de formação dos indivíduos baseado em novos valores e em novas práticas [...] ênfase cada vez maior a necessidade da formação de novos indivíduos, isto é, a transformação das mentalidades. A partir desta nova possibilidade de relacionar-se com o mundo físico, a educação é entendida como um ato de emancipação humana uma vez que a razão, adequadamente orientada por procedimentos ensináveis, criaria a possibilidade de construção de uma sociedade harmônica, espelhamento do progresso obtido com relação ao saber e ao desenvolvimento material" (VALDEMARIN, 1998, p. 90).

<sup>92</sup> "O homem educado é projetado como um ser capaz de auto conduzir-se por meio de suas capacidades racionais desenvolvidas, cuidando da sobrevivência individual e coletiva" (GONÇALVES, 1994, s/n apud VALDEMARIN, 1998, p. 90).

<sup>93</sup> Benjamin Constant foi oficial do Exército, participou do movimento militar que depôs a monarquia, foi membro do Governo Provisório Republicano e professor de matemática em diversas instituições de ensino. Teve contato com o pensamento de Comte na Escola Militar, passando a professar o ideário positivista desde então. Para um maior conhecimento da relação entre Constant e o pensamento comtiano, sugere-se a leitura da

Lemos (1854-1917) e Teixeira Mendes (1855-1927), ambos membros e fundadores do Apostolado Positivista do Brasil<sup>94</sup>.

A concepção de educação é aqui, também, identificada e compreendida como uma possibilidade à ascensão intelectual do povo brasileiro. Assim, o liberalismo e o positivismo passaram, paulatinamente, a ocupar um maior espaço ideológico no pensamento brasileiro, sendo o abolicionismo e a questão da "emancipação feminina" as principais mudanças sociais que tiveram maior envolvimento com a área educacional (TAMBARA, 1997, p. 71).

## 4.2 O positivismo e a educação feminina

A concepção cientificista da sociedade, aliada às questões de cidadania, progresso, modernização e desenvolvimento econômico, apontavam à necessidade de permitir o acesso da população àquilo que lhes permitiria participar efetivamente desta sociedade, ou seja, o acesso à educação<sup>95</sup>, assim como a orientação destes para lugares sociais que tanto gerassem quanto mantivessem esta sociedade futura a ser realizada. Dentro desses parâmetros, na Europa e nos Estados Unidos, o positivismo apontou a necessidade da agregação da mulher à sociedade através de sua educação, enquanto que, no Brasil republicano e pós-abolição, urgia a incorporação feminina, assim como a negra e indígena, tanto no que tange à necessidade de mão de obra quanto à categoria de cidadãos da nação<sup>96</sup>, ainda que com restrições com relação à sua emancipação, afinal, almejava-se uma sociedade reformada que tivesse a ver com o modo de produção capitalista e não uma superação estrutural total, até porque este sistema

---

transcrição da fala de Renato Lemos, durante evento de comemoração do Museu de Astronomia, cujo texto foi intitulado “*Benjamin Constant e o positivismo na periferia do capitalismo*”.

<sup>94</sup> O Apostolado Positivista do Brasil foi uma instituição fundada por Raimundo Teixeira Mendes e Miguel Lemos em 1881. O grupo era responsável pela produção de material e pela disseminação de conteúdo relacionado ao pensamento comtiano ortodoxo, em especial àquele referente à necessidade da criação de uma "nova religião", a Religião da Humanidade. Através de materiais oriundos da Igreja Positiva que, na época, possuía sede no Rio de Janeiro, o Apostolado promovia intervenções nas discussões educacionais daquele momento. O trabalho de João Carlos da Silva (2006), apresenta a inserção e atividade desta instituição no campo da educação.

<sup>95</sup> Aqui nos referimos ao fato de a educação ser entendida como formadora do futuro eleitorado ainda que, efetivamente, apenas uma pequena parcela da população tivesse direito ao voto. Este pensamento está presente, por exemplo, nas premissas de Mill, que defendia que um maior grau de instrução equivaleria a uma maior qualificação intelectual que permitiria aos cidadãos, enquanto eleitores, a participarem dos assuntos políticos (PAULA, 2006, p. 73). Esta ideia também está presente no movimento conhecido como “entusiasmo pela educação”, onde a luta contra o analfabetismo também significava a luta contra a não-capacitação da população enquanto sujeitos votantes.

<sup>96</sup> Tal questão fazia parte do debate ideológico a partir da recepção do darwinismo social no Brasil que, através da ideia de evolução dos indivíduos, questionava a necessidade de se dar um lugar social aos grupos que estavam na iminência de tornarem-se cidadãos (DOMINGUES; SÁ, 2003, p. 98).

pretendido e que batia às portas necessita, para sua manutenção, de um quadro de desigualdade.

Em terreno nacional, a crítica à cultura brasileira acerca da falta de compromisso público com a educação feminina, assim como com a educação profissionalizante, era tema presente nos trabalhos de muitos pensadores. Dentre eles, Tobias Barreto<sup>97</sup> que, em uma de suas publicações em crítica à educação dirigida à mulher no Império, considerou estas negligências no ensino como uma espécie de aparelho ideológico do Estado, apontando que sua manutenção poderia ser algo "pernicioso e fatal" aos ideais liberais e republicanos, uma vez que este tipo de educação se baseava na conformação e não na emancipação (BARRETO, 2017, p. 41-50).

A ideiação acerca da educação feminina no período, entretanto, permeou-se de concepções que não fugiram desta educação que, em realidade, não era emancipatória. Por um lado, os valores morais religiosos, que direcionavam a ordenação social durante a monarquia, obviamente não deixaram de existir de uma hora para outra e amalgamaram-se ao pensamento republicano. Por outro lado, parte do pensamento positivista, em especial o comtiano, possuía uma idealização da figura feminina baseado em, primeiro, arquétipos que também não possuíam uma grande diferenciação daqueles religiosos, com fundo maniqueísta e que entendiam a mulher ora como uma encarnação da bondade, ora uma armadilha demoníaca, e, segundo, devido às concepções educacionais que professavam a necessidade de uma educação inicial provinda "do berço", ou seja, gerida pelos pais e que, nesse sentido, continuava a conceber a mulher como mera reprodutora e "senhora do lar", a quem a educação das crianças era incumbida.<sup>98</sup>

---

<sup>97</sup> Tobias Barreto de Menezes (1839-1889), nascido na província de Sergipe, foi escritor, jurista e filósofo, integrante da Escola (sociológica) do Recife e difusor das ideias monistas e evolucionistas. Advogou, ministrou aulas e escreveu diversos textos para jornais e revistas, algumas na língua alemã. Ao falecer, deixou uma grande biblioteca, posteriormente anexada à Faculdade de Direito do Recife. No que tange à questão da mulher, escreveu o artigo "As flores perante a indústria", onde ressalta a necessidade da educação feminina, assim como seus benefícios, pois permitiria sua participação no mercado do trabalho e, por extensão, na economia do país.

<sup>98</sup> "Apesar das ideias liberais e do surto progressista, os expoentes intelectuais republicanos ainda se apegavam aos valores morais de fundo religioso na ordenação social [...] Dentre esses valores, a educação feminina e o papel das mulheres como sustentáculo da família e da Pátria, eram ressaltados. O discurso da época enfatizava a necessidade de educação para as mulheres como pano de fundo para a educação dos homens e o desenvolvimento do País. O magistério exercido por mulheres era destacado no discurso oficial como forma de elevação moral. [...] A sociedade acatava os fins de sua educação e do seu trabalho no magistério, como um prolongamento da missão materna" (ALMEIDA, 2011, p. 143).

Ainda que rejeitemos uma generalização no âmbito dos estudos da história da mulher no Brasil<sup>99</sup>, percebemos que a própria história da educação feminina brasileira, até dito período, trazia aspectos que reafirmavam estes estereótipos. No período colonial a educação feminina não era apenas ignorada como também negada. A base de mentalidade portuguesa alcunhava a mulher como parte do *imbecilitus sexus*, ou o sexo imbecil<sup>100</sup>, e, devido a isso, à qual a educação era entendida como mais que desnecessária, inútil. Segundo documentação histórica, o primeiro requerimento pela instrução feminina no Brasil partiu do Pe. Manoel de Nóbrega, a pedido de indígenas que lhe solicitaram que ensinassem suas mulheres a ler e a escrever. O pedido, segundo consta, foi enviado à rainha portuguesa, Dona Catarina, que o negou veementemente e o classificou como ousado e passível de levar a "consequências nefastas". Uma reação compreensível, tendo em vista que na própria metrópole não havia escolas para meninas ainda no século XVI, e que mesmo as mulheres que vivam na Corte tinham acesso a uma educação rudimentar, realizada em casa.

Foi só em 1826 que, com uma lei, pela primeira vez, determinaram-se aulas regulares para as meninas e apenas em agosto de 1827 discutiu-se no parlamento brasileiro os conteúdos que seriam úteis à formação feminina<sup>101</sup>. Essa educação teria como objetivo o exercício das "funções maternais", ou seja, era baseada no ensino das "artes da agulha"<sup>102</sup> e da aritmética básica. Ademais, as aulas só poderiam ser ministradas por mulheres, "senhoras honestas e prudentes"<sup>103</sup>, das quais, também, não se exigiam conhecimentos maiores que estes que estavam pré-determinados para a educação das meninas. Segundo dados oficiais de 1832, as escolas para meninas não chegavam a vinte em todo o Império (ARANHA, 2006, p. 229).

---

<sup>99</sup> Cunha e Silva (2010) apontam que há outros trabalhos que descrevem a condição feminina no período em diversas regiões, como no sul e no oeste paulista, o que evidencia a necessidade de se levar em consideração toda a diversidade da teia de relações e de diferentes condições da mulher naquele momento, sendo impossível se estabelecer qualquer tipo de generalização.

<sup>100</sup> Arilda Ribeiro cita, em texto sobre "*Mulheres educadas na Colônia*", que havia um versinho muito comum, declamado nas casas de Portugal e do Brasil, que dizia: "mulher que sabe muito é mulher atrapalhada, para ser mãe de família, saiba pouco ou saiba nada" (RIBEIRO, p. 81; In.: FARIA FILHO; LOPES; VEIGA, 2000).

<sup>101</sup> "No dia 29 de agosto daquele ano, o Marques de Caravellas propôs uma emenda, afirmando que Salva a redação – quanto à Aritmética somente as quatro operações, e não se ensinarão as noções de geometria prática" (ANNAES, 1876, p. 264 *apud* CUNHA; SILVA, 2010, p. 99).

<sup>102</sup> "Para que as moças desempenhassem com perfeição o papel que lhes cabia, recebiam alguns conhecimentos básicos, principalmente as chamadas prendas domésticas, tais como costurar, bordar, fazer rendas e os serviços da casa, que lhes eram transmitidos por suas mães. Quando fossem para a escola aprenderiam essas matérias, oferecidas no currículo normal, além de tocar instrumentos musicais, como violino, acordeom e piano."

<sup>103</sup> A escolha das "professoras ideais" também se baseava na concepção de "mulher ideal" para a sociedade da época. O papel social da professora era, assim, vinculado ao conceito de maternidade e, a partir de ensaios de médicos higienistas, a figura da mulher foi concebida como elemento "natural" para tal atividade. Segundo Margareth Rago, "a partir de meados do século XIX, o discurso médico sanitário, defendido nas teses de doutoramento nas Faculdades do Rio de Janeiro e da Bahia, propunha a valorização da mulher como guardiã do lar, reagindo contra a amamentação mercenária e o abandono infantil" (RAGO, 1987, p. 75 *apud* ISMÉRIO, 1995, p. 126).

Ainda entre os últimos anos da Monarquia e os primeiros anos da República, a estrutura nacional de educação, organizada tardiamente, carecia de docentes suficientes. Como faltavam professores, quadros vinculados à Igreja, às ordens e congregações, supriam essa ausência. Dentro deste cenário caótico, a necessidade de professores e de professoras acabou por, também, corroborar para que, no campo da educação e em especial da educação feminina, a Igreja tivesse espaço para tentar retomar o seu poder e, nesse conjunto, o papel social da mulher como mãe, dona de casa e educadora natural dos filhos e da família fosse reforçado (LEONARDI, 2009, p. 182-183).

Em suma, a preocupação com a educação feminina mantinha-se fundamentada no fato de ela ser considerada mãe e educadora das gerações futuras, e lhe deveria ser ensinado àquilo que a preparasse para desempenhar tal papel. Na visão positivista, o lugar social da mulher e a educação feminina não fugia dessa ideia central, segundo a qual a mulher possuía a “[...] insubstituível e incomparável função educadora” (MENDES, 1911, p. 02 *apud* SILVA, 2006, p. 13) e a educação direcionada à ela deveria, então, capacitá-la para uma melhor organização doméstica, pela qual sua função como educadora pudesse ser exercida.<sup>104</sup> Neste sentido, a compreensão positivista da mulher, especialmente a comtiana, ao mesmo tempo que elegeu a mulher como o ponto-chave para o triunfo da nova sociedade, reformulada e racional, acabou por reforçar a mentalidade conservadora e de base religiosa que entendia a mulher como irracional e necessitada da tutela do marido<sup>105</sup>. Tal pensamento partia de um viés que confinava a mulher em casa, impedindo-a de atuar no campo profissional.

Um dos aspectos da visão positivista sobre a educação feminina seria, então, de que a instrução feminina não deveria tornar-se um instrumento que possibilitasse a mulher desempenhar qualquer outra função que não dissesse respeito àquelas que estavam circunscritas ao ambiente familiar, do lar.<sup>106</sup> Esta interpretação partia da perspectiva ortodoxa

---

<sup>104</sup> Nas palavras da historiadora Clarisse Ismério, “sendo considerada uma educadora por natureza, a mulher poderia exercer a profissão de professora, orientando os alunos como se fossem seus próprios filhos. A professora trabalhava em escolas, casas particulares ou em suas próprias casas, ou seja, sempre em ambientes fechados que a protegesse” (ISMÉRIO, 2007, p. 11).

<sup>105</sup> “Não resta dúvida que as últimas décadas do século XIX estão marcadas, em termos ideológicos, no Brasil, pela consolidação da cosmovisão positivista. O positivismo caracteriza-se por uma interpretação do papel da mulher na sociedade, de certa forma, contraditória. Ao mesmo tempo que lhe atribui um papel singular, em termos de destinar à mulher o papel de “formadora” da nova sociedade, também destina-a a uma vida reclusa ao lar, isto é, petrifica-se uma divisão sexual do trabalho onde à mulher era destinada uma função acentuadamente “moralizadora” enquanto que ao homem cabia enfrentar as dificuldades oriundas das atividades exógenas “ao lar”” (TAMBARA, 1997, p. 78-79).

<sup>106</sup> Essa ideia também vinha de encontro com algumas concepções acerca da relação entre o meio urbano e a mulher. Nagle (1974) comenta que, na época, fundamentando-se numa exaltação das vantagens “naturais” da vida rural, o meio citadino é acusado de artificial e destruidor da solidariedade “natural” do homem. Citando

do positivismo, baseado na visão, de caráter conservador, de Auguste Comte. A doutrina comtiana difundiu padrões femininos de conduta baseados na mentalidade patriarcal e na simbologia da mulher como "rainha do lar" e "anjo tutelar", que muito agradou aos anseios conservadores da época, servindo para restringi-las em termos profissionais e culturais (ISMÉRIO, 1995, p. 118). Era o Catecismo Positivista de Comte que limitava à mulher aos arquétipos de "bem e mal", de mulher ideal, pura e perfeita, em oposição à mulher errante e irracional.<sup>107</sup>

A ideia de necessidade da recomposição nacional, através de uma nova hegemonia política e social difundida através da educação, ajudou a repercutir no Brasil a convicção da obrigação da família em assumir a primeira parte da construção moral da criança, é dizer, de sua educação. Essa ênfase dada para a necessidade do ensino no lar facilitará a cristalização do papel da mãe como o principal agente da instrução da criança e, em consequência, reforçará a concepção de que à mulher não seria necessária mais que uma educação básica e rudimentar. A visão comtiana da mulher também a limitava ao viés de "reprodutora", uma vez que este se embasava na perspectiva cientificista da época, que concluía que a mulher era biologicamente inferior ao homem e com menor capacidade pensante. Assim, o conhecimento direcionado às mulheres deveria ser de base humanística e não-racional, pois o segundo tipo não lhe seria capaz apreender.

Em seu trabalho sobre a educação feminina no Brasil em fins do século XIX, o sociólogo Elomar Tambara analisa alguns ensaios de pensadores nacionais como sendo parte da base que ajudou a construir uma concepção hegemoneizante e de cunho conservador com relação ao papel da mulher na sociedade brasileira. Os trabalhos que estruturam esta análise são a obra "*Opúsculo Humanitário*" (1853), de Nísia Floresta, e "*Sociogênese da Mulher*" (1892), de Tito Lívio de Castro.

---

Sodré (1961) ele aponta que o urbanismo é tido como um processo de degeneração e desintegração social; com ele se iniciaria o declínio da civilização. O ruralismo adquire, assim, as características de uma "ideologia do colonialismo" (SODRÉ, 1961, p. 181, 184-185, 187, 197 *apud* NAGLE, 1974, p. 37). Essa ideia da cidade como um espaço impudico também ressoará nas ideias que buscavam restringir a mulher ao lar, retirando-a do espaço urbano.

<sup>107</sup> Tendo como base sua história pessoal, Clarisse Ismério (2007) relaciona essa ideia da mulher dentro do pensamento comtiano com as relações amorosas/afetivas que o filósofo teve ao longo da vida, dividido entre a escritora Clotilde de Vaux e a prostituta Caroline Massin: "Clotilde de Vaux, musa de Comte, tornou-se a representação da mulher ideal, considerando-a íntegra, pura, perfeita. Isso ocorreu porque o filósofo nunca a tocou, tornando-a símbolo de adoração com atributos herdados do arquétipo da Grande Mãe. E sua antítese era representada por Caroline Massin, prostituta com a qual Comte veio a contrair matrimônio, foi uma relação bastante conflituosa. A primeira foi moldada a partir do arquétipo de Maria, A Virgem, e a segunda no de Eva, A Pecadora" (ISMÉRIO, 2007, p. 3).

Tendo Auguste Comte como seu mentor intelectual, Nísia Floresta defende a ideia de que a educação inicial da criança deva ser coordenada pela mãe, “[...] quando esta possuir os predicados para bem desempenharem tão difícil tarefa” (FLORESTA, 1989, p. 89 *apud* TAMBARA, 1997, p. 75). Destarte, a exemplo do pensamento comtiano, também irá defender o ensino particular em detrimento do público, uma vez que o particular era entendido como aquele que deve ocorrer no interior da casa da criança, em um ambiente familiar, e ali deveria ser dirigida a instrução tanto para a mãe quanto para os filhos, depois da atuação desta. Neste sentido, Nísia não deixa de enfatizar o moralismo adjacente à questão de atribuir a mulher, primeiro, a casa como ambiente principal, senão único, de sua atuação e existência, e, segundo, a função de “restabelecer a humanidade”, através da educação das gerações futuras.

Dessa forma, há uma aura que sobreleva a figura feminina nos trabalhos de Nísia; porém, este poder feminino só aparece na forma de potencialização do poder masculino e não efetivamente na emancipação da própria mulher. A ideia da mulher como “potência civilizadora” relacionava-se à concepção de que à mulher era delegada a formação dos próximos homens que dirigiriam a nova sociedade, não rompendo, assim, com a estrutura na qual a mulher estaria subjugada (sendo considerada inferior) ao elemento masculino.<sup>108</sup>

Pautado numa perspectiva derivada do darwinismo social, Tito Lívio de Castro afirmava que a inferioridade da mulher se encontrava em suas características sócio-genéticas, ou seja, que ela já, naturalmente, teria um cérebro menor que o do homem e a falta de instrução à qual era submetida lhe mantinha nesta posição de inferioridade. Todavia, se por um lado o autor fundamentava-se na ideia de que poderiam existir qualidades biológicas “inferiorizantes”, que eram naturais às mulheres, por outro lado, defendia que a mulher era socializada para ocupar um lugar de subordinação na sociedade e que, a através da orientação da hereditariedade e da educação, seria possível se subverter este quadro. Assim, Tito acaba por ser um dos primeiros pensadores que questiona a noção de “vocação feminina”, ainda que o faça nos termos expostos.<sup>109</sup>

---

<sup>108</sup> “No sentido de amainar este avanço, difundiu-se a concepção de mulher como “potência civilizadora”, como a “redentora”. Estabeleceu-se o mito de que “por trás de qualquer grande homem existe uma grande mulher”. Nestes termos as mulheres foram induzidas ideologicamente a superdimensionarem um poder que em verdade não possuíam” (TAMBARA, 1997, p. 69).

<sup>109</sup> “Com uma visão sob forte influência darwinista, Tito Lívio Castro mostra a educação da mulher como condição “*sine qua non*” à evolução da humanidade. Atribui, fundamentalmente, a posição da mulher na situação de inferioridade em que se encontra às características sócio-genéticas da evolução da mulher. [...] Para Tito Lívio de Castro, a mulher possui um cérebro menor e é socializada para ocupar um local de subordinação na



Nesse conjunto de reflexões, Tito aponta que a transformação da sociedade ocorreria a partir da integração da mulher ao sistema produtivo. Seria esta uma das principais afirmações da época que romperiam com a restrição da mulher ao ambiente familiar. Destarte, a educação feminina proposta por ele seria aquela que tinha em vista as novas formas de produção e a introdução de maquinários na sociedade brasileira, que deveriam ser acompanhados pelas mulheres. Sua instrução, então, deveria permitir que a força de trabalho feminina pudesse ser incorporada e aproveitada, sendo este exercício parte do processo de superação das tais limitações sócio-biológicas anteriormente citadas.<sup>110</sup>

A posição de Tito Lívio quanto à incorporação da mão de obra feminina se aproxima das ideias de Tobias Barreto, que também partilhava a mesma concepção. Ambos, porém, não correspondiam a maioria dos pensadores positivistas ortodoxos daquela época, que, além de Nísia Floresta, contavam com as publicações do Apostolado Positivista do Brasil<sup>111</sup> acerca de como deveria se direcionar a reformulação da educação nacional e, logo, da educação feminina. O Apostolado, apoiado nas premissas do pensamento ortodoxo comtiano e da Igreja Positivista, reafirmava a concepção restritiva que diz respeito à função e o lugar da mulher na sociedade.

Teixeira Mendes, por exemplo, considerava que o fato de a mulher "abandonar o lar" para exercer atividades fora dele, uma atividade reconhecida como "natural" do gênero masculino, seria um ato "pecaminoso" que levaria à desagregação familiar (TAMBARA, 1997, p. 80). Miguel Lemos, também parte do Apostolado, teria dito que:

Formar o homem é a função normal da mulher. A sua instrução, deverá sempre ser instituída tendo em vista este alto destino, que só pode realizar-se no lar. Libertar a mulher da oficina e do trabalho exterior, tal deve ser a condição necessária de qualquer plano que tenha por fim fornecer às nossas companheiras uma instrução equivalente à nossa (LEMOS, s/a, p. 74 *apud* TAMBARA, 1997, p. 81).

---

organização social e familiar: dois aspectos perfeitamente reversíveis através da educação e da hereditariedade. Em termos científicos, nada existe que comprove uma eventual inferioridade mental de mulher com relação ao homem" (TAMBARA, 1997, p. 76).

<sup>110</sup> "A mulher é um elemento conservador, coercitivo, uma força estática que pode e deve ser transformada na dinâmica de interesse geral, na evolução" (CASTRO, 1892, p.354 *apud* TAMBARA, 1997, p. 78).

<sup>111</sup> O Apostolado Positivista do Brasil foi fundado em maio de 1881, por Miguel Lemos, sendo inicialmente chamado de Centro Positivista Brasileiro, depois reconhecido como Igreja Positivista do Brasil para, finalmente, ser identificado como o Apostolado. Sua atuação se deu durante o período da Primeira República, especialmente onde encontrava sua sede, no Rio de Janeiro. Baseado no pensamento de Augusto Comte, participou da "construção" do modelo republicano de governo, sendo sua principal preocupação a reorganização social da sociedade durante a "transição" para a República e com relação à atuação da classe trabalhadora no período, atuando de maneira a tentar contê-la e "moldá-la".

Oliveira (2016), comentando sobre as ideias que permeavam o movimento de professores acerca das reformas no ensino, também apresenta a participação de professoras na disseminação de um ideário de educação feminina de base positivista. Ela apresenta parte de uma carta escrita pelas normalistas Guilhermina Weltermer, Galdina Amália Lopes, Olímpia Amélia da Silva e P. Pettit, onde ressaltaram que o papel social da mulher no novo regime político estaria relacionado com "[...] achar os meios para arrancar a mulher brasileira ao acanhado molde em que até hoje está vazada a existência dela [...] mudar a posição social da cidadã, aumentando seu bem estar material e moral" (OLIVEIRA, 2016, p. 424-425).

Neste conjunto de princípios, ainda que o pensamento ortodoxo positivista não fosse favorável ao ensino público, a ideia do papel da mulher eminentemente como "esposa, mãe e filha" não se manteve restrito à educação particular praticada no lar, também chegou à base da escola pública do período. Em contrapartida, as concepções que relacionavam ideias científicas com pensamentos liberais, no que tange à educação feminina, levaram às escolas o mesmo enfoque dado para a educação do homem operário: ainda que se mantivesse a noção de que a educação da mulher não deveria tirá-la do papel social de esposa, mãe e filha, esta educação também deveria lhe dar meios para, além destes, ela fosse convertida em trabalhadora.

O positivismo ortodoxo não era favorável à criação de escolas e à educação pública pelo fato de seu ideário circular em torno desta premissa principal de que o ensino básico deve se dar em casa, pelas mulheres. Assim, apoiar a educação primária pública lhe seria duplamente contraditório, pois colocaria em cheque tanto a concepção acerca da educação no lar quanto no que tange ao papel social das mulheres.

Essa concepção, obviamente, era destinada às mulheres que não pertenciam à elite. Àquelas, coube à educação positivista ortodoxa, que lhe restringia ao lar, enquanto que a estas, as operárias, lhe educariam de maneira a lhe atribuir um papel a mais, mas não sem eximi-las dos anteriores. À mulher brasileira estaria destinada, então, uma identificação e uma educação que nada modificou sua posição no que tange à concepção de "fêmea", de "ser naturalmente inferior" ao homem, educação esta que, ainda que lhe tenha "aberto as portas para a rua", para o trabalho, o fez colocando-a/mantendo-a como ser entendido como secundário e ao qual a mão de obra poderia ser duplamente explorada.

Essas trabalhadoras, em conjunto com trabalhadores homens, reclamavam por oportunidades que lhes permitissem superar a subalternização e a desigualdade; entre a luta por melhores salários e jornadas de trabalho mais humanas, o acesso a uma educação que poderia emancipar-lhes, sob o ponto de vista de classe e de gênero<sup>112</sup>, era disputado em diversas frentes e por diferentes vias. Uma das mais famosas e eficientes ferramentas utilizadas pelo meio operário para difundir tais reivindicações foram os jornais, geridos pelos próprios trabalhadores. Neles, encontramos relatos de suas lutas e falas que apresentam os espectros das concepções educativas do momento histórico aqui estudado. No interior de São Paulo, na cidade de Sorocaba, o jornal *O Operário* foi um exemplo dos esforços, das batalhas e das ideias operárias deste período.

---

<sup>112</sup> Sobre as análises e concepções acerca das articulações entre classe e gênero, faz-se necessário que esclareçamos que no período em que se debruça esta pesquisa, final do século XIX e início do século XX, a ideia de gênero ainda não havia se manifestado completamente, dessa forma não é possível afirmar que tal compreensão (das intersecções entre a opressão de gênero e de classe social) estavam claras ou bem desenvolvidas naquele momento. As primeiras e principais aproximações que podemos fazer neste sentido recaem sobre o pensamento marxiano que diz respeito, especialmente, à origem da família. Em seu *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, Engels relacionará o surgimento da propriedade privada com a subordinação da mulher. Em sua dissertação, Vanessa Bezerra de Souza (2003, p. 48) indica como tal conexão entre família-subordinação da mulher-Estado se daria para segundo o entendimento de Engels, que entende que à família estaria destinada a produção dos seres humanos, sua reprodução segundo normas/ideais que pudessem manter o Estado capitalista. Ainda que, nas palavras da Saffioti, a maneira que Engels analisa esta correlação tratar-se-ia de uma simplificação da realidade (além de basear-se em teorias [da existência de ordens matriarcais que antecederam as patriarcais] já refutadas por pesquisas antropológicas), Maria Lygia Q. Moraes apontará que, ao fazer esta afirmação, Engels colocará a questão da condição da mulher na sociedade como um marco para a luta de classes. Neste sentido, o marxismo teria aberto “as portas para o tema da "opressão específica", que seria retomado e retrabalhado pelas feministas marxistas dos anos 1960-70” (MORAES, 2000, p. 89). Em sua tese, Joana El Jaick Andrade aponta as contribuições de Marx sobre o tema, comentando que sua teorização acerca da opressão de gênero desenvolve-se à medida que ele abandona o campo moral e se dedica à análise das contradições envoltas nas relações sociais materiais, momento em que entra em contato com o movimento operário e com pensadores como Charles Fourier. Andrade levanta passagens de algumas obras, como “A questão judaica”, “O Manifesto...” e o artigo sobre a teoria de Jacques Peuchet acerca do suicídio, onde seria abordada a situação da mulher sob o capitalismo (ANDRADE, 2011, p. 19-21). Deste modo, ainda que os debates sobre classe e gênero não tenham sido postos, no período estudado, da maneira como posteriormente se veio a compreender e analisar o fenômeno do gênero, as questões com relação à inter-relação entre capitalismo, classe e a opressão e subordinação da mulher já eram debatidos dentro dos movimentos de trabalhadores e (diferentemente do que advogam algumas linhas teóricas), também, no seio do pensamento marxista.

## 5. O JORNAL *O OPERÁRIO* E AS FALAS SOBRE A MULHER

Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo 'como ele de fato foi'. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo. (BENJAMIN, 1985, p. 224)

O jornal *O Operário*, que circulou entre os anos de 1909 a 1913, é a fonte principal desta pesquisa. Ele traz em suas páginas colaborações de operárias e operários que, naquele período, reivindicavam não apenas pedidos por escolas, mas apresentavam denúncias de maus tratos e as lutas por melhores jornadas e condições de trabalho, que esperavam ver atendidas. Almejavam que suas vozes fossem ouvidas e seus reclamos pudessem ser acessíveis a todas as companheiras e companheiros da classe operária.

Naquele contexto, urgia a criação de um jornal que atendesse especialmente aos trabalhadores. É assim que *O Operário* surgiu e se tonou o principal meio impresso pelo qual ressoariam as falas e ideias dos trabalhadores sorocabanos da Primeira República. Neste capítulo, analisaremos o periódico e as falas ali presentes que diziam respeito ao foco desta dissertação: a questão da educação feminina nas vozes presentes no jornal, em especial, das mulheres que ali tiveram suas palavras e ideias publicadas e disseminadas.

Na primeira seção, apresentamos o jornal e comentamos a importância dos periódicos como fontes históricas. Na segunda, as publicações assinadas por sujeitos masculinos são identificadas, seguida da apresentação das publicações femininas presentes no jornal na terceira seção, onde cada publicação é exibida em uma tabela. A terceira seção está dividida em três subseções, onde são expostas e investigadas as publicações das mulheres anarquistas do jornal, as publicações das mulheres positivistas e, por fim, as questões relacionadas à educação nas vozes dessas mulheres.

### 5.1 O jornal *O Operário*: origem histórica e caracterização da fonte

Em grande medida, ainda que não de maneira generalizante<sup>113</sup>, podemos afirmar que o estudo da história das organizações operárias brasileiras e de suas manifestações se compõe,

---

<sup>113</sup> Com essa afirmação não pretendemos generalizar a ideia de que o estudo dos movimentos e/ou das organizações operárias só possa ocorrer a partir da análise dos periódicos ou que elas precisem sempre tê-los como fonte-base de análise.

principalmente, do olhar atento aos jornais e às publicações referentes à classe trabalhadora. Fazemos essa afirmação tendo em vista que, assim como as sociedades de ajuda mútua e os sindicatos foram e são manifestações intrínseca e vitalmente ligadas às atividades reivindicatórias dos trabalhadores, as publicações veiculadas nos periódicos, sejam eles geridos pelas próprias organizações operárias ou pela grande mídia, constituem-se em fontes que retratam as mobilizações da classe trabalhadora (segundo os devidos contextos em que elas ocorrem e as devidas intenções que de quem as relata). Desta forma, nossa afirmação baseia-se em duas premissas: a) a de que, dificilmente, um historiador deixará de “esbarrar” na imprensa (operária ou não) ao analisar o movimento operário, e, b) levando a primeira premissa em consideração, os jornais se constituem como uma fonte histórica extremamente significativa, senão basal, neste tipo de investigação.

Ainda que a importância dos jornais tenha sido discutida por Antonio Gramsci<sup>114</sup>, Rui Barbosa<sup>115</sup> e José Veríssimo<sup>116</sup>, a aceitação da imprensa periódica efetivamente como uma fonte histórica só ocorreu a partir da década de 1970 (SKALINSKI JUNIOR; TOLEDO, 2012, p. 260). Francisco Foot Hardman se referirá à imprensa operária como "uma cultura de resistência", pois ela permitiria a análise da história das classes subalternas a partir de seu caráter "descontínuo e desagregado". Baseia-se ele na premissa de Gramsci, que afirma:

Os grupos subalternos sofrem sempre a iniciativa dos dominantes, inclusive quando se rebelam e se levantam. Na realidade, inclusive quando parecem vitoriosos, os grupos subalternos encontram-se em uma situação de alarme defensivo... Por isso, todo indício de iniciativa autônoma dos grupos subalternos têm de ser de inestimável valor para o historiador da totalidade (GRAMSCI, 1974, p. 493 *apud* BATALHA, 2002, p. 303-4).

Entendendo a imprensa operária e os jornais a ela vinculados como uma iniciativa autônoma, recairia aí, principalmente, a importância dessa fonte, pois além de permitir a investigação e compreensão das mobilizações e disputas dos grupos subalternos, permitiria,

---

<sup>114</sup> Gramsci (ele próprio, além de filósofo, era jornalista) apontava que os jornais poderiam desempenhar um papel análogo ao dos partidos políticos enquanto houvesse a falta destes. Dessa forma, analisar um jornal não seria algo limitado ao estudo do periódico em si enquanto obra, de forma isolada, mas sim parte de uma investigação que permitiria a compreensão do contexto no qual este periódico surge e do meio no qual ele circula, refletindo as ideias, interesses e valores das pessoas e grupos à ele vinculados (SKALINSKI JUNIOR; TOLEDO, 2012, p. 262)

<sup>115</sup> Rui Barbosa considerava a imprensa "uma escola" e o jornal "um instrumento de educação", sendo o jornalista um tipo de "professor" porque fornecia "o pão de cada dia ao oferecer as primeiras lições e as primeiras idéias que contribuíam para a formulação de posicionamentos sobre os problemas econômicos, políticos, sociais e culturais" (MACHADO, 2008, p. 219).

<sup>116</sup> Veríssimo também acreditava no caráter educativo da imprensa e entendia os jornais como meios onde os intelectuais poderiam se inserir na cena pública e veicular suas ideias. Entendendo a educação como propulsora para a construção da modernidade brasileira e o jornal como um meio de educar, vai entender, assim, que o jornal também se caracterizava como um veículo construtor de um Brasil moderno (MACHADO, 2008, p. 223).

também, uma correlação com as forças descendentes (dominantes), que sobre eles recaiam. Na cidade de Sorocaba, durante a Primeira República, esta fonte mais proximamente vinculada às classes subalternas e ao operariado local era o jornal *O Operário*.

No Gabinete de Leitura Sorocabano encontramos quase todos os exemplares do jornal *O Operário* que, apesar de não haver sido o primeiro jornal operário da cidade<sup>117</sup>, foi o mais expressivo e, também, com maior duração da época da Primeira República. A fonte original, porém, encontra-se deteriorada pelo tempo e o acesso a ela por parte dos pesquisadores sempre se encontrou dificultada devido a isso. É só em 2007, com o lançamento da edição fac-similar do jornal, organizada pelo professor e pesquisador Rogério Lopes Pinheiro de Carvalho, que foi possível o retorno às análises da fonte, de maneira muito mais acessível e completa<sup>118</sup>.

A publicação do *O Operário* teve início em 18 de julho de 1909, sendo ele impresso na Typographia Clarim da Luz<sup>119</sup>. O jornal inicialmente possuía 4 páginas, depois contando com 3 páginas (a partir da exclusão dos anúncios, que sempre eram veiculados na quarta e última página)<sup>120</sup>, passando por mudanças também na sua frequência: inicialmente era um jornal quinzenal e, a partir da sexta edição, passou a circular semanalmente, sendo lançado um número novo a cada domingo<sup>121</sup>. A assinatura do *O Operário* era barata, custando \$200<sup>122</sup> réis mensais. Apesar de não haver nenhum documento da redação que indique quem eram e qual a quantidade exata de assinantes do jornal, uma informação presente em uma das publicações<sup>123</sup> do periódico permitiu a Dessotti (2017) chegar a uma aproximação desta quantia:

---

<sup>117</sup> Segundo Ferreira (2009), o primeiro jornal operário foi o *A Conquista do Bem*, um órgão quinzenal, cuja publicação foi iniciada em 27 de janeiro de 1897.

<sup>118</sup> Todavia, não foi possível recuperar as edições de número 12, 15 e 170 do jornal e estas, então, não constam na versão fac-similar.

<sup>119</sup> Nesta tipografia também era editado um jornal de mesmo nome, que possuía tendência espírita. Quando foram retiradas as propagandas do jornal *O Operário*, a referente ao Clarim da Luz foi uma das únicas mantidas.

<sup>120</sup> O jornal também contou com mudanças no seu formato: inicialmente possuía as dimensões 37 X 26,5 cm, mas, a partir de 20 de fevereiro de 1910, mudou para 26,5 X 19,5cm (CAVALHEIRO, 2009, p. 67).

<sup>121</sup> Há, porém, momentos em que o jornal deixa de circular durante algumas semanas, especialmente nos últimos meses. Isso ocorria por déficits financeiros dos editores.

<sup>122</sup> Segundo Ferreira, a partir de junho de 1912 este valor subiu para \$300 réis e, em agosto do mesmo ano, para \$500. A pesquisadora fez um comparativo do preço da assinatura do jornal com o valor de alguns gêneros alimentícios na época, segundo seus custos no Mercado Municipal. Ela aponta: "Preços de 1909: ovos – dúzia: \$700 a \$800; frango – 1\$ a 1\$300; galinha (uma) – 1\$ a 1\$400 (Cruzeiro do Sul, 08/01/1909, p. 2). Preços de 1911: ovos - dúzia: \$800 a \$900; frango – 1 a 1\$500; galinha (uma) – 1\$2 a 1\$500 (Cruzeiro do Sul, 12/08/1911, p. 2)" (FERREIRA, 2009, p. 110). Assim, aponta que, em 1909, "o valor de uma dúzia de ovos equivalia a três meses e meio de assinatura do jornal" (Idem, ibidem, p. 110).

<sup>123</sup> Esta publicação está presente na edição de nº 23, onde é dito: "Nós trabalhamos por amor da Classe; não pensem que trabalhamos com algum interesse não. Que lucro tem um jornal de dimensão como o nosso

Em 1910, pelo fato de a maioria dos assinantes não efetuar seus pagamentos, a direção do jornal resolveu diminuir o formato da publicação, a fim de também reduzir o valor da assinatura. Ao justificar essa redução, num verdadeiro desabafo, depreende-se que o jornal tinha mais de 1000 assinantes. (DESSOTTI, 2017, p. 130)

Apesar de ser voltado ao operariado local, contando com denúncias e anúncios que diziam respeito à vida do trabalhador sorocabano, *O Operário* contava com colaborações diversas, sendo aberto a quem à ele quisesse escrever, assim, deixava claro que a “a redacção não se responsabilisa pelas ideas de seus Collaboradores”. Todavia, o jornal buscava atender à classe trabalhadora que não possuía outra via de manifestação na imprensa com a qual se sentisse mais próxima e identificada<sup>124</sup>. O “Orgam de Defesa da Classe Operaria<sup>125</sup>” será, assim, o principal porta-voz dos operários sorocabanos e, apesar de ser aberto à diferentes tipos de notícias e artigos, declarava que “as columnas do *O Operário* são francas à todos os opprimidos”.

Ainda que o jornal já tenha sido identificado como anarcossindicalista e anarco-comunista<sup>126</sup>, é, na verdade, impossível afirmarmos com certeza que, primeiro, ele se afine com uma única linha de pensamento (paradigma), pois encontramos no jornal uma miscelânea teórica que abrangeria desde ideias vinculadas à doutrina cristã até visões referentes ao anarquismo, ao espiritismo, ideias republicanas e jacobinas, até mesmo ocultistas. Segundo, o periódico não contava com um corpo de colaboradores fixos, assim aqueles que eram responsáveis por publicações sobre sindicato e sindicalismo não figuram em todas as edições do jornal, assim como aqueles que possuem publicações de base cristã, ou de base espírita, etc. É dizer: o fato de o jornal estar aberto à colaboração variada e irregular refletia nas visões de mundo ali presentes e disseminadas nas publicações.

---

chegando no pagamento das assignaturas (80) assinantes sómente que nos auxilia? Este dinheiro não chega nem para o papel, quanto mais para a tinta etc, etc, [...] Até parece incrível! De 1000 assignantes que temos, não entrar por mez 30\$000 réis” (O OPERÁRIO, 20 fev 1910, p. 2).

<sup>124</sup> O jornal *O Cruzeiro do Sul* era identificado às elites locais. O *Diario de Sorocaba* recebia colaborações diversas, não sendo, porém, identificado como um periódico afinado ao movimento operário.

<sup>125</sup> Esta epígrafe mudou em outubro de 1909 para “Orgam de Deffesa da Classe Operaria e Noticioso”. Em agosto de 1911, muda novamente, para “Semanário de Combate”.

<sup>126</sup> Esta questão já foi discutida pelo historiador e pesquisador Carlos C. Cavalheiro em seu livro *Memória Operária*, onde ele considera que “o que se pode inferir é que o jornal *O Operário*, surgido no dia 18 de julho de 1909, como Órgão de uma Associação Operária em defesa da classe, de publicação quinzenal, tinha nascido com uma busca de espaço, para a discussão de temas, do interesse da classe trabalhadora, que não encontravam eco em jornais como o *Cruzeiro do Sul* e *A Cidade de Sorocaba*. Não se propunha, ao que parece, pregar a destruição do Estado ou da organização social nos moldes da burguesia” (CAVALHEIRO, 2009, p. 64). É inegável, porém, o fato de que o jornal possuía publicações alinhadas ao ideário anarquista e que serviam para a divulgação de ideias libertárias e socialistas, além de contar com denúncias de exploração ao operariado que levavam ao questionamento do modo de produção capitalista.

O jornal contou com 171 edições, que circularam por aproximadamente 3 anos e 6 meses (ARAÚJO NETO, 2005, p. 69-70), e passou por mudanças em seu corpo editorial que, a partir de 1911, deram ao periódico publicações com um teor ainda mais forte de enfrentamento. Todavia, a história dos artigos e notícias do *O Operário*, em geral, é marcada por vozes de protesto, pelas quais as manifestações de ideias que buscavam a união operária, que denunciavam a necessidade de greves e mobilizações por melhores condições de trabalho e por remunerações mais justas, que urgiam pela instrução dos trabalhadores e trabalhadoras, que questionavam o emprego de crianças nas fábricas e que disseminavam preceitos que refletiam a necessidade da superação de um modo de produção e de uma organização social baseados na exploração e na subjugação não são apenas vozes que aparecem corriqueiramente, mas que pululam em cada página jornal e nos anos de sua existência.

Urge, então, analisarmos essas vozes, nos seus devidos “recortes temáticos” e nos seus espaços de disputa: neste trabalho, investigamos as vozes femininas do jornal, os paradigmas aos quais se aproximaram e quais suas falas no que tange à educação. O jornal *O Operário* se constitui em uma fonte riquíssima sobre o operariado sorocabano do período em que o periódico circulou em suas mãos e ecoou suas vozes, e, neste passado não tão distante, ele foi uma ferramenta de luta que, por um momento, contribuiu com estes trabalhadores na conquista de diversos direitos<sup>127</sup> e esteve ao lado destes em diversas disputas. *O Operário*, mais que um periódico, é uma obra, e nela encontramos suplícios e queixas de trabalhadores cotidianamente vampirizados, mas também, e principalmente, as narrativas dos episódios em que o movimento operário local “estava vencendo”<sup>128</sup>.

---

<sup>127</sup> *O Operário* além de noticiar greves e eventos operários, também esteve no centro da criação da Liga Operária Sorocabana, possuindo quadros seus que compunham o editorial do jornal. Ademais, as denúncias veiculadas por ele, como abusos cometidos em fábricas e a reivindicação por escolas noturnas para os trabalhadores, serviram como meio de pressionar o patronato local por resoluções, algumas delas efetivamente conquistadas.

<sup>128</sup> Em referência ao artigo “Estamos vencendo”, da edição de nº 45 de 31 de julho de 1910, onde, apesar de criticar o fato de os industriais locais não terem atendido ao operariado em seu pedido pela manutenção de escolas noturnas, a nota comemora a lei estadual que estabelece a criação dessas escolas em diversos cantos do estado. A nota comenta a criação do jornal onde, de maneira particular e, de certa forma, poética, o articulista menciona o ímpeto inicial de criação do periódico, assim como as dificuldades enfrentadas: “Quando iniciamos a publicação deste jornal, fructo de enormes sacrifícios e não pequenas contrariedades, o nosso fim principal, o nosso programma em summa, fora de defender em todo terreno a classe oprimida que é e tem sido como todos sabem, a do proletariado [...] Antes do aparecimento do nosso modesto jornal, quando a obscuridade dos pobres Operários era, por assim dizer muralha que occultava a mais requintada malvadez, quantos e quantos não succumbiram debaixo do fardo tremendo de um trabalho excessivo e miseravelmente pago. Agora, porém, que a luz da verdade irradia por todos os lados, que se exhumam os cadáveres putrefactos iniquas perseguições, de abusos intoleráveis, de vinganças mesquinhas, a vergonha, o character, a honradez, a amizade leal e desinteressada que até a pouco não existiam, já se vão fazendo sentir e temos esperança que mais tarde, quando a compreensão do dever de cada um penetrar no espirito de todos, como um balsamo salvador, abrir-se-á para a



## 5.2 Publicações masculinas sobre a mulher no jornal *O Operário*

No jornal *O Operário*, é possível encontrar diversas publicações que tratam das questões da educação infantil (que abrangem a questão da educação das meninas), da situação operária (também trabalhando a questão da mulher nas fábricas) e algumas publicações que tratam diretamente do indivíduo feminino na sociedade do período. Nestes textos, podemos perceber, ainda que de maneira limitada<sup>129</sup>, qual a percepção dos sujeitos masculinos e operários acerca das mulheres enquanto trabalhadoras e enquanto sujeitos sociais. Muitas dessas publicações não possuem assinatura, mantendo seus articulistas no anonimato, uma prática comum dentro do movimento operário da época<sup>130</sup> e que, porém, nos impossibilita distinguir se tais ideias partiram ou não de indivíduos homens (ainda que o tom de alguns escritos possa sugerir que sim). Devido a isso, optamos por fazer um recorte e trabalhar com dez textos<sup>131</sup>, sete assinados e três sem assinatura, visando compreender qual a visão da mulher e do ensino feminino professada e, de certa forma, “confessa”, que permeava o imaginário dos colaboradores masculinos do jornal *O Operário* e que, conseqüentemente, podem nos ajudar a elucidar qual a concepção de mulher e de ensino feminino tido pelos leitores do jornal e, em especial, do meio operário.

A escolha destas 10 publicações se deu pelos seguintes motivos: a) as sete publicações assinadas são compostas ou por textos de articulistas que têm grande expressão no jornal, tendo diversas participações nele (como é o caso de Pedro S. O. Mesquita, Augusto da Fonseca e Amaro Fernandes), ou por textos que nomeadamente retratam a visão acerca do

---

classe operária uma nova era, em que a alegria ha de ser o mais precioso incentivo da sua não menos preciosa existencia” (O OPERÁRIO, 31 de julho de 1910, p. 2).

<sup>129</sup> Limitada ao tema trabalhado em cada publicação.

<sup>130</sup> Além de o anonimato poder ser compreendido como uma forma de autopreservação, frente às perseguições, prisões e deportações de operários, Bensaïd comenta, no texto elaborado em apresentação a “Os despossuídos”, de Marx, que, para o filósofo alemão a assinatura “isolaria cada artigo como o corpo isola as pessoas umas das outras”, ou seja, “seria o mesmo que negar totalmente o fato que um artigo é apenas um membro complementar” e o jornal “o lugar onde se juntam várias opiniões individuais” para formar “o órgão de um único espírito.” (MARX *apud* BENSAÏD, 2016, p. 12-13), neste sentido, o anonimato também pode ser intencional tendo como base um viés político.

<sup>131</sup> Na pesquisa exploratória, feita, como já comentado, a partir da edição fac-similar do *O Operário*, foram levantadas 160 publicações masculinas ou não assinadas que julgamos serem as mais pertinentes para uma melhor compreensão das ideias publicadas no jornal e das relações entre os próprios articulistas. Entre essas publicações classificamos 72 como relacionadas às temáticas da educação (abordando o ensino para adultos, operários, mulheres e crianças), da questão feminina e da questão da infância (necessidade de ensino e trabalho infantil). Outras 88 foram classificadas como publicações que citavam ideias socialistas e anarquistas (algumas delas sendo extrações de outros jornais ou traduções de pensadores célebres, como Kropotkin e Malatesta), que falavam sobre sindicatos, sindicalismo, mobilizações dos trabalhadores (greves e organizações) e também passagens que ilustrassem o cotidiano (trocas, respostas ou camaradagens) entre os articulistas. Destas 160 publicações, selecionamos 30 que pudessem mais declaradamente ser trabalhadas neste capítulo e, desta seleção, chegamos, finalmente, aos 10 textos que serão abordados.

sujeito feminino na sociedade do período (como é o caso do texto de Corrêa Azevedo, dividido em cinco partes e publicado em seis edições), ou por declarações que podem divergir do tom das outras publicações selecionadas, mas que retratam de maneira crua e declarada a concepção do lugar social da mulher para o trabalhador da época (que é o caso da publicação do maquinista Justiniano Barboza); b) as três publicações não assinadas foram escolhidas segundo a importância das denúncias que traziam (citando, por exemplo, o nome de um gerente que é denunciado em diversas outras publicações do jornal e que representam a insistência do proletariado em cobrar ações sobre tais injustiças) ou por trazerem à tona discussões ou feitos importantes no que tange à questão da educação. Uma das publicações assinadas, porém, traz somente a abreviação de **K.**, o que não nos permite identificar seu autor como sendo, exatamente, uma voz masculina; por isso, ainda que traga uma assinatura, o trabalharemos ao final da exposição de todos os outros textos selecionados.

A primeira publicação assinada<sup>132</sup> pertence à Pedro Sales de Oliveira Mesquita, um dos mais importantes redatores do jornal. Pedro assinou diversas contribuições como P. Trus, Patrus e P.S.O.M até finalmente assinar seu nome completo e, assim, revelar sua identidade. Participou da reunião de fundação da Liga Operária de Sorocaba, em novembro de 1909, constituindo a comissão que redigiu os estatutos a ser discutido em assembleia sobre a Liga, e, em 1911, com a reestruturação da organização, Pedro passou a compor sua diretoria. Seus textos n' *O Operário* consistiam em denúncias e protestos em favor dos operários locais, assim como locuções de cunho literário (poesias e prosas), tendo representado o jornal em diversas reuniões, festejos e comícios. A partir de 1912, se afasta do *O Operário*, quando passam a figurar ataques à pessoa de Pedro, até que na edição de n° 138, de 23 de junho de 1912, é publicada uma nota oficializando o desligamento de Pedro do jornal<sup>133</sup>.

Possuindo diversos textos<sup>134</sup>, cujas ideias se aproximavam do socialismo e, em vários momentos, mais diretamente ao anarquismo<sup>135</sup>, Pedro fez as seguintes colocações, que retratam

---

<sup>132</sup> Referente à seleção feita e informada.

<sup>133</sup> A nota informava que “a partir do 18 do corrente (junho) [Pedro] deixou de ser nosso representante nessa cidade e em qualquer ponto do Brasil” e ela foi finalizada em um tom de desavença ao expor que Pedro havia mantido posse do cartão da redação, aparentemente contra a vontade da diretoria do jornal, que afirmou que este já não possuía validade (“sem efeito”) (*O OPERÁRIO*, 23 de junho de 1912, p. 2).

<sup>134</sup> Podemos, todavia, apontar que Pedro era um republicano progressista que, devido a seus acúmulos de vida e militância, possuía ideias e falas que hora se aproximavam do anarquismo, hora do socialismo.

<sup>135</sup> Buscamos maiores informações sobre o articulista e, na dissertação de Marcelo Vianna, intitulada “Os homens do Parquet: trajetórias e processo de institucionalização do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul (1930-1964)”, encontramos dados sobre um cidadão também chamado Pedro Sales de Oliveira Mesquita que teria se tornado promotor público, durante o Estado Novo, no município de Santa Maria. Segundo consta,

sua visão sobre a mulher, em publicação da edição de nº 42, intitulada “*O que é a mulher? - à Zulmira*”:

[...] a considero o centro de todas as grandes inspirações, e como sendo o foco de vida que no lar faz a felicidade da família. O amor de mãe, a dedicação de uma esposa, a ternura de uma irmã, tudo me faz e enleva diante de um desses anjos que mais vivendo pelo coração do que pela inteligência, fazem consistir toda sua felicidade na terra procurando a dos outros. Eis o meu pensar sobre a mulher. [...] Não acompanho a maioria dos homens que só vêem na mulher um abismo (sic!) de males, não; vejo nela o anjo protetor da humanidade, o fanal nas tempestades da vida, o farol (sic!) de todas as alegrias na família... (O OPERÁRIO, 10 de julho de 1910, p. 3).

Os adjetivos contidos nesta passagem e que refletem o imaginário do lugar social da mulher são interessantes por diversos motivos. O principal deles se deve ao fato de que, como citamos acima, ao fazermos um levantamento das publicações de Pedro S. O. Mesquita podemos identificar parte de suas ideias com o ideário anarquista, o que nos permite analisar estes pensamentos, em certa medida, como um “retrato” que, em alguns momentos, se aproxima de uma das facetas da visão anarquista sobre a mulher naquele período, na cidade de Sorocaba e, especialmente, veiculada pelo jornal *O Operário*. Fazemos tal afirmação pautando-nos num delineamento que não se pretende generalizado e que é limitado a esta publicação de Pedro, levando, porém, em conta que este se trata de um dos principais quadros componentes do editorial do jornal e que possuía tremendo destaque no mesmo, assim como um grande público leitor.<sup>136</sup>

Outra questão interessante é como estes adjetivos sobre a mulher são claramente identificáveis no discurso dos pensadores anarquistas do mesmo período, assim como também

---

Pedro teria nascido em Sorocaba, em 29 de maio 1893, e teria migrado para o Rio Grande do Sul após ser preso por defender operários no jornal local e entrar em atrito com o governo do PRP local. Teria, então, atuado como professor em Cruz Alta e, posteriormente, fundado uma escola em Palmeira das Missões, em 1921, onde auxiliou na formação de um Tiro de Guerra, passando a, a partir de 1923, lutar sob o comando de Valzumi Dutra, no 3.º Corpo Auxiliar. É definido como alguém que "sempre participou ao lado do governo nas ações militares e na promotoria" (VIANNA, 2011, p. 162). Em uma passagem, extraída de uma entrevista concedida pelo próprio Pedro S. O. Mesquita confirma-se que ele colecionava atuações, como "declamador, orador, teatrólogo, conferencista, esportista, líder católico, professor, ecologista, desbravador, viajante comercial da Empresa Editoria Riograndense, incentivador de entidades piás, grupos de escoteiros, artísticos e literários, teatros e grupos dramáticos, grêmios literários e colaborador de diversos jornais (A Luz, A Voz Operária, O Diário de Sorocaba, Cidade de Minas, Diário do Interior de Santa Maria, Diário do Estado, A Razão, Missões de São Luís, Uruguai de São Borja, Jornal do Povo de Cachoeira)" (VIANNA, 2011, p. 162 *apud* MESQUITA, 1994, p. 15). Estas afirmações nos levam a crer que este se trataria do mesmo Pedro S. O. Mesquita que trabalhou (com e por) e publicou diversos textos no jornal *O Operário* (1909-1913), de Sorocaba. Pedro teria escrito o livro “Por Sertões e Coxilhas” (lançado com a segunda grafia usada para seu nome, Salles com duas letras L) e falecido em 23 de agosto de 1951, na cidade de Santa Maria.

<sup>136</sup> A participação recorrente do articulista no jornal, a sua participação na gestão e representação do mesmo na sociedade civil e os cumprimentos dirigidos a ele, alguns deles publicados no próprio *O Operário* (como em dois textos do mês de maio de 1912, evidenciados por Dessotti em sua tese (DESSOTTI, 2018, p. 176 e 236), nos permitem chegar a essa conclusão.

de pensadores afinados ao positivismo (cerne da discussão deste trabalho: suas aproximações e distanciamentos): a mulher entendida como a principal responsável pela educação daquela que deverá vir a ser a próxima geração de “transformadores sociais” (aqui, no caso, afinada ao ideário ácrata), sendo assim enaltecida a importância da sua presença no lar como mãe e primeira fonte de acesso, da criança, à educação. Além da educação dos filhos, a mulher também é colocada como àquela que deve “trazer ao chão” seu marido/companheiro, atendendo-o de maneira a colaborar na sua formação enquanto sujeito na busca pela transformação social; por isso aqui ela é ilustrada como sendo um “pharol” da família. Todavia, a aproximação do estereótipo feminino à “docilidade”, à “ternura” e à figura de “anjo protetor” são ideias mais identificáveis como oriundas do viés positivista de entendimento do lugar social da mulher do que do viés anarquista.

Também nos parece interessante citar que esta publicação já foi considerada como sendo uma publicação feminina, tendo seu subtítulo “à Zulmira” sido compreendido como uma assinatura abreviada, “A. Zulmira”<sup>137</sup>. Esta hipótese foi refutada por Isabel Dessotti em sua tese, apontando que havia, ao final deste texto, a assinatura de Pedro. Todavia, ao comentar sobre as publicações femininas do jornal, a autora mantém A. Zulmira entre os nomes citados, por isso nos parece pertinente ressaltar, aqui, que esta publicação não se trata de uma voz feminina presente no jornal, mas sim mais uma das contribuições de Pedro S. O. Mesquita.

A segunda publicação assinada, presente em nosso recorte, é de Augusto da Fonseca<sup>138</sup>, na qual são discutidos os trabalhos feminino e infantil, assim como a necessidade da consolidação de sindicatos para fortalecer luta pela superação de abusos e crimes cometidos contra estes sujeitos dentro das fábricas. Em uma parte deste texto, publicado na edição de nº 47 e intitulado “*Pelas Fabricas*”<sup>139</sup>, encontramos:

[...] Se é mãe, vê-se [impossível ler] contingência de furtar ao prazer de amamentar o filho querido e dispensar-lhe os doces carinhos e puros affagos que só ela sabe dispensar; Outras vezes terá que furtar-se aos doces carinhos de seus paes amantíssimos, pois a dispensar-lhe tempo e rouba-lhe um pedaço de pão.” (O OPERÁRIO, 14 de agosto de 1910, p. 2) - grifo nosso.

---

<sup>137</sup> Essa informação aparece na dissertação (mestrado) de Marcélia Picanço Valente, que catalogou e apresentou as publicações femininas presentes no jornal *O Operário*.

<sup>138</sup> Buscamos maiores informações sobre o articulista, porém só tivemos acesso às referências que constam no jornal, em seus próprios textos, que informam que parte de suas contribuições foram desenvolvidas enquanto Augusto vivia em Itapetininga e, tendo ele depois, provavelmente, mudado para São Paulo.

<sup>139</sup> O “*Pelas Fabricas*” aparentemente se trata de uma coletânea de quatro textos, todos escritos por colaboradores de Itapetininga, sendo três deles intitulados “*Pelas Fabricas*” (um deles encontra-se na edição seguinte do jornal, de nº 48) e um intitulado “*Pelas Estradas de Ferro (os que mais trabalham)*”. Assinam essas notas, respectivamente, Guilherme G. Viana, A. Gallileu e Augusto da Fonseca.

Augusto da Fonseca, que é também um dos mais presentes articulistas do jornal, foi um dos grandes defensores e difusores do pensamento sindical no *O Operário* e de ideias socialistas e anarquistas, tendo publicado na edição de nº 40 o artigo “Sejamos Socialistas”, defendendo que o jornal seria um grande colaborador na divulgação do socialismo<sup>140</sup>, e na edição de nº 56 o texto “Anarchia e Socialismo”, onde apresenta e sustenta aquilo que chama de “o 4º Estado<sup>141</sup>”. Augusto, que além de ser passível de, aqui, identificarmos como muito próximo ao ideário ácrata<sup>142</sup>, também apresentou textos que, se não eram anticlericais, eram declaradamente antirreligiosos, pois atribuíam à religião uma espécie de “venda” baseada em “promessas”, que não permitiam ao operariado perceber seu lugar social e suas mazelas, agindo, assim, como um tipo de atraso, um fator que impedia aos trabalhadores a lançarem-se na luta proletária.

Dentre todos os seus textos, este é o que mais declaradamente cita a mulher como operária e, nele, ela é retratada exclusivamente como mãe: ainda que o autor fale, em conjunto, sobre as “pobres mulheres e crianças [...] que caminham [em direção à fábrica] a passos lentos como quem vai à caminho da morte”, esta mulher aqui ilustrada, frente às penúrias da vida operária, de [certamente] ser também uma trabalhadora explorada e que, ainda, perde seus filhos para a exploração alheia, é puramente “reduzida” àquela que, diante tudo isso, ainda sofre como e enquanto mãe. É uma passagem rápida e pequena, mas que chama a atenção pelo fato de, novamente, se tratar de um dos principais colaboradores do jornal e indiscutivelmente uma das principais vozes masculinas sobre o socialismo e o anarquismo e, ainda assim, ao referir-se à mulher operária, foi o papel da mãe que lhe pesou no relato. Buscamos frisar esse aspecto exatamente para evidenciar o quanto a ideia da mulher enquanto mãe é uma questão forte e cara também ao anarquismo na época e como ela se encontra largamente presente nas publicações do jornal *O Operário*, em geral.

A terceira e a quarta publicações foram selecionadas para demonstrar participações feitas pelo público leitor do jornal e que, em seu conteúdo, podem apresentar facetas da relação homem X mulher no período e, logo, ajudam a exemplificar a concepção do sujeito

---

<sup>140</sup> Na publicação “Pelos Fabricas” que consta na edição nº 48, afirma, inclusive, que “o socialismo está no sindicalismo”.

<sup>141</sup> “Na parte em que tratam do Estado (governo) são claros [os anarquistas], cômicos e de um modo incontestável nos apresentam a sublimidade do bem-estar que virá a gozar a humanidade com a implantação do 4º Estado (nova forma de governo), baseado no puro socialismo, o ideal sublime do inesquecível Ferrer (O OPERÁRIO, 23 de outubro de 1910, p. 2).

<sup>142</sup> Após um longo período sem colaborações, Augusto da Fonseca retorna na edição de nº 134 comentando sobre a “caçada a anarquistas” que ocorria em São Paulo na época, permitindo uma identificação ainda mais próxima sua ao anarquismo uma vez que esta se manteve presente/declarada até suas últimas participações no jornal.

feminino pelos sujeitos masculinos e operários. A primeira delas é um relato de divórcio, publicado na edição de nº 52, na área denominada *Secção Livre*, sob o título “**Amaro Fernandes, ao público sensato e aos amigos em particular**”:

E’ n’uma situação deverás constrictada que venho hoje pela imprensa scientificar que por motivos justos delliberei repudiar para sempre a mulher que em má hora, tive a desventura de na Egreja recebel-a por esposa. No meio da enorme desgraça que alguns satanazes me’viam conseguir graças ao espirito religioso que tenho a sahir livre do sobsequente remorso, que o lavar as mãos a sangue poderia acarretar-me.

Para que san sociedade se conserve sem mancha o meu nome que sempre soube honrar faço esta declaração.

Não responsabilliso pois pelos actos de qualquer natureza que d’ora avante faça a minha ex mulher.

Itapetininga, 3 de Setembro de 1910

Amaro Fernandes<sup>143</sup>

Machinista na «Sorocabana» (O OPERÁRIO, 18 de setembro de 1910, p. 3).

A outra se trata de uma declaração de um pai, que vêm a público desmentir que sua filha esteja “deflorada”. Essa publicação saiu na edição de nº 70 d’*O Operário*, também na *Secção Livre*, intitulada como “**Calumnia**”:

Vejo-me obrigado a vir hoje pela imprensa, trazer a publico uma calumnia que foi urdida e imaginada pela madrinha de minha filha Etelvina, que morou em sua companhia e na do sr. José de Ramos desde a idade de annos até os 14.

O alludido sr. José de Ramos veio em minha casa entregar-me minha filha desmoralisada pela calumnia de sua madrinha já referida de que a mesma estava desflorada.

Commovido com tão triste noticia, cousa que nunca me aconteceu, fui queixarme ao sr. dr. delegado de polícia, o qual tomando o facto na devida consideração, mandou que a mesma fosse submettida a exame medico-legal, sendo nominado para isso o sr. dr. Alvaro Soares, que declarou não existir defloramento, que a minha filha estava perfeita.

Eis, pois, desfeita a calumnia que tão mesquinhosamente lançou em minha filha a sua propria madrinha.

Sorocaba, 5 de fevereiro de 1911

Justiniano Barboza.<sup>144</sup> (O OPERÁRIO, 05 de fevereiro de 1911, p. 3).

Estas publicações nos chamaram a atenção, pois demonstram como no imaginário do período e dos leitores do jornal, mesmo este possuindo publicações que tratam da sexualidade feminina e do seu entendimento e empoderamento enquanto ser social, a figura da mulher ainda podia apresentar-se como aquela à qual, primeiro, a castidade é extremamente importante e sua sexualidade se configura como um “medidor moral” e de caráter (questão perceptível nos dois textos, onde, no primeiro, o autor ressalta que não mais se responsabilizará por atos de “qualquer natureza” feitos pela ex-companheira, e, especialmente

---

<sup>143</sup> Buscamos maiores informações sobre o articulista, mas não nos foi possível encontrar nada que pudéssemos afirmar remeter a esta pessoa.

<sup>144</sup> Buscamos maiores informações sobre o articulista, mas não nos foi possível encontrar nada que pudéssemos afirmar remeter a esta pessoa.

no segundo, onde a noção da necessidade de provar a virgindade da filha leva o pai a expô-la publicamente), e, segundo, como o indivíduo feminino mantém-se subjugado ao indivíduo masculino (aqui representado nas figuras do ex-marido e do pai), ao qual lhe é brindada a fala e a representação da mulher (o ex-cônjuge se pronuncia sobre a ex-esposa; o pai se pronuncia sobre a filha).

Ainda que estas publicações e das questões nelas pontuadas de certa forma destoem de diversas publicações presentes no jornal, cabe-nos comentar aqui que há também outras publicações que retratam a mulher de maneira depreciativa ou igualmente destoante de outros textos contidos no *O Operário*. Como já comentado, o periódico contava com muitas publicações que eram extrações de outros jornais, não cabendo, neste sentido, as usarmos como excertos para ilustrar o operariado sorocabano do período aqui estudado. Porém, outras pesquisas já apontaram e analisaram estas passagens, entre elas o artigo “Entre o profano e o sagrado: imagens da mulher nas páginas do jornal sorocabano O OPERÁRIO (1909-1913)”, de Luiz Carlos Barreira.

Por mais que este debate acerca da submissão do sujeito feminino ao sujeito masculino nos relacionamentos sociais em geral (família, trabalho, etc.) possa parecer um “lugar comum repetitivo” nas discussões sobre as questões e desigualdades de gênero, é necessária a compreensão de que este é um ponto basilar na construção do lugar social da mulher e de sua sujeição, de sua restrição, a ele em um sistema cuja estrutura se assenta, dentre outros<sup>145</sup>, nesta desuniformidade. Destarte, ainda que se trate de contribuições que retratam visões particulares sobre o lugar social da mulher, a publicação e disseminação dessas ideias permitem percebermos a aceitação das mesmas e, em consequência, sua divulgação e acentuação.

Um segundo texto assinado por Pedro S. O. Mesquita, o quinto de nossa seleção, ilustra bem e de maneira simples os desdobramentos da aceitação e da reiteração da concepção do lugar social da mulher enquanto um ser necessitado do respaldo masculino. A publicação, presente na edição de nº 85, leva o título de “*Em defesa da mulher*” e busca trabalhar a condição do trabalho feminino nas fábricas, porém, ainda que se pretenda uma nota de denúncia, traz em suas linhas os seguintes pareceres:

---

<sup>145</sup> Desigualdades referentes às sexualidades, às singularidades de cunho étnico-racial e cultural e, especialmente, as disparidades econômicas seriam, na nossa compreensão, onde se fundamenta o modo de produção capitalista. Esta concepção é reiterada e discutida por Heleith I. B. Saffioti, no texto “Rearticulando gênero e classe social”, no qual, ao debater o conceito de patriarcado, a pensadora reforça a ideia da simbiose patriarcado-racismo-capitalismo, reforçando que patriarcado (ou seja, um sistema/estrutura baseado na opressão da mulher) e capitalismo não seriam sistemas autônomos ou sistemas interconectados, mas sim o mesmo sistema (SAFFIOTI, 1992, p. 195).

É preciso que os proprietários das fabricas de tecidos de Sorocaba saibam que no Brasil já não pode haver escravos, quanto mais escravas. A mulher é um ser fraco, a mulher necessita de carinhos, uma mulher não pode trabalhar 15 horas por dia n'uma fabrica. [...] Para as moças ricas há carinhos, há affectos, tem os seus defensores, ellas que nada soffrem, ellas que vivem na mais completa felicidade, e para as pobres só há ingratião... (O OPERÁRIO, 28 de maio de 1911, p. 1).

Pedro tenta aqui fazer uma crítica às dicotomias socioeconômicas no que tange à questão da mão de obra feminina, porém, acaba por, em suas palavras, ratificar uma concepção depreciativa da mulher, colocando-a como “um ser fraco” e necessitada de “carinhos”, afirmando, então, que é devido a isso que o ambiente fabril não seria um lugar propício para as mulheres estarem, ainda menos trabalhando durante 15 horas por dia. Esta visão traz a tônica que professa que é o espaço privado o lugar destinado ao sujeito feminino, ideia esta muito cara ao positivismo ortodoxo, que delegará à mulher o ambiente familiar e do lar como sendo seu espaço principal de atuação social, e, de certa forma, o único em que esta deveria se manter. Esta ideia está intimamente vinculada à consolidação do lugar social da mulher enquanto mãe e educadora da família, em especial dos filhos.

Nesse sentido, o autor, além de reforçar um papel de mulher que, em geral, não condiz com boa parte do ideário anarquista<sup>146</sup>, deixa de tomá-la e discuti-la pelo viés de classe proletária<sup>147</sup>, uma vez que, em sua abordagem, o único questionamento que faz com relação a ela, sem ter um teor relativo às dicotomias de classe, é questionar o porquê “para as moças ricas há carinhos, há affectos” e para as pobres não. Esta passagem além de, mais uma vez, saltar aos olhos a forma como a mulher era entendida no período por seus companheiros homens<sup>148</sup>, traz novamente à tona a questão de como, primeiro, mesmo entre as figuras de representação principal do operariado da época e do jornal (seus oradores e intelectuais), visões tradicionalistas, de viés cristão e ideias próximas ao positivismo ortodoxo encontram-se profundamente enraizadas. Em segundo lugar, tendo em vista quem o assina, este excerto demonstra como em muitos dos principais pensadores e colaboradores do jornal encontramos,

---

<sup>146</sup> No jornal encontramos outros articulistas anarquistas que, todavia, se distinguem destas concepções confusas e algumas vezes até mesmo deturpadas das concepções ácratas, mesmo dentro de diversas gamas do pensamento anarquista. Dentre eles, o que mais se destaca é J. J. Rivier, professor responsável pela Escola Moderna na cidade de Sorocaba e, em um segundo momento da história do jornal, um dos principais responsáveis pela gestão do O Operário. No periódico também encontramos extrações e traduções de pensadores célebres da filosofia libertária aos quais estas colocações, expostas acima no excerto trabalhado, destoariam grandemente, como é o caso de Errico Malatesta.

<sup>147</sup> Aqui, nos pautamos no pressuposto de Marx e Engels, que, nas palavras do segundo, conforme consta em nota do Manifesto do Partido Comunista, proletariado seria “a classe dos trabalhadores assalariados modernos, que, não tendo meios de produção próprios, são obrigados a vender sua força de trabalho para sobreviver” (ENGELS *apud* Marx, 2004, p. 45).

<sup>148</sup> Aqui tratamos de companheiros nos mais diversos sentidos, sejam companheiros afetivos, familiares, companheiros de trabalho, amigos, etc., e, em especial, como seus companheiros de classe e militância.



com facilidade, confusões e miscelâneas epistemológicas em seus discursos, questão esta que torna extremamente difícil afirmar qual a linha teórica seguida pelos articulistas e, em especial, pelo próprio jornal, que, lembramos, era aberto à colaboração diversa.

Talvez um dos textos de maior expressão do *O Operário* e que se trata de uma publicação masculina sobre as mulheres é o ensaio de Corrêa de Azevedo<sup>149</sup>, intitulado “*As nossas mulheres*”. O escrito foi dividido em cinco partes e publicado em seis edições<sup>150</sup> e possui desde questionamento sobre a posição delegada à mulher na sociedade brasileira até comentários confusos, alinhados à ideia de determinismo geográfico<sup>151</sup>, falando sobre a beleza feminina. Cada parte do texto acaba por tratar de um tema em específico, porém, por se tratar de uma colaboração longa, escolhemos três trechos que ilustram as ideias e estereótipos trabalhados pelo autor. O primeiro deles é retirado da parte III da narrativa e que diz:

A mulher na sociedade presente está enclausurada na estreiteza da sua illustração, para que seu espirito que vencia não cante a victoria, reunindo de novo a humanidade e tornando-a mais digna da immortalidade. À mulher se assignalaram todos os mais pesados deveres; o homem guardou para si os direitos. O pai christão já se acostumou a educar a filha para escrava de um outro déspota ou para um mero objeto de luxo; no entretanto que cria no filho o caracter de independência, de arrogância e de majestade. O homem que buscou ser o mais independente não procurou para seu filho, o mimoso ornamento de sua família, também uma posição independente. A isto não se chamará falta de amor, falta completa, mas sim costume, ou *dever paternal*. Tão mal vae o século! (O OPERÁRIO, 03 de setembro de 1911, p. 1).

É interessante esta passagem por ser a única que encontramos no jornal que fala diretamente sobre os diferentes tipos de educação destinados aos meninos e meninas e que afetarão as suas manifestações enquanto sujeitos, demonstrando como é construído, na infância, o lugar social de cada indivíduo<sup>152</sup>. Essa dicotomia, porém, é atribuída à figura paterna, apresentada como costume, mas, também, como parte do “dever paternal”. Esta colocação, em especial, transfigura a noção de que à figura paterna é atribuída a noção da “má educação”, enquanto que à mãe (como veremos a seguir) caberia uma educação “não baseada nos costumes”, ou seja, “progressista”. Na quinta parte do “*As nossas mulheres*”, o articulista

---

<sup>149</sup> Encontramos no jornal tanto a assinatura Corrêa Azevedo como Corrêa de Azevedo. Buscamos maiores informações sobre o articulista, mas não nos foi possível encontrar nada que pudéssemos afirmar remeter à esta pessoa.

<sup>150</sup> As edições seriam, sequencialmente, as de número 89, 90, 98, 113, 114 e 124.

<sup>151</sup> O determinismo geográfico é uma teoria comumente vinculada e creditada ao geógrafo alemão Friedrich Ratzel (1844-1904), para o qual, baseado em concepções positivistas e darwinistas sobre a evolução, afirma que o homem seria um produto do meio e, assim, dependente dos processos naturais. Desta forma, seus traços físicos, psicológicos e sociais determinariam seu comportamento. No texto, encontramos uma aproximação ao determinismo geográfico quando o articulista comenta que “as mulheres de todos os países são sempre o resultado da beleza desses países. Ellas seguem a marcha de seus movimentos” (O OPERÁRIO, 17 de dezembro de 1911, p. 1).

<sup>152</sup> Aqui, no caso, segundo seu gênero.

falará desta educação, especialmente da educação feminina, usando, como exemplo, a ideia que o mesmo tem sobre a educação recebida pelas mulheres da América do Norte (Estados Unidos):

A instrução abundante e rica, essa instrução que se obtém por meio do trabalho, possuem as mulheres do norte. As mulheres do Brasil, cheias da mais brilhante imaginação, ricas de talento e vivacidade, não podem saciar essas faculdades no deleite de uma instrução variada que lhes sustentasse a alma ambiciosa, de progresso. [...] O espaço que a mulher ocupa no Brasil é inferior ao seu merecimento, é indigno. Tornam-se mulheres de fitas, de vestidos e de costumes, mas não se lhes forma uma educação capaz de as tornar independentes e aptas a serem as melhores mãis do mundo. (O OPERÁRIO, 10 de março de 1912, p. 1).

Aqui é perceptível a abordagem à necessidade de uma educação feminina que tenha como base a busca pelo “progresso”, sendo citada, ainda, a incorporação feminina ao mundo do trabalho, ou seja, no ambiente externo ao do lar. Todavia, na mesma publicação, em uma passagem mais adiante no texto, o articulista transparece uma concepção de mulher muito parecida com a de personagens literários, de romances burgueses da época, que não condiziam com grande parte da população brasileira do período, muito menos com o público leitor do jornal. Na passagem, também é realçada que a intenção desta nova educação também não deva fugir da formação de “melhores mães”. Dessa forma, ainda que se advogue a urgência de uma nova educação que torne as mulheres mais independentes, a importância do seu lugar social enquanto mãe não foi descartado.

As outras publicações selecionadas e que não possuem assinatura representam a grande maioria das publicações anônimas que tratam da mulher no contexto operário: denúncias de abusos e maus tratos. Em geral, estas são notas curtas que relatam agressões e a demissão de operárias, quase sempre sem um motivo plausível. As notas mais longas frequentemente narram casos repetidos, ações e pessoas (geralmente os contramestres) já denunciados anteriormente, numa tentativa de cobrar os responsáveis das fábricas à resolução de conflitos e abusos, além de reivindicar do próprio operariado a sua mobilização e união contra aqueles que lhes oprimiam.

A nota intitulada “*A situação operária*”, presente na edição de nº 9, cita a condição da mulher nas fábricas e também comenta sobre a necessidade da educação infantil. Sobre as operárias, comenta que, além de carga e o período de trabalho ser extenuantes, o pagamento é baixo pelo serviço prestado e, além de estarem expostas às péssimas condições de trabalho e ao baixo salário, as mulheres precisavam sobreviver aos “grandes typos que tudo quer, póde e manda, tentando sobre o que existe de mais sagrado no bello sexo” (O OPERÁRIO, 31 de outubro de 1909, p. 1). Percebemos aqui uma conotação que, mais que denunciar os abusos

físicos sofridos, revela que as operárias sorocabanas e da região<sup>153</sup> estavam expostas ao assédio moral e sexual.

Um exemplo dos tipos de assédio moral sofridos pelas operárias é relatado na publicação intitulada “*Fabrica Sta. Maria*”, na edição de n° 61, onde o ataque se deu exclusivamente sobre as trabalhadoras mulheres. É dito:

O nosso *bom amigo* sr. Fletcher, gerente da fábrica em questão, na terça-feira, 8 do corrente, pela manhã, deu ordem ao apontador da mesma, para que ninguém entrasse depois da hora da hora regimental, sob a pena de multa, etc. Muito bem: o contra-mestre, cujo nome não sabemos, entrou depois da hora sem nada lhe acontecer, graças à bondade do apontador; as mulheres, porém, que perderam a hora de manhã e compareceram depois do almoço foram multadas em um mil réis e as que, nas mesmas condições não compareceram durante o dia, em dois mil réis!!! (O OPERÁRIO, 27 de novembro de 1910, p. 2).

A publicação anônima tem continuação em outra edição do jornal, de n° 64, na nota com o nome de “*Os horrores da “Santa Maria”*”, onde é cobrada uma postura dos responsáveis pela fábrica Santa Maria e uma punição ao gerente, que já havia sido denunciado outras vezes:

“O famigerado Fletches, o heroico subgerente da Fabrica Santa Maria, multou a pobres operarias por entrarem com atrazo de menos de cinco minutos. [...] Imagines os leitores, uma pobre operaria que ganha apenas uma ninharia por dia, o que não é suficiente para o seu sustento, soffrer uma multa de 2\$000 réis por ter comparecido no trabalho 8 ou 5 minutos depois da hora? Não é isso uma pouca vergonha? Uma baixeza mesmo?” (O OPERÁRIO, 18 de dezembro de 1910, p. 1-2).

Embora estes se tratem de excertos, a grande maioria das denúncias feitas em publicações anônimas do jornal possuem este tom e esta extensão, claramente buscando passar a informação sobre o ocorrido de maneira breve e direta. Os textos mais longos geralmente se tratam de ensaios, estes quase sempre assinados, ou extrações de outros periódicos, grande parte deles traduções de pensadores internacionais. Com relação às pequenas notas anônimas do operário e que manifestavam o repúdio a atitudes opressivas dentro das fábricas, é evidente o grande número de denúncias a abusos sofridos por mulheres e crianças. Entre essas afrontas, não raramente encontramos relatos de espancamento (às crianças) e a caracterização de “falsos-flagrantes” para que as operárias fossem multadas ou demitidas.

Dentre os textos que falam da condição da mulher na sociedade, referindo-se ao seu papel dentro do núcleo familiar, ou seja, remetendo-se diretamente à esfera do privado, talvez a publicação assinada somente por “K.” nos dê a melhor e mais ampla visão sobre os embates

---

<sup>153</sup> Lembrando que *O Operário* recebia denúncias sobre atentados a operários de Votorantim, Piedade, Itapetininga e em diversas publicações encontramos citações de casos ocorridos em fábricas de outras cidades da região, ainda que poucas.

travados entre os anarquistas e a Igreja sobre o lugar social da mulher. O ensaio que leva o nome de “*A família - I*” encontra-se na edição de nº 159, e é dividido com o texto “A Justiça - II”, escrita por Galileo Lara<sup>154</sup>, o qual não detalharemos aqui, mantendo o foco na escrita de K. sobre a família e a mulher. Segundo o articulista:

Um dos problemas mais urgentes a resolver é reformar o homem e para reformar o homem necessita-se reformar a família e a educação desta. A clericalha chamamos de destruidores da família e do matrimônio, pouco importa isso, deixamos que continuem lançar-nos as suas injurias que não nos atinge. Ninguém pode ter um conceito pela família e tão preciso como nós, nunca preguemos a abolição da mais alta instituição humana, mas temos criticado e mostrado os vícios e as irregularidades que tem deturpado a família. (O OPERÁRIO, 1 de dezembro de 1912, p. 1).

O ensaio tem como centro a importância do amor livre, ou seja, da relação não definida pelo senso comum de base conjugal e não delimitada pela oficialidade do matrimônio, o qual permitiria à mulher uma maior liberdade de ação dentro do seio familiar para, então, formar/educar o “novo homem”. Para K., o amor livre é o “único que poderá tornar salutar e vital a família”. É com base nesta reiteração e defesa da família tendo como base o amor livre, que o articulista questionará a posição eclesiástica sobre a afirmação de que os anarquistas seriam contrários à constituição de um núcleo familiar.

Seguindo a publicação, menciona-se que:

A mulher, a mulher esposa, a mulher mãe, para ella se convergem todos os nossos olhares, porque ella é a alma da família, porque sobre as suas acções pesa a responsabilidade das acções futuras dos filhos. Acima de todos os métodos de instrucção: está o exemplo materno, porque este é o único que pode impelir os filhos para o amor humano, para o bem Universal, é elle a luz de irradiação que illumina o mar da triste vida, e pharol puríssimo para o qual se voltam e se fixam os olhos de todos os marinheiros abatidos das tempestades. (O OPERÁRIO, 1 de dezembro de 1912, p. 1)

Novamente, encontramos uma alusão à mulher como um “pharol” da família, referência esta muito próxima da noção de “anjo redentor”, presente na concepção positivista comtiana. Esta aproximação pode ser percebida, inclusive, na frase em que o articulista cita a mulher como àquela que poderá impelir os filhos para “amor humano”, salientando que, sendo ela a única capaz de lograr tal sentimento nos filhos, a ela, então, se recairia, naturalmente, toda a “responsabilidade das acções futuras dos filhos”: sobre a mulher não pesa, então, claramente, apenas a educação dos filhos, mas o “sucesso”, medido pela própria ação destes, posteriormente, quando já entendidos como “cidadãos”, como sujeitos sociais.

---

<sup>154</sup> Buscamos maiores informações sobre o articulista, mas não nos foi possível encontrar nada que pudéssemos afirmar remeter a esta pessoa. A única informação possível de relacionarmos a ela é uma publicação do próprio jornal que cita o articulista em uma ação em memória de Francisco Ferrer, junto à J. J. Rivier, um dos reconhecidamente anarquistas vinculados ao *O Operário* e à Escola Moderna em Sorocaba. Tal citação se encontra na página 2 da edição de nº 153.

Em determinado momento do texto, K. salienta ainda mais a importância da mulher dentro de sua concepção do que seria o papel feminino no anarquismo, fazendo uma crítica, sutil, porém clara, àquelas mulheres que entenderiam a sua emancipação de maneira homóloga ao seu papel de formação no lar enquanto mãe:

Se a mulher compreendesse a sua missão e a sua força e a impregassem em prol da saúde de seu marido, dos seus irmãos, dos seus filhos, em prol da saúde de todos os homens, o mundo não seria tão infame. [...] As moças sonham hoje a cátedra, o foro e talvez o exercito e desesperam, se infermam, se desfiguram nas preocupações constantes de parelhar-se aos homens. E digam que mentimos e que queremos destruir a família nós anarchistas. (O OPERÁRIO, 1 de dezembro de 1912, p. 1)

Haja vista a colocação, já comentada<sup>155</sup>, de algumas anarquistas que não se consideravam “feministas antes de anarquistas”, como bem declarou Emma Goldman, poderíamos entender que a crítica aqui levantada pelo articulista seria acerca das mulheres que “sonham em parelhar-se [em direitos] aos homens”, porém, percebendo a tônica da publicação e o teor com o qual tal desaprovação é aqui feita, entendemos esta passagem como uma opinião voltada ao questionamento dos movimentos de mulheres pautados na emancipação feminina do âmbito privado, ou seja, da centralidade do lar, do âmbito familiar. Esta posição, ainda que possa ser encontrada em outros pensadores dentro da grande gama que compõe o pensamento anarquista, é, também, mais uma fala, de um articulista vinculado ao ideário ácrata, que destoa de algumas das publicações presentes no jornal, em especial das articulistas femininas que se pautam na teoria neomalthusiana para questionar a visão da mulher como voltada para a concepção e para o “ofício” de ser mãe<sup>156</sup>.

À vista disso, salientamos que as publicações masculinas aqui trabalhadas compõem a análise da concepção do lugar social da mulher representada nas páginas do jornal *O Operário* (visão esta que explicitará o tipo de educação feminina entendida como adequada e, de certa forma, almejada por parte dos articulistas e do operariado sorocabano da época), mas que, porém, são apenas uma parte do “corpo” presente no jornal e que nos permite tal estudo. Há que se investigar as publicações femininas ali presentes, uma vez que estas, antes de qualquer outro texto, trarão a questão do corpo, do lugar e da educação feminina não somente

---

<sup>155</sup> Esta discussão é apresentada no capítulo 3 desta pesquisa, no subitem 3.2, intitulado “O anarquismo e a mulher”.

<sup>156</sup> Necessitamos ressaltar que tais colocações baseadas na teoria neomalthusiana não questionam a mulher enquanto mãe em si, mas sim como a geração de um número elevado de filhos serviria primeiro, à manutenção do capitalismo (prole = mais braços à exploração capitalista) e, segundo, como este grande número de crianças poderia atrapalhar a função materna de empenhar-se em uma educação libertadora e revolucionária, ou seja, que instrumentalizasse os filhos a não serem simples subalternos, mas sim sujeitos que não aceitassem sujeitar-se ao modo de produção capitalista e que lutassem para subvertê-lo/superá-lo.

de forma mais frequente, mas também de uma maneira muito mais próxima e crua, especialmente sobre a condição da operária no período: são as vozes das mulheres no jornal.

### **5.3 Condição e educação das mulheres à luz do anarquismo e do positivismo no jornal *O Operário***

Dentre todas as publicações do *O Operário*, conseguimos catalogar 11 textos que podemos afirmar se tratar de colaborações femininas, tendo em consideração as suas assinaturas. Se pensarmos que este foi um jornal que teve uma duração de mais de três anos e contou com 171 edições, são poucas as publicações femininas ali presentes, todavia, estas contribuições trazem luz não apenas à condição feminina da época (uma vez que se tratam de textos que buscam refletir e denunciar o lugar da mulher nesta sociedade), mas também são escritos que trazem a tona a relação destes sujeitos com as organizações e instituições daquele período (como as uniões operárias, as escolas, a Igreja e a própria família).

Alguns trabalhos já trouxeram à luz estes escritos que podemos identificar como femininos e que estão presentes n'*O Operário*<sup>157</sup>, porém, ao longo do tempo, algumas correções foram propostas<sup>158</sup> e, neste trabalho, optamos por não apenas apresentar os textos de mulheres que têm como cerne a condição da mulher e do operariado, mas sim todos os escritos femininos presentes na íntegra do jornal. Assim, ainda que nosso enfoque vá se manter na análise das publicações que consideramos concernentes aos paradigmas anarquista e positivista, entendemos ser de suma importância expormos aqui todos os nomes e colaborações de mulheres que pudemos encontrar no jornal, assim como em que consistiram suas participações. Tal escolha parte da premissa de que ocultar estes nomes poderia, de certa

---

<sup>157</sup> Destacamos aqui quatro trabalhos que apresentam com maior atenção as publicações femininas presentes no jornal *O Operário*: a tese de Valdelice Borghi Ferreira, intitulada “O movimento operário e a educação na imprensa sorocabana na Primeira República”, que possui um capítulo dedicado à presença feminina no jornal, o já citado artigo de Luiz Carlos Barreira, chamado “Entre o profano e o sagrado: imagens da mulher nas páginas do jornal sorocabano O OPERÁRIO (1909-1913)”, a dissertação de Marcélia Picanço Valente, “Imprensa e educação: registro da escrita feminina no jornal *O Operário* (1909-1913)” e, finalmente, a tese de Isabel Cristina Caetano Dessotti, intitulada “A educação operária no final do século XIX e início do XX em Sorocaba sob o olhar da imprensa: o escrito e o silenciado” e que também possui parte de um capítulo destinado a apresentar as mulheres do *O Operário*.

<sup>158</sup> Como comentado no segundo subitem deste capítulo, que trata das publicações masculinas do jornal, uma das publicações analisadas e assinadas por Pedro Sales de Oliveira Mesquita foi, anteriormente, entendida como uma colaboração feminina.

forma, promover uma ocultação da memória da classe operária, atuando, de certa forma, como um apagamento sociocultural.<sup>159</sup> Decidimos, então, divulgar todas estas vozes.

Para isso, desenvolvemos um quadro<sup>160</sup> que demonstra quais os nomes (títulos) destes textos, de quais assuntos eles tratavam, quem os assinava e em quais edições eles foram publicados, trazendo a informação de sua paginação segundo a edição à cada qual pertence e a paginação na qual o mesmo pode ser encontrado na edição fac-similar. Além das publicações assinadas como femininas, sugerimos duas contribuições que, supomos, pode haver tido participações femininas em suas composições.

Uma delas é a nota da União Operária que fala de um caso de desrespeito a uma operária, questionando o porquê esta não foi amparada por seus outros companheiros trabalhadores. Ainda que a nota tenha saído em nome da União, sabemos que a mesma continha entre seus membros uma parcela de quadros femininos; levando em consideração este fato e o tom no qual a nota é escrita, propomos considerá-lo como parte das vozes femininas presentes no jornal, buscando, mais que afirmar que quem a escreveu foi uma mulher pertencente à União, lembrar as mulheres que a compuseram<sup>161</sup>. Outra suposição é

---

<sup>159</sup> Esta é também uma ideia trabalhada por Mônica Siqueira Leite de Barros em sua dissertação sobre “As mulheres trabalhadoras e o anarquismo no Brasil”, que comenta o interesse da estrutura capitalista no “ocultamento da história das classes subalternas pela historiografia oficial”, pois isto seria “uma das formas com que a ideologia dominante tenta apagar a memória sócio-cultural da classe operária” (BARROS, 1979, p. 30-31 *apud* FOOT HARDMAN, 1975, s/n).

<sup>160</sup> Uma tabela foi inicialmente proposta por Picanço, mas, como citamos acima, houveram correções nesta tabela que permitiram que apresentemos aqui uma nova proposta desta, reformulada com as devidas inclusões e exclusões de publicações, como aqui propomos.

<sup>161</sup> Há quatro publicações da União Operária no jornal nas quais constam nomes de colaboradoras e de mulheres que não apenas participavam dos eventos da União, como a compunham e a representavam. Na primeira publicação, que cita o evento de fundação da Liga Operária, encontramos a informação de que “ficou deliberado que cada fabrica fosse representada por trez pessoas, sendo as de tecido e chapelaria onde trabalham também mulheres representadas por 2 Operários e uma operaria representando as suas companheiras” (O OPERÁRIO, 24 de setembro de 1911, p. 2). Em outra publicação, comentando a comemoração do 1º de Maio, são citadas duas presenças femininas: “A menina Thereza de Lima recitou uma bella poesia com a qual recebeu muitas palmas. Em seguida a inteligente operaria senhorita Francisca Capalbo n’um bonito discurso falou em defesa da mulher operaria, sendo muito applaudida” (O OPERÁRIO, 03 de maio de 1912, p. 3-4). Francisca Capalbo já havia sido citada em outra publicação, que informava que ela havia presidido uma quermesse da Liga Operária. E, uma última publicação, talvez a mais expressiva, encontramos a referência a diversas mulheres que participaram de uma reunião da Liga Operária, sendo elas alunas do prof. J. J. Rivier e da Escola Moderna de Sorocaba: “Fallaram mais as gentis operarias: Faustina Scamussi, que pronunciou um formoso discurso sobre a questão social; Isaura Gomes de Freitas, que falou sobre a necessidade de instrução no seio Operário, recebendo muitas palmas; Maria Luna, que brilhantemente discorreu sobre o clero convencendo o auditorio que o padre em nenhum tempo se intereçou pela classe proletária; Maria da Conceição, que discorreu sobre as trez virtudes theologaes n’uma eloquencia apostólica; Maria José Dias, que com sua vós clara e palavra simples entusiasmou os presentes discorrendo sobre a União; Thereza Peres, sobre a revolução social do Mexico, sendo muito feliz em sua peroração; Maria Mûnhoz, sobre a emancipação da mulher; Luiza Candiota, uma criancinha pode-se dizer, arrebatou o grande auditorio uma tempestade de palmas, discorrendo sobre a Escola Moderna e seu valor” (O OPERÁRIO, 26 de maio de 1912, p. 2).

com relação à publicação assinada como “Trina - Gina”, que passamos a considerar principalmente pelo segundo nome que consta na assinatura. Buscamos informações também supondo que pudesse se tratar de uma extração<sup>162</sup>, mas, como não encontramos nenhum periódico do período que usasse estes nomes (em conjunto ou separados) e também não identificamos nenhuma outra publicação n’*O Operário* com os mesmos, escolhemos, ainda assim, sugerir que este possa ser um pseudônimo ou uma assinatura composta que possa haver pertencido à uma articulista mulher<sup>163</sup>.

**Quadro 1: Identificação dos textos de mulheres localizados no Jornal *O Operário***

<b>Tipo</b>	<b>Título</b>	<b>Assunto</b>	<b>Assina</b>	<b>Edição</b>	<b>Pg. Fac-similar</b>
	“A caminho do fim?”	Artigo anticlerical	Ernestina Lesina	Nº 13, 12/12/1909, p. 3	40
	“Amor fecundo e amor estéril”	Sobre a maternidade compulsória e o direito sobre o corpo.	Nelly Roussel	Nº 14, 19/12/1909, p. 2	43
	“Insultos no Votorantim”	Perseguição à viúva	Maria Amaral	Nº 17, 09/01/1910, p. 2	49
	“A greve dos ventres”	Relação procriação-trabalho.	Joana (Jeanne) Dubois	Nº 20, 30/01/1910, p. 2 e Nº 21, 06/02/1910, p. 1-2	58, 60 e 61 (pt. I e II)
	“Para nossos filhos por uma amiga da infância – AOS EDUCADORES”	Conto sobre a educação na infância baseado na narração do “diário de Leonina”, uma personagem/educadora de 14 anos.	“Leonina”	Várias, sempre nas páginas finais das edições	59 a 426
	“Soneto”	Soneto	Alice Dalva	Nº 85, 28/05/1911, p. 1	305
<b>PUBLICAÇÕES FEMININAS</b>	“Declaração”	Declaração de permanência na cidade, na Secção Livre do jornal	Maria da Conceição Silva	Nº 99, 10/09/1911, p. 2	348
	“Às mães operárias”	Orientação para que as mães operárias eduquem seus filhos e os enviem para a	“Uma operária”	Nº 115, 31/12/1911, p. 1	395

<sup>162</sup> Geralmente os textos do *O Operário* que traziam em seu anúncio a abreviação “ext.”, que indicava ser um texto extraído de outro jornal, possuíam ao final de cada publicação o nome do colaborador (caso houvesse a assinatura deste) seguido do nome do jornal de onde o texto foi retirado. Imaginamos que este pudesse ser um caso onde esta ordem estivesse inversa.

<sup>163</sup> Ainda que não o seja, entendemos como relevante evidenciar este, que é mais um texto do jornal que possui uma assinatura. Ao buscarmos maiores informações sobre o/a articulista, também encontramos Trina-Gina como um nome (fictício ou familiar/sobrenome) vinculado a um estabelecimento comercial da cidade de Votorantim, o que poderia indicar uma possível conexão com o/a articulista.



“Infâmia de um guarda trem da Via Férrea Votorantim”	escola Agressão de um guarda trem à uma criança operária	“Uma operária”	Nº 118, 21/01/1912, p. 2	405
“O que é a vida?”	Publicação-lamento sobre a condição operária	Fausta	Nº 113, 19/05/1912, p. 2	450
“O Jury do João O. Lacerda”	Relata o júri de um condenado por assassinato	Elvira	Nº 136, 09/06/1912, p. 1-2	458-59
“A nossa futura família”	Sobre a família numa sociedade comunista e o papel da mulher nesta (aproximação a um viés matriarcal)	Elvira	Nº 139, 30/06/1912, p. 1-2	467-68
“Agradecimento”	Agradecimento pela ajuda recebida pela Liga Sorocabana enquanto a articulista se encontrava doente, publicado na Secção Livre do jornal	Marcília Leme	Nº 146, 07/07/1912, p. 2	471
“A Prefeitura e os spleens pelo progresso”	Publicação enaltecendo o progresso na cidade promovido pela prefeitura municipal	Elvira	Nº 150, 29/09/1912, p. 2	501
“Projecto Grandioso (!)”	Questionando o projeto de construção de uma vila operária, qualificando-a como “conto do vigário” para “caçar votos dos operários”. É uma crítica direta à uma publicação do jornal <i>Cruzeiro do Sul</i>	Elvira	Nº 151, 06/10/1912, p. 1	503
“Com a Câmara Municipal”	Sobre a venda de alimentos; pede a criação de um mercado local	Elvira	Nº 152, 13/10/1912, p. 1-2	506-07
“O divórcio”	Sobre o divórcio	Elvira	Nº 154, 27/10/1912, p. 1-2	512-13
“O ensino superior”	Questiona a ensino superior e a busca por títulos, qualificando-os como “fábricas de tiranos”	Elvira	Nº 158, 24/11/1912, p. 1-2	524-25
“Desconfiemos das leis e do governo”	Questiona a legislação como mantenedora das mazelas sociais	Elvira	Nº 162, 22/12/1912, p. 1	536
“A Burgueza e a Anarchista”	Comenta as diferenças da educação promovida por uma mãe burguesa em comparação com a de uma mãe anarquista, enaltecendo a segunda	Elvira	Nº 165, 12/01/1913	546

		e seu papel na formação do militante da sociedade futura			
	“Um pouco de verdade”	Artigo anticlerical, em crítica direta à Igreja	Elvira	Nº 166, 19/01/1913, p. 2-3	550-51
	“Aos operários”	Crítica à desunião operária e chamamento à ação	“Trina – Gina ”	Nº 23, 20/02/1910, p. 3	68
<b>PUBLICAÇÕES SUPOSTAMENTE FEMININAS</b>	“A moral na Fabrica Fonseca”	Relata o caso de uma operária que pediu demissão após sofrer abusos e critica a falta de ação do operariado em defendê-la	União Operária	Nº 144, 11/08/1912, p. 2	483

Fonte: elaboração própria da autora da dissertação.

Estabelecidas quais as colaborações consideradas femininas do jornal, selecionamos quais delas poderíamos identificar como concernentes aos paradigmas anarquista ou positivista para, então, analisarmos com maior profundidade estes textos. Na tabela, chegamos a um total de 13 textos, sendo 11 deles efetivamente identificáveis como colaborações elaboradas por mulheres (através de suas assinaturas); dentre elas distinguimos 4 colaboradoras que podemos aproximar ao anarquismo e uma delas que podemos aproximar ao positivismo. Fizemos esta seleção tendo como base a clareza nestas aproximações, ou seja, o quão declarado estivesse nas falas destas mulheres a sua identificação com tais modelos de pensamento. No item a seguir, passaremos a verificar mais cuidadosamente estas publicações.

### 5.3.1 As vozes das mulheres anarquistas no Jornal *O Operário*

São quatro as mulheres que possuem publicações no jornal *O Operário* e que podemos vincular ao pensamento anarquista: Ernestina Lesina, Nelly Roussel, Joana (Jeanne)<sup>164</sup> Dubois e Elvira. Destas quatro, apenas Elvira era residente da cidade de Sorocaba<sup>165</sup> e suas colaborações foram desenvolvidas exclusivamente para *O Operário*<sup>166</sup>. Ernestina Lesina, militante de São Paulo, também possui um artigo no jornal que não pudemos encontrar em

<sup>164</sup> Encontramos o nome de Dubois com as duas grafias: “Joana” trata-se de uma tradução para o português de seu nome real, Jeanne.

<sup>165</sup> Esta informação consta na publicação “A prefeitura e o spleens pelo progresso”, na edição nº 150, onde Elvira transparece que não nasceu em Sorocaba, mas que “vive a pouco tempo nesta cidade” (*O OPERÁRIO*, 29 de setembro de 1912, p. 2).

<sup>166</sup> Como se perceberá, grande parte de seus textos falam sobre a cidade em si. Aqueles que tratam de outros assuntos, não podemos afirmar que foram unicamente ou inicialmente veiculados no *O Operário*.

outros periódicos, todavia não podemos afirmar que este também se trata de um texto original e exclusivo do jornal. Já os artigos pertencentes às outras duas articulistas se tratam de extrações e traduções de outros jornais<sup>167</sup>. Todavia, o fato de não serem notas escritas diretamente para o periódico em questão não anulam a sua validade e o seu peso como ferramenta de disseminação de ideias para o seu público leitor e para o operariado local. É dizer: ainda que sejam extrações, refletem, nas devidas proporções, à quais teorias e movimentos o operariado sorocabano tinha acesso e participação.

Nesta seção, buscaremos apresentar quem foram estas mulheres e quais as suas falas no jornal. Há, porém, uma grande limitação na identificação da articulista que assina como Elvira: as únicas informações que nos permitem pensar e falar sobre a articulista se restringem exclusivamente às publicações por ela deixadas no *O Operário*. Sobre as demais articulistas pudemos encontrar maiores referências que nos permitem ponderar sobre suas histórias pessoais, escritos, visões de mundo e frentes de atuação, ainda que estas informações sejam encontradas de maneira escassa, incompleta ou restrita<sup>168</sup>.

A primeira publicação encontrada no jornal que é assinada por uma mulher é o artigo “*A caminho do fim?*”, de Ernestina Lesina<sup>169</sup>. Além de ser o primeiro artigo feminino do *O Operário*, ao pesquisarmos a história pessoal de Lesina, encontramos uma contundente referência à ela como umas primeiras mulheres a fundar um periódico no Brasil, sendo uma figura de extrema importância para a análise da história do movimento operário, do anarquismo e da imprensa no país, tendo especial relevância no que tange às questões da educação feminina e das mulheres operárias. Ernestina era imigrante italiana e dirigiu o jornal *Anima e Vita*<sup>170</sup> (1905), que circulou semanalmente na cidade de São Paulo entre janeiro e

---

<sup>167</sup> Esta afirmação será explicada posteriormente, ao apresentarmos cada articulista, comunicando as devidas referências à fonte original dessas extrações.

<sup>168</sup> Fazemos esta colocação especialmente no que diz respeito às anarquistas Nelly Roussel e Joana (Jeanne) Dubois, uma vez que muitas das informações sobre elas se mantêm restritas às publicações na língua francesa e, acima de tudo, possuem a restrição devido ao fato de, mesmo havendo sido importantes personalidades vinculadas ao movimento neomalthusiano e ácrata da época em que viveram e atuaram, ambas ainda são pouco referenciadas e, seus trabalhos, pouco estudados (principalmente os de autoria de Dubois).

<sup>169</sup> Poucas são as informações pessoais sobre Ernestina Lesina. Não pudemos encontrar qual sua data de nascimento, apenas que imigrou da Itália e viveu em São Paulo, falecendo ali em 25 de junho de 1909.

<sup>170</sup> O “*Anima e Vita*” era um jornal “redigido em italiano, com oito páginas e duas colunas, impresso na capital paulista, teve relevância nos registros das questões femininas, com temas concernentes à família, à maternidade, ao amor, à religião, aos conflitos sociais, ao alcoolismo, visando propagar os princípios socialistas e estimular à luta operária” (GONÇALVES, 2013, p. 54).

julho de 1905, além das publicações que deixou em seu jornal, são encontradas diversas contribuições suas em outros periódicos<sup>171</sup>.

Seguindo a tendência do que ocorria com muitos jornais anarquistas da época<sup>172</sup>, o “Anima e Vita” contava com muitas publicações que se tratavam de extrações e traduções de textos originalmente desenvolvidos e publicados na Europa, principalmente na Itália. Assim, além da grande contribuição das publicações de Ernestina sobre o operariado e a mulher, o jornal também serviu como importante fonte de disseminação de ideias socialistas e anarquistas no Brasil (GONÇALVES, 2013, p. 104). Ademais de suas colaborações em jornais, Ernestina também participou da sociedade de socorro-mútuo “Galileo Galilei”, em São Paulo, que atuou durante o mês de maio de 1904, e, em 1906, fundou a Associação das Costureiras de Sacos, também em São Paulo, cuja atuação fundamentou-se na luta pela redução da jornada de trabalho, pelo aumento de salário, questionava as condições de trabalho e os maus-tratos e abusos (físicos, morais e sexuais) aos quais as trabalhadoras eram submetidas.

Os escritos de Ernestina que são especialmente lembrados são aqueles que se referem à condição da mulher naquele período, principalmente os que se referiam aos modelos pedagógicos e o padrão de educação femininos que, ainda que trouxessem consigo uma proposta de “progresso”, visavam e atuavam de forma a limitar à mulher a uma suposta “missão” restrita à sua natureza biológica, no caso, ao papel de mãe.

---

<sup>171</sup> Caroline Gonçalves (2013) desenvolveu dissertação sobre Ernestina Lesina e o Anima e Vita, destacando algumas de suas publicações e citando alguns dos outros jornais nos quais a militante teve participação, entre eles, aponta “O Chapeleiro” (1903-1904), dirigido por José Sarmiento Marques, “A voz do Trabalhador” (1908-1915), dirigido por Neno Vasco, e “O Livre Pensador” (1902-1914), dirigido por Everardo Dias.

<sup>172</sup> Foot Hardman comenta que isto se devia ao caráter estacionário do movimento operário neste período, predominando nos jornais anarquistas os artigos de propaganda libertária, traduzidos de colaborações de teóricos europeus, como Kropotkin, Malatesta e Reclus (FOOT HARDMAN, 2002, p. 311).

## Ilustração 1 – Artigo de Ernestina Lesina no jornal O Operário

O OPERÁRIO

### A caminho do fim?

— O mundo corrompe-se, não se torçando maus os homens: já não ha religião, já não se ama a patria, desconhece-se a obediencia, os sentimentos meliores vão-se pervertendo. Que será dos homens se a tão grandes passos se caminha «para o fim» de todo o bem?

Este é o maior temor que tortura, que agita os sonos dos nossos adversarios, especialmente dos nossos mais implacaveis inimigos, os clericais; elles quereriam fazer crer a todos que, não por interesses especiais, mas por puro amor de seus semelhantes, temem essa, para elles, immoral ruina do homem. Nós, francamente, não somos da opinião delles. Nós não dizemos, nem tal nos seria permitido por toda a ciencia positiva e pelo progresso, que o mundo se corrompe porque aprende a raciocinar; nós não vemos perverterem-se os homens porque nellos vai despertando cada vez mais a tendencia para instrução, para o aperfeiçoamento de alma e do cerebro.

E'afinal, certissimo, e somos os primeiros a confirmá-lo, que «para um fim» se caminha com efeito e a passos bastante largos; não é, porém, seguramente «para o fim» de todo bem, para a depravação dos meliores sentimentos humanos, mas sim para a queda do privilégio social, cujo «fim» inelutavelmente arrastará consigo todo um sistema de injustiças que até hoje imperou sobre a maioria dos homens e do qual os nossos «piedosos» adversarios catholicos e burgueses se serviram sempre para oprimir os fracos—fracos não porque privados de força material ou da faculdade de pensar, mas porque

pobres e desprividos de instrução; sistema de injustiças que pôs nas mãos de nossos adversarios os mais refinados meios de exploração e do dominio, que só pelo privilégio social podem ser dados.

E isto deverá cair pela força das coisas e pela vontade conciente. Só a sua ruina podera deixar o caminho livre para a marcha triunfante do progresso civil que nenhuma força humana podera deter e que do homem-maquina fara o homem livre de pensamento e conciente dos seus deveres, e da mulher-escrava criara a companheira do homem no affecto, o trabalho, no pensamento, militando ao lado delle para a conquista da reciproca emancipação.

E intenda bem o leitor! Por emancipação do homem nós não entendemos, como mostram fazer os nossos adversarios, a liberdade de se apossar dos frutos do trabalho alheio ou da alheia propriedade, de enriquecer por meios illegimos, assim como por emancipação da mulher não entendemos, como elles insinuam, a liberdade gosada pela mulher que desgraçadamente caiu, victima ainda da justiça social, do privilégio burguês, ao longo do caminho que conduz a corrupção dos sentimentos e das mais nobres paixões.

Não! Para nós, quem se apodera, com a violencia ou com o engano subtil e traçoireiro, do que pertence a outro é um ladrão; quanto as outras... são pobres escravas destinadas muitas vezes a vender as suas graças e os seus sorrisos aos mesmos adversarios nossos que com tanta ternura *choram sobre a ruina moral do homem!*

Para nós, a palavra «emancipação» tem um sentido diverso muito mais

vasto e bem mais moral que o significado estreito e immoral que de ma fé os nossos adversarios lhe querem dar. Para nós emancipação significa:—Reivindicação dos direitos abusivamente sonogados e contestados a maioria das criaturas humanas, através de todo um passado não glorioso, por parte da classe que sempre viveu do labor alheio, do sacrificio estranho, feito na officina, no campo de trabalho ou no campo de batalha.

Oh! o mundo corrompe-se, porque os homens se vão fazendo rebeldes e se mostram cansados das chicotadas da injustiça? Oh! os homens tornam-se maus, porque já não se ajoelham a passagem do padre, porque pedem ao patrão o fruto do seu trabalho, o sustento moral e material necessario a vida? Os homens já não são bons patriotas, porque choram quando a lei burguesa lhes arranca um filho destinado a marchar contra o filho de outro pai, que elle devera matar porque lho ordena um rei ou um imperador?

E é sobre estas *bondade* perdas que os nossos contrarios choram, e é para a reconquista dellas que contra nós afiam as suas armas?

A coisa é amena e a luta é verdadeiramente interessante. Dois exercitos estão em frente um do outro: um velho e detrepito, amparado pelo prejuizo, armado com a mentira e provido de exclusivismo; o outro jovem, forte, seguro de si, desabusado, sustido pela razão, iluminado pela verdade e por um raio de esperança que lhe faz entrever a possibilidade duma vida mais civil; um pretendendo deter, num desejo insensato, o fatal caminhar da evolução humana e perdendo por isso dia a dia na luta insana

parte das suas já minguas forças; o outro seguindo a evolução e procurando com o pensamento e com a acção acelerar-lhe a marcha.

O exercito jovem tem pressa de chegar e de precipitar o fim tão temido pelo exercito inimigo.

Quando mais depressa for esta ruina, mais depressa sera a victoria, o triunfo da justiça social.

ERNESTINA LESINA.

### Medidas do governo a favor do Operariado

Rio 9— O governo, na reunião collectiva de hoje no Palacio do Cattetí, rezolveu enviar uma mensagem ao Congresso Nacional pedindo recursos para executar o decreto, sancionado já, sobre os menores e mulheres que trabalham em fabricas, sobre a fixação das horas de trabalho e sobre a criação de um hospital destinado a recolher todos aquelles que forem victimas de accidentes durante o trabalho.

(do Commercio de São Paulo)

### Vida Social

#### ANNIVERSARIOS

Completa Hoje mais um anniversario natalicio o robusto menino Benedicto Prestes, filho do nosso companheiro Miguel Prestes.

—

Amanhã, a exma. sra. d. Davina de Souza Góes, virtuosa esposa do nosso companheiro sr. Angelino de Góes.

—

Hoje o nosso amigo sr. Pedro Wurschg,

#### NASCIMENTO

Acha-se enriquecido o lar do nosso amigo sr. José de Lorenz, pelo feliz nascimento de uma galante menina.

—

O lar do nosso amigo sr. Athanasio Carlos tambem achase enriquecido pelo nascimento de um menino.

—

Comunica-nos mais o nascimento de um filhinho o nosso amigo Romão Funes Goncalves.

| — |

PARABENS DO OPERARIO

Fonte: *A caminho do fim?*, O Operário, 12 de dezembro de 1909, p. 3

Todavia, no *O Operário*, a publicação de Lesina se trata de um artigo com forte teor anticlerical, no qual ela questiona que, para os “inimigos” dos trabalhadores (a burguesia) e, especialmente, para a Igreja, “o caminho do fim”, isto é, da “danação”, seria, na verdade, a emancipação do proletariado. Em suas palavras:

Oh! o mundo corrompe-se, porque os homens se vão fazendo rebeldes e se mostram cansados das chicotadas da injustiça? Oh! os homens tornam-se maus porque já não se ajoelham a passagem do padre, porque pedem ao patrão o fruto do seu trabalho, o

sustento moral e necessário a vida? Os homens já não são bons patriotas porque choram quando a lei burguesa lhes arranca um filho destinado a marchar contra o filho de outro pai, que elle devera matar porque lho ordena um rei ou um imperador? E é sobre estas *bondade* perdidas que os nossos contrarios choram, e é para a reconquista dellas que contra nós afiam as suas armas? (O OPERÁRIO, 12 de dezembro de 1909, p. 3) - grifos do jornal

Esta emancipação não estaria, porém, vinculada ao simples acesso às “regalias”, aos privilégios que obtinha a burguesia, mas, sim, está-se falando aqui de uma superação das dicotomias econômicas, ou seja, da exploração às quais os trabalhadores e trabalhadoras estavam sujeitos e do enriquecimento gerado através dela: é uma crítica à sociedade de classes, no texto colocada como “justiça social”:

Por emancipação do homem nós não entendemos, como mostram fazer os nossos adversários, a liberdade de se apossar dos frutos do trabalho alheio ou da alheia propriedade, de enriquecer por meios ilegítimos, assim como por emancipação da mulher não entendemos, como elles insinuam, a liberdade gosada pela mulher que desgraçadamente caiu, victima ainda da justiça social, do privilégio burguês, ao longo do caminho que conduz a corrupção dos sentimentos e das mais nobres paixões. Não! Para nós, quem se apodera, com a violência ou com o engano subtil, do que pertence a outro é um ladrão. (O OPERÁRIO, 12 de dezembro de 1909, p. 3)

O texto transparece que a justiça social, ou seja, a superação das desigualdades e a emancipação seria possível ao proletariado através da instrução: já as primeiras linhas do artigo buscam negar que raciocinar “corromperia o homem” ou “o mundo”, aparentando que este se tratava de um ensaio que, em seu cerne, buscava rebater tal afirmação, provavelmente, segundo lê-se, usado recorrentemente pelo clero<sup>173</sup>.

A segunda publicação assinada por uma mulher pertence à Nelly Roussel<sup>174</sup>, uma feminista e maçon<sup>175</sup> francesa, relacionada ao anarquismo. Como defensora do neomalthusianismo<sup>176</sup>, palestrou e escreveu sobre o controle de natalidade e o direito sobre o

---

<sup>173</sup> Como já comentado no capítulo 3 deste trabalho, a educação do operariado passava por uma disputa entre os setores da Igreja e do próprio movimento operário.

<sup>174</sup> Nelly Roussel nasceu em 5 de janeiro de 1878, em Paris, e faleceu em 18 de dezembro de 1922, também em Paris. Encontra-se enterrada no cemitério Père-Lachaise, na mesma cidade.

<sup>175</sup> Há o senso comum de que a maçonaria não aceitaria a participação de mulheres, todavia as maçonarias femininas existem desde o início do século XX. No artigo de Giana Lange do Amaral, chamado "Os maçons e a modernização educativa no Brasil no período de implantação e consolidação da República", a autora comenta como, já naquele período, a cooptação da mulher para a causa maçônica ajudou a fomentar e a alavancar discussões sobre a inserção social feminina, principalmente nas escolas. É citada, inclusive, a figura da portuguesa Ana de Castro Osório, que atuou no espaço maçônico luso-brasileiro nas primeiras décadas do século XX, como escritora e defensora da Maçonaria feminina e dos ideais republicanos (AMARAL, 2017, p. 13-14). Todavia, em informações do site oficial da Grande Oriente Feminina do Brasil, explica-se que a maçonaria que reconhece a presença feminina é aquela cujas Lojas são vinculadas ao Grande Oriente da França, a Grande Loja Unida da Inglaterra permaneceria sem reconhecer as Lojas que aceitam mulheres.

<sup>176</sup> O malthusianismo e o neomalthusianismo são teorias demográficas que defendem a necessidade do controle populacional. A teoria malthusiana, advinda do pensamento de Thomas R. Malthus, professa que o potencial de crescimento da população se dava em progressão geométrica enquanto a produção de alimentos se daria pela



corpo feminino, colocando a mulher e a procriação como de grande interesse ao capitalismo por ser um de seus principais sustentáculos, se convertendo, assim, em uma das mais importantes porta-vozes feministas a discutir sobre os métodos de contracepção e a combater a maternidade compulsória.

### Ilustração 2 – Fotografia de Nelly Roussel



Fonte: <https://alchetron.com/Nelly-Roussel>

Nelly fez parte da Liga pela Regeneração Humana<sup>177</sup>, fundada pelo também neomalthusiano e maçom francês Paul Robin<sup>178</sup>, tendo promovido diversas palestras em nome

---

progressão aritmética, o que geraria a fome, as doenças e, assim, a condenação da humanidade. Malthus, que era pastor, pregava então a necessidade do controle de natalidade através da abstinência sexual. A teoria neomalthusiana elimina este caráter de "sujeição moral" do malthusianismo, defendendo que o controle da natalidade deveria ser patrocinado pelo Estado, através da oferta de métodos contraceptivos, do aborto, da vasectomia, ou seja, de qualquer forma de se evitar o embarço que pudesse ser disponibilizada à população. Nenhuma dessas teorias, porém, leva em consideração as questões relativas a crítica ao modo de produção capitalista e sua relação entre exploração-prole ou sobre o debate que relaciona a não-concepção ao desfrute da sexualidade, questões estas que serão caras aos neomalthusianos libertários, como Robin e Roussel. Sobre as produções de Nelly Roussel sobre o pensamento neomalthusiano, o ensaio "*Le Néo-malthusisme est-il moral?*" é considerado uma de suas principais contribuições.

<sup>177</sup> A Liga para a Regeneração Humana foi fundada por Paul Robin em 1898 e tinha como principal objetivo disseminar o pensamento neomalthusiano e discutir a necessidade da apresentação e disposição de métodos contraceptivos para a população.

<sup>178</sup> Para Robin, o controle populacional, presente na teoria neomalthusiana, poderia significar também uma possibilidade na busca pelo aperfeiçoamento e pela liberdade humana. Robin acreditava que a liberdade individual poderia não ser possível sem o controle sobre a reprodução, tornando, assim, o corpo da mulher como o ponto principal de todo o processo: o neomalthusianismo de Robin entendia a emancipação sexual feminina como o cerne da busca pela emancipação e pela autonomia. Sua concepção acerca do controle de natalidade era permeada, então, por ideias que iam desde a concepção de regeneração da espécie (considerada por alguns como

da Liga e publicado artigos na revista *Régénération*, também dirigida por Robin. É nesta revista, na edição de janeiro de 1903, que encontramos a publicação original do artigo “**Amor fecundo e amor estéril**”<sup>179</sup> (*Amour fécond, amour stérile*) que, posteriormente, viria a ser republicada no jornal *O Operário*. Nele é possível identificar as linhas de disputa e argumentação aos quais Roussel tomava frente na época:

É tempo que a velha doutrina da Igreja, que coloca a criatura humana entre os sofrimentos da castidade absoluta e os da fecundidade sem limites; que pretende proibir todos os prazeres do amor aos que por gravíssimas razões hesitam ante a Obra de Vida... é tempo que esta doutrina tirânica e cruel vá juntar-se, no caos das coisas mortas, a todas as ideias de coação e servidão varridas pelo sopro de revolta...! (O OPERÁRIO, 19 de dezembro de 1909, p. 2)

Este texto é tido como um dos primeiros nos quais Roussel apresenta a questão do prazer sexual de maneira mais declarada e é considerado o momento em que seus trabalhos passam a possuir uma linguagem mais fisicamente e sexualmente gráfica do que no passado<sup>180</sup> (ACCAMPO, 2006, p. 54). Sua crítica à Igreja fundamenta-se na ideia de que esta tenha colocado a mulher “entre o sofrimento da completa castidade” ou da “fertilidade ilimitada”, apontando que a união (sexual e afetiva) não necessitaria ser fecunda para ser tida como bela, válida ou real:

Mas é também uma injustiça o desprezo dum amor não coroado pelo filho. Aos olhos de alguns fanáticos que professam, como uma religião nova - tão perigosa e absurda como todas as religiões - o culto cego da Natureza... o amor fecundo é o único respeitável... Porquê? [...] Não, não! O amor estéril não é feio, nem culpado!... E pode ser estéril o amor? (O OPERÁRIO, 19 de dezembro de 1909, p. 2)

Todavia, Nelly não advogava contra a concepção em qualquer circunstância, mas a considerava “linda e sublime” se esta fosse “consciente e voluntária”: “ninguém tem o direito de se impor, como ninguém tem o direito de se a proibir. Escolha cada mulher por si mesma seu destino” (O OPERÁRIO, 19 de dezembro de 1909, p. 2). A questão da escolha e do direito da mulher sobre seu próprio corpo é, então, colocada em voga, sendo esta vinculada à ideia de busca da “felicidade da humanidade”, afirmando a articulista que “as únicas doutrinas de felicidade são as doutrinas de liberdade!”, uma clara afronta às doutrinas religiosas que

---

uma visão próxima ao eugenismo) até a crítica ao modo de produção capitalista e seu vínculo à maternidade compulsória (a exploração da prole do pobre seria uma de suas bases de sustentação).

<sup>179</sup> O mesmo texto foi posteriormente re-publicado no Terra Livre - Semanário Anarquista, de Lisboa, na edição de 20 de maio de 1913. Este periódico tinha como um de seus principais responsáveis Neno Vasco, conhecido por traduzir diversos textos de anarquistas franceses para a imprensa ácrata brasileira durante os anos que viveu no Brasil, o que nos sugere que, ainda que não tenhamos localizado, o artigo de Nelly Roussel que está no *O Operário* pode, anteriormente, já haver sido publicado em algum outro periódico anarquista do período.

<sup>180</sup> Esta informação foi retirada do livro “*Blessed Motherhood, Bitter Fruit - Nelly Roussel and the Politics of Female Pain in Third Republic France*” (2006), de Elinor Accampo, apresentada como a primeira biografia escrita sobre Nelly Roussel.



reiteradamente buscavam regimentar a sexualidade, especialmente a feminina, e a reprodução em si.

### Ilustração 3 – Artigo de Nelly Roussel

das de mil reis cas. que os silencios recidas. desco- ortuni- nossos formos de de livres ter a Assim eraria com quena pou- que an al- fabril, nossos volvi- o seu ins de lucros ando a os cturo.

Então ao terminar, foi alvo das mais grosseiras palavras por parte do tal sinhozinho que disse pouco emportar-se com as necessidades dos operarios.

Ah! burguezia infrene que nadas no luxo na opulencia sem pensar a sorte daquelles que trabalham para vos en i- quecer, e sem muitas vezes te- rem com que matarem sua fome, e, serem ainda sujeitos as injustiças e as injurias que lhe são praticadas.

Poderá agora ver o publico o procedimento do sr. Mariz quando pela nossa folha foi atacado contra os *celebres car- thés* respondeu por um organ local que tudo faria afim de serem os mesmos suprimidos de modo a terem os operarios liberdade de comprarem neste, ou naquelle, estabelecimento mas até hoje nada se fez.

Viva pois a prepotencia dos srs mandoes e fação-lhe mais uma manifestação, que por fim ganharam algum aumento de horas de trabalho.

**Amor fecundo e amor esteril**

Nada ha de mais louvável, certamente, do que trabalhar na reabilitação da Obra de vida. Por demasiado tempo foi a Virgem posta acima da Mãe. Demasiadas vezes, hoje ainda, é a grande missão materna, a missão de sacrificio, incompre- endida e ignorada; e demasia- das vezes, sobretudo, cabe a glória da geração menos à cri- adora dolorosa e maguada do que ao feliz pai cuja tarefa unica se limitou na obra com- mum a alguns instantes de pra- zer. Ha nisso uma clamorosa injustiça dos costumes e das leis.

Mas é tambem uma injusti- ça o desprezo dum amor não coroado pelo filho. Aos olhos de alguns fanaticos que profes- sam, como uma religião no- va—tão perigosa e absurda co- mo todas as religiões—o culto cego da Natureza,... o amor fecundo é o unico respeitavel... Porquê?

Sem dúvida, o amor fecundo na mulher é sublime; sai como que realçado, magnificado, de todas as dores que ella acceita, de todos os perigos que ella afronta!... Mas, no homem, a fecundidade não passa ami- dadas vezes do egoismo do macho que não quer restringir ou perturbar o seu prazer afim de poupar à amante muito

confiada uma tortura por vezes moral...

Não, não! o amor esteril não é feio, nem culpado!... E pode ser esteril o amor? O Amor que reconforta o que exalta; o Amor, fonte de al- gria, fonte de ardor, não pro- duz somente obras de carne. Quantas criações, sublimes ou encanta'oras, naceram dum grande amor!...

E' tempo que a velha dou- trina da Igreja, que coloca a criatura humana entre os so- frimentos da castidade absolu- ta e os da fecundidade sem li- mites; que pretende prohibir todos os prazeres do amor aos que por gravissimas razões he- sitam ante a Obra de Vida, ... é tempo que esta doutrina ti- ranica e cruel vá juntar-se, no caos das coisas mortas, a todas as ideias de coacção e de ser- vidão varridas pelo sópro de revolta!...

Ah! por certo, exaltem a materidade! glorifiquem-lhe a gloriosa grandza!... Mas não façam della a unica razão de ser, e como qua a desculpa do Amor. O Amor traz em si proprio a sua belleza, e não necessita de desculpa!

A Maternidade, conciente e voluntaria, será mais sublime ainda. Ninguem tem o direito de se impor, como ninguem tem o direito de a prohibir. Escol- ha cada mulher por si mesmo o seu destino. Fala-se muito da «felicidade da humanidade»; cada um traz a sua fórmula, ou sistema. Mas a felicidade, coisa essencialmente relativa, variando com os individuos não se pôde regulamentar;... e as unicas doutrinas de felici- dade são as doutrinas de li- berdade!

NELLY ROUSSEL

**O Nosso Dever**

—Qual é o nosso dever?

Eu como operario, acho que tenho proposito em perguntar.

O nosso dever, isto é, nós operarios, devemos sem- pre trabalhar em prol da nossa classe, sendo este o dever que si não é feito pelas nossas mãos, ninguém nos prestaria este tão gran- de obsequio. Porque é que nós ainda somos fracos? Outra pergunta que eu fa- ço.

—E' porque a maior par- te dos nossos semelhantes,

estão fazendo *panellinha* d' três... em v' lharom a nos

E' por est- somos fracos não compari- do lado do se não despresei legas; porque fizerdes com- tante a socie negro quadro

SOROCA Zucharias.

**Secção**

Nós ainda leclaramos companheiro: que não acei- go que em r- ral da *Liya rocabana* fo- niamente de

Agradecen companheiro que tão imm- recebemos, d

Sorocab- zembro de 1

João  
Julio  
Abel  
José

**Continua- ras do Jove- ctor Julio C**

Em dias da uma pobre mo suas companhe- vé ao longo que as espiava

A moça assu seu trabalho; n que era alvo olhares do *Joo* esse simples fa- to scriamente logo commun- pode ir buscar ajustar as suas

São esses fact sempre a nossa que não se con é que se deixa infeliz ou, quer infelizes por u

E' preciso, um pouco de c- ra com os pe Misericordia

Fonte: *Amor fecundo e amor estéril*, O Operário, 19 de dezembro de 1909, p. 2

Roussel não foi a única neomalthusiana libertária a questionar a legitimidade das relações afetivas femininas serem restritas à concepção e cujas palavras chegaram às páginas

do *O Operário*. Algumas edições após a re-publicação de seu texto, é re-publicado o texto de Joana (ou Jeanne<sup>181</sup>) Dubois, outra feminista francesa relacionada à Liga para a Regeneração Humana. As informações sobre Jeanne são extremamente escassas e de difícil localização e acesso<sup>182</sup>, porém é possível vinculá-la ao neomalthusianismo, pois, em seu artigo, mais que um teor de proximidade em suas concepções, a autora deixa a base de suas ideias às claras: “considero a fecundidade natural como um dos perigos sociais, e não à maneira de Malthus” (O OPERÁRIO, 6 de fevereiro de 1910, p. 1-2).

O artigo “*A greve dos ventres*”, publicado em duas partes no *O Operário* foi originalmente disponibilizado na revista *Aurora*<sup>183</sup>, e é nele que a autora apresenta a perspectiva da necessidade da contracepção e do controle de natalidade relacionando-os com a exploração do proletariado e com a pobreza. Devido a essa relação, Dubois propõe a “greve dos ventres<sup>184</sup>”, que seria, segundo a autora, “ter poucos filhos ou não ter nenhum”, considerando o “amor estéril” uma forma de greve e de manifestação tão importante aos trabalhadores quanto a luta pelo aumento dos salários e da redução das jornadas de trabalho. Em sua fala:

Não temos a intenção de sovar aos que procriam o mais que podem, mas cremos que os encargos familiares excessivos impedem que muitos explorados se façam revolucionários, visto que, mesmo não sendo irrisório o salário, bem dificilmente acha então o trabalhador tempo e recursos bastantes para tomar consciência dos seus direitos pela leitura, pela discussão, nas reuniões públicas, visto que, ainda que o pae consiga emancipar-se, a mãe, sempre metida em casa e não tendo um só instante para reflectir, não pode abandonar as suas ideias cobardes, estreitas, mesquinhas, e obriga, com as suas lágrimas, ou censuras mais ou menos amargas, o marido ou o amante a calar as suas opiniões e a renunciar à revolta; visto que se afronta menos facilmente a prisão, a expulsão da oficina, a perda do ganha-pão, quando se tem atrás de si um exército inteiro de boquinhas avidas. Não nos parece, pois, errôneo dizer que a deminuição de nascimentos, efeito do pauperismo por um lado, pode, por

---

<sup>181</sup> Como informado na seção anterior, esta diferença é devida à tradução do nome de Jeanne pela mídia impressa portuguesa.

<sup>182</sup> Dentre as poucas coisas que pudemos encontrar sobre Dubois estão sua relação com a Liga para a Regeneração Humana e com o jornal *Régénération*, uma publicação do jornal sindicalista *La voix du peuple*, de abril de 1907, informando que um ensaio de Jeanne, chamado “Limitation des naissances” (limitação dos nascimentos), poderia ser adquirido na biblioteca local. Também encontramos citações de sua relação com a divulgação do pensamento neomalthusiano em Portugal, tendo seu nome vinculado à Robin e a Roussel, e, na mesma edição do jornal anarquista *Terra Livre* em que é citado o nome de Nelly Roussel, também aparece o nome de Dubois (na verdade, se trata de uma chamada, avisando que na próxima edição os artigos “Amor fecundo e amor estéril” e “Greve dos ventres” seriam publicados). Informações sobre locais e datas de nascimento e falecimento, assim como maiores detalhes de sua vida pessoal, não foram encontrados.

<sup>183</sup> Revista anarquista fundada em 1905, por Neno Vasco. Segundo Marson (1996), a publicação de Dubois se encontra nesta revista, mas a autora não especifica em qual edição. Este mesmo texto é encontrado na edição de dezembro de 1905 do periódico espanhol “*El Porvenir del obrero*”, mesmo momento em que Jeanne Dubois e Paul Robin travaram debates no jornal *Régénération* (nº 11, décembre, 1905) sobre as particularidades de suas ideias acerca do neomalthusianismo e sua relação com o proletariado, o que indica tanto um borbulhamento dentro do movimento neomalthusiano quanto na disseminação das produções da autora (Dubois).

<sup>184</sup> Um título muito comum aos membros vinculados à Liga e pelas neomalthusianas, sendo usado em diversas palestras tanto por Dubois quanto por Roussel, e outras componentes.

outro lado, aumentar a velocidade do movimento revolucionário. (O OPERÁRIO, 30 de janeiro de 1910, p. 2)

Neste excerto é possível perceber a relação que autora faz não somente entre o número de filhos com a pobreza, mas também a sua associação com ao “atraso da revolução”, uma vez que, tendo que desdobrar-se entre uma longa jornada de trabalho e a atenção à uma prole extensa, o trabalhador não conseguiria instrumentalizar-se e organizar-se para a busca da superação da sociedade capitalista. No que diz respeito à mulher, ter muitos filhos a atrapalharia na superação de seu lugar social (como mulher e trabalhadora), permeado de ideias “covardes, estreitas e mesquinhas”, o que impediria tanto a sua emancipação quanto a de seu companheiro.

#### Ilustração 4 – Excerto do artigo de Jeane Dubois



Fonte: A greve dos ventres, O Operário, 30 de janeiro de 1910, p. 2

Ainda que o cerne do artigo se mantenha na necessidade de controle de nascimentos, Dubois deixa claro que não acredita que o simples limitar de nascenças “seja o único meio de emancipação, ou que o facto em si tenha um alcance revolucionário”, pois, para ela, um número elevado de filhos está mais relacionado, por um lado, com a questão econômica (vinculada à exploração infantil) e, por outro (sendo esta uma ideia muito mais forte e reiterada em seu texto), no comprometimento dos pais em sua preparação pessoal, visando a transformação social. Neste sentido, Jeanne critica não apenas os malthusianos, mas também alguns pensadores neomalthusianos: “[...] certos neo-malthusianos, tendo fé nos algarismos, quereriam que o equilíbrio entre a população e as subsistências fosse estabelecido antes da Revolução social” (O OPERÁRIO, 30 de janeiro de 1910, p. 2).

Nesta colocação, a articulista não apenas refere-se aos proletários e aos neomalthusianos que têm ideias burguesas e apenas buscam “doirar suas cadeas em vez de procurar partí-las”, mas, principalmente, reitera a ideia de que o neomalthusianismo seria apenas mais um espectro da luta pela emancipação e que ele não seria nem mais e nem menos importante do que qualquer outro que possa libertar o proletariado e garantir a “Felicidade Integral”<sup>185</sup> (VIOLET, 2002, p. 30). Assim, ressalta que:

Em qualquer época, quer se trate da escravatura passada e presente ou da liberdade futura, quer se trate das relações dos homens entre si e com as outras forças da natureza, as condições da procriação e as condições de trabalho parecem-me ser da mesma importância. (O OPERÁRIO, 6 de fevereiro de 1910, p. 1-2)

Desta forma, percebe-se o distanciamento da concepção neomalthusiana divulgada por Dubois e pelos membros da Liga pela Regeneração Humana em comparação com o neomalthusianismo comumente difundido e aplicado por algumas entidades mundiais que procuram aplicar a contenção da natalidade em países entendidos como “subdesenvolvidos” sob a bandeira do Planejamento Familiar<sup>186</sup>.

A última das articulistas que podemos vincular ao anarquismo é Elvira, a qual não nos é possível propor qualquer tipo de identificação, pois todas as informações sobre ela encontram-se restritas às suas publicações no jornal *O Operário*. Anteriormente, porém, já se

---

<sup>185</sup> Na obra "*Régénération humaine et éducation libertaire: l'influence du néo-malthusianisme français sur les expériences pédagogiques libertaires avant 1914*" cita-se que os debates travados entre Robin e Dubois no *Régénération* podem dizer respeito ao fato de que Robin não rejeitava outras lutas, mas afirmava que a superlotação as torna ineficazes (VIOLET, 2002, p. 30).

<sup>186</sup> As políticas de controle de natalidade aplicadas por entidades como o Banco Mundial, a UNICEF, a ONU e outras possui um enfoque na esterilização em massa de certas populações, partindo de um viés eugenista e não-classista, ou seja, sua atuação não se pauta na tentativa da superação das desigualdades, mas sim da busca pela contenção da reprodução da população pobre (por isso a perspectiva eugenista: baseia-se no viés de “não proliferação”, como se se trata-se de uma “praga”).

cogitou que esta pudesse ser Elvira Boni Lacerda<sup>187</sup>, suposição esta já refutada por Dessotti, em sua tese, que levantou a questão de que, levando em conta a data de nascimento de Elvira Boni, se os textos do *O Operário* pertencessem mesmo à ela, ela deveria tê-los escrito com, aproximadamente, 12 anos de idade, o que seria extremamente improvável<sup>188</sup>. Ademais, nesta idade, Elvira Boni não estava em Sorocaba, como afirma a Elvira que publicou no jornal operário sorocabano.

Ainda que não se trate de Elvira Boni Lacerda, a Elvira que publicou no *O Operário* também possuía uma visão de mundo baseada no pensamento libertário, algo identificável logo em sua primeira contribuição no jornal, onde, ao comentar sobre um julgamento ocorrido em São Paulo, ela elogia os juristas responsáveis pelo caso e o andamento do processo em si, afirmando, sobre a questão da condenação, que ela concordava com “as ideias de Luigi Molinari<sup>189</sup>, convencido que a sociedade não têm o direito de punir porque a punição é uma vingança refutada pela nova sociedade que se está organizando sobre as bases do racionalismo científico<sup>190</sup>” (O OPERÁRIO, 9 de junho de 1912, p. 1). Este artigo apareceu com o título “*O júry do João O. Lacerda*”<sup>191</sup>.

Elvira também escreveu sobre “*O divórcio*”, questionando tanto o fato de o casamento impedir o desenvolvimento de um amor livre, que se dê pelo afeto e não pela obrigatoriedade, imposta pela Igreja, como criticando a indissolubilidade do matrimônio, que impediria, assim, os elementos desta relação darem cabo à ela quando não mais a queiram, especialmente as mulheres. Elvira diz que:

---

<sup>187</sup> Nos referimos aqui ao trabalho de Marcélia P. Valente, que afirmou que a articulista Elvira d’*O Operário* se tratava, com certeza, da anarquista Elvira Boni Lacerda.

<sup>188</sup> Buscando confirmar se a Elvira que possui publicações n’*O Operário* seria efetivamente Elvira Boni Lacerda, Dessotti revisitou a obra “Velhos militantes”, de Angela de Castro Gomes, à quem Elvira Boni concedeu uma entrevista e a qual foi utilizada por Picanço para definir a identidade da Elvira do jornal. A partir disso, Dessotti vinculou a informação da data de nascimento de Elvira Boni (1899) às datas de publicação de Elvira (1912-1913), chegando ao cálculo de que, para haver realmente escrito no jornal *O Operário*, Elvira Boni Lacerda deveria tê-lo feito aos 12 anos de idade. Além da improbabilidade deste feito, devido ao teor das publicações, estes textos continham informações sobre a cidade de Sorocaba em um momento em que Elvira Boni se encontrava vivendo na cidade do Rio de Janeiro, onde chegou com a família em 1907: outra incompatibilidade. Todavia, ainda que não se tratem da mesma pessoa, é interessante ressaltar que, mesmo muito jovem, Elvira Boni Lacerda, por esta época, já havia tido contato com o pensamento anarquista, uma vez que ela frequentava com sua família a Liga Anticlerical e, em 1912, estreou uma peça de Neno Vasco, chamada “O Pecado de Simonia” (BATALHA, 2008, p. 34)

<sup>189</sup> Luigi Molinari (1866–1918) foi um advogado e anarquista italiano. Era envolvido com o movimento que exigia uma educação laica, libertária e racional e foi um dos principais apoiadores da Escola Moderna, de Ferrer, a partir da revista *L’Università Popolare*, fundada por ele e de orientação ácrata e anti-acadêmica. Molinari foi o responsável por, em 1906, escrever o opúsculo em língua italiana do manifesto contra a imigração para o Brasil (ROMANI, 2002, p. 162).

<sup>190</sup> Racionalismo científico era praticamente um sinônimo de anarquismo na época e era amplamente utilizado pelos pensadores e militantes libertários.

<sup>191</sup> Não encontramos informações sobre o julgamento ou sobre o julgado.

O casamento sempre foi uma união por conveniência e uma combinação necessária ao mercantilismo da vida, chegando a ponto dos pais mercadejarem a honra das filhas como nos demonstra a história dos séculos passados, o qual se tornavam o leilão das próprias filhas e as entregavam aqueles que maior lance de fortuna lhe ofereciam. E a carolada ainda hoje pretendem conservar essa infâmia. (O OPERÁRIO, 27 de outubro de 1912, p. 1-2)

Neste sentido, deixa de forma quase que declarada que a indissolubilidade do matrimônio seria principalmente penoso para a mulher, que se veria presa à uma relação à qual, não só não possui identificação, mas, principalmente, na qual ela é relacionada à uma “coisa”, um “produto” mercantilizado. Elvira aponta que esta correspondência poderia afetar a noção de realidade da mulher, comprometendo também sua “moral”, ou seja, sugestionando-a à adaptação da vida, por exemplo, de um marido rico, não lhe sendo possível perceber a própria falta de liberdade. A influência negativa da Igreja na sociedade também é comentada no artigo “*Um pouco de verdade*”, o último de Elvira no *O Operário*, no qual a articulista comenta que não seria a religião a responsável pela bondade do homem.

Elvira também falou sobre o funcionamento da legalidade numa sociedade capitalista e exploradora. No artigo “Desconfiemos das leis e do governo” aponta que a legislação estaria em favor daqueles que exploram, afirmando que, de maneira natural, os patrões roubam o valor produzido pelos trabalhadores e, mesmo assim, as leis não os considerariam ladrões. Sugere, então: “experimentem os operários, como acontece algumas vezes em tempo de carestia, a tomar dos ricos uma parte somente do que lhe foi tomado com a cumplicidade das leis” (O OPERÁRIO, 22 de dezembro de 1912, p. 1). A colocação de Elvira basear-se-ia na ideia de que as leis não só estariam a serviço dos ricos, mas, também, que elas apenas serviam para manter essas pessoas ricas e permitiriam que elas efetivamente existissem: “quanto mais um homem é honesto, mais é ameaçado nos seus haveres, quanto mais é desonesto, mais tem probabilidade de acumular grandes fortunas e conservá-las” (O OPERÁRIO, 22 de dezembro de 1912, p. 1). As leis seriam, então, um dos sustentáculos do modo de produção capitalista.

Talvez o texto mais comentado de Elvira e que maior gama de informações nos ofereça sobre a sua concepção acerca do lugar social da mulher seja a publicação intitulada “*A Burgueza e a Anarchista*”. Nele, a articulista fala sobre a importância da educação oferecida às mulheres por suas mães e como uma mãe burguesa e uma mãe anarquista educariam suas filhas. Segundo ela, “uma mãe anarchica não escolherá para sua filha um marido usurpador e perverso, mas um homem amante do trabalho, rico de bondade e de energia e desprezará tudo quanto for contra estes princípios” (O OPERÁRIO, 12 de janeiro de 1913, p. 1). A questão do trabalho também figura como um assunto muito importante neste artigo, onde Elvira comenta



que uma função que se exerça a partir da exploração de outrem não seria, igualmente, adequada a uma formação anarquista.

### Ilustração 5 – Um dos artigos de Elvira no jornal

# O OPERÁRIO

## Semanario de Combate

PROPRIEDADE DE UMA ASSOCIAÇÃO OPERARIA

SOROCABA, 12 DE JANEIRO DE 1913

ANNO IV NUM.

### A Burguezia e a Anarchista

A irregularidade e a falsidade de muitos indivíduos da educação que recebem na sua infância. Tanto o homem como a mulher modernos passam de um estado ao outro sem entusiasmo, sem fé.

A mulher especialmente o unico fim que ella aspira é a que elle de ter uma casa propria, de brilhar segundo o grau de gosar todos os prazeres. As moças ricas se fazem esposas e mães sem verem o verdadeiro senso da vida na maternidade. Os filhos são sempre um accidente de desgasto que lhe desforma o corpo e consoma-lhe a belleza—mais o senso da vida o procuram nos prazeres amorosos, na comodidade, nas relações mundanas.

A mulher moderna é apaixonada, é ebria de todas estas vaidades e cria os filhos como foi criada e educada: os nutre delicadamente, ensina-lhe, não as normas que os rende capazes do sacrificio, do trabalho e de energia, mais tudo o que destes os deve livrar-os e os rende seres inutis a sociedade, ociosos, hypocritas, perversos, perseguidores como os nossos orgãos da justiça. Se estas mulheres não são mudanas mais burguezas, e que o marido faça de tudo para accumular riquezas, aproveitando o trabalho alheio, ellas auxiliarão os maridos na obra de expiar, e como ellas e os pais, educarão os filhos desonestos e rapinas. Desl'arte vêmos essas mulheres ostinarem as pessoas não pelo o que ellas são, mas pelo que essas pessoas trazem de herança, ou adquiriram desta ou d'aquella forma, tanto roubado como de explorar o trabalho alheio, recolhendo para seu filho uma mulher como ellas ou para sua filha um homem como o seu marido, explorador e cruel.

### Porque os operários são religiosos

Não importa que mil maldições caíem sobre mim, que todas as escomuniões pesam sobre meus ombros e todas as ameaças sobre a minha cabeça. O que digo é a verdade e desafio quem me conteste o que escrevo nestas linhas.

O homem é religioso porque durante oitos longos seculos a igreja catholica imperou em todo o universo sem nunca dar um passo em beneficio dos trabalhadores, ao contrario os explorou sempre vilmente e os explora até em nossos dias com os seus sacramentos e em muitas partes d'America escravisa os indios enfigindo-lhe castigos horriveis, nunca se preocupou com a instrução dos operarios, mas ensinando-lhe sempre mentiras, para humilia-lo e conservar-lo como uma besta, abrindo-lhe a porta de todos os crimes com o perdão do confissionario, o homem mata, rouba, deshonra, depois arrepende-se e conta ao padre, este o absolve e torna-se um santo puro para no dia seguinte continuar as suas façanhas e os seus crimes. Este é o que o operario quer, que o atorem e lhe perdão todas as suas faltas para ganhar um cantinho no paraizo. Por isto nós livre pensadores somos odiados e maldiquados dos operarios inconscientes, porque lhe vedamos os crimes e lhe apontamos a consciencia, a perpetua accusadora, que os castiga durante a vida com o remorso. Somos detestados por elles porque lhe ensinamos a verdade e todos os meios de manifestarem os pensamentos por meio da escripta ou da pallyra, e isto custa um pouco de sacrificio, mostrando-lhe a differença que existe entre o crer e o saber; combatemos todos os vicios que depravam o individuo, ao passo que a igreja atolera tudo, basta

que creiam em suas mentiras se deixem tosquiar sempre e por isso soffrem uma contradição e preferiam fugir de para correr na igreja.

A mulher é devota e nós testa quando lutanos emancipal-a. Livrar a mulher das calunias seculares, das convenções ridiculas, do carolido fanatismo, da superstição, vaidade, da prostituição legal tolerada, dos pontos de suggestões e das romanticas quão irrealisaveis fantasias mimosas, é conquistar todo o odio. Ella ama os padres, que os santos da igreja dizella o que nós nunca nem leve formemos esse juizo.

Vejamos: S. João Damasceno sustenta que a mulher é um se pente envenenada; S. Agostinho esclama a mulher é a sã do peccado; S. Antonio diz a mulher é algo peor do que demonio. O Demonio anda só, a mulher anda com o demonio; S. Paulo antes cuja ingem se curvam as moças, rogado-lhe que as une ao eleito do seu coração. dizia da mulher E' uma vibora infernal, um se-tão miseravel que até o beijo de mãe é impuro.

Outro santo dizia que o inferno está calcado de linguas de mulheres; no concilio de Latrá chegaram a negar a alma da mulher.

Se ouvir quem queira desmentir-me, eu me comprometto exhibir os livros em publico, para julgar se é verdade ou mentira. A mulher como o homem cristalisada na fé do perdão do confissionario, fugis das conferencias instructivas, abandona o lar, o esposo e os filhos para ouvir as palavras carinhosas do padre que ha suggestiona com as imagens, com pinturas, com armamentos, a perfuma com incenso e carinhos e lhe promete tambem um cantinho no céu. Prohibe-lhe a leitura de livros instructivos, de jornaes e r-

Fonte: A burguezia e a Anachista, O Operário, 12 de janeiro de 1913, p. 1

Nesse sentido, ela não distancia do lugar social da mulher a importância da educação que esta deverá estender aos seus filhos e, principalmente, às suas filhas (ainda que a articulista não vincule o papel de mãe como o principal de uma mulher). Para Elvira:

A verdadeira mãe, oh, sublime realidade das gerações futuras, este tipo de mãe anarchica é o sonho de todos os corações bons, a luz inacessível da humanidade nova, fundada sobre as bases do trabalho e do amor. Na mulher anarchica está pois a salvação do mundo (O OPERÁRIO, 12 de janeiro de 1913, p. 1).

Além das publicações aqui trabalhadas, Elvira possui textos nos quais comenta questões relativas à cidade de Sorocaba, onde, por exemplo, elogia o desenvolvimento do município, afirmando ser um lugar onde se percebe o “progresso”, ou, em outro momento, critica a Câmara sobre a venda de alimentos, sugerindo a criação de um mercado local. Também denuncia em outro artigo uma possível “compra de votos” baseada na promessa da criação de uma vila operária que, segundo ela, na verdade se tratava de um “conto do vigário”, que não ocorreria ou que, em seus cálculos, não correspondia à ideia que era vendida aos trabalhadores.

Porém, não encontramos no *O Operário* apenas publicações femininas que se afinam ao ideário anarquista. Além das publicações que não conseguimos vincular com clareza à nenhum paradigma, também encontramos uma articulista que, devido a algumas colocações, pudemos aproximar ao positivismo: Leonina.

### 5.3.2 As publicações das mulheres positivistas no Jornal *O Operário*

“Leonina” é a assinatura que encontramos vinculada à coluna intitulada “Para nossos filhos por uma amiga da infância – AOS EDUCADORES”. Apesar de se tratar de uma fábula<sup>192</sup> onde estamos, na verdade, lendo as mensagens escritas pela personagem Leonina à receptora Amanda<sup>193</sup>, logo em sua primeira publicação encontramos a passagem “por muito feliz se dará a auctora (*sic!*) destas linhas...”, o que nos permite compreender que, mesmo que Leonina se refira à personagem do conto, quem o escreveu foi uma mulher<sup>194</sup>. O intuito do conto e da seção é apresentado em sua primeira parte, onde encontramos que:

---

<sup>192</sup> Ainda que o relatado na coluna seja apresentado como um diário, tendo em vista o teor dos escritos e a forma das narrativas é cognoscível que se trata de uma fábula.

<sup>193</sup> As informações presentes no conto não nos permitem saber se a personagem seria uma amiga de Leonina ou uma familiar.

<sup>194</sup> Fazemos essa afirmação baseados nesta premissa que apresentamos e tendo em vista que, até o presente momento, outros trabalhos que analisaram as publicações femininas do jornal *O Operário* também consideraram



Como a principal mira da educação é inspirar sentimentos virtuosos nas crianças, penso fazer um pequeno benefício às mães e aos educadores, escrevendo este modesto diário, onde encontrarão um bom pensamento, um conto edificante ou uma prática piedosa, os quais lidos e comentados, podem resultar salutareos e fructuosos ao juvenil auditório. (O OPERÁRIO, 30 de janeiro de 1910, p. 3)

Este “diário de Leonina” foi largamente classificado como uma seção de propaganda cristã, sendo analisado como uma publicação que destoaria do discurso ou da ideia política central do jornal, defendido como de orientação anarco-comunista por alguns pesquisadores. Porém, se fizermos um levantamento dos textos presentes no jornal *O Operário* e que, na verdade, não apenas apresentam conteúdo de teor cristão, mas, principalmente, ideias de bases republicanas, kardecistas, socialistas e positivistas<sup>195</sup>, encontraremos um bom número de colaborações que não se aproximam do pensamento anarquista e, ainda menos, do comunista<sup>196</sup>. Neste sentido, questionamos a especificação da coluna como sendo destoante do resto do jornal, classificação esta que, por um lado, entendemos como errônea por não concebermos *O Operário* como um jornal anarco-comunista, e, por outro lado, por esta afirmação se recair sobre a coluna de maneira desprestigiada, comprometendo o reconhecimento de sua importância dentro da análise dos paradigmas presentes nas publicações do jornal.

Também não concordamos que o “diário” seja puramente cristão, motivo este que nos levou a, aqui, apresentá-lo como uma voz positivista dentro das publicações reconhecidas como femininas do jornal. Esta escolha se deu pelo fato de verificarmos na articulista<sup>197</sup> discursos de teor republicano e, em algumas passagens, especialmente às que tangem à educação, ideias e afirmações que se aproximam ao paradigma positivista. Porém, é inegável que a coluna possuía, também, um forte teor cristão em suas linhas. Assim, Leonina teria aproximações ao positivismo, mas encontramos uma grande miscelânea teórica em seus escritos.<sup>198</sup>

---

a coluna como de autoria de uma mulher. Não estamos, porém, confirmando esta suposição de maneira categórica.

<sup>195</sup> Miscelânea apontada na primeira parte deste capítulo, na seção 5.1.

<sup>196</sup> Considera-se que o pensamento comunista teve efetivamente entrada no Brasil na década de 1920, sendo a primeira tradução do “Manifesto do Partido Comunista” sido feita apenas em 1923, por Octavio Brandão (BATALHA, 2008, p. 36).

<sup>197</sup> Trataremos Leonina como articulista, pois, mesmo que se trate de um diário de fantasia, é ela quem tem a voz nesta história.

<sup>198</sup> Tendo em vista o teor da escrita da articulista-personagem no decorrer das publicações, consideramos que seja ela um caso de “dupla leitura”, ou seja, podemos concebê-la tanto como uma participação/colaboração cujas escritas vinculam-se ao positivismo como, principalmente, permeada de conteúdos ecléticos e moralistas. Destarte, faz-se interessante notar a transformação da visão de mundo da articulista-personagem ao longo do tempo.

Ilustração 6 – Excerto do “Diário de Leonina”

O OPERARIO

legado para dar explicações do seu procedimento.

O facto em questão é tão digno do nosso menos prezô que resolvemos apenas registar o occorrido sem discutir as individualidades, pois que, quanto a senhorita muito temos a lamentar e quanto ao patife só desejavamos uma boa carga de *reflex*, para que nunca mais se atire a alturas que lhe não compete.

Para nossos filhos por uma amiga da infancia

AOS EDUCADORES

Oitavo Dia

O methodo que para isso emprego chama-se methodo activo que é inimigo do ensino puramente livresco, e traz a intelligencia da creança sempre despertada.

É preciso porem nos vencermos que as creanças são pobres de expressão e muitas vezes dão ás nossas palavras um sentido muito diverso.

Por isso é necessario que preparemos com muito cuidado as nossas lições, collocando-as ao alcance das creanças, e nos certificando a cada passo, por meio de interrogações frequentes se ellas nos seguem e nos comprehendem.

O emprego de methodo activo desenvolve a comprehensão infantil, dá-lhe a lucidez, a actividade e a vida. É este minha querida Amanda o methodo que me parece mais apropriado para a educação infantil.

Antes de concluir a minha carta, querida Amanda, não devo esquecer-me de que prometti enviar-te algumas notas educativas escolhidas por minha mãe:

— «Minha filha, disse-me ella, nada ha tão difficil como educar-se creanças,

no geral diferentes umas das outras, em razão das suas disposições naturaes, por temperamento e pelo meio em que vivem.

Quantas creanças nos apresentam evadidas de preconceitos que lhes foram transmittidos por assim dizer desde que abriram os olhos? Ha porem um meio que te livrará dos embarços, é o affecto para com ellas. E fica certa de que não ha creança mais renitente, que se não dobre a demonstração sincera, d'uma affeição que tenha o poder de a attrahir e encantar.

Não ha um ente amado que não deseje fazer tudo quanto possa agradar aquelle que o ama, e que soube conquistar sua affeição.

D'ahi provem a força com que a educadora consegue destruir as más inclinações, inspirar-lhes bons sentimentos, firmar convicções, e vivificar a sua intelligencia.

Este é filha minha, o segredo de habilitar a e a verdadeira força moral que melhor do que as leis, melhor do que a sciencia e melhor do que os discursos de todos os sabios poderá civilisar e pacificar o mundo. Estou percebendo querida Amanda que esta carta vac-te enfatiar por ser demais prolixa, e assim termino n'este ponto.

Leonina.

Nono. Dia

No dia seguinte logo que abri a minha janella, comceei a observar extasiada, a formosura encantadora d'uma das mais serenas manhãs primaveris que hei visto.

Dalli avistava um pequeno braço do Parahyba que se espraia sereno por entre margens onde se ostenta immarcessivel a bella vegetação do tropicos.

Quantas vezes nas tar-

das estivaes eu não va de contemplar alturas a belleza dasagens em que a todos os phenomenos primavera?

Quando já ia a clinar da tarde, sei junto à praia com encantada pela inverdura, que a do sol ardente do co diminua a parte por toda a parte da tintura d'uma exuberante de seida margem do rio vir até o meu refrigerante e que me causava desconhecido, o acto de respirar-o que em nenhum parte do sitio eu va com igual att

Depois de rendo ao Creador pela f das scenas que ti os meus olhos, ab livro dos Deveres pagina seguinte.

Con

Materiaes construccões e

Officina de pintura à T Eletrica.

Isaac Pacheco-Ponte n. 64.

Caixa do Corre—Telephone n. 56

Sorocak

Expedien

«O Operario» de defeza da claria, noticioso, li de comulato.

Assignatura pa de, por mez

Assignatura p por anno

Redacção e of Rua Coronel C nº. 23.

Pagamento ad Sorocaba, E: de

Este “diário” se estendeu por diversas publicações do jornal, contando com 62 partes<sup>199</sup> que foram publicadas entre janeiro de 1910 a março de 1912. A articulista informa que ele seria dividido em três partes, 1 - Infância; 2 -Adolescência; 3 - Juventude, porém estes dois anos de publicação referiram-se apenas à primeira parte. Na última edição em que apareceu, a coluna foi finalizada com “Continua...”, dando a entender que a história teria uma sequência que não foi concluída.

Muitas questões chamam a atenção no diário de Leonina. A primeira delas é que, logo na sexta parte da publicação, presente na edição de nº 25, percebemos que a personagem (Leonina) seria uma garota de 14 anos que já possuía alunos e se entendia como uma “educadora da infância”: ela ensinava desde aritmética, história, geografia até “preceitos morais”<sup>200</sup> à crianças entre 8 e 10 anos<sup>201</sup>. Este dado é interessante porque, de certa forma, ressalta a função social da mulher enquanto educadora: mesmo ainda sendo uma menina, uma adolescente, por já haver sido educada Leonina seria, então, considerada “apta a exercer sua função social”, a de educar outras crianças. A personagem informa que, já no primeiro dia, possuía 6 alunos, 4 meninas e 2 meninos. Logo nesta passagem encontramos, também, um hino religioso (O OPERÁRIO, 6 de março de 1910, p. 3)

Para além das passagens com conteúdo cristão, salta aos olhos a maneira como a articulista apresenta qual o lugar social da mulher, baseado em comportamentos restritivos que apresentariam uma conduta feminina ideal. Na edição de nº 27 encontramos a ressalva: “Ah! Meus queridos amiguinhos, nunca denunciéis nem censureis os teus colegas porque Deus não gosta das pessoas criticas! Uma menina que se deixa arrastar pela malidicencia revela sempre ter um máu coração” (O OPERÁRIO, 20 de março de 1910, p. 3). Leonina pregava, então, que uma mulher desejável na sociedade e que uma menina com comportamento aceitável seriam, na verdade, pessoas submissas. Esta submissão encontrava-se, em suas palavras, mascarada de “docilidade”:

– Meus queridos alunos a bondade e a docilidade deve se mostrar em todas as nossas acções e custa muito pouco a uma boa menina. Quer-se que ella estude uma lição e ella a estuda bem, quer-se que ella se obstenha de fallar na classe e ella cumpre o que se lhe ordena. (O OPERÁRIO, 10 de abril de 1910, p. 3)

---

<sup>199</sup> O “diário” possui uma publicação repetida, somando, ao todo, 62 partes que aparecem em 63 edições do *O Operário*.

<sup>200</sup> Mais que falar das disciplinas que lecionava, Leonina focava-se nos ensinamentos morais que dava a seus alunos, muitos deles, na verdade, baseados na doutrina cristã: Jesus era usado como um exemplo a ser seguido, assim como o ideal de humildade cristão, e, em muitas passagens, a personagem fala da necessidade de oração ou mesmo ensina seus pupilos a rezarem.

<sup>201</sup> Na história, Leonina havia perdido a mãe e, então, se mudado para o campo, onde ofereceu-se para dar aulas às crianças da vizinhança.

Esta submissão não estaria restrita, ao que se pode pensar, somente às pessoas do sexo masculino, aos pais, irmãos ou ao marido, mas ela diz respeito à uma aceitação das normas, especialmente as hierárquicas. A figura da professora é então evocada aqui a nível de exemplo, por encontrarmos em uma passagem: “A bôa Ruth ouvindo os bons conselhos de sua excellente amiga Maria não mais se queixou das reprehensões que recebia de suas professoras<sup>202</sup>” (O OPERÁRIO, 23 de abril de 1911, p. 3). Baseando-se em uma história cristã, aqui o sacrifício é tratado não apenas como um estímulo, mas é atribuído à ele um caráter divino. O sacrifício é, então, vinculado ao tipo de mulher (e de aluna) ideal: “[...] recommenda-se que faça muitas vezes um trabalho e ella o faz alegremente, sem nenhum aborrecimento. Uma menina assim amável todos a querem muito bem” (O OPERÁRIO, 17 de abril de 1910, p. 3).

Outro foco importante do “diário” é o nacionalismo. Em várias passagens, Leonina apresentaria a seus alunos informações históricas e geográficas sobre o Brasil, todas elas de base positivista. Para além disso, há um discurso fortemente ufanista em algumas passagens, especialmente em uma, que se encontra na antepenúltima parte da coluna a ser publicada no jornal, onde a personagem questiona às crianças o que estas “estariam dispostas a fazer por seu país”, e acrescenta:

- Quaes são meus alumnos que amam o Brazil e estão promptos a defendel-o quando por ventura seja invadido pelo inimigo?
- Eu... eu... eu...
- Meu Deus que valentes que são os meus alumnos! Que porção de heroes! (O OPERÁRIO, 25 de junho de 1911, p. 3)

Todavia, por se tratar de uma coluna voltada à questão da educação, o “diário” mantém como cerne principal a importância do ensino e da educação feminina para as crianças, ainda que esta mulher educadora deva ter uma “conduta ideal”, baseada nas premissas cristãs, e que ela seja, especialmente, mãe.

### **5.3.3 A educação na voz das mulheres anarquistas e positivistas no Jornal *O Operário***

Talvez a que mais declaradamente tenha falado sobre educação no jornal *O Operário* seja Leonina, exatamente pela coluna que manteve, destinada “Aos educadores”. Ainda que se dirija aos professores no geral, é clara na escrita de Leonina que seu foco maior recai-se sobre

---

<sup>202</sup> Ruth seria a personagem de uma história que Leonina contou a seus alunos na edição em questão: ela queixava-se a sua amiga Maria que suas professoras a tratavam mal e a constrangiam, ao passo que Maria, lhe contando a viagem de José ao Egito, Maria a aconselha a esforçar-se ainda pois “se não me alegra e me constrange, trata-se de uma vontade de Deus”.

as educadoras, as mulheres e mães, às quais pretendia dar dicas pedagógicas, todavia, manteve um eloquente discurso que, na verdade, apenas ratificava o lugar social da mulher e o papel da educadora como muito próximo, senão o mesmo, do da mãe.

Ainda que, como afirmamos anteriormente, não nos parece cabível categorizar a coluna de Leonina como um conteúdo puramente e basicamente cristão, a presença de conceitos religiosos, referentes ao cristianismo, são facilmente encontrados na história. Logo na primeira publicação, antes mesmo de iniciado o conto, o “diário”, a articulista relaciona o ato de educar a uma prerrogativa divina e o “privilegio de fazê-lo” é visto como um compromisso que, antes de tudo, exige o sacrifício:

A abnegação, o desinteresse e o sacrifício devem ser a única dívida da pessoa a quem Deus e a sociedade concederam tantas prerrogativas. O seu ministério todo moral e a dignidade das suas funções medem-se pela profundidade de suas responsabilidades. Assim pois vós ó mães e educadores da mocidade pesai bem a tremenda responsabilidade que está sobre os vossos ombros! (O OPERÁRIO, 30 de janeiro de 1910, p. 3)

Durante toda sua narrativa, Leonina fará essa conexão entre o ideal moral e comportamental feminino, tanto da menina estudante quanto da mulher/mãe educadora, com arquétipos de base cristã. Em muitos momentos, inclusive, ela cita passagens e personagens bíblicos (como na historinha de Ruth, que ouve sua amiga, Maria, que lhe contava sobre a viagem de José para o Egito) e, quando não o faz, ao menos menciona, de alguma forma, o cristianismo<sup>203</sup>. Mesmo quando comenta sobre a necessidade da educadora estar sempre bem instrumentalizada e, ela mesma, educada para poder bem educar à seus alunos, seu aperfeiçoamento é, ainda assim, relacionado à um viés com base na fé:

Para bem cumprir a sagrada tarefa de educadora da infância não basta ter-se o entusiasmo, mas a abnegação dos apóstolos, quem imploravam sempre do Céu as forças que lhes faltavam. (sic!) É preciso além disso trabalhar-se com perseverança sem orgulho, mas com confiança no nosso próprio aperfeiçoamento, afim de poder desenvolver-se harmonicamente todas as faculdades das crianças. (O OPERÁRIO, 16 de maio de 1910, p. 3)

Ainda que com teor religioso, esta passagem se faz importante exatamente por citar a necessidade do aperfeiçoamento da educadora, ou seja, ainda que não de maneira direta e declarada, comenta aqui sobre a educação feminina, mesmo que esta se mantenha restrita àquela instrução ministrada nos moldes tradicionais e que reiterariam a restrição ao lugar social da mulher. Este lugar ficar claro a todo o momento que a articulista, além de basear-se

---

<sup>203</sup> Não queremos dizer que isto ocorre em todas as publicações do diário de Leonina, há publicações em que, simplesmente pelo espaço disponível no jornal e pelo tema trabalhado em cada parte, não há menção à religião, porém é inegável que a fé cristã esteja substancialmente presente em toda a história narrada (diário) em si.

em preceitos cristãos, relaciona a importância da educação da menina ao papel da mãe: “como é boa a mãe que não se esquece da educação moral de sua filha! Do fundo d’alma eu bendigo a minha querida mãe por ter-me educado n’estes santos princípios que são tão consoladores!” (O OPERÁRIO, 6 de fevereiro de 1910, p. 3).

Mesmo pautando-se neste cenário da educação realizada no espaço privado (pois, independentemente de a coluna ser destinada “aos educadores”, em nenhum momento a educação pública será citada), Leonina desenvolve outro diálogo interessante, onde, em uma passagem, comenta sobre o método de ensino que mais lhe parece efetivo e que empregava em suas aulas: o método ativo<sup>204</sup>. Ela diz:

O methodo que para isso emprego chama-se methodo activo que é inimigo do ensino puramente livresco e traz a intelligencia da creança sempre despertada. [...] O emprego do methodo activo desenvolve a comprehensão infantil, dá-lhe a lucidez, a actividade e a vida. É este, minha querida Amanda, o methodo que me parece mais apropriado para a educação infantil. (O OPERÁRIO, 5 de março de 1911, p. 3)

Esta colocação foi a que mais proximamente pudemos relacionar ao positivismo e o que nos levou a cogitar a coluna de Leonina como uma voz do jornal que pudesse ser vinculada não somente ao discurso cristão e republicano, mas também ao paradigma positivista<sup>205</sup>. Outra passagem que nos levou a tal correlação refere-se à antepenúltima publicação do “diário” onde Leonina questiona o que seus alunos estariam dispostos a fazer pela nação caso esta fosse invadida e, ao receber uma afirmação destes, de que eles estariam preparados para “serem soldados” e defenderem o país, ela responde que “só serão bravos defensores da pátria os que souberem se distinguir pelo estudo e pelo amor ao trabalho e pela elevação de carácter” (O OPERÁRIO, 10 de março de 1912, p. 2).

Apesar de “amor ao trabalho” e “elevação de caráter” serem concepções que podemos vincular, também, à um pensamento de viés religioso, o tom ufanista presente nesta parte do conto/“diário” nos leva a crer que “trabalho” e “caráter”, aqui referidos à “luta pela nação”, poderiam ser entendidos como parte da “busca pelo progresso”, um pensamento caro às concepções de base positivista da época. Na mesma passagem, encontramos que o “trabalho” e a “elevação de caráter” ocorreriam através da “distinção pelos estudos”: embora não no mesmo sentido que é compreendida a relação entre trabalho e educação para o movimento

---

<sup>204</sup> O método ativo pressupõe que os alunos estejam no centro das ações educativas, ou seja, que sejam eles os protagonistas na construção do conhecimento. Neste método há uma transposição do “ensinar” para o “aprender” e a responsabilidade do aprendizado é redirecionado do professor para o aluno. A pedagogia de John Dewey e da Escola Nova possui relação com as metodologias ativas de ensino. A máxima “aprender a aprender” seria um exemplo do funcionamento deste método.

<sup>205</sup> Não defendemos, porém, que a coluna e o seu conteúdo sejam puramente positivistas, nele, assim como em grande parte das publicações do *O Operário*, encontramos uma miscelânea de ideias.

operário, assim como para os anarquistas e comunistas, vemos aqui uma possível aproximação entre os dois (educação e trabalho), nas devidas proporções (apresentadas pela forma como tais palavras são incorporadas à publicação) e distinções paradigmáticas<sup>206</sup>. Todavia, partimos de uma suposição que tem como base principal a citação ao método ativo e que nos permitiu aproximar a coluna de Leonina e seus escritos ao paradigma positivista.

Entre as anarquistas, é Elvira quem terá uma publicação especialmente dedicada a falar sobre a educação, ainda que nesta ela não se refira à educação feminina em si. No artigo sobre “*O ensino superior*” a articulista qualifica a academia como sendo uma “fábrica de tiranos”, pois afirma que, ao se tornar uma pessoa formada, o diploma concederia ao licenciado a possibilidade, socialmente aceita, de ser explorador de outrem. Encontramos esta ideia presente no pensamento de Luigi Molinari, citado por Elvira em sua primeira participação no jornal<sup>207</sup>, e que, na Itália, se tratava de uma personalidade do movimento antiacadêmico<sup>208</sup>. Segundo Elvira:

Neste antro de ensino os moços recebem noções contrárias ao interesse do povo, allí só se aprende o mal para tornarem-se despotas e tyrannos da sociedade operária [...]Esses rapazes penetram na aula onde esperara encontrar a verdadeira sciencia que os guia para a verdade; esperam encontrar a promessa da felicidade na vida. Mas, oh, desilusão! Um trampolineiro, militante político, que allí se encontra ao serviço burguez, do clero e do governo, ensina-lhe a hypocrisia, a mentira e o mal, o direito de opprimir e de explorar por meio de todos os abuzos que as leis garantem. E esses moços bebem nessa fonte o veneno da corrupção. (O OPERÁRIO, 24 de novembro de 1912, p. 1)

O ensino superior seria, assim, o que prepararia e legitimaria a ação exploradora do formado uma vez que este, a serviço da burguesia, do clero e/ou do governo, estaria, por sua formação, apto a defender e, assim, a manter o *status quo* e, em consequência, a opressão à qual o operariado se encontra submetido. A academia e o modo de produção capitalista estariam então, de certa forma, relacionados:

---

<sup>206</sup> Neste período, podemos falar de duas linhas do positivismo onde a questão do trabalho e da educação possuem maior peso e relação direta: 1) a corrente civista de educação, que focava em converter os imigrantes aos valores nacionais através de um currículo educativo focado nas ciências neutras e nos debates sobre história, geografia na pauta do nacionalismo ufanista, e, 2) a corrente liberal, que apontava a instrução como meio de melhoria das técnicas de trabalho.

<sup>207</sup> Esta citação, assim como Luigi, foi apresentada na seção em que falamos das vozes das mulheres anarquistas do jornal *O Operário*, subitem 3.1 do capítulo 5.

<sup>208</sup> O antiacademicismo vinculado ao movimento anarquista referiria-se ao fato de o ensino superior ser entendido como parte da manutenção do modo de produção capitalista baseado na formação superior. Não há, todavia, uma negação generalizada do conhecimento produzido em seu interior, mas uma crítica àquele conhecimento que, também, serviria como sustentáculo ao *status quo*. Adelino de Pinho cita o pensamento antiacademicista no meio anarquista em uma conferência da Liga Operária de Campinas, em 13 de Dezembro de 1908, ao falar sobre a relação entre a educação e o trabalho: “Sim, o diploma é condição para concorrer a tudo isso, mas os trabalhadores devem cogitar em não fazer de seus filhos burocratas. Os trabalhadores devem esforçar-se sim, mas de fazer de seus filhos uns bons trabalhadores manuais, bem hábeis nos seus misteres, bem aptos nos seus officios, capaz de viver trabalhando e lutando” (PINHO, 2015, p. 28).



As Academias são uma consequencia directa do arbitrio duns poucos sobre muitos. Os governos, os tyranos, os déspotas, para afirmarem seu poder, tinham a necessidade de homens que servissem de esteios a seus thronos. Necessitava-se de juristas e funcionarios e se inventão as Academias para fazel-os e preparal-os. (O OPERÁRIO, 24 de novembro de 1912, p. 1)

Estas falas não significam, porém, que o pensamento anarquista esteja vinculado à uma defesa da não-educação, o que se questiona aqui é uma educação voltada para a formação de profissionais e de intelectuais a serviço da manutenção do capitalismo, ensino este relacionado pela articulista ao ensino acadêmico. A educação para o anarquismo é, na verdade, uma questão deveras cara e importante, sendo impossível não associar os movimentos ácratas à formação de centros de ensino (como a Escola Moderna), à divulgação de escritos e pensamentos (como, por exemplo, pelos próprios jornais, como aqui fazemos) e, inclusive, ao autodidatismo, aspecto da luta pela instrução operária e libertária de viés antiacadêmico.

Outra passagem entre as publicações de Elvira que nos remete à questão da educação é o texto “*A Burgueza e a Anarchista*” onde, além de comentar que “uma mãe anarchica não ambiciona para seus filhos e seu companheiro cargas de cruces, diplomas e galões que dão o direito de explorar o trabalho dos outros” (O OPERÁRIO, 12 de janeiro de 1913, p. 1), o que reflete um questionamento à educação acadêmica, encontramos também uma referência à importância da educação e do trabalho, instrumentalização esta que deveria ser feita pela mãe:

A verdadeira mãe, a mãe ideal, [...] prepara os seus filhos ao trabalho, ensina-lhe o sacrificio, desenvolve-lhe a energia e a sua vontade. Esta é a verdadeira anarchista porque diz a seus filhos que o trabalho é a primeira condição da vida, é a primeira lei natural, o trabalho é santo, enobrece o homem que é a alma do mundo, e n'estes preceitos mais que em qualquer instrucção forma o verdadeiro homem. (O OPERÁRIO, 12 de janeiro de 1913, p. 1)

Esta concepção é muito aproximada a de muitos pensadores anarquistas, onde, ao falar-se da importância das primeiras lições, a mulher será enaltecida para esta função, não sendo desvinculada, porém, do papel de mãe e daquela que deverá, acima de tudo, focar na boa formação do homem. Embora em muitas colocações “homem” possa ser entendido como “humanidade”, neste discurso em especial o enfoque mantém-se na figura masculina, uma vez que à mulher será reiterada e ressaltada a função de educadora do lar, sendo a ela delegado o espaço privado, do lar.

Este é apenas um dos prismas que compõem o pensamento libertário, mas que reflete uma das visões do lugar social da mulher, vinculado ao anarquismo, e que ecoava fortemente no período. Era partidário dele também, por exemplo, Adelino de Pinho, educador anarquista e vinculado à fundação das Escolas Modernas paulistas: em uma obra biográfica em que encontramos compilados diversos de seus ensaios, podemos perceber que, ao falar da mulher,



Adelino enfatizava sua função de educadora não a desvinculando, porém, do papel materno e do ambiente familiar<sup>209</sup>. Chama a atenção também como, dentro desta concepção, recai sobre a mulher todo o peso da busca pela transformação social a partir da formação destes filhos pela “mãe anarchica”: “este tipo de mãe anarchica é o sonho de todos os corações bons, a luz inacessível da humanidade nova, fundada sobre as bases do trabalho e do amor. Na mulher anarchica está pois a salvação do mundo” (O OPERÁRIO, 12 de janeiro de 1913, p. 1). Percebemos aqui a aproximação da ideia da mãe anarquista como a “salvadora do mundo” com a premissa positivista de que a mulher, enquanto mãe, seria a “redentora da humanidade”.

Entre as outras articulistas anarquistas, encontramos no artigo de Ernestina Lesina, como já comentado<sup>210</sup>, a ideia de que a justiça social, ou seja, a superação das desigualdades e a emancipação do proletariado, só seria possível através da instrução. Em crítica à uma possível afirmação clerical<sup>211</sup> de que instrumentalizar-se (nas palavras de Lesina, “raciocinar”) corromperia o homem, Ernestina faz a defesa da educação ao colocar que:

Nós não dizemos, nem tal nos seria permitido por toda ciência positiva e pelo progresso, que o mundo se corrompe porque aprende a raciocinar; nós não vemos perverterem-se os homens porque nelles vai despertando cada vez mais a tendência para a instrução, para o aperfeiçoamento na alma e no cérebro. (O OPERÁRIO, 12 de dezembro de 1909, p. 3)

Todavia, será de maneira menos implícita, ainda que não tão declarada como nas palavras de Elvira, que Dubois comentará a importância da educação, relacionando-a tanto ao que diz respeito à questão da maternidade compulsória (evocando, assim, o poder de escolha da mulher sobre seu corpo), como, principalmente, ao fato de que, havendo uma educação

---

<sup>209</sup> Sobre a função da mulher, Pinho comenta que “[...] O regime lácteo, o regime alimentar, os vestiários, etc., etc., tudo isso as mães deveriam conhecer, saber, compreender para poderem, com conhecimento de causa, desempenhar-se da missão mais importante que a natureza lhes confiou: o de serem mães. Infelizmente, poucas mães terão bem a noção da responsabilidade que lhes cabe na conduta, na moral, no desenvolvimento ou orientação que seus filhos tomam ulteriormente, em virtude de ninguém lhes ter ensinado, de ninguém as ter edificado, compenetrado do papel que lhes cabe desempenhar” (PINHO, 2015, p. 36). Neste sentido, coloca a educação da mulher como questão importante para que esta possa desempenhar seu papel de mãe à quem estaria, naturalmente, destinada a formação inicial das crianças (num sentido biológico e também, de certa forma, “divino”): “Demonstrado como ficou que é à mãe que compete vigiar e dirigir a primeira educação das crianças, por estar mais em contato com ela e porque o seu natural é mais suave, mais terno, mais doce, mais próprio a tornar as crianças alegres, felizes, expansivas e amáveis, cumpre perguntar: estará a mulher habilitada a cumprir a missão de tal responsabilidade? Infelizmente não está. Há, pois, a necessidade de atrair a mulher à causa do progresso e do desenvolvimento, educá-la, orientá-la, fazê-la interessar-se por essa obra de civilização e de felicidade universal, cuja pedra angular, base, alicerce, e ponto de partida é, naturalmente, ela” (Idem, ibidem, p. 40-41).

<sup>210</sup> Comentário feito ao apresentar o artigo entre as publicações de mulheres anarquistas do jornal *O Operário*, subitem 3.1 do capítulo 5 deste trabalho.

<sup>211</sup> A nota é principalmente um artigo anticlerical, por isso fazemos esta colocação.

integral aliada à livre maternidade, segundo Jeanne, “nenhuma mulher quererá ser mãe, creio que então bem poucas quererão muitos filhos” (O OPERÁRIO, 30 de janeiro de 1910, p. 2).

Tendo em vista o conjunto de ideias apresentado e as concepções expostas pelas articulistas, percebemos que, nas publicações presentes no jornal *O Operário*, onde as vozes femininas apresentaram questões concernentes à condição da mulher e referentes à educação operária no período em evidência, que as publicações que se aproximam ao paradigma anarquista e as que se aproximam ao paradigma positivista também aproximam-se entre si no que tange, especialmente, à noção da importância da mulher na primeira fase da educação das crianças na Primeira República, pensamento este que, porém, ratifica como parte do lugar e função social da mulher a condição de mãe. Ainda que as visões de mundo se distanciem no que diz respeito às questões socioeconômicas (ou seja, ainda que o termo e a concepção de “classes” não seja declaradamente empregado, as dicotomias referentes à condição social permeiam as escritas), no que compete à exaltação do “valor da mulher” enquanto mãe e a importância da educação da mulher-mãe para a busca pela reformulação da sociedade (seja na busca pela “ordem” e pelo “progresso” positivistas, ou pela superação da exploração e do modo de produção capitalista) estas visões se aproximam.

Especialmente quando analisamos a questão da instrução feminina, esta, quando planteada, em grande medida relaciona-se com a necessidade da instrumentalização da mulher para que ela possa melhor instrumentalizar seus filhos e filhas. Destarte, ainda que hajam vozes que reclamem o direito à não-maternidade (quando desejada) ou à maternidade não-compulsória e que desponham falas que apontam que somente a instrução pode levar, verdadeiramente, à superação das diferenças socioeconômicas e, assim, à efetiva emancipação do proletariado, existem vozes, vinculadas ao anarquismo e ao positivismo, que enalteceram a “mulher educada” como a “redentora da humanidade”, e é exatamente neste quesito que, julgamos, algumas das vozes femininas anarquistas e positivistas do jornal *O Operário* possuem maior aproximação que distanciamento.

## **À GUIA DE CONCLUSÃO: APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS ENTRE AS CONCEPÇÕES POSITIVISTA E ANARQUISTA ACERCA DA CONDIÇÃO E DA EDUCAÇÃO FEMININA NO JORNAL *O OPERÁRIO***

A finalização deste trabalho, mais que possíveis respostas ou afirmações, traz à tona algumas questões que, para além do objeto desta pesquisa, necessitam maior exploração, e desenvolvimento e, principalmente, demonstram a importância do retorno às fontes históricas já analisadas, em especial do jornal *O Operário* que, ademais de base para o estudo da classe operária sorocabana do período no qual ele esteve em circulação, congrega informações preciosas sobre o contexto nacional e local no que tange ao contexto social e econômico, às dinâmicas territoriais e comerciais e às ideias.

Tendo em vista a histórica identificação do jornal em questão com o paradigma anarquista, a pesquisa exploratória de nossa fonte basilar, a edição fac-similar do *O Operário*, possuía como objetivo principal: identificar quais eram as publicações femininas presentes no jornal e quais dessas vozes seriam efetivamente identificáveis como anarquistas. Durante essa investigação, encontramos publicações que não nos permitiam identificá-las como de cunho libertário e outras que não pudemos, todavia, afirmar com clareza à quais visões de mundo seriam afinadas, algumas delas por serem colaborações únicas de articulistas não identificáveis (como as assinadas apenas como “Uma Operária”) ou por possuírem um tom demasiadamente particular/pessoal para isso. Dessa forma, a pesquisa exploratória, calcada no debate das questões de gênero no que tange à luta pela educação, nos trouxe o questionamento de quais temas eram discutidos por essas mulheres e se haviam aproximações em suas falas para, por tanto tempo, estas serem, quase que em totalidade, classificadas como pertencentes a um periódico entendido como de cunho anarquista. Neste quadro, apontar o distanciamento entre essas vozes também se fazia necessário e, dessa forma, estas questões passaram a compor o objeto desta pesquisa, que procurou identificar e compreender quais seriam as possíveis aproximações e distanciamentos entre as concepções positivista e anarquista presentes nas publicações femininas do jornal *O Operário* e que citassem questões referentes à condição e à educação da mulher no período.

Porém, sanar esses questionamentos nos levou a analisar de maneira particular e mais detalhada cinco artigos que pudemos identificar como vinculados ao anarquismo e ao positivismo e que possuíam assinaturas femininas, e outras dez publicações identificados como de autoria masculina e que nos traziam referências à concepção e à condição da mulher

no período em vigência destes textos, o que corresponde a uma parcela muito pequena das colaborações que compõem as páginas do *O Operário*, um jornal que circulou por quase quatro anos e que, apenas entre publicações que identificamos como femininas na pesquisa exploratória, chegamos a onze possíveis articulistas mulheres que nele escreveram.

Ainda que ao longo dos anos sejam diversos os trabalhos que analisaram as colunas do *O Operário*, muitas destas pesquisas podem haver se mantido à análise das edições que puderam ser acessadas no Gabinete de Leitura (ou seja, não em sua totalidade), sendo o advento da edição fac-similar uma oportunidade ao pesquisador de retornar à esta fonte e analisá-la em sua completude (mesmo que ao fac-similar estejam faltando quatro edições do jornal, infelizmente impossíveis de serem recuperadas no momento da compilação).

Ademais da possibilidade apresentada acima, a pesquisa exploratória nos apresentou algumas lacunas referentes a análise da fonte que poderiam ser sanadas em pesquisas futuras que tenham o jornal *O Operário* e, em especial, as publicações femininas do jornal e/ou aquelas que tangem às questões e tendências educativas, que seriam:

1) buscar identificar as e os articulistas que possuem publicações assinadas no jornal e que ainda não foram identificados, pois,

2) um maior número de articulistas identificados permitiria um levantamento de informações a nível biográfico que ampliariam a abrangência de qualquer pesquisa relacionada ao *O Operário*, especialmente àquelas que possam visar a análise das ideias e grupos presentes no jornal (assim como sua interação);

3) identificar a quais outros paradigmas e tendências educativas as outras publicações femininas poderiam ser aproximadas.

Dessa forma, concluímos esta pesquisa com aquela que seria a principal e, talvez, a única grande afirmação atingida com o encerramento deste trabalho: as colocações e suposições aqui postas não são fins, mas, antes de tudo, potências e começos. Ansiamos que este ensaio possa, de alguma forma, fazer ferver as discussões sobre as denúncias, debates e ideias encontradas no jornal *O Operário*, especialmente as que dizem respeito à luta pela educação e pela igualdade de gênero. Findamos este trabalho com alegria, mas, principalmente, com a esperança de que ele não acabe aqui.

## REFERÊNCIAS

ACCAMPO, Elinor Ann. **Blessed motherhood, bitter fruit**: Nelly Roussel and the politics of female pain in Third Republic France. The Johns Hopkins University Press. Baltimore, 2006.

ALMEIDA, Jane Soares de. Professoras virtuosas, mães educadas: retratos de mulheres nos tempos da República brasileira (séculos XIX/XX) In.: **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.42, p. 143-156, jun/2011.

ALONSO, A. **Ideias em movimento**: a geração de 1870 na crise do Brasil Império, 2002.

ALONSO, Ângela. Crítica e contestação: o movimento reformista da geração 1870 In.: **RCBS**, Vol. 15, nº 44, outubro/2000; ALONSO, A. **Ideias em movimento**: a geração de 1870 na crise do Brasil Império, 2002.

AMARAL, G. L.. Os maçons e a modernização educativa no Brasil no período de implantação e consolidação da república. **História da educação**, v. 21, p. 56-71, 2017.

**AnarcoFeminismo** – Vertentes do Anarquismo. Disponível em: <http://www.anarquista.net/anarcofeminismo-vertentes-do-anarquismo>.

ANDRADE, Joana El-jaick. **O marxismo e a questão feminina**: as articulações entre gênero e classe no âmbito do feminismo revolucionário. Dissertação (mestrado) – FFLCH/USP, São Paulo, 2011.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação e da Pedagogia**. São Paulo: Moderna, 2006.

ARAÚJO NETO, Adalberto Coutinho de. **Sorocaba operária**: ensaio sobre o início do movimento operário em Sorocaba, 1897-1920. Create, Sorocaba - SP, 2005.

ARAÚJO, S. M. S. Educação republicana sob a ótica de José Veríssimo. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, nº especial 2, p. 303-318, 2010. Editora UFPR.

BADDINI, Cássia Maria. **Sorocaba no império**: comércio de animais e desenvolvimento urbano. Dissertação de mestrado. São Paulo: Departamento de História, FFLCH / USP, 2000.

BARREIRA, L. C. Teares parados tecem a escola do amanhã: a luta dos tecelões sorocabanos, no início do século XX, pelo direito à educação. **ANPUH – XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA** – João Pessoa, 2003.

BARREIRA, L. C. Entre o profano e o sagrado: imagens de mulher nas páginas do jornal sorocabano. **Quaestio (UNISO)**, Sorocaba, SP, v. 6, n.2, p. 91-114, 2004.

BARRETO, Raylane Andreza Dias Navarro. Tobias Barreto e a educação para um Brasil moderno (século XIX). **HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO**, v. 21, p. 38-55, 2017.

BARROS, Mônica Siqueira Leite de. **As mulheres trabalhadoras e o anarquismo no Brasil**. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 1979.

BATALHA, Claudio H. M. **O movimento operário na Primeira República**. Zahar, Rio de Janeiro, 2000.

BATALHA, Claudio H. M. **Culturas de Classe: identidades e diversidade na formação do operariado**. Campinas: Unicamp, 2004.

BATALHA, Claudio H. M. Dicionário do movimento operário: Rio de Janeiro do século XIX aos anos 1920, militantes e organizações. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.

BILHÃO, Isabel. Imprensa e educação operária: análise da difusão do ensino racionalista em jornais anarquistas brasileiros (1900-1920). **Educação Unisinos** 20(2):176-184, maio/agosto 2016.

BILHÃO, Isabel. Pela educação lutaremos o bom combate: a instrução operária como um campo de disputas entre católicos e anarquistas na Primeira República brasileira. **Hist. Educ.** (Online). Porto Alegre v. 19 n. 45 Jan./abr., 2015 p. 141-157.

**Boletín Fusil Negro**. *Francisco Ferrer y la Escuela Moderna*. Iniciativa de Memoria e Historia Anarquista. Número 4, año 2, Julio de 2014, Santiago - Chile.

BOSCHETTI, Vania Regina; FERREIRA, V. B. Imprensa Operária: expressão das condições da mulher e dos movimentos sociais urbanos. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 42, p. 169-181, 2011.

CAMBI, Franco. História da pedagogia. Editora UNESP, São Paulo, 1999.

CAMPOS, Cristina Hebling. **O sonhar libertário: movimento operário nos anos de 1917 a 1921**. Editora da Universidade de Campinas. Campinas, 1988.

CANO, W. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. Rio de Janeiro/São Paulo, DIFEL, 1977.

CARDOSO, Fernando Henrique. Condições sociais da industrialização: o caso de São Paulo. **Revista Brasiliense**, (28), março/abril, 1960a.

CARDOSO, Fernando Henrique. “O café e a industrialização de São Paulo”. In: **Revista de História**, nº 42, São Paulo, p. 471-475, 1960b.

CARONE, Edgard. **A primeira república**. Texto e contexto: 1889-1930. São Paulo: Difel, 1969.

CARVALHO, José Murilo. “Brasil - Naciones imaginadas” In.: ANNINO, Antonio; GUERRA, François-Xavier. **Inventando la nación: Iberoamérica, siglo XIX**. Fondo de Cultura Económica, España, 2003.

CASTRO, Rogério Cunha de. O sonho de um tolstoiano: João Penteado e a Escola Moderna de São Paulo (1912-1919). **Caderno Eletrônico de Ciências Sociais**, Vitória, v. 3, n. 2, pp. 9-17, 2015.

CASTRO, Rogério Cunha de. A utopia possível: Paul Robin e o Orfanato Prévost. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, julho 2011.

CAVALHEIRO, Carlos Carvalho. **Memória Operária**. Create, Sorocaba - SP, 2009.

CHACON, Vamireh. **História das ideias sociológicas no Brasil**. Editora da Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 1977.

CHIOVITTI, Nanci Marti. **Discurso do progresso: Sorocaba e o fim das Feiras de Muare (1850-1900)**. Dissertação de mestrado - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP. 2003.

COMTE, Auguste. **Seleção de textos de José Arthur Giannotti** Traduções de José Arthur Giannotti e Miguel Lemos. — São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os pensadores).

COSTA, Cruz. **Pequena história da República**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

COSTA, Emilia Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. 6ª ed. SP: Brasiliense, 1994.

CUNHA, Washington Dener dos Santos; Vieira, Rose. A educação feminina no século XIX. **Gênero (Niterói)**, v. V9, N1, p. 20-32, 2011.

DECCA, Maria Auxiliadora de. **A vida operária fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo 1920/1934**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DESSOTTI, Isabel Cristina Caetano. **A educação operária no final do XIX e início do XX em Sorocaba sob o olhar da imprensa: o escrito e o silenciado**. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas, SP, 2017.

DOMIGUES, Heloisa Maria Bertol & SÁ, Magali Romero. "Controvérsias Evolucionistas no Brasil do século XIX" In.: DOMINGUES, HMB.; SÁ, MR.; GLICK, T., orgs. **A recepção do Darwinismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2003.

DUARTE, Constância Lima. "A ficção didática de Nísia Floresta" In.: LOPES, Eliana Marta Teixeira, FARIA FILHO, Luciano Mendes VEIGA, Cynthia Greive. (orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. 2ªed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

DULLES, John W. F.. **Anarquistas e comunistas no Brasil, 1900-1935**. Tradução de César Parreiras Horta, 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1973.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **Manifesto do partido comunista**. Tradução: Pedro Nasseti. São Paulo: Editora Martin Claret, 2004.

FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social**. Difusão Editorial, São Paulo, 1977.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo - Fundação de Desenvolvimento da Educação, 1995.

FARIA, Luciano Mendes Filho, LOPES, Eliane Marta Teixeira & VEIGA, Cyntia Greive (Org) **500 Anos De Educação No Brasil**. 2a. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

FERRER I GUÀRDIA, F. **La escuela moderna**. Barcelona: Ediciones Solidaridad, 1912.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 8ª ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1968.

FOOT HARDMAN, Francisco; LEONARDI, Victor. **História da indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos 1920**. 2ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1982.



FOOT HARDMAN, Francisco. **Nem pátria, nem patrão!** Memória operária, cultura e literatura no Brasil. 3ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

FONSECA-SILVA, M. C. “Memória, mulher e política: do governo das capitanias à presidência da república, rompendo barreiras” In.: TASSO, I., and NAVARRO, P., orgs. **Produção de identidades e processos de subjetivação em práticas discursivas** [online]. Maringá: Eduem, 2012. p. 183-208.

FREIRE, João; LOUSADA; Maria Alexandre. **Greve de Ventres!** Para a história do movimento neomalthusiano em Portugal: em favor de um autocontrolo da natalidade. Editora Colibri, Lisboa, 2012.

FREIRE, João; LOUSADA; Maria Alexandre. O neomalthusianismo na propaganda libertária In.: **Análise Social**, vol. XVIII (72-73-74), 1982-3º-4.º-5.º, pp. 1367-1397. Lisboa, Portugal.

GALLO, Sílvio. Educação e liberdade: a experiência da Escola Moderna em Barcelona. **Proposições**, vol. 3, nº 3 [9], dezembro de 1992.

GALLO, Sílvio. **Pedagogia do risco:** experiências anarquistas em educação. Editora Papirus. São Paulo, 1995.

GHIRALDELLI JR., Paulo. **Educação e movimento operário.** São Paulo, Ed. Autores Associados/Cortez Ed., 1987.

GLICK, Thomas. "O Positivismo Brasileiro na sombra do Darwinismo: o grupo Ideia Nova em Desterro" In.: DOMINGUES, HMB.; SÁ, MR.; GLICK, T., orgs. **A recepção do Darwinismo no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2003.

GÓES, Maria Conceição Pinto de. **A formação da classe trabalhadora:** movimento anarquista no Rio de Janeiro, 1888-1911. Editora Jorge Zahar. Rio de Janeiro, 1988.

GONÇALVES, Caroline. **Ernestina Lesina e o Anima e Vita:** trajetórias, escritos e a luta das mulheres operárias (início do século XX - São Paulo). Dissertação (mestrado) - PUCSP. São Paulo, 2013.

GORENDER, Jacob. **A burguesia brasileira.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

GRAHAM, Richard. "Formando una nación en el Brasil del siglo XIX" In.: ANNINO, Antonio; GUERRA, François-Xavier. **Inventando la nación: Iberoamérica, siglo XIX**. Fondo de Cultura Económica, España, 2003.

GRAHAM, Richard. **Grã-Bretanha e o início da Modernização no Brasil**. São Paulo. Editora Brasiliense. 1973.

HABERMAS, Jürgen. **La constelación postnacional** - Ensayos políticos. Barcelona: Paidós, 2000.

HOBBSAWM, Eric. **Sobre História**. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOBBSAWM, Eric. **Tempos interessantes**. Uma vida no século XX. São Paulo; Companhia das Letras, 2002.

HOBBSAWM, Eric. **A era do capital, 1848-1875**. Rio de Janeiro | São Paulo: Editora Paz e Terra, 2017.

**IBGE - Conselho Nacional de Estatística**. O Brasil em números: Apêndice do "Anuário Estatístico do Brasil - 1960". 1960.

ISKANDAR, Jamil Ibrahim; LEAL, Maria Rute. Sobre o positivismo e Educação. In: **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 3, n.7, p. 89-94, set./dez. 2002

ISMÉRIO, Clarisse. O discurso moralista e as mulheres. **Estudos Ibero-Americanos**. PUCRS, v. XXI, n.2, p. 117-138, dezembro, 1995.

ISMÉRIO, Clarisse. As representações do feminino na educação rio-grandense segundo o discurso positivista (1889-1930). **Revista Eletrônica História em Reflexão (UFGD)**, v. 1, p. 2, 2007.

ISMÉRIO, Clarisse. **Mulher: a moral e o imaginário (1889-1930)**. EDIPURCS, 1995, 121 p.

KONDER, Leandro. **História das ideias socialistas no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 4ª ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990. (Coleção Repertórios).

LEONARDI, Paula. Igreja católica e educação feminina: uma outra perspectiva. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.34, p.180-198, jun.2009.

LODI-CORRÊA, Samantha. **Entre a pena e a baioneta**: Louise Michel e Nadezhda Krupskaja, educadoras em contextos revolucionários. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas, 2016.

LOPES, M. M. **O Brasil descobre a pesquisa científica**: os museus e as ciências naturais no século XIX. São Paulo: Hucitec, 1997.

LÖWY, Michael. **Ideologias e ciência social**: elementos para uma análise marxista. São Paulo: Cortez, 2008.

LUCAS, Maria Angélica O. F.; MACHADO, M. C. G.. A influência do pensamento de Herbert Spencer em Rui Barbosa: a ciência na criação da escola pública brasileira. **Educação em Foco (Juiz de Fora)**, v. 7, p. 137-152, 2002.

LUCENA, Carlos. O pensamento educacional de Émile Durkheim In.: **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.40, p. 295-305, dez.2010.

MACHADO, Maria Cristina Gomes. O papel educativo da Imprensa na formação do cidadão republicano brasileiro: a atuação de Rui Barbosa e José Veríssimo. **História & Perspectivas**, v. 1, p. 1-16, 2008.

MAGNANI, Sílvia Ingrid Lang. **O movimento anarquista em São Paulo (1906-1917)**. Editora Brasiliense, São Paulo, 1982.

MANACORDA, Mario Alighiero. **História da Educação** – da antiguidade aos nossos dias. Editora Cortez, São Paulo, 2010.

MARAM, Sheldon Leslie. **Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro (1890-1920)**. Editora Paz e Terra, São Paulo, 1979.

MARTINS, J. S. **O cativo da terra**. São Paulo, Ciências Humanas, 1979.

MARTINS, Marcos Francisco. **Fundamentos Filosóficos**. 1. ed. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional SA, 2017.

MARTINS, Marcos Francisco. **Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje**: Greve Geral de 1917, embate antifascista de 1937 e mobilizações atuais. São Paulo: Edições Hipótese, 2018.

MARSON, Melina I. Da Feminista “macha” aos homens sensíveis In.: **Cadernos AEL (Arquivo Edgard Leuenroth - IFCH/UNICAMP)**, Campinas - SP, v. 3 / 4, p. 69-101, 1996.

MARSON, Michel Deliberali. A industrialização brasileira antes de 1930: uma contribuição sobre a evolução da indústria de máquinas e equipamentos no estado de São Paulo, 1900-1920. **Estud. Econ.**, São Paulo, vol. 45, n. 4, p. 753-785, out.-dez. 2015.

MENDES, Samanta Colhado. **As mulheres anarquistas na cidade de São Paulo: 1889-1930**. Dissertação de mestrado - Faculdade de História, Direito e Serviço Social (UNESP). Franca, 2010.

MILECH NETO, D. O Apostolado Positivista do Brasil e as Greves na Cidade do Rio de Janeiro no Período da República Velha. In: VII Jornadas Regionais do GT Mundos do Trabalho da Associação Nacional de História, seção Rio Grande do Sul (Anpuh-RS), 2013, Pelotas. **História em Revista - Revista do Núcleo de Documentação Histórica**, 2013. v. 19. p. 46-58.

MILL, Stuart John. A sujeição das mulheres In.: **Gênero (Niterói)**, v. 6, n. 2 - v. 7, n. 1, p. 181-202, 1. - 2. sem. 2006.

MORAES, Maria Lygia Quartim. “Marxismo e feminismo: afinidades e diferenças”. In **Revista Crítica Marxista**, nº 10. São Paulo: Boitempo, 2000.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. São Paulo: EPU; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar, 1974.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. **Estrangeiro em sua própria terra: representações do trabalhador nacional, 1870-1920**. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. 1991.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. Diálogos históricos e historiográficos: séculos XIX e XX. **Hist. historiogr.** Ouro preto, n. 13, dezembro de 2013, p. 114-129.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método do Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NOVAIS, F. “A proibição das manufaturas no Brasil e a política econômica portuguesa no fim do século XVIII. In: **Revista de História**, São Paulo, 67, p. 145-166, 1966.

**O OPERÁRIO.** Edição fac-similar. Organização: CARVALHO, Rogério L. Pinheiro. Sorocaba: Create, LINC/PMS, 2007.

OLARTE, Renan Silva. Del anacronismo en Historia y en Ciencias Sociales. **Hist. Crit.** Edición especial, Bogotá, Noviembre 2009, p. 278-299.

OLIVEIRA, Gustavo de Souza. **Aspectos do ultramonismo oitocentista:** Antônio Ferreira Viçoso e a Congregação da Missão em Portugal e no Brasil (1811-1875). Tese (doutorado) - IFCH - Universidade de Campinas. Campinas, 2015.

OLIVEIRA, Lidiany. A instrução pública: a reforma pela família, pela pátria e pela humanidade. **Hist. Educ.**, Santa Maria, v. 20, n. 50, p. 423-432, dez. 2016.

OLIVEIRA, V. S.; SILVA, R. F. E. "O "entusiasmo pela educação" na Primeira República: Uma perspectiva de progresso político-social no Brasil" In: **II Congresso Brasileiro de História da educação**, 2002, Natal. II Congresso Brasileiro de História da educação. Natal: UFRN, 2002.

PARSONS, Daniel. Neo-Malthusianism, Anarchism and Resistance: World View and the Limits of Acceptance in Barcelona (1904-1914). Entremons. **UPF Journal of World History. Número 4** (dezembro 2012).

PAULA, Eni de. **O papel da educação na ética de John Stuart Mill.** Dissertação (Mestrado em Pos Graduação em Filosofia) - Universidade Gama Filho, 2006.

PRADO, JR. Caio. **História econômica do Brasil.** 12ª ed. São Paulo, Brasiliense. 1970.

PENNA, Mariana Affonso. O Anarquismo e a questão das mulheres. **Revista Espaço Acadêmico**, nº 196, setembro de 2017.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história:** operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

PINHEIRO, Paulo Sérgio & HALL, Michael M. **A classe operária no Brasil 1889-1930.** Documentos vol. II. Condições de vida e de trabalho, relações com os Empresários e o Estado. São Paulo: Editora Brasiliense: Funcamp, 1981.

PINHO, Adelino de. **Pela educação e pelo trabalho e outros escritos.** Organização: Adriano Skoda, Rodrigo Rosa da Silva e Vitor Ahagon. Biblioteca Terra Livre. São Paulo, 2015.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PINTO JUNIOR, Arnaldo. **A invenção da “Manchester Paulista”**: embates culturais em Sorocaba (1903-1914). Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, 2003.

PONCE, Aníbal. **Educação e luta de classes**. Editora Cortez. São Paulo, 1981.

PRIORE, Mary Del. **A mulher na história do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988.

RAGO, Margareth. **Anarquismo e feminismo no Brasil**. Editor Robson Achiamé. Rio de Janeiro, 2007.

RAGO, Margareth. Luce Fabri, o anarquismo e as mulheres. **Textos de História**, vol. 8, nº 1/2. Campinas, 2000.

RANCIERE, Jacques. **O conceito de anacronismo e a verdade do historiador**. Trad. de Mônica Costa Netto. Vinactuel, n. 6, p. 53-68, 1996.

REGOURD, Florence. **Paul Robin: pédagogue, franc-maçon, libre penseur, militant révolutionnaire libertaire et néo-malthusien (1837-1912)**. Contribution de la Fédération de Vendée à la question à l'étude (2011); Fédération Nationale de la Libre Pensée.

REIS FILHO, Casemiro dos. **A educação e a ilusão liberal**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1981 (2a ed.: Campinas: Autores Associados, 1995).

RIBEIRO, Arilda I. M. “Mulheres educadas na colônia”. In.: LOPES, Eliana Marta Teixeira, FARIA FILHO, Luciano Mendes VEIGA, Cynthia Greive. (orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

RIBEIRO JUNIOR, João. Uma análise epistemológica da práxis educativa positivista In.: **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.20, p. 120 - 132, dez. 2005.

RIO, Cristiane Porfírio de Oliveira do. **O movimento operário e a educação dos trabalhadores na Primeira República**: a defesa do conhecimento contra as trevas da ignorância. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza, CE. 2009.

- RODRIGUES, Edgar. **História do movimento anarquista no Brasil**. Ateneu Diego Giménez. Piracicaba, 2010.
- RODRIGUES, Edgar. **Mulheres e anarquia**. Editora Achiamé. Rio de Janeiro, 2007.
- ROMANI, Carlo. **Oreste Ristori: uma aventura anarquista**. Dissertação (mestrado) - IFCH - Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1998.
- SAES, Décio. **A formação do Estado burguês no Brasil: 1888-1891**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- SAES, Décio. **Estado e democracia: ensaios teóricos**. 2ª ed. Campinas: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1998.
- SAES, Flávio A. M. de. **A controvérsia sobre a industrialização na Primeira República**. Estudos Avançados, 3(7), set.-dez., 1989, p. 20-39.
- SAFFIOTI, H.I.B. “Rearticulando gênero e classe social”. In COSTA, Albertina de O e BRUSCHINI, Cristina (orgs.) **Uma questão de Gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos / São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.
- SANFELICE, José Luís. A ciência da história e a História da Educação. **Revista Exitus Santarém - PA**, vol. 6, nº 1 p. 151 – 159, jan./jun.2016.
- SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia**. 33ª Ed. São Paulo: Autores Associados, 2000.
- SAVIANI, Demerval. Breves considerações sobre fontes para a História da Educação. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, nº especial, p. 28-35, ago. 2006.
- SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil. 4ª edição. Campinas/SP: Autores Associados, 2013.
- SCHMIDT, B. B. O Deus do Progresso - a difusão do cientificismo no movimento operário gaúcho da I República. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 21, n.41, p. 113-126, 2001.
- SKALINSKI JUNIOR, Oriomar; ARNAUT DE TOLEDO, César de Alencar. . A imprensa periódica como fonte para a história da educação: teoria e método. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 12, p. 255, 2013.

SILVA, J.C.. “Pesquisa historiográfica em educação: O Apostolado Positivista do Brasil e a instrução Pública no Brasil” In: José Claudinei Lombardi, Manoel Nelito Matheus Nascimento. (Org.). **Navegando na História da Educação Brasileira**. Campinas: Gráfica FE, 2006.

SILVA, João Carlos da. Laicismo, liberdade religiosa e educação no Brasil na perspectiva do Apostolado Positivista (1880-1930) In.: **Rev. HISTEDBR On-line**, Campinas, v.18, n.4 [78], p.963-979, out./dez. 2018.

SILVA, Lêda Valéria Alves; ALVES, José Jerônimo de Alencar. **Ciência e educação feminina no discurso de José Veríssimo (1857-1916)**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, julho 2011.

SILVA, Paulo Celso da. **De novelo de linha a Manchester Paulista** - fábrica têxtil e cotidiano no início do século XX em Sorocaba. Dissertação (mestrado) - Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo. São Paulo, 1995.

SILVA, Sergio. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. Campinas: Editora Alfa-Ômega, São Paulo, 1981.

SILVEIRINHA, Maria João. “John Stuart Mill e as gerações de feminismos” In.: CAMPONEZ, Carlos; PEIXINHO, Ana Tereza. **Reflexões sobre a Liberdade: 150 anos da obra de John Stuart Mill**. Editora Imprensa, Coimbra, Portugal. 2010.

SOUZA, E. F. A imprensa como fontes para pesquisa em história e educação. In: **VIII Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil**, 2009, Campinas/SP. HISTEDBR, 2009.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)**. São Paulo: EdUNESP, 1998. p. 279-302.

SOUZA, Vanessa Bezerra de. **Gênero e marxismo: um estudo sobre suas aproximações**. [dissertação de mestrado]. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro/ Escola de Serviço Social, 2003.

TAMBARA, E. A. C. A educação feminina no Brasil ao final do século XIX. **História da Educação (UFPel)**, v. 1, n.1, p. 67-90, 1997.



THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. (tradução de Denise Bottmann). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TOLEDO, Edilene. **Anarquismo e sindicalismo revolucionário**: trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República. Perseu Abramo, 2004.

TRAGTENBERG, Maurício. **Kropotkin**: textos escolhidos. L&PM Editores. São Paulo, 1987.

VALDEMARIN, Vera Teresa. Método intuitivo: os sentidos como janelas e portas que se abrem para o mundo interpretado. In: SOUZA, R. F.; VALDEMARIN, V. T.; ALMEIDA, J. S. **O legado educacional do século XIX**. Araraquara: Ed. da UNESP, 1998, p. 63-105.

VALENTE, Marcélia Picanço. **Imprensa e educação**: registro da escrita feminina no jornal O Operário (1909-1913). Dissertação de mestrado - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Sorocaba (UNISO), Sorocaba, 2014.

VERÍSSIMO, José. **A educação nacional**. Rio de Janeiro: 1889.

VERÍSSIMO, José. O positivismo no Brazil In.: **Revista Brasileira**, Primeiro anno, tomo quarto. Laemmert & C. - Editores, RJ-SP, 1895.

VIANNA, Marcelo. **Os homens do parquet**: trajetórias e processo de institucionalização do Ministério Público do Rio Grande do Sul (1930-1964). Dissertação (mestrado) - FFCH, PUCRS. Porto Alegre, 2011.

VIOLET, Renaud. **Régénération humaine et éducation libertaire**: l'influence du néo-malthusianisme français sur les expériences pédagogiques libertaires avant 1914. Mémoire de Maîtrise, 2002.

WARREN, Dean. **The industrialization of Sao Paulo (1880-1945)**. Austin: University of Latin American Press. Institute of Latin American Studies, 1969, 263 p.

WOODCOCK, George. **História das ideias e movimentos anarquistas** - Vol. 1 e 2. L&PM Pocket, RS, 2004.

ZAPPAROLI, Irene Domenes. **Entusiasmo pela educação e o otimismo pedagógico**. ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Londrina, 2005.

## **JORNAIS**

El Porvenir del obrero - dez/1905

La voix du peuple - Lausanne (avr, 1907)

*O Operário* - jul 1909 – nov 1913

Terra Livre Semanario Anarquista - Lisboa (mar, 1913)